INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU)

Os Espaços Públicos e as Manifestações de Protesto:
O Eixo: Praça Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio, em Lisboa (1974 – 2014).

Patrícia de Souza Cançado Amorim

Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, na especialidade Cidades e Territórios.

Orientadora:
Professora Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto
Professora Associada, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Coorientador:
Professor Doutor Paulo Tormenta Pinto
Professor Catedrático, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2025

TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU)

Os Espaços Públicos e as Manifestações de Protesto: O Eixo: Praça Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio, em Lisboa (1974 – 2014).

Patrícia de Souza Cançado Amorim

Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, na especialidade Cidades e Territórios

Orientadora:
Professora Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto
Professora Associada, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Coorientador:
Professor Doutor Paulo Tormenta Pinto
Professor Catedrático, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2025

TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU)

Os Espaços Públicos e as Manifestações de Protesto:
O Eixo: Praça Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio, em Lisboa (1974 – 2014).

Patrícia de Souza Cançado Amorim

Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, na especialidade Cidades e Territórios

Júri:

Professora Doutora Angélica Alvim,
Professora Titular, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Professora Doutora Maria Rosália Guerreiro,
Professora Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Professor Doutor Jorge Bassani
Professor Associado, USP – Universidade de São Paulo

Professor Doutor Carlos Fortuna
Professor Catedrático, Universidade de Coimbra

Dezembro, 2025

Agradecimentos

É com muito prazer que manifesto aqui o mais profundo agradecimento a todos aqueles que tornaram a realização deste trabalho possível.

À Professora Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto, orientadora desta tese, e ao Professor Doutor Paulo Tormenta Pinto, coorientador deste estudo, o meu profundo agradecimento pelo apoio, incentivo, ensinamentos e disponibilidade em todas as etapas que levaram à concretização deste trabalho. Muito obrigada!

Ao Professor Doutor Jorge Bassani, pela disponibilidade em me ajudar nas questões do plano deste estudo, o que contribuiu para a escolha da cidade de Lisboa como foco desta pesquisa.

À Professora Doutora Maria Rosália Guerreiro, pela permissão para que eu pudesse assistir a UC de Processos Digitais Colaborativos, essencial para o desenvolvimento desta tese.

À secretária Alice Espada, de quem não posso deixar de realçar a disponibilidade e ajuda que sempre demonstrou.

Gostaria, também, de agradecer, aos meus colegas de doutoramento, Margarida Ucha e Arthur Dornellas, pelas parcerias e por me proporcionarem uma rede de apoio em Portugal.

Para finalizar, gostaria de expressar um agradecimento especial à minha Mãe e ao meu Pai, pelo amor incondicional, pelo conforto que me deram sempre nos momentos mais difíceis, por mais longe que estivessem; ao Pedro, que se tornou minha família em Portugal, estando ao meu lado, incentivando-me ao longo de todo o processo; e ao primo Ricardo, pelo acolhimento na reta final desta tese.

Resumo

A presente investigação parte da identificação, por meio de conhecimento empírico acumulado e dedução fundamentada, do eixo formado pela Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio como principal corredor das manifestações de protesto em Lisboa. A constatação recorrente da centralidade simbólica e da ativação política desses espaços motivou o desenvolvimento de um capítulo introdutório dedicado à análise da sua construção histórica, territorial e representacional, visando compreender como tais lugares se consolidaram, ao longo do tempo, como referências estruturais e simbólicas no imaginário coletivo da cidade, oferecendo um suporte para a expressão das tensões sociais, reivindicações políticas e práticas de cidadania ativa. Diante do marco legal que institui o direito de manifestação como um direito fundamental, a investigação concentra-se no levantamento e na construção de uma narrativa analítica sobre os espaços públicos lisboetas sistematicamente eleitos como cenário de protestos urbanos entre os anos de 1974 e 2014. Essa etapa foi realizada com base na recolha de dados provenientes de reportagens e notas publicadas ao longo de quatro décadas pelo jornal *Expresso*, fonte escolhida pela sua continuidade histórica e papel de relevância na mediação jornalística portuguesa. A escolha metodológica desse recorte temporal justifica-se por três razões principais: a) o recuo ao ano de 1974, que marca uma profunda rutura política, social e económica no país com a Revolução dos Cravos e o fim do regime ditatorial; b) a extensão até 2014, ano em que Portugal participa da onda global de protestos que caracterizou a segunda década do século XXI, com Lisboa assumindo protagonismo nas manifestações de contestação social e política; c) a constatação de uma lacuna investigativa quanto às relações entre os espaços públicos em Portugal e as dinâmicas de protesto urbano, frequentemente ausente nas análises da arquitetura, urbanismo e ciências sociais em contexto nacional. Por fim, como forma de aprofundar a compreensão sobre os fatores espaciais que podem contribuir para a eleição de determinados lugares como preferenciais para a prática do protesto, adotou-se, de maneira complementar e com carácter experimental, a Teoria da Lógica Social do Espaço, ou Sintaxe Espacial. Essa abordagem metodológica baseia-se na construção e análise de mapas axiais, capazes de revelar padrões de configuração urbana relacionados à acessibilidade, visibilidade e integração dos espaços no tecido urbano. A metodologia foi aplicada a cartografia histórica e cartografia atual de Lisboa, com o objetivo de perceber se a forma urbana, em sua dimensão física, contribui para reforçar ou condicionar as práticas sociais e políticas no espaço público. Parte-se da premissa de que o espaço não é neutro, mas sim dotado de um conteúdo social estruturante, que atua de maneira simultânea como palco e agente das interações coletivas que nele se realizam.

Palavras-Chave: Espaço Público; Manifestações de Protesto; Simbologia Espacial; Configuração Urbana.

Abstract

This research begins with the identification - through accumulated empirical knowledge and reasoned deduction - of the axis formed by Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade, and Praça do Rossio as the main corridor of public demonstrations in Lisbon. The recurring recognition of the symbolic centrality and political activation of these spaces motivated the development of an introductory chapter dedicated to analyzing their historical, territorial, and representational construction, aiming to understand how these places have been consolidated over time as structural and symbolic references in the city's collective imagination, providing a foundation for the expression of social tensions, political demands, and practices of active citizenship. In light of the legal framework that establishes the right to protest as a fundamental right, the research focuses on the survey and analytical narrative of public spaces in Lisbon that have been systematically chosen as settings for urban protests between 1974 and 2014. This stage was based on the collection of data from reports and notes published over four decades by the newspaper *Expresso*, a source chosen for its historical continuity and its relevant role in Portuguese journalistic mediation. This methodological choice of time frame is justified by three main reasons: a) the retrospective to 1974, a year that marks a profound political, social, and economic rupture in the country with the Carnation Revolution and the end of the dictatorial regime; b) the extension through 2014, a year in which Portugal was part of the global wave of protests that characterized the second decade of the 21st century, with Lisbon assuming a prominent role in movements of social and political contestation; c) the identification of a research gap regarding the relationship between public spaces in Portugal and the dynamics of urban protest, frequently absent from the analyses in architecture, urbanism, and social sciences in the national context. Finally, as a way to deepen the understanding of the spatial factors that may contribute to the selection of specific places as preferential for protest practices, the Theory of the Social Logic of Space—or Space Syntax—was adopted in a complementary and experimental manner. This methodological approach is based on the construction and analysis of axial maps, capable of revealing patterns of urban configuration related to accessibility, visibility, and spatial integration within the urban fabric. The methodology was applied to both historical and current cartographies of Lisbon, with the aim of understanding whether the urban form, in its physical dimension, contributes to reinforcing or conditioning the social and political practices in public space. The premise is that space is not neutral but instead holds a structuring social content, simultaneously acting as both stage and agent of the collective interactions that occur within it.

Keywords: Public Space; Protest Demonstrations; Spatial Symbolism; Urban Configuration.

Índice de Siglas

AD	Aliança Democrática
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
ANP	Ação Nacional Popular
APDSI	Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CAM	Centro de Arte Moderna
CDS	Centro Democrático Social
CDU	Coligação Democrática Unitária
CGTP-IN	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
DIAP	Departamento de Investigação e Acção Penal
FAP	Frente de Acção Popular
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNAT	Fundação Nacional para a Alegria dos Trabalhadores
FSP	Frente Socialista Popular
GEU	Gabinete de Estudos de Urbanização
GNR	Guarda Nacional Republicana
INATEL	Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres
IRS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISCTE-IUL	Instituto Universitário de Lisboa
ISUF	*International Seminar on Urban Form*
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
JSN	Junta de Salvação Nacional
LCI	Liga Comunista Internacional
MDM	Movimento Democrático de Mulheres
MDP	Movimento Democrático Português
MEIC	Ministério da Educação e da Investigação Científica
ME	Ministério da Educação
MES	Movimento de Esquerda Socialista
MESS	Ministério do Emprego e Segurança Social
MFA	Movimento das Forças Armadas
MRPP	Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

PCP	Partido Comunista Português
PCTP	Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses
PDM	Plano Diretor Municipal
PDUL	Plano Diretor de Urbanização de Lisboa
PEA	*Protest Event Analysis*
PEL	Plano Estratégico de Lisboa
PGUCL	Plano Geral de Urbanização de Lisboa
PIB	Produto Interno Bruto
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PPD	Partido Popular Democrático
PPM	Partido Popular Monárquico
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PSP	Polícia de Segurança Pública
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
RTS	*Reclaim The Street*
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
SMS	*Short Message Service*
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TVI	Televisão Independente
UDP	União Democrática Popular
UE	União Europeia
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UMRG	*Urban Morphology Research Group*
UMIC	Unidade de Missão para a Inovação e o Conhecimento
UNOR	Unidades de Ordenamento do Território
URA	União dos Resistentes Antifascistas
WWW	*World Wide Web*

Índice e Créditos de Figuras

Figura 2.1 - Ilustração preto e branco do espaço público aberto da cidade de Londres. Fonte: Hillier, 2007: p.117..... 71

Figura 2.2 - Mapa axial da cidade de Londres. Fonte: Hillier, 2007: p.117..... 71

Figura 2.3 - O espaço aberto estrutura de G. Fonte: Hillier; Hanson, 2005: 91..... 72

Figura 2.4 - Linhas axiais onde Y é o espaço convexo. Fonte: Hillier; Hanson, 2005: 91..... 72

Figura 3.1 - Perfil de elevação Praça Marquês de Pombal – Praça do Rossio. Fonte: *Google Earth* com intervenção da autora..... 78

Figura 4.1 - Distribuição pelas câmaras alta e baixa do parlamento das sessões em que se referiam às formas de protestos populares em Portugal (1822-1926). Fonte: Guimarães, 2017..... 100

Figura 4.2 - Número de sessões parlamentares com referências a tumultos, motins e greves (1822-1926). Fonte: Guimarães, 2017..... 100

Figura 4.3 - Número de artigos por ano. Fonte: Mendes e Seixas, 2005..... 104

Figura 4.4 - Dimensão espacial do protesto. Fonte: Mendes e Seixas 2005..... 104

Figura 4.5 - Tipo de protesto. Fonte: Mendes e Seixas, 2005..... 105

Figura 4.6 - Distribuição geográfica dos protestos (Distrito). Fonte: Mendes e Seixas, 2005..... 106

Figura 4.7 - Formas de protesto. Fonte: Mendes e Seixas, 2005..... 106

Figura 4.8 - Número de participantes por ano. Fonte: Mendes e Seixas, 2005..... 107

Figura 4.9 - Tipos de utilização de tecnologias digitais em práticas ativistas. Fonte: Campos *et al.,* 2016..... 110

Figura 4.10 - Número de eventos de protesto em Portugal e Espanha. Fonte: Fernandes *et al.,* 2021..... 112

Figura 4.11 - Mapa de localização dos 10 espaços públicos mais expressivos como palco de protesto entre 1974-2014. Fonte: elaborado pela autora..... 116

Figura 4.12 - Mapa de intensidade de ocupação de protestos entre 1974-2014. Fonte: elaborado pela autora..... 117

Figura 4.13 - Número de ocupações urbanas por manifestações de protesto urbano entre 1974 e 2014 por espaço público selecionado. Fonte: elaborada pela autora..... 117
Figura 4.14 - Ocupação dos espaços públicos por ciclo de governação. Fonte: elaborada pela autora..... 118
Figura 4.15 - Mapeamento das ocupações dos espaços por protestos fixos 1974-2014. Fonte: elaborada pela autora..... 119
Figura 4.16 - Número de protestos fixos por espaços públicos entre os anos de 1974-2014. Fonte: elaborada pela autora..... 120
Figura 4.17 - Espaços públicos que receberam protestos fixos por ciclos de governação política das cidades. Fonte: elaborada pela autora..... 120
Figura 4.18 - Mapa de ocupação dos espaços públicos (1974-2014) como pontos de partida. Fonte: elaborada pela autora..... 121
Figura 4.19 - Número de protestos por espaços públicos eleitos como pontos de partida entre os anos de 1974-2014. Fonte: elaborada pela autora..... 122
Figura 4.20 - Espaços públicos que se materializaram como ponto de passagem por ciclos de governação política das cidades. Fonte: elaborada pela autora..... 122
Figura 4.21 - Mapa de ocupação dos espaços públicos (1974 - 2014): pontos de passagem. Fonte: elaborada pela autora..... 123
Figura 4.22 - Espaços públicos que se materializaram como ponto de passagem nos protestos entre os anos de 1974-2014. Fonte: elaborada pela autora..... 124
Figura 4.23 - Espaços públicos que se materializaram como ponto de passagem por ciclos de governação política das cidades. Fonte: elaborada pela autora..... 124
Figura 4.24 - Mapa de ocupação dos espaços públicos (1974 - 2014): Pontos de Chegada. Fonte: elaborada pela autora..... 125
Figura 4.25 - Número de protestos por espaços públicos como ponto de passagem entre os anos de 1974-2014. Fonte: elaborada pela autora..... 126
Figura 4.26 - Ocupação global dos espaços públicos: protestos no ciclo da espontaneidade da sociedade civil (1974-1979). Fonte: elaborada pela autora..... 127

Figura 4.27 - Ocupações segmentadas no ciclo da espontaneidade da sociedade civil (1974-1979). Fonte: elaborada pela autora..... 128

Figura 4.28 - A) População e militares durante o cerco ao Quartel do Carmo no Largo do Carmo, dia 25 de abril de 1974; B) Transporte de Marcello Caetano no Largo do Carmo após a redenção. Fonte: A) Casa Comum, Fundação Mário Soares. ref.06897.039.012; B) Casa Comum, Fundação Mário Soares, Alfredo Cunha, ref. 06787.001.293..... 129

Figura 4.29 - A) Populares confraternizando com os militares no Chiado, dia 25 de abril de 1974; B) Manifestação de populares no Rossio. Fonte: A) Casa Comum, Fundação Mário Soares. ref.06278.06042; B) Casa Comum, Fundação Mário Soares, ref.. 06897.042.009..... 129

Figura 4.30 - A) Populares e militares no Terreiro do Paço, dia 25 de abril de 1974; B) Populares observam o aparato militar na Rua do Ouro, selando o acesso à Praça do Município. Fonte: A) Casa Comum, Fundação Mário Soares ref.07337.000.026; B) Casa Comum, Fundação Mário Soares ref.10079.001.037..... 130

Figura 4.31 - A) Populares na Praça dos Restauradores, dia 25 de abril de 1974; B) Populares concentrados no Largo do de Camões. Fonte: A) Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra, ref:1029; B) Biblioteca de Arte Fundação Gulbenkian, CFT164.280309..... 130

Figura 4.32 - Populares florindo com cravos vermelhos as armas dos militares. Fonte: "Heróis anónimos da Revolução dos Cravos". RTP notícias *online*, rtp.pt/noticias/40-anos-do-25-de-abril..... 131

Figura 4.33 - Concentração na Praça Marquês de Pombal da manifestação na avenida da Liberdade no dia 26 de abril de 1974. Fonte: "Reportagem de Fernando Balsinha". Arquivos RTP..... 132

Figura 4.34 - A) Comemoração de militares e civis, na então Rotunda da Avenida, no dia da vitória republicana em 1910; B) Comemoração de civis, na Praça Marquês de Pombal um dia após a Revolução dos Cravos de 1974. Fonte: A) Arquivo e Biblioteca da Fundação Mário Soares. B) "Reportagem de Fernando Balsinha", Arquivo RTP..... 132

Figura 4.35 - A) Desfile da Manifestação 1° de Maio de 1974 na Avenida Almirante Reis; B) Manifestação 1° de Maio de 1974 na Alameda Dom Afonso Henriques. Fonte: A) Ephemera, Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira, "Manifestação do Primeiro de Maio de 1974", foto n.52; B) Ephemera, Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira, "Manifestação do Primeiro de Maio de 1974", foto n.42..... 134

Figura 4.36 - A) Alameda Dom Afonso Henriques anos 60; B) 1° de Maio de 1974. Fonte: A) Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Estúdio Horácio Novais. Fotografia sem data. Produzida durante a atividade do Estúdio Horácio Novais, 1930-1980. Ref. CFT164 024438.ic. B) "1º de maio – Dia do trabalhador", Museu do Aljube Resistência e Liberdade..... 134

Figura 4.37 - PS e PPD denunciam Intersindical e PC que retribuem acusações de divisionismo: Sede Intersindical, Rua Vitor Cordon e Praça dos Restauradores. Fonte: "Sem título". Expresso p. 2. 03/05/1975. Arquivo Microfilme BNP..... 138

Figura 4.38 – Manifestações apartidárias de trabalhadores realizadas na Baixa Pombalina e Praça do Comércio no dia 11 de julho de 1975. Fonte: "Sem título". Expresso, 12/07/1975 – Arquivo Microfilme BNP..... 139

Figura 4.39 - Manifestação na Praça do Rossio. Fonte: "Sem título", Expresso pg.1, 20/03/1976. Arquivo Microfilme BNP..... 140

Figura 4.40 - Desfile 25 de Abril, Avenida da Liberdade, 1977. Fonte: "Comemorações do 3º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974". Arquivo RTP..... 141

Figura 4.41 - Mapa de ocupação dos espaços públicos: protestos no ciclo da institucionalização da vida política. Fonte: elaborada pela autora..... 143

Figura 4.42 - Ocupações nos espaços públicos segmentadas no ciclo da institucionalização da vida política. Fonte: elaborada pela autora..... 143

Figura 4.43 - Protesto contra política do Governo da AD no dia 19 de abril de 1980. Avenida da Liberdade e Praça do Comércio. Fonte: CAD- CGTP- IN. Ref: A82-41 e A82-31, 2011..... 145

Figura 4.44 - Manifestação contra Governo AD 21, de junho 1980 Praça do Comércio. Fonte: CAD – CGTP-IN – A099-29, 2011..... 145

Figura 4.45 - Cartaz CGTP. Fonte: Casa Comum, Mário Soares, ref. 09845-252..... 145

Figura 4.46 - Marcha da Paz, 16/01/1982. Av. Fontes Pereira de Melo. Fonte: CAD-CGTP-IN. C66-20..... 146

Figura 4.47 - Pré-greve Geral Rossio, dia 11 de fevereiro. Praça do Rossio. Fonte: CAD CGTP-IN c77-28..... 147

Figura 4.48 - Manifestação de trabalhadores Lisnave na Baixa Pombalina, no dia 29/05/1984. Rua Augusta Fonte: "trabalhadores Lisnave: salários em atraso", Expresso, 10/11/1984, p.22R. Arquivo Microfilme BNP..... 148

Figura 4.49 - Reportagem sobre proibição de protestos no Rossio e Restauradores. Fonte: "Abecassis proíbe manifestações no Rossio e Restauradores ". Expresso, 22/12/1984 - Arquivo Microfilme BNP..... 149

Figura 4.50 – Desfile na Avenida da Liberdade em direção à Praça do Rossio Fonte: "Comunistas violam acordo sobre discursos no Rossio" Expresso, p. 5, 27/04/1985. Arquivo Microfilme BNP..... 151

Figura 4.51 - Manifestações do 1º de Maio de 1986. Alameda Dom Afonso Henriques e Parque Eduardo VII Fonte: "Menos gente no 1° de Maio. Alameda Dom Afonso Henriques e Parque Eduardo VII". Expresso, p. 6, 03/05/1986. Arquivo Microfilme BNP..... 152

Figura 4.52 - Protesto pró-sindical da PSP na Praça do Comércio, 21 de abril 1989. Fonte: "Polícias conquistaram direitos há 33 anos, mas "muitas questões" continuam por resolver "Diário de Notícia Madeira 21/04/2022 – .dnoticias.pt..... 154

Figura 4.53 - Mapa da ocupação dos espaços públicos: protestos no ciclo da europeização. Fonte: elaborada pela autora..... 155

Figura 4.54 - Ocupações nos espaços públicos segmentadas no ciclo da europeização. Fonte: elaborada pela autora..... 156

Figura 4.55 - Manifestação da Guarda Florestal que antecedeu a greve. Fonte: "Guarda Florestal: da manifestação à greve em Março" Expresso, p. A8, 17-02-199. Arquivo Microfilme BNP..... 157

Figura 4.56 - Protesto de estudantes na Avenida 5 de Outubro em 1992. Fonte: "Estudantes protestam contra o aumento das propinas", 26/02/1992 Arquivo RTP..... 158

Figura 4.57 - Greve dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa. Praça Marquês de Pombal. Fonte: “Greves voltam ao Metro “, Expresso, p. A4, 11/04/1992. Arquivo Microfilme BNP..... 159
Figura 4.58 - A)” Protesto da polícia na Praça do Comércio. B) Protesto da polícia na Praça dos Restauradores. Fonte: A) “Polícias radicalizam “formas de luta”, Expresso, p.12 09/05/1992. Arquivo Microfilme BNP. B) “Luta de polícias está para durar Expresso”, p.A19 06/06/1992, Arquivo Microfilme BNP..... 160
Figura 4.59 - 1º de maio: UGT ocupa o Jardim da Torre de Belém e a CGTP-IN, a Avenida Almirante Reis Fonte: “1° de Maio: todos contra Cavaco”. Expresso, p. A10, 08/05/1993. Arquivo Microfilme BNP..... 161
Figura 4.60 - . Primeira manifestação registrada na Praça de Londres. Protesto UGT Fonte: - “UGT concretiza manifestação proibida”. Expresso, p. 1, 22/01/1994. Arquivo Microfilme BNP..... 161
Figura 4.61 - Protesto saindo da Praça Marquês de Pombal em direção à Assembleia da República. Fonte: “Semana em Revista”, Expresso, p. 15, 07/12/1996. Arquivo Microfilme BNP..... 163
Figura 4.62 - Protesto de estudantes contra propinas. Tùnel Avenida da República. “Coimbra segura luta antipropinas”. Expresso, p. 10, 22/11/1997. Arquivo BNP..... 164
Figura 4.63 - Imagem do protesto *online* Terraàvista. Fonte: Mídia na sociedade em rede – Cardoso p. 423, 2007..... 165
Figura 4.64 - Folheto divulgação da manifestação lúdica. Fonte: “Gente alegre e boa onda”. Expresso – p.10 e 11 30/01/1999 – Arquivo BNP..... 166
Figura 4.65 - Percurso e acontecimentos do desfile do protesto lúdico. Fonte:“Gente alegre e boa onda”. Expresso, p. 10 e 11 – 30/01/1999 – Arquivo BNP..... 167
Figura 4.66 - Percurso e acontecimentos do desfile do protesto lúdico. Fonte: “Gente alegre e boa onda”. Expresso, p. 10 e 11 – 30/01/1999 – Arquivo BNP..... 168
Figura 4.67 - Primeiro protesto urbano registado do movimento LGBTQIA+ Assembleia da República Fonte: - “Homossexuais excluídos”. Expresso, p. 8, 06/03/1999. Arquivo BNP..... 169
Figura 4.68 - Ocupação dos espaços públicos: protestos no ciclo da tecnologia da informação e comunicação. Fonte: elaborada pela autora..... 172

Figura 4.69 - Ocupações segmentadas nos espaços públicos no ciclo da tecnologia da informação e comunicação. Fonte: elaborada pela autora..... 173

Figura 4.70 - Protesto de estudantes. Rua Braamcamp e Escola de Direito UL Fonte: "SEMANA". Expresso, p. 2, 14/12/2002 e p. 2 16/11/2002. Arquivo BNP..... 174

Figura 4.71 - Protesto contra as alterações do pacote laboral proposto por Durão Barroso. Fonte: "Uma guerra à vista". Expresso, p. 3, 01/11/2002. Arquivo BNP..... 174

Figura 4.72 - Desfile do primeiro Fórum Social Português. Avenida da Liberdade Fonte: "Fórum Social partidarizado". Expresso, p. 14, 14/06/2003. Arquivo BNP..... 175

Figura 4.73 - Notícia sobre a primeira manifestação organizada por telemóvel em Portugal. Fonte: "Manifestação por telemóvel". Expresso 20/03/2004, p.10. Arquivo BNP..... 176

Figura 4.74 – Protesto nacional de professores e educadores Fonte:"Os dois lados da greve". Expresso, p. 16, 19-11-2005. Arquivo BNP..... 177

Figura 4.75 – Protesto do setor privado. Avenida da Liberdade. Fonte: "Sócrates, escuta, vem aí mais luta". Expresso, p. 6, 07/10/2006, Arquivo BNP..... 178

Figura 4.76 – Manifestação CGTP junta cerca de 200 mil pessoas nas ruas. Praça dos Restauradores.Fonte: "CGTP promete verão quente". Expresso, p. 4, 07/06/2008. Arquivo BNP..... 180

Figura 4.77 - Protesto contra o governo Sócrates. Avenida da Liberdade. Fonte: "Carvalho da Silva fala em corrupção e don Corleones em Portugal" Expresso, p. 2, 14/03/2009. Arquivo BNP..... 180

Figura 4.78 Protesto Geração à Rasca. Praça Marquês de Pombal. Fonte: "Ninguém sabe o que vai ser deles" Expresso p. 18, 19/03/2011. Arquivo BNP..... 182

Figura 4.79 - Desfile na Avenida da Liberdade e Praça do Rossio Geração à Rasca, 12 de março de 2011.Fonte: "Manifestação "Geração à Rasca" chega ao Rossio com mais de 200 mil pessoas". Expresso *online*, 12/03/2011 - expresso.pt..... 183

Figura 4.80 - -Assembleia popular na Praça do Rossio. Fonte: "Nasceu um parlamento no Rossio". Expresso, p. 22, 28-05-2011. Arquivo BNP..... 184

Figura 4.81 - Cartazes da Assembleia popular. Praça do Rossio. Fonte: "Nasceu um parlamento no Rossio". Expresso, p. 22, 28-05-2011. Arquivo BNP..... 184

Figura 4.82 - Ocupação massiva na Avenida da Liberdade pela manifestação Que se Lixe a *Troika*!. Fonte: "Manifestação "Que se lixe a troika"" 02/03/2013. Arquivo RTP 185

Figura 4.83 - Cartaz de divulgação do protesto cultural realizado na Praça de Espanha. Fonte: "Mais de 30 bandas e artistas fazem protesto em Lisboa". 10/10/2012. TVI Notícias *Online*..... 187

Figura 4.84 - "Redução de funcionários é prioridade". Assembleia da República. Fonte: "Redução de funcionários é prioridade ". Expresso, p. 4 e 5, 03/11/2012, Arquivo BNP. 187

Figura 4.85 - Manifestantes vestem de burgueses e protestam, com humor, contra a Troika. Praça dos Restauradores. Fonte: "Viva a *Troika*!". Expresso, p. 15, 26/10/2013, Arquivo BNP..... 188

Figura 4.86 – Manifestação 25 de Abril e o uso de símbolos da Revolução dos Cravos. Avenida da Liberdade Fonte: "Cabe tudo na avenida: gente, protestos e uma música chamada 'Grândola'. Expresso, 27/04/2013, Arquivo BNP..... 189

Figura 4.87 - A) Cartaz de Maria Helena Vieira da Silva, "A poesia está na rua", de 1974.Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, ref.: CAR NA C2458; B) Cartaz (autor desconhecido) "25 de abril: Festa da Liberdade: Festa da Democracia". Fonte: Registro: 6010/278 Ficheiro: (06) 25 de abril Cota: Est. 1 Prat. 3 Past, Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra; C) Cartaz de Sérgio Guimarães, de 1974. Fonte: Biblioteca Nacional, acervo de cartazes/ Portugal 25 abril 1974/ ([Lisboa]: Tip. Anuário) - 1 cartaz: color; 69x48 cm..... 190

Figura 4.88 - A) Manifestantes da Geração à Rasca 2011 na Avenida da Liberdade e o uso do cravo, símbolo da Revolução dos Cravos. B) Manifestantes da "Que se Lixe a *Troika*" na Avenida da Liberdade e o uso do cartaz "O povo é que mais ordena", parte da música Grândola Vila Morena, símbolo da Revolução dos Cravos. Fonte: A) "Da Rotunda ao Terreiro do Paço, passando pelo Parlamento". Expresso *online*, 23/03/2013 expresso.pt. B) "Geração à Rasca registada como marca". Expresso *online*, 11/05/2011. expresso.pt..... 190

Figura 4.89 A) Manifestação do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) na Praça do Rossio. B) Protesto da Geração à Rasca, 12 de Março de 2011. Fonte:A) Casa Comum Fundação Mário Soares, Arquivo Mario Varela Gomes, ref. 06897.042.009 B) 5dias.wordpress.com, 30/06/2013 por João Labrincha…….. 191

Figura 4.90 - Eixo Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio. Fonte: Planta de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente, CML, com intervenções da autora..... 192

Figura 4.91 Foto aérea destacando o Eixo Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio. Fonte: "Tras los pasos de la Revolución de los Claveles en Lisboa, 48 años Después", Naiz *online,* 24/04/2022. naiz.eus - com intervenção da autora..... 193

Figura 5.1 - Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa - PGUEL (Etienne de Groer) 1948 CML. Fonte: Gabinete de Estudos de Urbanização GEU (Guimarães Lobato, 1959) - CML. GUCL 1967, PuB. 1977, CML. Plano Estratégico de Lisboa - PEL - 1992 – CML..... 198

Figura 5.2 - Mapa Cartográfico Histórico 1911, Silva Pinto - Lisboa Interativa. Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, websig.cm-lisboa.pt..... 200

Figura 5.3 - Mapa Axial Lisboa 1911, integração global (HH). Fonte: elaborada pela autora..... 201

Figura 5.4 - HhR3 - Mapa axial 1911 raio 3. Fonte: elaborada pela autora..... 202

Figura 5.5 - Mapa Axial 1911, Conectividade (*Connectivity*). Fonte: elaborada pela autora..... 203

Figura 5.6 - Mapa Axial Lisboa, Escolha (*Choice*). Fonte: elaborada pela autora..... 204

Figura 5.7 - Mapa cartográfico histórico 1970. Fonte: Lisboa Interativa Câmara Municipal de Lisboa..... 205

Figura 5.8 - Mapa Axial Lisboa 1970, Integração global (HH). Fonte: elaborada pela autora com cocriação de Arthur Dornellas Oliveira..... 206

Figura 5.9 - HhR3 Mapa Axial Lisboa 1970, Integração local (HhR3). Fonte: elaborada pela autora com cocriação de Arthur Dornellas Oliveira..... 207

Figura 5.10 - Mapa Axial 1970, Conectividade (*Connectivity*). Fonte: elaborada pela autora com cocriação de Arthur Dornellas Oliveira..... 208

Figura 5.11 - Mapa Axial Lisboa 1970, Escolha (*Choice*). Fonte: elaborada pela autora com cocriação de Arthur Dornellas Oliveira..... 209

Figura 5.12 - Mapa Axial Lisboa 2005, Integração Global (HH) - Teresa Heitor e João Pinelo, 2013. Fonte: cedido por Rosália Guerreiro no curso de doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos, ISCTE-IUL..... 210
Figura 5.13 - Hhr3 Hhr3 2005, Integração Global (HH) - Teresa Heitor e João Pinelo, 2013. Fonte: cedido por Rosália Guerreiro no curso de doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos, ISCTE-IUL..... 211
Figura 5.14 - Mapa Axial 2005, Conectividade (*Connectivity*) - Teresa Heitor e João Pinelo. Fonte: cedido por Rosália Guerreiro no curso de doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos..... 212
Figura 5.15 - Mapa Axial Lisboa 2005, Escolha (*Choice*) - Teresa Heitor e João Pinelo. Fonte: cedido por Rosália Guerreiro no curso de doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos, ISCTE-IUL..... 213
Figura 5.16 - Integração Global RN (HH) 2005 e pontos de partida dos protestos entre 1974 e 2014. Fonte: da autora..... 214
Figura 5.17 - Integração local (R3) 2005 e pontos de partida dos protestos entre 1974 e 2014. Fonte: da autora..... 215
Figura 5.18 - Escolha (*Choice*) 2005 e pontos de partida dos protestos entre 1974 e 2014. Fonte: da autora..... 216
Figura 5.19 - Integração Global RN (HH) 2005 e pontos de passagem dos protestos entre 1974 e 2014. Fonte: da autora..... 217
Figura 5.20 - Integração Global R3 2005 e pontos de passagem dos protestos entre 1974 e 2014. Fonte: da autora..... 218
Figura 5.21 - Escolha (*Choice*) 2005 e pontos de passagem dos protestos entre 1974 e 2014. Fonte: da autora..... 219
Figura 5.22 - Integração global RN (HH) 2005 e pontos de chegada dos protestos entre 1974 e 2014. Fonte: da autora..... 220
Figura 5.23 - Integração local (R3) 2005 e pontos de chegada dos protestos entre 1974 e 2014. Fonte: da autora..... 221
Figura 5.24 - Escolha (*Choice*) 2005 e pontos de chegada dos protestos entre 1974 e 2014. Fonte: da autora..... 222
Figura B.1 - Mapa georreferenciado Todos os Pontos (1974 - 2014) Fonte: elaborado pela autora..... 298

Figura B.2 - Mapa georreferenciado Pontos de Partida (1974 - 2014). Fonte: elaborado pela autora..... 299
Figura B.3 - Mapa georreferenciado Pontos de passagem (1974 - 2014). Fonte: elaborado pela autora..... 299
Figura B.4 - Mapa georreferenciado Pontos de chegada (1974 - 2014). Fonte: elaborado pela autora..... 300
Figura B.5 - Mapa georreferenciado Pontos Fixos (1974 - 2014). Fonte: elaborado pela autora..... 300
Figura B.6 - Mapa georreferenciado de apropriações no ciclo da espontaneidade. Fonte: elaborado pela autora..... 301
Figura B.7 - Mapa georreferenciado de apropriações no ciclo da institucionalização da vida pública Fonte: elaborado pela autora..... 301
Figura B.8 - Mapa georreferenciado de apropriações no ciclo da europeização. Fonte: elaborado pela autora..... 302
Figura B.9 - Mapa georreferenciado de apropriações no ciclo da tecnologia da informação e comunicação Fonte: elaborado pela autora..... 302

Índice[1]

Agradecimentos..... iv
Resumo..... v
Abstract..... vi
Índice de Siglas..... vii
Índice e Créditos de Figuras ……..... ix

Capítulo 1 - Introdução..... 24
1.1 Apresentação do tema..... 24
1.2 Pesquisa..... 29
1.2.1 Objetivos..... 32
1.2.2 Hipótese..... 33
1.2.3 Estrutura..... 33
1.2.4 Contribuições..... 44

Capítulo 2 - A Cidade e o Espaço Público..... 46
2.1 O espaço público e o espaço político..... 46
2.2 Espaço público urbano..... 57
2.3 Configuração urbana e dinâmicas socioespaciais..... 65

Capítulo 3 – O Eixo Praça Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio. 76
3.1 Composição e caracterização dos espaços públicos do eixo..... 77
3.2 Evolução territorial e os espaços públicos precedentes ao eixo..... 82
3.2.1 Rossio: o núcleo histórico da vida urbana da cidade..... 82
3.2.2 Plano de expansão de Lisboa: Avenida da Liberdade e a nova ordem urbana… 88

[1] Este trabalho foi revisado de acordo com as novas regras ortográficas aprovadas pelo Acordo Ortográfico assinado entre os países que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em vigor no Brasil desde 2009. Foi formatado de acordo com as Normas Gráficas do ISCTE e da APA.

3.3 A revolução republicana e consolidação da Praça do Marquês de pombal e a origem do eixo como palco de manifestação..... 91
3.4 O eixo: novos fluxos e dinâmicas espaciais..... 95

Capítulo 4 - O Espaço Público e as Manifestações de Protesto em Portugal..... 98
4.1 Panorama das manifestações em Portugal: contribuições da literatura..... 98
4.2 A construção dos espaços públicos de Lisboa como palco de manifestações de protesto (1974-2014) 113
4.3 Enquadramento do jornal Expresso..... 113
4.4 Análise quantitativa global dos principais espaços públicos..... 115
4.5 Análise quantitativa global por ciclos de governação..... 118
4.5.1 As manifestações de protesto no ciclo da espontaneidade (1974-1979) 126
4.5.2 Narrativa dos protestos nos espaços públicos no ciclo da espontaneidade (1974-1979) 128
4.5.3 As manifestações de protesto no ciclo da institucionalização da vida política (1980-1989) 142
4.5.4 Narrativa dos protestos nos espaços públicos no ciclo da institucionalização da vida política..... 144
4.5.5 As manifestações de protesto no ciclo da europeização (1990-2001) 154
4.5.6 Narrativa dos protestos nos espaços públicos no ciclo da europeização..... 156
4.5.7 As manifestações de protesto no ciclo da tecnologia da informação e comunicação (2002 -)..... 170
4.5.8 Narrativa dos protestos nos espaços públicos no ciclo da tecnologia da informação e comunicação..... 173
4.5.9 O eixo como palco principal das manifestações de protesto..... 192

Capítulo 5 - A análise configuracional do Eixo: Sintaxe Espacial..... 196
5.1 Observação do Eixo Praça Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio, por meio de mapas axiais de 1911, 1970 e 2005..... 196
5.1.1 Evolução do planejamento urbano de Lisboa..... 196

5.1.2 Análise do eixo Praça Marquês de Pombal - Praça do Rossio com base no Mapa Axial de 1911..... 200
5.1.3 Análise do eixo Praça Marquês de Pombal - Praça do Rossio com base no Mapa Axial de 1970..... 205
5.1.4 Análise do eixo Praça Marquês de Pombal - Praça do Rossio com base no Mapa Axial de 2005..... 210
5.2 Correlação entre dados configuracionais e densidade de protestos nos espaços públicos..... 213
5.2.1 Sobreposição dos pontos de partida com o Mapa Axial de Integração Global 2005..... 214
5.2.2 Sobreposição dos pontos de passagem com o Mapa Axial de Integração Global 2005..... 217
5.2.3 Sobreposição dos pontos de chegada com o Mapa Axial de Integração Global 2005..... 220

Capítulo 6 - Considerações Finais..... 224

Referências Bibliográficas..... 248

Anexos 259
Anexo A - Tabela; Base de dados efetuada por meio do jornal Expresso entre 1974 e 2014..... 259
Anexo B – Mapeamento Qgis..... 298

Capítulo 1

Introdução

1.1 Apresentação do tema

O interesse pela pesquisa do espaço público como palco de manifestações de protesto parte do desenvolvimento da dissertação de mestrado *Cidades Criativas Espontâneas*, defendida no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), na Escola de Sociologia e Políticas Públicas em 2015, pela autora. A partir dessa investigação, foi possível observar que as mudanças globais das cidades contemporâneas geraram nova atitude na compreensão do espaço público. O paradoxo em torno da democracia contemporânea dentro de um contexto de globalização e revolução tecnológica, tem-se refletido de forma notável na expansão e expressão das cidades, da sociedade e da cidadania.

Na dissertação foi constatado que a partir de 2010 o número de protestos urbanos multiplicou-se quando as redes sociais trouxeram um despertar às perceções cívicas locais ao mesmo tempo em que apresentaram uma contextura global. Houve um acréscimo de manifestações nos espaços públicos das cidades em todo o mundo a partir da disseminação do uso das redes sociais, juntamente com o lançamento dos *smartphones* em 2007. De forma geral, as manifestações englobam em si diferentes características, pelas particularidades dos seus cenários socioculturais e políticos, apresentando diferentes dinâmicas sociais (Amorim, 2015).

No entanto, a maioria das manifestações surgiu de protestos de massas realizados nos espaços públicos das cidades, onde se verificam a articulação e comunicação por meio de redes sociais virtuais, tomando a dimensão de uma ação global. Entre eles se destaca a "Primavera Árabe", que derrubou regimes políticos na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen, influenciando as ocupações em *Wall Street*, nos Estados Unidos da América, e mais tarde a Revolta Turca, em Istambul. Na Europa ganharam destaque as revoltas no subúrbio de Londres, ocupações e greves em Espanha e Grécia. Em Portugal, os protestos em 2011: "Geração à Rasca" e "Dia de Ação Global"; 2012: "Greve Geral", "Primavera Global" e" Que se Lixe a *Troika*" constituem as manifestações de maior dimensão após o 25 de Abril. No âmbito português, a capital Lisboa tornou-se central nas manifestações político-sociais, apresentando as mesmas características das manifestações globais (Amorim, 2015).

Durante o processo da pesquisa de dissertação de mestrado, foi possível compreender melhor que há nessas ações uma mudança do desejo coletivo de transformar a cidade,

remodelando os processos de relação civil nos espaços públicos e, consequentemente, os modos de viver a cidade. Essas ocupações do espaço público geraram práticas culturalmente significantes e incorporaram processos de construção da identidade tanto da comunidade quanto da cidade, onde esses grupos tentavam atribuir um novo significado ao espaço urbano para torná-lo um lugar de inter-relações da geração vigente.

Com essas considerações, surgiram questionamentos para além das questões cívicas e culturais, levantando discussões acerca da relação entre a construção simbólica do espaço, as representações dos espaços públicos, a configuração da cidade e as dinâmicas sociais de protestos. Nesse contexto, identificou-se como objeto central de análise desta investigação o eixo formado pela Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio, dada a sua recorrente utilização enquanto palco das principais manifestações públicas em Lisboa. Tal constatação motivou o desejo de compreender e revelar os espaços públicos singulares na história político-social da capital portuguesa, assim como constatar os motivos pelos quais esses lugares foram sistematicamente eleitos para a ocupação coletiva e como se tornaram tão significativos para a constante ocorrência de manifestações de protesto.

Apesar dos estudos entre os espaços públicos e as manifestações de protesto impossibilitar o domínio de todos os campos abrangentes sobre o tema e a relação entre eles ser pouco explorado no campo da arquitetura e urbanismo, as discussões acerca dos espaços públicos como palco de protestos nas cidades têm obtido relevância na contemporaneidade. A temática das manifestações e ocupações dos espaços públicos encontra-se atrelada à crise da cidade juntamente com diversas frentes de disputa do espaço.

No ponto de vista de Lefebvre (2006), foi no período do processo de industrialização da sociedade que se observou o momento de divisão entre o rural e o urbano, iniciando um conjunto de profundas transformações nos modelos, planificações e programas e, consequentemente, a crise das cidades. A perda da função social do espaço público, devida à gradativa privatização deste, fez emergir análises acerca das manifestações de ocupações urbanas, as quais se apropriam dos espaços públicos das cidades com expressões e contestações, confrontando diretamente com o planejamento urbano estabelecido (Harvey, 2014).

A realização de percursos dos seus habitantes dentro das cidades foi pensada por Robert Park (1990), ao descrever a cidade como um fenómeno natural, onde a comunicação tem um papel fundamental na existência de uma sociedade, afirmando que todos os fatores que limitam ou facilitam a comunicação fazem parte da sua estrutura e da sua organização. Para o fundador

da Escola de Chicago[2], o fato de qualquer indivíduo poder ser suscetível de se deslocar no espaço assegura-lhe uma experiência particular, que lhe é própria, e essa experiência – obtida durante as suas vivências no espaço – concede-lhe um ponto de vista independente, ou seja, torna-se o ponto de partida de uma ação individual.

Assim, para um indivíduo, o fato de ter uma experiência única e de ter consciência disso faz com que o ator social tenha disposição para pensar e agir em função dessa experiência - que está estreitamente ligada à sua memória -, o que o constitui como pessoa. Com esse pensamento, questionamos se a experiência do deslocamento e ocupação no espaço for realizada não por um indivíduo, mas por um conjunto de pessoas que procuram o mesmo objetivo; se a memória coletiva ocorreria como um conjunto de lembranças formadas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. Maurice Halbwachs (1990) explica que a eficiência da memória é determinada não pela ligação de uma pessoa a determinado lugar, mas pela ligação de um coletivo ao qual essa pessoa pertence.

Halbwachs mostra de forma decisiva a relação constitutiva entre memória e espaço e assinala as formas pelas quais determinado espaço é representado pela via da memória e ao mesmo tempo as maneiras pelas quais a memória está vinculada, lastreada e delimitada por determinado espaço. No seu ponto de vista, "há tantas maneiras de representar o espaço quantos sejam os grupos" (Halbwachs, 1990, p. 159), assim como cada sociedade recorta o espaço a seu modo, constituindo um quadro fixo onde encerra e localiza as suas lembranças. Desse modo, questiona-se se, ao ocuparem e percorrerem variados espaços, os cidadãos conseguem por meio da marcha em grupo modificar as atribuições simbólicas de determinado lugar de modo a articulá-las como componentes estéticos das suas próprias ações.

Esses questionamentos vão ao encontro do pensamento de Lefebvre (2006), que afirma que o espaço passa a ser visto a partir dos olhos dos que o vivenciam, tornando-se explícitos os significados socialmente construídos acerca dele e fazendo deste um produto da construção coletiva ao revelar o espaço como um elemento central no processo de afirmação e legitimação da organização social que se constituiu. Diante disso, este estudo parte do princípio de que as dinâmicas espaciais de protestos urbanos são fundamentais na análise dos espaços públicos como representações do campo simbólico e político. Lefebvre (2012) salienta a importância da relação entre a cidade e as dinâmicas sociais:

[2] A partir de 1920, a análise das relações entre espaço e sociedade é significativamente ampliada pelos estudos da Escola de Chicago, que conseguiram suplantar os conceitos de diversidade e de interação social, presumindo que o espaço urbano possui características específicas que coíbem ou encorajam determinados comportamentos.

> A cidade é obra, mais aproximável da obra de arte do que de um simples produto material. Se há produção da cidade e das relações sociais na cidade, tal constitui uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais que uma produção de objetos. A cidade tem uma história: ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam esta obra em condições históricas. As condições que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades não bastam para explicar o que nasce delas, nelas e por elas (Lefebvre, 2012, p. 56).

As estruturas espaciais organizam não apenas a representação da esfera de uma coletividade, mas também a própria coletividade organiza a si mesma de acordo com essa representação. David Harvey (2008, p.219) sugere que "as ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência mediante a qual aprendemos quem somos ou o que somos na sociedade". Raymond Ledrut (1980, p.89), afirma que é impossível considerar separadamente os espaços, as suas representações e as individualidades sociais, afirmando que eles estão em interação constante. Esse pensamento corrobora a perspetiva de Edward Soja (1993, p. 21), ao afirmar que as histórias têm como suporte "ambientes, locais imediatos e localizações provocativas que afetam o pensamento e a ação". No mesmo sentido é sugerido por Manuel Castells (1974, p. 141): "o espaço é um produto material em relação a outros elementos materiais, incluindo os homens, que contraem certas relações sociais, que dão ao espaço uma forma, uma função, um significado social". Afirma, ainda, que o homem se modifica e altera seu ambiente a partir do seu empenho pela vida e da apropriação de sua obra. Manuel Castells (1999, p. 500) revela que "o espaço é o suporte material de práticas sociais de tempo compartilhado e que tem sempre um sentido simbólico". Isso vai ao encontro do pensamento de Milton Santos (2004, p. 173), que sugere que "o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto outros criam novas formas para se inserir dentro dela".

Jane Jacobs (2011) traz uma crítica pioneira à arquitetura moderna sobre as implicações sociais das configurações arquitetónicas. A autora foca suas análises na escala dos bairros e conjuntos habitacionais, considerando um espaço urbano bem-sucedido aquele que dispõe de experiências e motivações proporcionadas a partir da vivência na cidade, onde diferentes pessoas encontram-se e interagem, mesmo que de modo transitório. Outro aspeto abordado por Jacobs (2011) são os espaços seguros, que se dão devido tanto a uma consequência da intensa utilização quanto do estímulo de uso, dependendo de quatro condições físico-espaciais para obter uma diversidade urbana: usos principais combinados, quadras curtas, prédios antigos; e concentração de pessoas. Essas condições são indispensáveis para que as pessoas se motivem a andar nas ruas, criando, assim, uma rede de controle informal.

Com base nesse pensamento, surgem várias vertentes da relação entre a estrutura espacial e as sociedades desenvolvidas, que assumem que a conformação física do espaço é indissociável das dinâmicas sociais. Entre elas, a Sintaxe Espacial surge em torno das perguntas relativas de como e até que ponto a configuração espacial afeta e influencia o funcionamento das cidades, a fim de analisar a relação entre as dinâmicas sociais - padrões de uso e ocupação - e a forma do espaço. Os autores Bill Hillier e Julienne Hanson (2005) apresentam a teoria e o método da Sintaxe Espacial para pesquisar a relação entre sociedade e espaço, fundamentados na análise organizacional e na descrição da conformação espacial, com suporte no processo de relações, na análise e mensuração de parâmetros de comportamento e uso do espaço, e na correlação entre as propriedades estruturantes e os padrões de uso.

Desse modo, a maneira como os espaços se envolvem entre si - na qualidade de estrutura de permeabilidades e barreiras - retrata modelos sociais estabelecidos. Nesse sentido, a teoria verifica a conformação espacial mediante as relações determinadas entre os espaços, a partir de um sistema. Bill Hillier (2007) elaborou a Sintaxe Espacial ao assinalar as dimensões analíticas e configuracionais da teoria, utilizando técnicas a partir do suporte em *softwares*, para a compreensão das configurações espaciais, associando análises quantitativas, padrões e técnicas matemáticas. A utilização desse método permitiu ao autor produzir atributos eficientes para quantificar relações entre o movimento nos espaços e a rede das cidades. A teoria procura, então, compreender o espaço construído por intermédio das possibilidades de deslocamento que o espaço apresenta.

> *Urbanity, we suggest, is not so mysterious. Good space is used space. Most urban space use is movement. Most movement is through movement, that is, the by-product of how the grid offers routes from everywhere to everywhere else. Most informal use is also movement related, as is the sense and fact of urban safety. Land uses and building density follow movement in the grid, both adapting to and multiplying its effects. The urban buzz, or the lack of it when it suits us, is the combination of these, and the fundamental determinant is the structure of the grid itself. The urban grid through its influence on the economy movement is the fundamental source of the multifunctionality that gives life to cities* (Hillier, 2007, p. 127).

A teoria da Sintaxe Espacial volta-se para a análise da configuração espacial entendida, exclusivamente, como sistema de articulação entre espaços, não considerando as qualidades plásticas, simbólicas ou funcionais de um espaço, tampouco as qualidades estéticas arquitetónicas. É de se ressaltar que o contraponto desse método é usado para complementar as análises da presente investigação, juntamente com as análises da transformação de significados dos espaços públicos e as suas respetivas representações, bem como de usos e de práticas sociais ao longo do tempo.

Tendo em conta a problemática do tema, pressupõe-se a importância e necessidade de considerar a diversidade de abordagens e perspetivas para pesquisar os espaços públicos em que ocorrem as dinâmicas de protestos urbanos. Releva-se a convicção deste estudo de que o desenvolvimento da análise, tanto dos aspetos físicos como da simbologia e representação espacial, das questões históricas e sociais, é importante para a compreensão da construção dos espaços públicos como cenário de dinâmicas de manifestações de protesto.

Levando em conta o que foi apresentado, realça-se a relevância dada à temática do espaço público e das dinâmicas socioespaciais nas cidades na atualidade, o que evidencia a pertinência de investigar as ocupações dos espaços públicos a partir das manifestações de protesto. Contando que esses espaços são emergentes de novas culturas e práticas urbanas contemporâneas, foram levantados questionamentos acerca de quais seriam as qualidades dos espaços escolhidos como palco de manifestações de protesto dentro das cidades e como e por que certos espaços e trajetos são eleitos em detrimento de outros. Neste contexto, a investigação tem como objeto o eixo urbano formado pela Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio, espaço sistematicamente apropriado como cenário de mobilizações públicas na cidade de Lisboa, cuja recorrência histórica e simbólica o torna um caso paradigmático para o estudo. A análise centrou-se em revelar e observar os espaços públicos relevantes como palco de manifestações na cidade de Lisboa, entendendo que há necessidade de evidenciar os principais motivos e motivações da escolha desses espaços pela população lisboeta, além de construir uma narrativa da cidade a partir das manifestações de protesto nos espaços públicos de Lisboa.

As análises da investigação oferecerão novas possibilidades de retratar a relação entre o espaço e a sociedade, contribuindo com um novo enfoque para o entendimento acerca do espaço público ao verificar as possíveis transversalidades teóricas a partir dos processos de ocupações, construção histórica espacial e da configuração urbana.

1.2 Pesquisa

A investigação que aqui se apresenta parte da constatação de que o eixo formado pela Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio tem sido sistematicamente eleito como o principal percurso das manifestações de protesto na cidade de Lisboa. Essa recorrência, observada ao longo das últimas décadas em reportagens de imprensa, registos fotográficos e o nosso acompanhamento direto de manifestações, fundamentou a hipótese inicial da pesquisa, construída a partir de uma combinação entre a nossa observação empírica, análise preliminar

de notícias e perceção da centralidade simbólica e mediática desse percurso enquanto território de ação política. Tal como ocorre noutras capitais europeias, os protestos em Lisboa tendem a concentrar-se em eixos urbanos centrais, historicamente significativos, com forte visibilidade e fácil acesso. Em Paris, por exemplo, o percurso que liga *a* Place de la République à Place de la Bastille constitui um dos corredores mais utilizados em manifestações; em Madrid, a Gran Vía e o eixo entre a Atocha e a Puerta del Sol cumprem um papel semelhante. Em Berlim, o trajeto entre a Alexanderplatz e o Portão de Brandemburgo é frequentemente ocupado por protestos de diversas naturezas. Esses exemplos evidenciam uma lógica comum na escolha dos espaços de protesto: a preferência por avenidas monumentais e praças centrais que oferecem tanto infraestrutura para o deslocamento coletivo quanto densidade simbólica e mediática.

A investigação propõe assim compreender os fatores que sustentam a persistência do eixo Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio, como principal palco das manifestações urbanas, mesmo diante das transformações sociais, políticas e espaciais da cidade.

A pesquisa desenvolve-se em três momentos analíticos principais. O primeiro é dedicado à contextualização histórica da construção dos espaços públicos em questão, acompanhando seu desenvolvimento até a conformação do eixo composto pela Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio. A análise recua até ao período do Estado Novo, momento que antecede o recorte temporal adotado nesta pesquisa. Ao longo desse percurso, busca-se compreender tanto a constituição física desses espaços, sua implantação, forma e integração na malha urbana, quanto os significados simbólicos que foram sendo atribuídos a eles, e que contribuíram para a sua consolidação como o principal percurso de manifestações públicas em Lisboa.

De acordo com Robalo (2018), o direito fundamental de manifestação foi consagrado pela primeira vez na Constituição de 1976, no artigo 45.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, que estabelece: "A todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação". Este direito é também regulado pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto, que determina:

> A todos os cidadãos é garantido o livre exercício do direito de se reunirem pacificamente em lugares públicos, abertos ao público e particulares, independentemente de autorização, para fins não contrários à lei, à moral, aos direitos das pessoas singulares ou coletivas e à ordem e à tranquilidade pública (Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto, artigo 1.º. In: *Diário do Governo*, I Série, n.º 202, 29 de agosto de 1974).

A possibilidade de exercício pleno desse direito tornou-se efetiva a partir da Revolução de 25 de Abril de 1974, que pôs fim à ditadura do Estado Novo e abriu caminho à redemocratização do país. Após décadas em que o direito de reunião foi suprimido, a cidade passou a ser intensamente ocupada por manifestações sociais e políticas. É nesse contexto que se insere a presente investigação, buscando compreender de que modo determinados espaços públicos se tornaram preferenciais no imaginário e na prática dos protestos urbanos em Lisboa.

No segundo momento da pesquisa, realiza-se o mapeamento e a construção de uma narrativa dos protestos realizados entre os anos de 1974 e 2014. A recolha de dados baseou-se em reportagens e notas do jornal *Expresso*, periódico semanal selecionado por sua abrangência editorial e continuidade histórica constituindo-se uma fonte fundamental para o período em análise, de 1974 a 2014. Essa escolha justifica-se por cinco razões principais: a) o recuo até 1974, ano de inflexão política, social e económica em Portugal; b) a abrangência até 2014, quando o país é atravessado por protestos que dialogam com as mobilizações globais da década de 2010, com Lisboa como epicentro nacional; c) o fato de Lisboa, apesar de sua centralidade administrativa e política, ainda ser um território pouco investigado quanto às dinâmicas espaciais dos protestos urbanos; d) a continuidade temporal ininterrupta do periódico; e) o facto de ser um jornal semanal — permitindo maior consistência analítica e estabilidade editorial —, o que torna particularmente factível a recolha sistematizada de dados para o presente estudo.

Com base nesses dados, a pesquisa analisa a persistência do eixo Marquês de Pombal–Avenida da Liberdade–Rossio como espaço nuclear dos protestos urbanos, mesmo diante da progressiva redemocratização e da expansão territorial da cidade. A narrativa construída a partir das manifestações busca demonstrar como os usos reiterados, a memória coletiva e os significados atribuídos a esses espaços contribuem para a sua centralidade simbólica na geografia política da cidade.

Por fim, no terceiro momento da investigação, aplica-se uma abordagem experimental ancorada na Teoria da Lógica Social do Espaço ou Sintaxe Espacial (Hillier, 2007; Hillier & Hanson, 2005), por meio da elaboração de mapas axiais históricos. O objetivo é compreender se a conformação espacial da cidade influencia a escolha dos espaços públicos utilizados nas manifestações, partindo da premissa de que o espaço, para além de seu carácter físico, carrega também dimensões sociais e políticas.

Dessa forma, a pesquisa articula as dimensões simbólica, histórica, empírica e configuracional para compreender de que modo certos espaços públicos se consolidam como

territórios privilegiados de protesto e como essa escolha está enraizada tanto na memória coletiva quanto na morfologia urbana de Lisboa.

1.2.1 Objetivos

O objetivo principal desta tese é demonstrar como o eixo formado pela Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio se consolidou e permaneceu, ao longo das décadas, como o principal percurso de manifestações de protesto em Lisboa, mesmo após a redemocratização do país e diante das transformações territoriais e da expansão urbana da cidade. Parte-se da premissa de que, mais do que um suporte físico, este eixo representa um território de visibilidade política e de memória coletiva que sustenta práticas recorrentes de ação coletiva.

Para alcançar esse objetivo, a investigação baseia-se numa abordagem metodológica articulada em duas frentes complementares: a análise quantitativa e a análise qualitativa, ambas fundamentadas em dados recolhidos a partir das reportagens do arquivo jornal *Expresso*, entre os anos de 1974 e 2014. Esses dados permitiram, por um lado, a construção de uma base georreferenciada, utilizada para o mapeamento da recorrência dos protestos por meio do software QGIS; e, por outro, a elaboração de uma narrativa da cidade a partir dos protestos, com foco na construção simbólica dos espaços públicos mais frequentemente ocupados.

Os objetivos específicos da investigação foram definidos da seguinte forma:

a) Mapear os espaços públicos mais frequentemente ocupados por manifestações de protesto entre 1974 e 2014, com base na sistematização quantitativa dos dados do arquivo jornal *Expresso*;

b) Construir uma narrativa da cidade a partir das manifestações de protesto, a fim de revelar os processos de construção simbólica e de memória urbana que marcam os espaços públicos recorrentes;

c) Elaborar mapas axiais históricos para compreender a expansão da cidade e a reconfiguração dos fluxos urbanos ao longo do tempo;

d) Analisar se há relação entre a configuração espacial da cidade e a persistência de certos espaços públicos como lugares centrais de protesto, em especial o eixo Marquês de Pombal –Avenida da Liberdade –Rossio;

e) Experimentar procedimentos metodológicos inovadores que articulem dados quantitativos, qualitativos e configuracionais para investigar as ocupações dos espaços públicos em contextos de protesto urbano.

1.2.2 Hipótese

Parte-se, nesta tese, da hipótese de que a escolha e a recorrência de determinados espaços públicos como palcos de manifestações urbanas em Lisboa resultam de uma transversalidade entre a sua carga simbólica e a sua configuração espacial, sendo o simbolismo e a memória coletiva os principais fatores mobilizadores dessas ocupações. Argumenta-se que são as camadas de significado histórico, político e afetivo atribuídas a determinados lugares reforçadas por sua presença na memória urbana e nas narrativas públicas, que os tornam preferenciais enquanto territórios de visibilidade e contestação.

A hipótese central propõe, ainda, que o eixo formado pela Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio não apenas se consolidou como o principal percurso de manifestações na cidade de Lisboa, mas manteve essa centralidade mesmo após o processo de redemocratização iniciado em 1974, apesar das transformações espaciais e da expansão urbana da cidade nas décadas seguintes. Esse percurso resiste à obsolescência funcional ao manter sua relevância simbólica e política na geografia dos protestos urbanos contemporâneos.

Embora a configuração espacial desempenhe um papel relevante ao fornecer condições físicas que favorecem a ocupação — como acessibilidade, continuidade e escala —, ela atua de forma secundária e complementar em relação ao simbolismo. O foco da investigação recai, portanto, sobre a forma como as representações coletivas e a memória histórica da cidade conformam a espacialidade dos protestos, e como essa dinâmica se manifesta concretamente na eleição reiterada desse eixo ao longo do tempo.

1.2.3 Estrutura

A presente tese está organizada em seis capítulos. O primeiro capítulo corresponde à introdução da investigação, onde se apresenta o tema, a problematização, os objetivos, a hipótese, a justificativa e a metodologia adotada. Esta seção inicial estabelece as bases teóricas e conceituais que guiaram o desenvolvimento da pesquisa e fornece um panorama geral da estrutura e abordagem do trabalho.

O segundo capítulo deste estudo percorre o entendimento da cidade e do espaço público, dividido em três tipos de abordagens. A primeira se refere ao espaço público como espaço político, a qual foi realizada com base em autores que elucidam o entendimento do espaço como território de relações estabelecidas entre cidadãos, onde foi apresentado o pensamento de

Hannah Arendt (2007), Jürgen Habermas (2003) e Richard Sennett (2012). Esses pesquisadores fundamentaram a compreensão do espaço público como esfera pública política.

Evidenciaram-se as reflexões de Henri Lefebvre (1974; 2012) acerca da produção do espaço entendido a partir de suas dimensões: o espaço concebido, o vivido e o percebido, onde dirige a investigação para a relação entre o ordenamento urbano e a estrutura político-social, trazendo análises a respeito do espaço social e contribuindo para o debate dos espaços públicos como palco de manifestações. Em Tartakowsky & Fillieule (2013), buscou-se a compreensão acerca do surgimento das manifestações nos espaços públicos. Buscou-se compreender de que modo as manifestações de protesto reapropiam e ressignificam o espaço público físico, transformando ruas e praças em territórios de visibilidade do conflito e de experimentação de novas formas de cidadania, em Benjamín Tejerina (2005). Em Borja (2000), buscou-se compreender o espaço público como mediação entre cidade e cidadania, enquanto em González Ulloa Aguirre (2015), buscou-se evidenciar que é nesse espaço que uma cidadania apenas formal se converte em prática efetivamente participativa. No campo da Psicologia Social, Serge Moscovici (2003) orienta sobre as representações sociais. Maurice Halbwachs (1990) e Maurício Abreu (2011) esclarecem os conceitos de memória coletiva, memória histórica e memória da cidade, auxiliando no entendimento dos vínculos de processos sociais com determinados lugares. Maria João Fonseca (2016) contribui para a contextualização de manifestações nos espaços públicos a partir da década de 1960, período de ascensão das discussões em torno das cidades. David Harvey (1989; 2008; 2014) esclarece a relação entre o retorno das atenções voltadas ao espaço público e a crise da cidade. Manuel Castells (1999; 2013) exemplifica os fluxos de informações e a cidade global, bem como o espaço público híbrido criado entre as redes sociais da Internet e a ocupação do espaço público. João Carlos Sousa e Ricardo Morais (2021) destacam o papel das redes sociais como infraestrutura central de apoio à mobilização cívica e política em Portugal.

Num segundo momento, foi abordado o desenvolvimento do espaço público urbano a partir de Jean-Louis Harouel (2004), o qual discute sobre as cidades da Grécia e Roma Antigas e da Idade Média. Em François Ascher (1995) e Françoise Choay (1992) foram apoiadas as discussões acerca das mudanças das cidades a partir da Revolução Industrial, passando pelos modelos progressista e culturalista até chegar ao movimento moderno. Saskia Sassen (2005), Diana Solange de Almeida Silva (2019) e Jan Gehl (2010) dão suporte ao entendimento do desenvolvimento dos espaços públicos urbanos nas cidades contemporâneas.

Por fim, na terceira parte deste capítulo é apresentado o tema da relação entre a configuração espacial e as dinâmicas socioespaciais. Para tanto, tentou-se compreender os

pensamentos das Escolas Inglesa e Italiana de Morfologia Urbana, pautados nos estudos de Vitor Oliveira (2015), Xose Lois Martinez, Armando Fernandes, Adriana Vieira e Fernanda Gorghi (2015). Para o entendimento da cidade como objeto da perceção dos seus habitantes, foram verificados os pensamentos de Gordon Cullen (1971), Kevin Lynch (1960), Aldo Rossi (2001). Em José Lamas (2004) e Jane Jacobs (2011) foi apoiada a compreensão sobre a forma urbana como estrutura física e funcional para a vivência coletiva dos indivíduos.

Em torno das perguntas relativas de como e até que ponto a configuração espacial afeta e influencia a maneira do funcionamento das cidades, a relação entre as dinâmicas sociais - padrões de uso e ocupação - e a forma do espaço, foi buscado o entendimento da teoria da Sintaxe Espacial desenvolvida por Bill Hillier e Julienne Hanson (2005) e Bill Hillier (2007), no sentido de compreender o método quantitativo que descreve as dinâmicas sociais a partir da configuração urbana.

O terceiro capítulo explora as transformações históricas e a construção simbólica e espacial do eixo formado pela Praça do Rossio, Avenida da Liberdade e Praça Marquês de Pombal. A escolha deste percurso como objeto central da investigação antecedeu a etapa de coleta e sistematização dos dados primários, e foi orientada por uma combinação entre conhecimento empírico acumulado, observação direta, vivência urbana e referências já publicadas que apontam para a recorrência deste eixo enquanto espaço privilegiado de manifestações públicas em Lisboa.

Com base nessa premissa, o capítulo busca compreender a construção histórico-espacial da cidade e a consolidação simbólica desse eixo como espaço privilegiado da ação coletiva. A análise proposta tem como finalidade não apenas oferecer referências contextuais sobre os espaços públicos que o compõem, mas também revelar as articulações entre as suas conformações materiais, os significados que lhes foram atribuídos ao longo do tempo e as dinâmicas socioespaciais associadas ao protesto urbano.

Inicialmente, apresenta-se uma leitura da história dos espaços públicos que integram o eixo, com atenção às suas múltiplas funções desde a sua conceção e examinam-se os signos e representações presentes nesses espaços, com o objetivo de identificar as formas pelas quais a memória urbana e o imaginário coletivo contribuíram para consolidar esse percurso como território de visibilidade e expressão política.

Este capítulo estabelece assim as bases conceituais e históricas necessárias para introduzir a análise que será desenvolvida na parte seguinte da tese, a partir dos dados quantitativos e qualitativos recolhidos junto ao acervo do jornal *Expresso*.

No quarto capítulo desta tese trata-se da investigação acerca das manifestações de protesto em Portugal. Primeiramente, expõem-se os estudos já realizados no país, no que se refere a este tema. Diego Palacio Cerezales (2011) investiga os protestos populares e a ordem pública nos séculos XIX e XX, em Portugal. Paulo Eduardo Guimarães (2017) apresenta uma análise sobre os protestos populares durante a Primeira República Portuguesa. Guya Accornero (2013) discorre sobre a mobilização estudantil durante o período de Marcello Caetano. O livro Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN, 2011) discorre sobre as manifestações operárias desde o início da década de 70.

Carlos Fortuna, Claudino Ferreira e Paula Abreu (1998) conduziram o estudo sobre a cultura e o espaço público em Portugal. José Manuel de Oliveira Mendes e Ana Maria Seixas (2005) desenvolveram a análise sobre as ações coletivas dos movimentos sociais entre os anos de 1992 e 2002. Nuno Manuel Correia Brito (2016), em sua tese de doutoramento, discursa sobre as manifestações de protesto nos espaços públicos portugueses a partir da segunda década dos anos 2000 e a utilização das tecnologias da comunicação nessas manifestações. José Soeiro (2014) analisa as grandes manifestações a partir de 2011 ocorridas em Portugal, desde a manifestação "Geração à Rasca" até a "Que se lixe a *Troika*". José Machado Pais (2014) traz um estudo comparativo das manifestações estudantis ocorridos nos anos 90 com as manifestações da "Geração à Rasca" de 2011.

A pesquisa de Ricardo Campos, Inês Pereira e José Alberto Simões (2016) é um estudo exploratório no qual apresentam a articulação dos protestos portugueses por meio dos medias digitais entre os anos de 2011 e 2014. Guya Accornero e Pedro Ramos Pinto (2015) realizaram a análise da adoção das medidas de austeridade no país e as consequentes ações coletivas. Tiago Fernandes, Cláudia Araújo, Isabel Gorjão Santos e Eduardo Romanos (2021) fizeram uma análise comparativa entre os protestos de Portugal e Espanha entre os anos 2000 e 2019. Por fim, Maria João Fonseca (2016), embora não tenha como objeto de estudo o território português, trata-se da única pesquisa encontrada em Portugal que aborda as manifestações de protesto a partir do campo da arquitetura e do urbanismo.

Num segundo momento do quarto capítulo, é apresentado o mapeamento dos espaços públicos de Lisboa ocupados por manifestações de protesto entre os anos de 1974 e 2014, juntamente com gráficos de ocupações dos 10 principais espaços públicos eleitos como palco de protestos.

No que se refere à metodologia do quarto capítulo, foi realizado o mapeamento dos protestos a partir de 484 artigos de reportagens sobre manifestações coletivas de protestos

urbanos na capital portuguesa, entre 1974 e 2014, conforme publicado no arquivo do periódico semanal Expresso[3], fundado em 6 de janeiro de 1973.

Neste trabalho, entende-se por manifestação de protesto no espaço público, toda as ações coletivas convocadas ou realizadas por grupos, organizados ou não, que ocupam o espaço urbano (ruas, praças, avenidas) com o objetivo explícito de exprimir descontentamento, formular reivindicações ou tornar visíveis conflitos e demandas dirigidas ao Estado, a outras instituições ou à opinião pública. Incluem-se nesta definição, marchas, desfiles de protesto, concentrações e vigílias, desde que apresente a presença física de participantes no espaço público e expõe um conteúdo reivindicativo ou contestatário. É excluído, portanto, eventos estritamente comemorativos ou festivos, assim como iniciativas sem orientação reivindicativa. É importante destacar que as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio foram incluídas no quadro de análise. Além das suas festividades, essas datas comemorativas correspondem a ocupações recorrentes do espaço público que integram discursos de protesto, faixas e palavras de ordem, constituindo-se, assim, como momentos de visibilidade de conflitos e reivindicações no espaço urbano.

A escolha do *Expresso* como fonte principal para a recolha dos dados sobre os protestos deve-se a razões metodológicas relacionadas com a exequibilidade do trabalho. Sendo um jornal semanal, a tendência é concentrar numa única edição os acontecimentos de maior relevância ocorridos ao longo da semana, o que reduz substancialmente o número total de exemplares a consultar. Esta característica facilita a organização, o registo e o tratamento dos dados, tornando o processo de recolha mais compatível com o tempo disponível e com o volume de informação que pode ser analisado de forma rigorosa no âmbito desta investigação.

Embora outros jornais, como o *Diário de Notícias* ou o *Jornal de Notícias*, também estejam em publicação contínua desde 1974, a sua natureza diária implicaria lidar com um número muito mais elevado de edições, dificultando o acompanhamento sistemático dos protestos ao

[3] A primeira publicação do jornal Expresso, com tiragem superior a 60 mil exemplares, data do primeiro sábado de 1973, dia 6 de janeiro, e mantém-se até os sábados dos dias de hoje. Antes do Expresso, o atual diretor do Grupo Imprensa, Francisco Pinto Balsemão (1937-2025) entra no Diário Popular e rendido ao jornalismo, mas não tão rendido ao regime de Marcello Caetano, decide investir no seu próprio jornal. Na altura já sai como um jornal em formato *broadsheet* com dois cadernos integrados. No primeiro, um jornal bem definido dividido por categorias e no segundo um caderno chamado "Revista" que estava ligado ao estímulo do pensamento, à reflexão e ao entretenimento. O Expresso adota o *slogan* "Expresso, o jornal dos que sabem ler" num desabafo contra um regime controlador. Até ao 25 de abril o jornal teve de se submeter aos efeitos da censura que fazia cair as vendas e recuar a publicidade. Nas palavras de Balsemão: "se o 25 de abril não tivesse acontecido, o Expresso teria acabado!" Depois do 25 de abril o jornal mantém-se e opta por seguir um jornalismo de combate que ia continuar a lutar por um regime democrático. Até 1976, a situação política ainda estava a ser ajustada e é a partir desse ano que o Expresso passa a assumir um papel de jornalismo de contrapoder que continuava a lutar por um regime livre e democrático (Gonçalves, 2016).

longo do período estudado. O formato semanal do *Expresso* constitui, por isso, uma opção mais exequível para efeitos de recolha e análise longitudinal.

Do ponto de vista histórico, importa referir que, desde o pós-25 de Abril até hoje, o *Expresso* tem sido identificado como um jornal situado no campo político do centro-direita e reconhecido, no contexto da época revolucionária, como um órgão de comunicação social independente face aos poderes político-militares então existentes (Castanheira, 2013). Esta informação permite situar o periódico no panorama mediático e compreender o enquadramento editorial a partir do qual as suas edições foram produzidas tanto durante a transição democrática como ao longo das quatro décadas analisadas nesta investigação.

A base de dados foi levantada a partir dos seguintes princípios: a) uso de uma sequência temporal longa (1974-2014), que se manteve ininterrupto ao longo das décadas; b) meio de comunicação de circulação nacional, pela sua grande credibilidade; c) listagem de todas as notícias sobre o tema; d) apontamentos a partir da leitura completa das notícias.

Apesar do surgimento de possíveis posicionamentos e opiniões que abrangem o tema estudado e que esses meios de comunicação apresentam, buscou-se efetuar a recolha de dados reduzindo-se ao registro do ano em que os protestos ocorreram, dos espaços públicos que foram ocupados - organizados por pontos fixos (protestos sem marcha), pontos de partida, passagem e chegada (das marchas) -, o título da notícia, as motivações das manifestações, a data da manifestação, o arquivo onde foi consultado e a data da publicação da notícia (Anexo A). Faz-se importante esclarecer que, em algumas ocasiões, os registos que este estudo procurou, principalmente as localizações e datas, não foram encontrados em todas as reportagens consultadas, o que levou a considerar a omissão da informação como um dado "não indicado", resguardando, assim, inferências/interpretação por este estudo.

Ainda que o acesso ao arquivo original do *Expresso* se apresentasse como a alternativa metodologicamente mais adequada, dada a superior qualidade das imagens e a maior fidelidade dos registos, o custo extremamente elevado associado ao acesso integral a esse acervo revelou-se incompatível com os recursos disponíveis para esta investigação. Diante dessas limitações, tornou-se necessário proceder à recolha dos dados através do arquivo *Expresso* da Biblioteca Nacional de Portugal, onde os periódicos anteriores a 1997 se encontram exclusivamente disponíveis em formato microfilmado. Cabe ainda referir que, devido à má qualidade de algumas imagens presentes nos exemplares do jornal, em grande parte resultante da antiguidade dos números consultados e do fato de muitos se encontrarem apenas em suporte microfilmado, com baixa resolução e perda de definição visual, tornou-se necessário recorrer também a arquivos fotográficos complementares para a identificação mais precisa de determinadas

situações. Assim, recorreram-se a fotografias de manifestações provenientes de outros acervos – Arquivo Municipal de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal - acervo de cartazes, Casa Comum - Fundação Mário Soares, Centro de Documentação 25 de Abril - Universidade de Coimbra, Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Arquivos da RTP, Museu do Aljube Resistência e Liberdade, Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN, Arquivo Global de Imagens do *Diário de Notícias,* Ephemera, Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira e o blogue *Wordpress* de João Labrincha – com o objetivo de confirmar os locais efetivamente ocupados e tornar visíveis os protestos, permitindo uma melhor compreensão das formas de ocupação do espaço público. Importa destacar que, nas reportagens jornalísticas, as fotografias privilegiam, em grande parte, a visibilidade das pessoas e das ações desenvolvidas, conferindo ao cenário urbano e ao espaço público um papel secundário, o que dificulta a identificação imediata dos lugares retratados. Por esse motivo, procedeu-se à identificação dos espaços representados e à explicitação dos respetinessvos nomes dos lugares nas legendas das figuras, de modo a clarificar os locais analisados e a reforçar a leitura espacial dos protestos. As fotografias funcionaram, assim, como fonte auxiliar visual, complementando a análise baseada no *Expresso*, suprindo lacunas decorrentes não apenas da má qualidade, mas também da ausência de imagens em alguns exemplares consultados, enriquecendo a interpretação dos dados, sem comprometer a coerência metodológica do estudo, que se mantém ancorada no levantamento sistemático realizado a partir do *Expresso*.

No que se refere à utilização de figuras ao longo do trabalho, optou-se por não incluir referências numéricas no corpo do texto, de modo a preservar a fluidez da leitura e evitar interrupções no desenvolvimento da análise. As figuras foram colocadas próximas dos trechos a que se referem, permitindo uma leitura conjunta e imediata entre o conteúdo visual e o argumento apresentado. Cada figura encontra-se identificada e numerada na respetiva legenda, garantindo a consulta sempre que necessário, sem necessidade de remissões explícitas no texto principal.

As legendas das fotografias apresentadas ao longo da tese incluem a identificação da manifestação representada, indicando, sempre que possível, a data, o local e o tema do protesto. Na indicação de fonte, optou-se por referir o título da reportagem jornalística de onde a figura foi retirada e o respetivo arquivo. Esta opção permite manter a legenda informativa para orientar a leitura da figura no contexto da análise e garantir a identificação precisa das fontes, facilitando a localização do documento original e a sua eventual consulta.

O recurso aos meios de comunicação social, sobretudo aos jornais, para o estudo de ações coletivas tem sido uma prática utilizada com considerável frequência na literatura internacional

sobre os movimentos sociais, sendo usado para estudar como as várias características do protesto variam entre as áreas da temática. A metodologia utilizada é *a protest event analysis* (análise dos eventos de protesto), conhecida internacionalmente como *Protest Event Analysis* (PEA), descrita por Swen Hutter (2014).

A vantagem do método tem sido justamente a sua adaptabilidade a uma ampla variedade de circunstâncias, dependendo dos objetivos do pesquisador, que conta com um tipo de análise de conteúdo para avaliar sistematicamente a quantidade e as características dos protestos em várias áreas geográficas (do nível local ao supranacional) e ao longo do tempo (de curtos períodos de tempo até várias décadas). Isso permite o mapeamento das ocorrências e características de protestos em áreas geográficas, bem como o levantamento de questões ligadas à abordagem do processo político (Hutter, 2014).

O método tem como principal problema a parcialidade das notícias procedentes tanto dos critérios editoriais, quanto das propensões político-ideológicas dos jornalistas. Todavia, diversos estudos referem a importância desse tipo de dados em nível analítico para se aferirem a composição e as tendências de evolução dos protestos no tempo (Earl, 2004; Figueiredo e Fidélis, 2003; Fillieule, 1997; Koopmans e Rucht, 2002). Tem-se, assim, a convicção de que o mapeamento realizado nesta investigação com base na coleta de dados do Arquivo Jornal Expresso entre os anos de 1974 e 2014 é de extrema importância para a construção da narrativa da cidade e para o entendimento dos espaços públicos que se destacam como palco das dinâmicas socioespaciais de protestos urbanos na capital portuguesa.

Independentemente das reportagens se apresentarem sempre de forma parcial, pode-se conferir no tempo e no espaço a evolução dos protestos urbanos. Devido à dificuldade de informações sobre as manifestações, bem como de acesso à informação pelas entidades oficiais, esse método se apresenta como um caminho ao desenvolvimento de estudos quantitativos de dados escassos (Mendes & Seixas, 2005).

Com a ordenação da base de dados, foi efetuado o processamento estatístico com o objetivo de apurar a variação das informações, temporal e geograficamente. Além disto, para a análise espacial foi utilizado o *software Quantum* sistema de informações geográficas (QGIS), possibilitando a observação espacial dos diferentes espaços públicos que foram escolhidos pelos grupos de manifestantes ao longo do tempo.

Para a elaboração dos mapas, foi utilizado o modelo espacial de Kernel[4]. Nesse método, cada uma das observações é ponderada pela distância em relação a um valor central, o núcleo.

[4] Em inglês, a palavra *Kernel* significa "núcleo". No contexto das geotecnologias esse termo faz referência a um método estatístico de estimação de curvas de densidades.

O Mapa de Kernel é alternativa para a análise geográfica do comportamento de padrões. No mapa é plotada, por meio de métodos de interpolação, a intensidade pontual de determinado fenómeno em toda a região de estudo. Assim, tem-se uma visão geral da intensidade dos protestos em todas as regiões do mapa.

Para a elaboração dos gráficos, foram selecionados os 10 espaços públicos que apresentaram maior expressão na escolha dos cidadãos como local de protesto. A escolha pela análise dos 10 mais expressivos se justifica pelas localidades mais expressivas de acordo com a intensidade de ocupação, sendo eles: São Bento, Praça do Comércio, Praça do Rossio, Praça dos Restauradores, Praça Martim Moniz, Avenida da Liberdade, Praça Marquês de Pombal, Parque Eduardo VII, Ministério da Educação e Alameda Dom Afonso Henriques. Os demais espaços levantados apresentaram número muito reduzido de protestos, classificados como acontecimentos eventuais/pontuais, não expressando notoriedade.

Para compreender o comportamento das ocupações dos espaços, as apropriações dos 10 espaços foram segmentadas em quatro categorias: protestos fixos (sem marcha), pontos de partida, pontos de passagem e pontos de chegada. Para a análise das manifestações de protesto urbano, fez-se necessário compreender o contexto político de governação em Portugal, para compor uma narrativa estruturada nas circunstâncias históricas organizacionais do Estado português.

As circunstâncias foram tratadas por quatro ciclos de governação da cidade. Primeiramente, os três primeiros ciclos foram baseados nos autores Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (2001) e Carlos Fortuna (2002). O primeiro ciclo é o da *espontaneidade da sociedade civil*, quando as cidades tornaram-se vigorosos palcos de manifestações públicas após o 25 de Abril de 1974; o ciclo da *institucionalização da vida política* é caracterizado pela reestruturação do Estado português e a infraestruturação do país, quando o entusiasmo da população foi neutralizado; e o ciclo da *europeização*, caracterizado pela modernização do país e das cidades a partir do ambiente urbano, da cultura e do desenvolvimento da sociedade, pautado nos padrões económicos, educativos e culturais europeus.

Um novo ciclo foi, por nós, identificado neste estudo: o da *tecnologia da informação e comunicação*. Esse ciclo é caracterizado pela introdução do meio digital e a consequente sociedade da informação e do conhecimento, quando fez com que os governos criassem meios de organização em redes para a participação pública. A discussão é estruturada até 2014, quando Portugal, a partir de 2011, acompanhou os protestos globais organizados por meio de medias digitais e Lisboa se tornou o principal palco de grandes manifestações urbanas de indignação a partir de manifestações como a "Geração à Rasca" (2011) e a "Que se Lixe a *Troika*" (2013).

As análises realizadas confirmaram a relevância de três espaços públicos que se destacaram pelos maiores índices de ocorrência de protestos, sendo notável o fato de que, diferentemente de outros locais com alta concentração de manifestações, esses espaços não apresentam edificações institucionais ou elementos de poder concreto inseridos no espaço público construído. Trata-se da Praça Marquês de Pombal, da Avenida da Liberdade e da Praça do Rossio (Praça Dom Pedro IV).

O movimento das manifestações constitui o vetor que relaciona os três espaços em estudo, estabelecendo-os como um eixo no qual a Praça Marquês de Pombal se destaca como principal ponto de partida dos protestos. A Avenida da Liberdade foi identificada como a principal via de passagem dos protestos, consolidando o seu papel como elo articulador entre os dois polos, a Praça Marquês de Pombal e a Praça do Rossio. A Praça do Rossio define-se assim como local de chegada de manifestações, além de se destacar como ponto de concentração de protestos fixos (sem deslocamento). A Praça do Rossio distinguiu-se em primeiro lugar na análise geral - considerando o somatório de ocorrências ao longo de todos os anos investigados -, sendo superada apenas pela Praça do Comércio e pelo espaço de São Bento, ambos marcados pela presença de edificações institucionais de poder.

Dando continuidade à investigação, o quinto capítulo introduz uma abordagem configuracional com o intuito de aprofundar a análise da relação entre a forma urbana e as dinâmicas de protesto. Essa etapa tem carácter experimental e complementa os resultados obtidos nas análises anteriores, voltadas à recorrência simbólica dos espaços. Com o objetivo de verificar a correlação entre as representações e construções simbólicas do espaço e a configuração espacial na eleição de espaços públicos específicos para as dinâmicas de protestos urbanos, foram elaborados mapas axiais com base na metodologia da Sintaxe Espacial (Hillier, 2007; Hillier & Hanson, 2005). Essa etapa teve como finalidade compreender o padrão espacial da cidade e identificar se a conformação urbana influencia a escolha dos locais de manifestação, partindo do entendimento de que o espaço, enquanto entidade física, carrega também um conteúdo social.

A metodologia dessa parte da investigação foi realizada em duas etapas: a recolha e análise de cartografias históricas; e, a partir da cartografia, a construção dos mapas axiais e análises configuracionais, por meio da Sintaxe Espacial. Baseado no desenvolvimento de retas realizadas no *software* QGIS, baseado nas cartografias de Silva Pinto (1911) e Cartografia Histórica de 1970, e posteriormente processadas no QGIS *Space Syntax Toolkit Plug-in*, foi concebida uma base de interseções lineares. Nela, foram medidos valores representativos de potenciais deslocações, mostrando a possibilidade, ou não, das vias serem utilizadas. A partir

dos valores procedentes dessa base são apresentadas as medidas de integração, conectividade e escolha da malha urbana, decorrente da junção do desenho das linhas axiais de todo o mapa; do número de cruzamentos existentes nas vias; do posicionamento em que a via se encontra na malha; e das características geográficas.

A integração global (RN) possibilita quantificar a acessibilidade topológica de cada via em relação às restantes que configuram o sistema espacial, revelando matematicamente a distância sintática de um espaço para todos os demais espaços do sistema, mostrando o quão distante[5] uma linha axial está em relação a todas as outras linhas do mapa. O cálculo do valor de integração resulta num atributo numérico para cada espaço ou cada linha, no qual potenciais mais elevados de integração correspondem a maiores fluxos de pessoas no espaço urbano.

A integração local (R3), de raio 3, permite análises de centralidades locais, identificando as áreas com potencial para funcionar como estruturadoras de centralidades de bairros. A conectividade (*conectivity*) corresponde ao número de linhas diretamente ligadas a outra, ou seja, é a quantidade de linhas que intercetam uma linha axial, mostrando a importância que uma linha exerce no sistema. Linhas com alta conectividade tendem a ter importante papel, pois quanto maior o valor da conectividade, maior a potência de acesso a um grande número de outras linhas axiais.

Por fim, a escolha (*choice*) representa o potencial de fluxo da via, ou seja, a probabilidade de um percurso ser mais usado do que todos os outros por economia de movimento, em que estes apresentam os menores percursos entre os demais dentro de um espaço, tendo maior potencial de ser escolhido para ser percorrido em detrimento dos restantes.

A partir do processamento, foram atribuídos valores específicos para cada via baseado em uma escala cromática, sendo que, quanto mais próximo da cor vermelha, maior a integração, conectividade ou escolha das vias dentro da trama urbana. Já as vias que tendem aproximar da cor azul correspondem àquelas que têm baixa proeminência no sistema.

Foi também analisado o mapa axial de Lisboa de 2005, desenvolvido pelos autores Teresa Heitor e João Pinelo[6]

Ao analisar mapas axiais ao longo do tempo, é possível observar a evolução da cidade e as suas mudanças organizacionais a partir do acréscimo de novas zonas da cidade mediante

[5] Profundidade ou distância topológica: leva em consideração a distância topológica, e não a distância métrica. Portanto, todos os eixos diretamente conectados a uma determinada linha estão a um passo topológico dela e as linhas diretamente conectadas nestes eixos estão a dois passos topológicos da primeira, e assim por diante.

[6]Cedido por Rosália Guerreiro no curso de doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos (ISCTE-IUL), com o intuito de verificar as modificações configuracionais e as possíveis mudanças da malha urbana no século XXI.

intervenções ou requalificações urbanas que são capazes de transformar as relações espaciais (Medeiros *et al.,* 2011). Assim, com base nesses valores axiais, analisaram-se a transformação da disposição do Eixo Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio dentro da evolução da cidade, buscando verificar se a configuração espacial da cidade pode influenciar na escolha dos espaços públicos nas dinâmicas espaciais de protestos urbanos.

Na conclusão do trabalho, capítulo seis, os assuntos inicialmente apresentados são retomados. Ali se procurou, em primeiro lugar, identificar os padrões das ocupações dos espaços por meio das manifestações ocorridas e reconhecer as questões relacionadas à identidade do lugar e a construção simbólica de cada espaço, bem como as suas representações. Em segundo lugar, reconhecer as especificidades das configurações urbanas e as possíveis consequências que estas refletem no comportamento dos participantes das manifestações de protesto. Finalmente, identificar as transversalidades desse processo nos espaços públicos.

1.2.4 Contribuições

As contribuições deste estudo para a comunidade científica situam-se em diferentes frentes, buscando ampliar o debate interdisciplinar.

Esta tese contribui para o debate teórico sobre o espaço público urbano relacionando as manifestações de protesto, memória coletiva e configuração espacial, propondo uma leitura do espaço público como dispositivo simultaneamente material, simbólico e político.

A investigação propõe uma contribuição ao integrar elementos culturais e estéticos à análise de processos urbanos, destacando o papel dos media na formação de narrativas sobre o espaço urbano. O estudo busca compreender como essas narrativas influenciam a perceção e o valor simbólico dos espaços públicos, considerando tanto os meios de comunicação tradicionais quanto as transformações introduzidas pelas plataformas digitais ao longo do período analisado.

Ao explorar a relação entre espaço, memória, símbolo e ação coletiva, a tese constrói uma narrativa da cidade que a entende como resultado de processos históricos, práticas sociais e disputas simbólicas, com potencial de interesse para planejadores urbanos e formuladores de políticas comprometidos na criação de espaços que favoreçam a inclusão, a expressão cultural e a participação cívica.

A incorporação de alguns princípios da Sintaxe Espacial, utilizada de forma experimental no âmbito da análise, insere-se em um enquadramento analítico mais amplo e busca contribuir para o debate metodológico sobre formas de avaliar a configuração urbana e seus efeitos sobre

o comportamento humano, apontando caminhos para investigações futuras que explorem abordagens integradas.

Ao tratar de questões que abordam diferentes áreas do conhecimento, o estudo procura promover o diálogo entre disciplinas diversas, contribuindo para análises mais amplas dos desafios e das potencialidades envolvidos na gestão e na vivência dos espaços urbanos. Essas contribuições pretendem não apenas ampliar o repertório analítico disponível, mas também sugerir direções possíveis para a abordagem de questões urbanas contemporâneas, enfatizando a necessidade de considerar a complexidade e a natureza plural do espaço urbano.

Capítulo 2

A Cidade e o Espaço Público

2.1 O espaço público e o espaço político

A esfera pública, na qualidade de lugar de domínio público e acessível a todos, surge pela primeira vez na Grécia, a partir do desenvolvimento da *polis*, ou seja, da forma de organização do convívio humano, não tanto pelo seu território, mas sim pelas relações estabelecidas entre os cidadãos (Arendt 2007; Habermas 2003). Tanto o significado de *polis* quanto o de cidade advêm do conceito da organização de uma comunidade. A etimologia da palavra "cidade" origina-se do latim *civitas (civis* – cidadão - + - *itas* condição de), usada para descrever as cidades-estados da era clássica, sobretudo as cidades da Grécia Antiga.

A cidade-estado era formada por um sistema de ordem coletiva, cujo debate público era realizado presencialmente pelos cidadãos gregos em praça pública, a *ágora*. A *ágora* grega constituía-se no espaço comum da *polis,* onde os cidadãos exerciam os seus direitos políticos participando das decisões políticas. Era o espaço das assembleias sob céu aberto, sendo este o espaço público. Os mercados, os sacrifícios, os jogos, as representações das tragédias e obras dramáticas eram realizados em espaços descobertos que, segundo Camillo Sitte (1992, p. 19), eram mínimas as diferenças espaciais entre edifícios e praças urbanas a céu aberto.

Hanna Arendt (2007, p. 207) afirma que "a *polis* não era Atenas, e sim os atenienses" - a *polis* compreende, primeiramente, o coletivo dos seus cidadãos, a esfera pública, onde a sociedade é constituída e os discursos dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais são expostos e respondidos. Aristóteles atribuía a palavra *politikon* à organização da *polis,* que representava a forma mais elevada do convívio humano (Arendt, 2018).

> A rigor, a *polis* não é a cidade-estado em sua localização física; é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam. "Onde quer que vás, serás uma *polis*": estas famosas palavras não só vieram a ser a senha da colonização grega, mas exprimiam a convicção de que a ação e o discurso criam entre as partes um espaço capaz de situar-se adequadamente em qualquer tempo e lugar. Trata-se do espaço da aparência, no mais amplo sentido da palavra, ou seja, o espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas (Arendt, 2007, p. 211).

Jurgen Habermas (2003) refere o surgimento da esfera pública com a instituição da democracia grega, a qual regula a vida pública no espaço comum em duas esferas. A esfera do *to koinon agathon* relaciona-se ao espaço da *polis*, formada pelos *politikos,* ou seja, pelos cidadãos. A segunda, a esfera *idia* – de cada indivíduo -, se dá no espaço da *oikos* (o espaço da intimidade), nascendo a categorização de público e privado.

A esfera pública destacava-se como espaço da liberdade e da continuidade: "Só a luz da esfera pública é aquilo que consegue aparecer, tudo se torna visível a todos" (Habermas, 2003, p. 16). A esfera privada baseava-se no espaço doméstico: "sob o abrigo de sua dominação, fazem-se a reprodução da vida, o trabalho dos escravos, os serviços das mulheres, transcorrem o nascimento e a morte" (Habermas, 2003, p. 16). No entanto, para o autor, as determinações em torno da esfera pública originam-se em diferentes fases históricas, sendo determinadas de acordo com o princípio organizacional do ordenamento político de uma sociedade.

O termo público, do latim *publicare*, significa "tornar público", publicar, tornando acessível a todos, contrapondo-se àquilo que é privado. Segundo Arendt (2007), o termo público pode revelar dois sentidos de interpretação. O primeiro entendimento baseia-se no sentido de que "tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem mais divulgação possível" (Arendt, 2007, p. 59). O segundo passa pela compreensão do significado do "próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele" (Arendt, 2007, p. 62). Desse modo, a esfera pública como mundo comum reúne-nos na companhia uns dos outros e evitando conflitos interpessoais.

A palavra "público" passa por transformações em seu conceito na cultura ocidental, onde começam a identificar o termo como o bem comum da sociedade, mostrando que as instituições da esfera pública vão se formando à medida que a cidade assume suas funções culturais.

> (…) falar de "prédios públicos" não significa apenas que todos têm acesso a eles; eles nem sequer precisam estar liberados à frequentação pública; eles simplesmente abrigam instituições do Estado e, como tais, são públicos. O Estado é o "poder público". Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público comum a todos os cidadãos. A palavra já tem outro significado quando se fala de uma "recepção pública"'; em tais ocasiões, desenvolve-se uma força de representação cuja a "natureza pública" logo entra alguma coisa de reconhecimento público. (…) sentido de opinião pública, de uma esfera pública revoltada ou bem indignada ou informada, significados esses correlatos, a público, publicidade, publicar. O sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública; à sua função crítica é que se refere a publicidade como, por exemplo, o caráter público dos debates judiciais (Habermas, 2003, p. 14).

Richard Sennett (1988) define a evolução do significado da palavra "público" com base na fala de Malory sobre o imperador Lucius em 1470: "(...) ditador ou procurador do bem

público em Roma". E 70 anos depois adquiriu o sentido daquilo "que é manifesto e está aberto à observação geral; e privado sendo o campo protegido da vida, pela família e amigos (Sennett, 1988, p. 30). Esse significado se estabeleceu até o século XVII, período em que os termos "público" e "privado" eram utilizados de forma mais próxima de seu uso na atualidade. A compreensão de público passou a ser entendida como uma conceção político-social resultante da associação de diversas condições, principalmente de seus usos. Naquele mesmo século o termo "sair em público" já se baseava em ações realizadas em termos geográficos (Sennett, 1988), iniciando assim a compreensão de um espaço público físico e urbano, onde esses espaços e redes de sociabilidades cresciam à medida que as cidades se desenvolviam.

No início do século XIX, o espaço público era um local pertencente às classes trabalhadoras que se opunham ao lugar fechado da residência burguesa. Ao longo do tempo, esse espaço foi se adaptando às novas exigências da cidade da Revolução Industrial e se destinando ao desenvolvimento do tráfego da cidade, quando se tornou compartimentado entre estradas e calçadas. Ao mesmo tempo, nesse período a rua se caracterizava como um lugar, acima de tudo, político.

Segundo Tartakowsky e Fillieule (2013), foi nessa altura que surgiram as reuniões para se ler jornais em cartaz. E também foi naquele momento que a política ilustrada apareceu, a partir da década de 1890. Habermas (2003) mostra que a formação e a estrutura da esfera pública estão estreitamente ligadas ao papel da imprensa, quando esta se tornou um veículo de comunicação que exerce, além da comunicação informativa, o jornalismo de opinião. Os autores afirmam que a opinião pública é um meio de validar o poder político quando a opinião se desperta de um processo crítico de comunicação. A partir de então, aqueles que não tinham voz nem acesso às autoridades passaram a poder ouvir e expressar opiniões, fixando espaços específicos para desfiles de diferentes grupos e demonstrações de diversas questões. Os locais de poder (onde se encontravam os poderes institucionais) tornaram-se cada vez mais a escolha para realizações de reuniões e marchas, instituindo assim uma geografia de poder. Foi aí que as manifestações entraram nas cidades (Tartakowsky & Fillieule, 2013).

A palavra manifestação advém do latim *manifestus*, "compreensível, claro, aparente, evidente", formada por *manus*, "mão", exprimindo a ideia de defesa ou reivindicação, e *festus*, "agarrado, apanhado", expressando o sentido de reivindicar por meio do comparecimento físico. De acordo com Tartakowsky e Fillieule (2013), por si é uma expressão que se desenrola no espaço público. A palavra revela o significado moderno de manifestação como uma expressão política de um coletivo realizada na rua, no espaço público, no início do século XX.

As manifestações, como ações coletivas, são associadas aos movimentos sociais desde o início da Revolução Industrial. No ponto de vista de Lefebvre (2006), foi nesse período que se sinalizou a crise urbana, na qual se deu o processo de industrialização da sociedade como um momento de divisão entre o rural e o urbano, iniciando um conjunto de profundas transformações nos modelos, planificações e programas das cidades. A cidade passou a ser tomada por manifestantes, mesmo antes do início do capitalismo, por exemplo, as manifestações contra a taxação do trigo, que levavam ao aumento do preço do pão. A cidade tornou-se então um palco para as organizações do movimento operário, que se configuraram como força política a partir do século XIX. Lefebvre (2006; 2012) argumenta que a rua possui uma função lúdica e orgânica, sendo o lugar da festa, do poder e do excedente, isto é, do encontro, da reunião (fórum) e do capital. Nesse sentido, a cidade se caracteriza como o lugar dos conflitos, tendo uma lógica mutável e temporal da produção do espaço, o qual está sempre em contínua transformação.

Contando que este estudo parte do entendimento de que a reunião é uma produção histórico-cultural, simbólica e subjetiva que influencia diretamente o processo de decisão e a construção dos espaços públicos, fator central de reivindicação do direito à cidade, a pertinência para debater sobre os espaços públicos como espaço político encontra-se na discussão a respeito da produção do espaço, diálogo realizado acerca das apropriações dos espaços públicos.

Benjamín Tejerina (2005) propõe analisar as manifestações de protesto a partir da forma como reapropriam e dão outro significado, físico e simbolicamente, ao espaço público urbano. O autor destaca que os espaços coletivos da cidade não são apenas cenários neutros onde acontecem confrontos entre autoridades e manifestantes, mas territórios em disputa, nos quais se tornam visíveis conflitos, identidades e reivindicações que se haviam constituído em esferas menos visíveis de sociabilidade. Ao ocupar determinados espaços da cidade, ao escolher percursos, pontos de concentração e formas expressivas específicas, as manifestações intervêm na própria organização espacial do urbano, atribuindo novos sentidos a lugares já consagrados e produzindo, em paralelo, novas centralidades efémeras que deslocam a hierarquia habitual dos espaços.

A partir dessa perspetiva, o espaço público físico é entendido como o lugar em que se condensam e se tornam legíveis tensões sociais mais amplas. Tejerina (2005) enfatiza que as manifestações e outras formas de ação coletiva no espaço público não se limitam a expressar demandas previamente definidas, mas produzem um reordenamento simbólico da cidade, ao transformar ruas e praças em suportes de memória, em marcas de presença e em referências de futuros possíveis. Desse modo, o espaço público urbano aparece como um componente ativo

dos processos de mobilização, condição material da visibilidade dos sujeitos coletivos e elemento central na disputa sobre quem tem direito a aparecer, a circular e a inscrever a sua narrativa na paisagem urbana.

Lefebvre (2006) renova o quadro de análise da cidade ao dirigir a investigação para a relação entre o ordenamento urbano e a estrutura político-social na Europa, refletindo sobre a relação de produção dos espaços, onde cada sociedade cria um espaço dominante que lhe é próprio e que se sobrepõe a todos os outros. O autor apresenta a sua contribuição ao pensamento acerca do espaço social, sendo este a prática social (espaço percebido), que pertence à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ou seja, a dimensão material das atividades e interações sociais. A segunda instância, o âmbito das representações do espaço (espaço concebido), está ligada às relações de produção, à "ordem" que elas impõem e, desse modo, ligado aos conhecimentos, aos signos e aos códigos específicos. De acordo com Lefebvre (2006), é o espaço concebido por representações baseadas de um determinado sistema de signos - produzido por cientistas, geógrafos, planificadores, urbanistas - compreendido, elaborado e idealizado intelectualmente. Por fim, o autor atribui à espacialidade o campo dos espaços de representação (espaço vivido), que se trata do aspeto simbólico do espaço vivido por meio das imagens e dos símbolos que o acompanham. Esse aspeto da produção do espaço diz respeito ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material). Desse modo, um simbolismo (espacial) desenvolve-se expressando e invocando normas, valores e experiências sociais.

Neste sentido, Jordi Borja (2000) destaca a relação entre cidade e cidadania no campo da reflexão sobre o espaço público. O autor argumenta que o espaço público adquire um papel central enquanto mediação entre a condição urbana e o estatuto político-jurídico dos habitantes. Borja (2000) destaca que a cidade "produtora de cidadania" deve garantir a universalidade dessa condição, o que implica pensar os espaços públicos como mecanismos de integração e não como dispositivos de segregação. A distribuição desigual, a baixa qualidade ou a difícil acessibilidade de praças, parques, eixos de centralidade e equipamentos coletivos tendem a reforçar hierarquias sociais e territoriais, enquanto a multiplicação, a diversidade e a abertura desses espaços podem favorecer processos de reconhecimento, de convivência entre diferentes e de aprendizagem da tolerância.

Do mesmo modo, o autor destaca que o espaço público, entendido como espaço político de exercício de direitos cívicos, é um meio privilegiado de acesso à cidadania para aqueles que sofrem diferentes formas de marginalização ou diminuição de estatuto. Marchas, manifestações e outras formas de ocupação coletiva do espaço urbano podem ser lidas como reivindicações de reconhecimento e de pertença por parte de sujeitos que, muitas vezes, possuem um vínculo

forte com a cidade, mas veem negado o pleno direito de participar da cidade formal. Assim, a forma como se concebem, se distribuem e se gerem os espaços públicos torna-se indissociável da própria qualidade democrática da cidade e das possibilidades de construção de uma cidadania substantiva, para além dos limites estritos da cidadania formal.

Em continuidade, González Ulloa Aguirre (2015) reforça que a articulação entre espaço público e cidadania se realiza sobretudo na prática, isto é, nas formas pelas quais os sujeitos ocupam, utilizam e disputam os espaços de participação, formais e informais. O autor aponta que é no espaço público que se torna visível a passagem de uma pertença social meramente nominal para uma cidadania efetivamente exercida, uma vez que é ali que se exprimem posicionamentos, se confrontam ideais e se produzem acordos em torno do interesse comum. Essa dimensão prática da cidadania remete para o modo como os sujeitos constroem, partilham e disputam significados sobre a cidade e sobre si próprios como coletividade, isto é, para o universo das representações sociais que se ancoram e se atualizam no espaço público.

É neste contexto, em que a cidadania se relaciona com a produção de significados partilhados sobre o mundo social, que se torna pertinente considerar o contributo de Serge Moscovici (2003). No campo da Psicologia Social, o autor indica que as representações se determinam pelo fato de que elas, ao serem indicadas dentro da esfera de conhecimento particular - que tem por finalidade a conceção de comportamentos e a comunicação entre indivíduos -, são sustentadas tanto por conhecimentos decorrentes da experiência quotidiana, como também pelas reapropriações de significados historicamente consolidadas. A representação enfatiza e simboliza ações e fatos constituídos por relações que se tornam comuns às pessoas e grupos, portanto, moldam o que é dado do exterior pela relação que essas pessoas e os grupos mantêm com os objetos.

Nesse mesmo sentido, no campo da memória, Maurice Halbwachs (1990), em seu estudo sobre a memória coletiva, salienta que o espaço e o tempo são entidades inseparáveis da memória. O autor mostra que a memória coletiva é a junção de lembranças produzidas socialmente, relacionadas a um grupo e não a um indivíduo, determinadas pela conexão de um coletivo a um espaço específico, as quais são caracterizadas por pensamentos contínuos capazes de sustentar-se na consciência de um grupo e são obrigatoriamente vinculadas a um quadro espacial. Halbwachs (1990) descreve a diferença entre memória coletiva e memória histórica, sendo a primeira uma memória viva e a outra fixada por registos, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem.

Nessa perspetiva, Maurício Abreu (2011) enfatiza a importância da discussão da memória das cidades ao justificar a importância do desenvolvimento das memórias coletivas num quadro

espacial com características de transformação ao longo do tempo, principalmente em momentos de rutura de tradições que são capazes de redefinir o quadro social das memórias de uma coletividade. E afirma que "as memórias coletivas se eternizam muito mais em registos, em documentos, do que em formas materiais inscritas na paisagem" (Abreu, 2011, p. 27), pois tais documentos que transformam a memória coletiva em memória histórica preservam a memória da cidade, sendo estes capazes de contextualizar os testemunhos do passado que subsistiram na paisagem.

Assim, Abreu (2011) indica que a recuperação da memória das cidades não deve se limitar, tão somente, ao resgate das formas materiais herdadas de outros tempos. Destaca, ainda, a diferença entre memória urbana e memória da cidade, sendo a primeira tratada como um estoque de lembranças do modo de vida, sem qualquer atribuição a um lugar específico, e a segunda caracterizada pelo vínculo da memória a uma base material específica.

Outra distinção evidenciada pelo autor é sobre a História Urbana, que trata as atividades que são realizadas em qualquer cidade num ambiente urbano e a História da Cidade, que diz respeito aos estudos dos processos sociais que se materializam de forma mais objetiva. É exposto que "a história de uma determinada cidade não dispensa, portanto, a análise da dimensão única, idiográfica, do lugar. Ao contrário, se abandonarmos essa dimensão, poderemos até recuperar o urbano, mas não a cidade e, muito menos, a história (e a memória) da cidade que queremos estudar" (Abreu, 2011, p.32).

Castells (2013) enfatiza que os espaços públicos ocupados por manifestações de protesto não são vazios de sentido, relacionando certas ocupações com a história e a memória da cidade:

> (...) eles estão habitualmente carregados de poder simbólico, como a invasão de locais do Estado ou de instituições financeiras, ou então relacionados com a história, evocam memórias de revoltas populares que expressam a vontade dos cidadãos, quando outras vias de representação foram fechadas (Castells, 2013, p. 28).

Ainda que a abordagem de Lefebvre em torno da crise das cidades retome a Revolução Industrial, seus debates são inseridos na crise do projeto de cidade respaldado pelo Movimento Moderno, quando na década de 1960 os movimentos sociais tomaram as ruas de cidades nos Estados Unidos e na Europa, contrapondo-se ao modelo de planejamento urbano baseado nos princípios do modernismo.

Neste panorama, entre as condições que determinam as ocupações dos espaços públicos, Jane Jacobs (2011) introduz o pensamento acerca da "morte da rua", onde, nas grandes as escalas dos projetos urbanísticos modernistas, a escala dos automóveis passou a ser o parâmetro

primordial em detrimento à escala humana. O espaço público transformou-se, assim, em objeto e mercadoria na perspetiva do mercado e do planejamento urbano como moeda de troca. A autora passa a defender que os fatores que estabelecem a ocupação do espaço público estão relacionados às determinações espaciais e à diversificação dos usos. E sugere que os espaços públicos exercem um papel fundamental nas atividades sociais de uma cidade, quando estes permitem o uso diversificado de atividades, evitando espaços ermos, onde as próprias pessoas vigiam os espaços públicos. Jacobs (2011) acredita que os espaços de uso comum do povo devem ser planejados para se conectarem às vizinhanças, a fim de dar múltiplas alternativas de uso à população, "visto que a variedade de usos é o que permite o fácil acesso a tais estabelecimentos, tornando os bairros atrativos e é o que mantém a circulação de pessoas constante" (Jacobs, 2011, p. 158).

É precisamente nesse cenário de discussões acerca das cidades que múltiplos atores sociais tomaram os espaços públicos como palco de realização de manifestações diversas. Para Fonseca (2016), as manifestações da década de 1960 contribuíram com a construção teórica radical situacionista no campo dos estudos urbanos com noções como "urbanismo unitário". Isso é uma crítica às teorias existentes apoiado nos critérios de interação entre arquitetura e o comportamento humano, em que Lefebvre previa o "advento de uma nova era urbana" na qual o espaço urbano não seria mais determinado pelo mercado (Fonseca, 2016, p. 83). Essa época foi marcada por manifestações urbanas devido, principalmente, aos protestos contra a guerra do Vietnam, aos protestos estudantis em todo o mundo iniciados em Berkeley em 1964/65, ao ativismo feminista, à onda de protestos raciais intensificados após o assassinato de Matin Luther King e à série de revoluções nos países comunistas da União Soviética (Fonseca, 2016, p. 83).

O ano de 1968 conheceu, mundialmente, uma efervescência político-social incomum. Em maio desse ano, a França se deparou com a maior greve e os maiores protestos registados no país. Fonseca (2016) descreve que nesse período as ideias de Lefebvre foram utilizadas para dar identidade às ações de ocupações dos espaços públicos, revelando-as como ações lúdicas de grupos festivos.

> *Lefebvre (1969) describes the moment: "Paris changed and was restored – the vistas, the streets, the Boulevard Saint-Michel – which, rid of automobiles, again became a promenade and forum" (p. 118). With the protests being broadcast live on radio and TV, on the day after, the students received support from different classes in society, with occupations and demonstrations being organized throughout France* (Fonseca, 2016, p. 94).

A abrangência das manifestações de maio de 68 extrapolou o território francês, influenciando estudantes, movimentos sindicais e intelectuais no México, Argentina, China,

Itália, entre outros[7], surgindo um movimento internacional que sucedeu com particularidades específicas dentro de cada país, mas que, "para além da diversidade de suas formas nacionais, nem por isso deixou de possuir sua unidade, de ser mundial no seu conteúdo" (Ponge, 2009, p. 39). Observa-se que a discussão em torno do espaço público passou a estar presente no feixe de ideias dos arquitetos e urbanistas. Apesar de uma ampla literatura tratar das problemáticas derivadas do período modernista, é de se destacar que as cidades apresentavam diferentes realidades e problemas, cujas críticas eram realizadas, na perceção por parte dos autores, a uma realidade urbana específica.

Harvey (2008, p. 69) comenta que o espaço público passou a ser o foco das atenções como uma resposta à crise da cidade que o movimento moderno e o pós-modernismo não conseguiram responder, atribuindo o retorno ao espaço público, a uma ausência de projeto de cidade. Para o autor, a diversidade e a complexidade dos espaços requerem atenção aos processos materiais, impondo a necessidade de identificar as diferentes qualidades objetivas que espaço e tempo são capazes de exprimir, assim como compreender o papel desempenhado pelas práticas humanas na sua formação.

Nas décadas 1980 e 1990, a maior parte das ocupações dos espaços públicos por meio de manifestações de protesto foi organizada por grupos sindicais com pautas de reivindicações relacionadas às temáticas salariais e de condições de trabalho. No entanto, as manifestações zapatistas de Chiapas contra o neoliberalismo, em 1994, trouxeram um novo prisma aos eventos das manifestações ao utilizarem, pela primeira vez, novas tecnologias da informação e da comunicação nas organizações dos protestos. Desde então, o modelo de organização com o uso das tecnologias da informação e da Internet passou a ser determinante não só na mobilização dos atores sociais, como também na disseminação das notícias por intermédio dos órgãos de comunicação que surgiram àquela altura (Brito, 2017).

> Se no início do século XX o 1º de Maio foi um elemento agregador e unificador, no dealbar deste novo século são os episódios de protesto marcados pela diversidade e dimensão global que se impõem, com manifestações alterglobalização e contra o neoliberalismo. Hoje, as manifestações alterglobalização implantam-se, paralelamente, no reapropriar do repertório nacional de ação que permaneceu nos estados. Podemos, até, ilustrar com a frase "pensar globalmente e atuar localmente", que faz alusão à ideologia e estratégia de muitas corporações multinacionais (Brito, 2017, p.84).

[7] "Em Portugal organizam-se reuniões estudantis em apoio ao Maio de 68, mas era uma altura de fraqueza do movimento estudantil, ainda mal recomposto dos golpes da repressão do regime de 1965 e 1967 sobre os setores afetados ao PCP e às FAPs (Frente de Acção Popular, maioistas), os grupos mais influentes na altura" (Varela & della Santa, 2018, p. 974).

O período a partir da primeira metade do século XXI foi marcado pela intensa interação, comunicação e fluxos informacionais pelos canais existentes na Internet, nomeadamente as redes sociais virtuais juntamente com o crescente mercado dos *SmartPhones* lançados em 2007. Diferentes manifestações de rua surgiram em várias partes do mundo, obtendo expressivo destaque por causa das suas atuações políticas, entre eles se destacaram a "Primavera Árabe", que teve início no norte da África, derrubando regimes políticos na Tunísia, Egito, Líbia e Iémen, influenciando greves e manifestações em Espanha, Grécia, Londres, ocupações em *Wall Street*, nos Estados Unidos da América, alcançando a Rússia no final do mesmo ano (Amorim, 2015).

Diferentemente de todos os momentos da história das manifestações de protesto, a partir desse momento grande parte dos atores sociais que organizavam os protestos de rua passou a ser de pessoas não ligadas a organizações sindicais. É de se referir que, na atualidade, ao mesmo tempo em que se observa a inclusão da discussão do espaço público nas pautas acerca dos projetos urbanísticos, na tentativa de validar a pauta integração social, verifica-se também o contraponto, a partir de manifestações espontâneas, ocupando, muitas vezes, os espaços públicos das cidades com reivindicações, impulsionando um confronto direto com o planejamento urbano estabelecido (Harvey, 2014).

Devido ao desenvolvimento tecnológico e aos novos meios mediáticos, que proporcionam novas formas de ação, comunicação e representação, a estrutura para a ação no espaço público engloba, também, espaços não físicos de ação.

> (...) as telecomunicações e redes informacionais não anulam a importância do espaço concreto, o virtual não substitui o real; pelo contrário, novas e interessantes relações sociais, inclusive da esfera política contemporânea, vêm demonstrar que ambas se potencializam. Um evento num espaço público se transmite pela Internet a partir de um pequeno celular, dando a ela uma dimensão pública que põe a alcançar o planeta em tempo real (Queironga, 2012, p. 50).

As dinâmicas sociais realizadas por meio de dispositivos eletrónicos não abreviam a relevância do espaço público urbano como espaço político. Castells (1999) exemplifica com o caso do primeiro sistema de comunicação mediada por computadores difundido para a massa na década de 80 - o Minitel francês. Criado em um meio urbano acentuado, as interações pessoais não foram abaladas pelo novo meio de comunicação. "Na verdade, os estudantes franceses usavam o Minitel para organizar manifestações de rua contra o governo" (Castells, 1999, p. 468). Atualmente, o número de manifestações públicas no espaço físico, organizadas com grande suporte comunicacional via Internet, é observado com frequência cada vez maior, ampliando o campo da esfera pública, principalmente do século XXI em diante.

Castells (1999, p. 500) propõe que, devido às práticas sociais predominantes na era da informação de um mundo globalizado, o suporte material dos processos dominantes nas sociedades seria um conjunto de elementos que sustentam os fluxos[8] - os processos que dominam nossa vida económica e política simbólica - e permitem a capacidade material da sua coexistência. E propõe a ideia de uma nova forma espacial como característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede[9]: o espaço de fluxos, que é a articulação material da simultaneidade que dá sentido ao espaço social contemporâneo. Desse modo, o suporte material não depende de convivência física para o acontecimento das práticas sociais na era da informação.

Para Castells (2013), os movimentos sociais criaram, a partir de ocupações urbanas de protestos, espaços para a deliberação, fazendo destes um espaço político onde se encontram e recuperam os direitos de representação dos cidadãos. Com o desenvolvimento tecnológico, é construído um espaço público híbrido entre redes sociais da Internet e a ocupação do espaço público físico.

> O ponto crítico é que este novo espaço público, o espaço em rede entre o digital e o urbano, é um espaço de comunicação autónoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais porque ela permite que o movimento seja formado, e permite que o movimento se relacione com a sociedade em geral, para lá do controlo dos detentores do poder sobre o poder da comunicação (Castells, 2013, p. 29).

A compreensão desse novo espaço público em rede pode ser aprofundada a partir da reflexão sobre o papel dos medias sociais como palcos alternativos de participação e mobilização política. João Carlos Sousa e Ricardo Morais (2021) salientam que, no ambiente digital contemporâneo, os sites de redes sociais se consolidam como espaços privilegiados para a articulação de práticas de mobilização cívica, na medida em que combinam facilidade de circulação de informação, interatividade e visibilidade pública das ações coletivas. Esses autores destacam que tais ferramentas não constituem, por si só, as redes sociais, mas oferecem uma infraestrutura técnico-comunicacional que torna mais visíveis e duráveis as relações e

[8] O autor entende que os fluxos são as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade (Castells, 1999, p.501).

[9] As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e ao mesmo tempo sendo moldadas por ela. Enquanto isso, as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos e regiões e até países de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, com um fluxo contínuo de decisões estratégicas. Segue-se uma divisão fundamental entre o instrumentalismo universal abstrato e as identidades particularistas e historicamente enraizadas. Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma posição bipolar entre a Rede e o Ser (Castells, 1999, p. 41).

vínculos que já existem no tecido social, reforçando o potencial de organização e de expressão política dos cidadãos, revelando como a esfera pública digital se relaciona à ocupação do espaço urbano, ao favorecer a passagem da mobilização online à presença física nas ruas, reiterando o espaço público – agora híbrido, físico e digital – como lugar central da ação coletiva e da disputa política.

Diante do exposto, entende-se que as relações sociais são fundamentais na análise da construção e produção do espaço público. A especificidade de cada espaço - o uso, as dinâmicas sociais, a forma, as ruas, os monumentos e outros elementos - requer recortes próprios e indispensáveis a partir dos quais é possível analisar as situações específicas de cada tempo. E o espaço contribui para diferentes relações sociais - o símbolo e uso que dele fazem - e as relações sociais contribuem para a representação dos espaços.

2.2 Espaço público urbano

À medida que o processo produtivo das civilizações se modifica, o espaço público urbano é também reestruturado. As difusões espaciais ocorrem de acordo com as mudanças sociais ao longo do tempo. Para breve entendimento sobre o desenvolvimento dos espaços públicos urbanos do mundo ocidental, partiu-se da discussão sobre as cidades na Grécia Antiga, referido por Jean-Louis Harouel (2004). Caracterizadas por ruas estreitas e tortuosas, as cidades gregas se prolongavam ao pé ou ao lado de uma colina íngreme onde, em sua parte mais alta, se localizava a acrópole, uma construção fortificada construída como um santuário e, também, como um lugar e um símbolo de poder político, onde se construíam as estruturas mais nobres e monumentais, como templos e palácios governamentais. A fortificação se limitava à acrópole. Na parte baixa da cidade, desprovida de muralhas, a largura das ruas correspondia essencialmente à circulação de pedestres e animais de carga, onde as ruas mais importantes não passavam de quatro ou cinco metros, interligadas por passagens de escadas e ruelas de um metro e meio a três metros de largura. Santuários também eram encontrados na trama urbana, fora das acrópoles, buscando compor a grandiosidade e o monumental nos espaços públicos das cidades.

A *ágora*, composta de uma forma irregular e amorfa, era um pouco mais que o alargamento de uma rua principal. No espaço aberto de propriedade pública ocorriam dinâmicas sociais como assembleias, festivais e feiras. Também conhecida como praça pública e mercado, a *ágora*, ao longo do tempo foi tomando da acrópole o seu papel político e se tornou o centro da vida política e administrativa da cidade, um ponto de encontro comunal. Essa função social do espaço público aberto persistiu na Idade Média, nos países latinos (*plaza*, campo, *piazza)*,

descendendo diretamente da *ágora*, "(...) pois é no espaço aberto, como seus cafés e restaurantes em volta, que os encontros, conversas, discussões face a face, bem como os encontros fortuitos têm lugar (...)" (Munford, 2004, p. 168).

Desempenhando a mesma função das *ágoras* gregas, o *forum* compunha o coração das cidades romanas da Antiguidade, sendo o centro da vida pública, religiosa e do culto imperial, além do mercado, local de encontro, reunião, assembleias populares, até mesmo atividades oficiais como o exercício da justiça e o combate de gladiadores. As cidades romanas contavam, ao menos, com uma praça destinada a equipamentos públicos de lazer como o teatro, o circo, termas e os anfiteatros. Diferentemente das cidades gregas, as cidades romanas adquiriam traçados ortogonais com a dimensão superior das ruas, permitindo desfiles militares nas maiores artérias da malha urbana. Os eixos das ruas mais importantes eram reservados para a construção de arcos de triunfo e templos, com o objetivo de criar perspetivas monumentais. Após a independência de Roma, o crescimento urbano, que se efetuava no entorno do *fórum,* passou a não respeitar os eixos primitivos. Como refere Harquel, (2004, p.28) "A cidade republicana se desenvolve sem um plano preestabelecido com um traçado bastante irregular, resultado de uma topografia acidentada e ausência de método que caracteriza a reconstrução de Roma após sua conquista pelos gauleses".

Na Idade Média, as funções da *ágora* se manifestavam em torneios, cavalarias e mercados. Conforme Fernando Chueca Goitia (2010), as cidades da Idade Média eram caracterizadas pelo crescimento orgânico, predominando o tipo irregular nas cidades mais antigas ou levemente geométrico nas cidades novas. A morfologia natural das cidades medievais partia sempre de um sentido, seja pela sua adaptação à topografia, seja pela nuclearização que promovem os seus edifícios e estruturas fundamentais, seja em virtude dos caminhos que se transformam em ruas ou pela economia e disposição das suas muralhas, construídas devido às invasões bárbaras.

Jean-Louis Harouel (2004) preleciona que o final das invasões trouxe um expressivo crescimento demográfico que se iniciou a partir do século XI, quando o comércio passou a desempenhar forte papel no processo de urbanização das cidades. A praça principal das cidades medievais se caracterizava pelo alargamento de uma rua e, eventualmente, nas cidades mais novas, se encontrava um espaço mais vasto, com o seu entorno composto de casas com arcadas e pilastras, onde era erguido o mercado coberto, podendo abrigar até mesmo o governo da cidade.

O pensamento da cidade ideal retornou ao Renascimento, quando as preocupações estéticas foram retomadas, acreditando que a cidade deveria ser não somente cómoda, como também bela (Harouel, 2004) e idealizando cidades e praças com traçados geométricos delimitados onde

as ruas pudessem se irradiar por vias circulares concêntricas. Nessa altura, a praça tornava-se o centro. Provida de um grande monumento, a ideia era constituir uma valorização estética central com o objetivo de convergir os olhares da cidade.

Ao contrário dos jardins medievais fechados, os jardins surgiam nos eixos de ruas largas, seguindo a composição geométrica do traçado urbano. Isso representava a instauração do Estado-Nação, o recuo das muralhas e a expansão do território, novos usos de técnicas e mobilização de novas ciências (Ascher, 2010).

De acordo com Richard Sennett (1988), a partir do século XVIII a propagação dos serviços e das infraestruturas urbanas suplantou o meio da elite e atingiu lugares muito mais abrangentes da sociedade, quando as classes de trabalhadores começaram a praticar costumes de sociabilidade nas ruas construídas adequadamente com passeios, nos parques e caminhadas por jardins, áreas antes reservadas e predominadas pela elite. Eles se tornaram espaços de inter-relações, onde havia contatos de pessoas estranhas entre si, no entanto, com uma permanência à parte, sendo considerados um meio pelo qual o animal humano transformava-se em ser social (Sennett, 1988).

O centro da vida social realizava-se num espaço comum em que as pessoas passaram a ter liberdade de circulação e onde era possível a convivência autónoma e não controlada entre personagens desconhecidos. Com essas mudanças, as exigências de civilidade foram introduzidas no compartilhamento entre a vida pública e a vida privada, criando um campo de relações sociais.

No século XIX, o crescimento demográfico das cidades evidenciado pela Revolução Industrial alterou a lógica das cidades. A emergência de novas funções dos espaços urbanos criou uma nova lógica estrutural e de usos com base em adaptações da própria cidade aos seus habitantes. François Ascher (1995) postula que, a cidade, nesse momento, assumiu como necessidade novas lógicas de mobilidade, de informações e de bens, sendo necessário adaptar e modificar as malhas urbanas a fim de atender às novas exigências de produção, de consumo e de trocas mercantis.

Em Paris, Haussmann iniciou um processo de abertura de grandes artérias, com a criação de estações, quarteirões de negócios, nova Igreja, grandes lojas, hotéis, cafés e bairros adjacentes, destinados a uma classe privilegiada, levando as indústrias ao subúrbio juntamente com a classe média e operária. Esse modelo passou a ser replicado no plano de diversas cidades, tornando-se um modelo no mundo ocidental.

Com esse movimento, as cidades do século XIX passaram a tomar uma forma própria, surgindo correntes de estudos do fenómeno. Françoise Choay (1992) adverte que, na época

determinada como pré-urbanismo (séculos XVIII e XIX), pensadores como Levasseur e Legoyt, na França, e Adna Ferrin Weber, nos Estados Unidos da América incorporaram a estatística (causa e efeito) em seus estudos, a fim de compreender o evento espontâneo da urbanização da altura e as suas patologias, por meio de pesquisas relacionadas ao alcoolismo e à prostituição.

Nessa ocasião surgiram estudos que denunciavam a deterioração da vida nos subúrbios e a deplorável higiene física das cidades industriais, realizados por pensadores políticos como Matthew Arnold e Fourier, Proudhon e Carlyle, Ruskin, Engels, e Marx[10], que revelam a miserável condição de vida dos trabalhadores, ao evidenciarem o *habitat* insalubre, as grandes distâncias entre o local de trabalho e a habitação, como também a ausência de espaços públicos de sociabilidade e lazer (Choay, 1992). As perceções dos problemas relativos às cidades em formação trouxeram consigo propostas de ordenamentos urbanos por intermédio de modelos utópicos de cidades, como os modelos progressista e culturalista.

O modelo progressista, segundo Françoise Choay (1992), é definido a partir das obras de Owen, Fourier, Richardson, Cabet e Proudhon e caracterizado por espaços vastamente abertos, segmentados por vazios e espaços verdes, visando o embelezamento das cidades com intervenções que tinham o apelo discursivo higienista. Trata-se de um modelo sanitarista em que o espaço urbano era traçado conforme a análise das funções humanas, classificando e localizando, separadamente, os locais de trabalho, *habitat*, cultura e lazer, onde a cidade passa a ser controlada e vigiada pelo Estado.

A recusa de qualquer herança artística do passado trouxe novos arranjos que substituíram a organização espacial pitoresca da cidade "tradicional". Para Choay (1992), as variadas formas do modelo progressista caracterizavam-se como sistemas limitadores e repressivos, pela rigidez de um quadro espacial predeterminado e embelezamentos forçados e pelo desenvolvimento de uma ordem espacial assegurada por uma limitação política. Mais tarde, no século XX, o modelo progressista retornou e dessa vez nas mãos, nomeadamente, de arquitetos, transformando o urbanismo, para além do teórico, em prática. A sua nova versão foi impulsionada pela obra editada em 1917, *La cité industrielle,* do arquiteto Tony Garnier, influenciando a primeira geração de urbanistas "racionalistas" (Choay, 1992).

[10] Nomeadamente, Engels e Marx criticaram as grandes cidades industriais sem recorrerem ao pensamento da desordem e sem proporem um modelo de cidade do futuro. Os pensadores acreditavam na cidade como um papel histórico onde no futuro ela iria se adaptar às condições instauradas pela sociedade sem classes e presumiam que os contornos da cidade iriam se formar à medida que se desenvolvessem as atividades coletivas, onde o futuro seria urbano, pois as diferenças entre cidade e campo seriam supridas rompendo as barreiras sociais e da desigualdade entre os habitantes do campo e os da cidade.

Charles-Édouard Jeanneret, Le Corbusier, uma das mais relevantes referências do modernismo, estimava o campo da arquitetura e do urbanismo como inseparáveis na prática de novas técnicas de construção, somadas a uma nova visão do espaço, que originaram a denominada cidade moderna[11], onde a eficácia do modelo era atribuída à higiene e à saúde. Nesse sentido, o plano da cidade progressista não estava ligado à tradição cultural, mas sim à razão, visando a eficácia e a estratégia e criando um espaço homogéneo cujas imposições topográficas eram desprezadas.

> Esses objetivos levarão os urbanistas progressistas a fazer o velho espaço fechado explodir para desdensificá-lo, para isolar no sol e no verde edifícios que deixam de ser ligados uns aos outros para tornar-se "unidades" autônomas. A consequência maior é a abolição da rua, estigmatizada como um vestígio da barbárie, um anacronismo revoltante (Choay, 1992, p. 21).

A rejeição dos estilos históricos e do ornamento considerado excessivo e leviano levava o afastamento de todas as memórias e vínculos com a arquitetura clássica, ao assumir o conceito e a forma industrial, a tecnologia, a estrutura metálica e o concreto armado, tentando dar respostas ao crescimento demográfico da Europa pós-guerra. Nesse aspeto, a rua não era revogada somente em nome da higiene, ao simbolizar também, nesse modelo, uma desordem circulatória. Na lógica do espaço público desse modelo, composto de uma abundância de verde e vazios urbanos, o ambiente propriamente urbano era praticamente excluído, ou seja, a cidade planejada progressista ignorava as simbologias espaciais. Os signos do espaço tradicional, capazes de vincular e de conservar na memória a vivência dos indivíduos e, consequentemente, potencializar o desenvolvimento de uma identidade como sujeitos sociais, foram enfraquecidos.

Em oposição ao modelo progressista, o modelo culturalista, baseado nas obras de John Ruskin e William Morris, teve como ponto de partida o agrupamento humano e a valorização do nostálgico (Choay, 1992). Os culturalistas acreditavam que a industrialização havia desintegrado a unidade orgânica da cidade, considerando como uma imoralidade histórica o desaparecimento da malha urbana orgânica das cidades. Defendiam a preservação da natureza em seu estado natural e utilizavam a nostalgia como estratégia de reconquista da qualidade dos espaços públicos do passado, resgatando as dimensões moderadas e as formas das cidades

[11] Em 1933, a Carta de Atenas, manifesto urbanístico consequente ao IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna e redigido por Le Corbusier, foi o resultado das discussões sobre as "cidades funcionais", definindo o urbanismo moderno, onde foi traçando diretrizes e fórmulas de projetos que supostamente poderiam ser aplicáveis internacionalmente. A Carta presumia a cidade como um organismo a ser concebido de modo funcional, indicando a separação das áreas residenciais, de trabalho e de lazer, recomendando o desenvolvimento de cidades pouco densas, nas quais as edificações se desenvolvem suspensas e inserem-se em áreas vastas e verdes, definindo, assim, o espaço público.

medievais, onde no interior das cidades não era encontrado qualquer vestígio geométrico predeterminado, e sim irregularidades e assimetrias, determinando a sua estética.

O modelo culturalista se compõe anteriormente ao modelo progressista e ao próprio termo urbanismo, quando na Alemanha e na Áustria, dos anos do final do século XIX, algumas intervenções urbanas dentro desse pensamento começaram a ser implementadas. Entre seus fundadores destacam-se Ebenezer Howard, jornalista inglês e estudioso das questões urbanas, considerado o pai da cidade jardim, e Camillo Sitte, urbanista e historiador austríaco. O conceito de cidade jardim tinha como objetivo conciliar a natureza com a comunidade, desenvolver a qualidade de vida da classe operária e aperfeiçoar os dilemas entre as construções de cidades e a proteção do meio ambiente com arquitetura. Na sua conceção, a cidade não deveria exceder uma dimensão média delineada pela quantidade populacional e sendo ligada por um cinturão verde ou zona rural onde esse espaço serviria como reservatório de ar puro e de proteção, sem qualquer tipo de empreendimento, a não ser o fornecimento de produtos agrícolas aos seus habitantes. Caso a população excedesse a sua taxa populacional, cidades-satélites localizadas para além do cinturão verde e ligadas à cidade-mãe por meios de transporte rápidos deveriam ser construídas com estruturas semelhantes.

Sitte, grande crítico de Haussmann, demonstrava acentuado apreço pela morfologia das cidades medievais, em que as características físico-geográficas e as relações humanas influenciavam o desenvolvimento e a definição do traçado das cidades. Ele defendia intervenções pontuais no tecido urbano orientadas pelo plano vivido, ou seja, considerava o plano de uma cidade como uma obra de arte, o qual deveria orientar-se em função dos locais de passagem e de encontro como as ruas e as praças. Para o urbanista, a praça não seria somente um espaço de circulação e sim o componente mais importante da cidade, o local dos acontecimentos da vida pública. Todavia, a fixação do urbanista por formas do passado levava-o a desconsiderar os problemas de circulação e as condições de trabalho da altura.

A partir da década de 20 do século XX, de acordo com Carlos Fortuna (2002), a análise das relações entre o espaço e a sociedade foi significativamente ampliada pela Escola de Chicago, já que seus estudos conseguiram transpor os conceitos de diversidade e de interação social. No entanto, as inovações, os avanços tecnológicos e a introdução do sistema fordista de produção em massa do século XX, consolidado a partir da Segunda Guerra Mundial, ocasionaram a reestruturação das localizações das funções urbanas, com zoneamento de função única, centro comerciais e indústrias instaladas longe dos centros urbanos, acompanhadas de bairros operários em seu entorno e grandes conjuntos habitacionais.

O aumento da malha ferroviária juntamente com o crescimento exponencial dos automóveis expandiu o território das cidades, ampliando também as periferias pobres. A invasão dos automóveis trouxe aos espaços públicos conflitos e disputas. Henry Lefebvre (2012) destaca a obsessão pelo estacionamento e a transformação das ruas em objetos de circulação, criados pelo *lobby* do automóvel, e vitrines de mercadorias, matando e destruindo a vida social urbana nos espaços públicos. O autor acusa Le Corbusier de negligenciar as funções vitais das ruas e dos espaços públicos, como as funções informativa, simbólica e lúdica.

Nessa mesma linha de pensamento, Jane Jacobs lançou em 1961 o livro que seria uma clara ofensiva aberta aos princípios urbanísticos de setorização espacial da Carta de Atenas, princípios modernistas os quais a autora denomina de "urbanismo ortodoxo". A partir de observações do quotidiano, como já citado anteriormente neste estudo, Jacobs (2011) defende os diferentes tipos de usos das edificações e dos espaços, acreditando na vitalidade urbana pela diversificação de utilização dos espaços, sem qualquer tipo de referência aos pensamentos culturalistas. A autora direciona as suas críticas aos planejadores urbanos, afirmando que as ocupações desenfreadas dos espaços públicos pelos automóveis é um problema de conceção do espaço urbano e não do automóvel em si[12]. Harvey (2008) acredita que a crise de superacumulação iniciada no final dos anos 60 desencadeou um movimento estético, fazendo com que a experiência do tempo e do espaço se transformasse:

> A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a enfermidade e fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-económicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas (Harvey, 2008, p. 293).

A partir desse momento, surgiu o movimento pós-moderno, que se fortaleceu na década de 70. Aldo Rossi (2001), referência do movimento, que surgiu como uma espécie de antítese ao movimento moderno, defende os signos e símbolos ao defender que estes comunicam com os valores culturais que, por sua vez, exaltam a expressão dos diferentes contextos sociais e,

[12] Nesse contexto, O *Slum Clearance Committee,* em Nova York, liderado pelo arquiteto Robert Moses, colocou diversos edifícios e comunidades no chão em nome das técnicas construtivas e do progresso. Em meados dos anos 1950, três projetos previam a transformação de parte da região sudoeste de Manhattan em rodovias e condomínios. Dentre eles estavam a demolição de 14 quadras no *West Village* e a destruição de inúmeros edifícios do século XIX, onde hoje se localiza do bairro o SoHo, para a construção de uma rodovia. Liderada por donas de casa, ativistas e moradores, incluindo Jane Jacobs, o grupo, que se opunha aos planos urbanísticos, através de protestos, fez com que a prefeitura de Nova York desistisse dos projetos, inspirando a criação da *Landmarks Preservation Commission*, em 1965, o primeiro grupo de preservação histórica dos Estados Unidos (Callahan & Ikeda, 2004).

consequentemente, as suas diferentes obras urbanas e arquitetónicas, indo contra a tendência internacional de Le Corbusier. François Ascher (2010) considera que esse movimento, apesar de apresentar uma crítica à estética funcionalista e um racionalismo simplista do modernismo, não sinaliza o fim de uma modernização.

Ermínia Maricato (2007) explicita que o final dos anos 70 e o início da década de 80 foram marcados pelo fortalecimento dos media, flexibilização produtiva em relação ao território, às relações de trabalho e às mercadorias e, consequentemente, ao Estado e seu papel regulador dentro de uma nova lógica da condição liberalista.

A globalização, entendida como uma internacionalização da economia, motivou um novo tipo de estrutura organizacional. Saskia Sassen (2005) cunha o termo *Global Cities* àquelas cidades as quais se caracterizam com a dispersão geográfica das atividades económicas fazendo com que o ambiente urbano funcione como um denso e intenso centro de informações em rede, devido à mistura de empresas, talentos e expertise de ampla gama de campos especializados. Com o fortalecimento das transações e das redes entre cidades, a autora levanta a hipótese da formação de sistemas urbanos transnacionais.

> *The growth of global markets for finance and specialized services, the need for the transnational servicing networks due to sharp increases in international investment, the reduced role of the government in the regulation of international economic activity, and the corresponding ascendance of other institutional arenas - notably global markets and corporate headquartes - all point to the existence of a series of transnational of cities* (Sassen, 2005, p. 29).

Com a naturalização política dos interesses globais, as cidades passaram a ocupar um papel central, ampliando estratégias de desenvolvimento e tendo como foco o transporte, o meio-ambiente, a habitação e a cultura. A busca por referências de reestruturação urbana surgiu do desenvolvimento de serviços de transportes urbanos, uma vez que a ampliação dos problemas de tráfego existentes passou a degradar a utilização dos espaços públicos da produção urbana (Silva, 2019).

A relação das práticas locais com as imposições relativas à mobilidade, à circulação de bens, mercadorias e pessoas, em um âmbito de integração global europeia, consiste no desequilíbrio de programas locais, fortalecendo a marginalização de áreas não contempladas pelo sistema de produção internacional. Silva (2019) mostra que a humanização da cidade ocorre pela manutenção dos preceitos considerados essenciais às particularidades essenciais do espaço público tanto como um componente urbano agregador como espaço autónomo da coletividade.

Jan Gehl (2010) assinala que nas últimas cinco décadas, a partir das críticas duras de Jane Jacobs em 1961 ao modelo modernista, houve um crescimento de estudos relacionados ao planejamento urbano em torno do assunto da vida ou morte nas cidades, desenvolvendo também uma importante evolução no planejamento urbano prático. O autor salienta que, particularmente em décadas recentes, variadas áreas urbanas de cidades em todo o mundo desenvolveram planos de melhorias de condições para os peões e, consequentemente, para a vida urbana, diminuindo a prioridade ao tráfego de automóveis. Gehl (2010) indica o distanciamento, ocorrido nas últimas décadas, das ideias do planejamento urbano modernista e o aumento do interesse na construção de espaços dinâmicos e de uso misto, bem como o desenvolvimento no planejamento de tráfego. Assim, no planejamento, a circulação de peões passou a ser tratada para além de mera forma de transporte. E surgiram os novos desejos e desafios globais para as cidades contemporâneas que trazem como foco a dimensão humana, encaminhando uma visão de cidade viva, sustentável e saudável, onde os peões e ciclistas são priorizados e a população convidada a ocupar os espaços públicos na vida cotidiana.

2.3 Configuração urbana e dinâmicas socioespaciais

As formas espaciais, criadas por uma geração ou herdadas das procedentes, têm como característica o fato de que, como forma material, não dispõem de autonomia de comportamento, mas obtêm uma autonomia de existência, assegurando uma maneira de relacionar com outros fatores da vida social (Santos, 2004). De acordo com François Ascher (1995, p. 255), a expressão "espaço público" aparece pela primeira vez na França, em 1977, num documento administrativo, no quadro de um processo de intervenção pública, agrupando na mesma categoria os espaços verdes, as ruas, as praças, a valorização da paisagem urbana e o mobiliário urbano.

Nesse sentido, o espaço público constitui uma organização estrutural e pode ser entendido como um espaço tridimensional delimitado pela superfície física que o sustenta, pelas fachadas dos edifícios que o envolvem e pelos vazios que se estabelecem entre essas construções. Os vazios correspondem aos espaços exteriores de domínio público, constituídos de espaços de circulação e permanência. Os demais espaços, considerados espaços cheios, correspondem ao domínio privado, incluindo os elementos edificados e os limites construídos que definem espaços exteriores. Nessa perspetiva, o espaço público corresponde ao conjunto dos seus elementos construídos e não construídos, que apresentam especificidades como formas,

dimensões e estilos arquitetónicos, o que constitui uma referência na cidade, contribuindo para as dinâmicas sociais e a produção da cidade.

Os estudos que realizam leituras e análises da cidade por meio da sua forma física, a Morfologia Urbana, têm como objetivo investigar a relação existente entre os espaços livres e os espaços construídos com o intuito de focalizar os resultados visíveis das forças sociais e económicas, revelando a expressão materializada das ideias e das intenções que se estabeleceram nas cidades. São duas as tradicionais linhas de investigação dos estudos morfológicos, as Escolas de Morfologia Urbana, sendo a inglesa - seguidora dos preceitos histórico-geográfico - e a italiana - seguidora dos preceitos tipológico-processual.

A Escola Inglesa de Morfologia Urbana iniciou-se com os trabalhos do geógrafo alemão de Michael. R. G. Conzen[13], baseado nas pesquisas realizadas em 1960 em Alnwick, Northumberland, localizada entre Newcastle e a fronteira com a Escócia. Segundo Vitor Oliveira (2015) as análises apresentam uma estrutura global para o estudo e o desenho da forma física das cidades, na qual a investigação da forma se organiza a partir de uma divisão em três componentes que envolve o estudo do plano urbano, do tecido urbano e do padrão de uso e ocupação dos espaços. Essas estruturas são analisadas em função dos intervalos de tempo que definem os períodos morfológicos. Como resultado da identificação de períodos morfológicos juntamente com avaliação socioeconómica das épocas, foi possível obter o processo de evolução da paisagem urbana bem como da conceituação formal da cidade.

No plano urbano são estabelecidos três elementos dentro da organização topográfica territorial, sendo elas: as ruas, o parcelamento do solo e seus respetivos quarteirões e a planta de implantação das edificações. Em conjunto com a análise dessas unidades, outros três conceitos essenciais de análise são: a cintura periférica *(fringe belt*), a região morfológica (*morphological region*) e o ciclo de parcela burguesa (*burgage cycle*).

Considerando o crescimento das cidades como um processo descontínuo, o *fringe belt* tende a se caracterizar pela formação na extremidade das áreas urbanas, onde a região apresenta áreas verdes e livres em abundância, equipamentos públicos e diferentes instituições (Oliveira,

[13] "Ao longo das últimas quatro décadas, a abordagem morfológica criada por Conzen tem sido desenvolvida pelo *Urban Morphology Research Group* (UMRG) na University of Birmingham. O UMRG foi fundado em 1974 por Jeremy Whitehand, uma figura central no desenvolvimento e consolidação do grupo e na promoção da tradição Conzeniana. O grupo, que é o principal centro no Reino Unido para o estudo dos aspetos histórico-geográficos da forma urbana, reúne um conjunto de investigadores notáveis, incluindo Karl Kropf, Keith Lilley, Ivor Samuels, Peter Larkham, Susan Whitehand, Terry Slater e Tony Hall. O grupo tem um conjunto significativo de ligações internacionais, incluindo M. P. Conzen (filho de M. R. G. Conzen) na *University of Chicago*. O UMRG desempenha papel fundamental na organização e desenvolvimento do *International Seminar on Urban Form* (ISUF), incluindo as suas conferências anuais e a sua revista, "*Urban Morphology*", editada por Jeremy Whitehand" (Oliveira, 2015, p. 15).

2015). O conceito de *morphological region* se identifica como "uma área morfologicamente homogénea (em termos de plano/planta de cidade, tecido edificado e uso do solo) e como tal distinta das áreas que a envolvem" (Oliveira, 2015, p. 16), sendo utilizado para identificar e demarcar essas áreas. Por último, as análises do *burgage cycle* são focadas no elo entre parcelas e planta de implantação das edificações - consiste na investigação da progressiva ocupação edificada e na eliminação de edifícios em certos períodos urbanos os quais antecedem um novo ciclo de desenvolvimento da cidade.

A Escola Italiana de Morfologia, fundada por Saveiro Muratori, foi assumida mais tarde por Gianfranco Caniggia, e teve início com a publicação "*Studi per una operante storia di Venezia*", de Muratori, em 1959. Os principais conceitos passaram pela linguagem tecnológica arquitetónica, pelo processo tipológico, pela consciência espontânea e crítica, pela análise do organismo urbano, da história operativa, dos períodos civilizatórios e da geografia do ambiente humano. O conceito principal baseava-se no processo tipológico, ou seja, na deteção, levantamento e classificação dos componentes do tecido urbano histórico.

Xose Lois Martinez, Armando Fernandes, Adriana Vieira e Fernanda Gorghi (2015) explicam que, nessa metodologia, a edificação é interpretada como uma determinação histórica, dentro do espaço e tempo, sendo utilizada a leitura dos conjuntos de elementos que ocupam certo espaço e existem num dado tempo. A partir de características comuns, os componentes se identificam e se classificam em um tipo específico do mesmo território cultural. Assim, a mutualidade de funções atribuídas a cada componente se identifica como pertencente ao organismo urbano. Entendida como uma continuidade histórica de um processo, a relação entre o edificado e a forma torna-se instrumento para compreender e ordenar a estrutura da cidade, podendo ser analisada em momentos cronológicos, em que o princípio da leitura é dado pelo processo tipológico.

A cidade foi, ao longo da história, o espaço que oferece e assegura uma multiplicidade de usos, como lugar de encontro, de troca e de bens, serviços, informações, cultura e lazer. Considerando que a cidade é objeto da perceção dos seus habitantes, o arquiteto inglês Gordon Cullen (1971) busca compreender a paisagem pelos elementos que compõem os espaços e a influência destes no modo como os habitantes transitam, ocupam e utilizam a cidade. Cullen (1971) apresenta um estudo com variadas imagens de cenários urbanos, a fim de traçar uma análise sequencial de um percurso ilustrando a experiência urbana sobre o espaço, onde são levadas em consideração as sensações que o espaço público exerce sobre o pedestre. Para o autor, a relação entre o ser e o espaço público é determinada pela perceção visual que o habitante constrói ao deslocar-se pela cidade.

Cullen (1971) explora as características da cidade e as sensações causadas a partir das cores, das texturas, dos estilos, das paredes e pavimentos, dos elementos vegetais, do mobiliário urbano e da escala da paisagem. Para ele, há diversos motivos para determinar as ocupações dos espaços públicos de acordo com as condições de certos locais, existindo elementos da paisagem que determinam se a apropriação do espaço será estática ou dada pelo deslocamento dos peões. E sugere que o ambiente provoca reações emocionais no homem por três vias: a ótica, o lugar e o conteúdo.

Nos métodos de interpretação da leitura dos espaços urbanos[14], os estudos desenvolvidos pelo urbanista americano Kevin Lynch (1960) documentam a cidade e seus espaços como objeto da perceção de seus habitantes, indicando que a imagem da cidade está estreitamente ligada às memórias e lembranças dos habitantes, que estão repletas de significações, defendendo que a legibilidade de uma cidade é fundamental para sua estrutura. Sua pesquisa sobre a leitura do espaço urbano pelos cidadãos e sua organização demonstra um conjunto de cinco elementos físicos (caminhos, limites, bairros, pontos nodais e pontos de referência), estruturadores e fundamentais na formação da imagem de uma cidade. Lynch descreve que as vias são os caminhos ao longo dos quais o indivíduo se movimenta, usual, ocasional ou potencialmente, considerando como tal as ruas, os passeios, as linhas de trânsito, os canais e os caminho-de-ferro.

Lynch (1964) descreve que as pessoas se relacionam com a cidade conforme se deslocam e, ao longo do percurso, outros elementos que compõem a imagem organizam-se e relacionam-se no decorrer das vias. Os elementos que se caracterizam como limites são as fronteiras entre duas partes: interrupção linear na continuidade, costas marítimas ou fluviais, cortes do caminho de ferro, paredes, locais de desenvolvimento, que funcionam como referências secundárias. Na sua pesquisa, Lynch (1960) deteta elementos que podem ser considerados estruturais da imagem coletiva das cidades por ele pesquisadas, evidenciando a importância da imagem como elemento da conceção urbanística e determinando correspondências da forma à função. Considera que a forma urbana é adaptável às perceções de seus observadores, sendo acentuada pela sua utilização especial, cujo senso coletivo pode se concretizar espacialmente. Lynch (1960) assevera que essas imagens permitem às pessoas agir em conformidade e de forma participativa com a comunidade: “estruturar e identificar o meio ambiente é uma atividade vital de todo o animal móvel” (Lynch,1960, p. 13).

[14] No sentido de entender como a legibilidade e as sensações causadas pelo espaço construído possibilitam a compreensão do espaço urbano pelo ser, a partir das suas interpretações e símbolos atribuídos às formas urbanas.

Os elementos arquitetónicos oferecem a criação de espaços mais prósperos às vivências com base na intencionalidade estética e na disposição espacial, em que a evolução da cidade é promovida com as necessidades sociais de um tempo. Aldo Rossi (2001, p. 31) assim se posiciona: "a cidade como agrupamento é explicada com base precisamente naquelas funções que os homens queiram exercer, a função de uma cidade torna-se sua razão de ser e é nessa forma que ela se revela", ou seja, a cidade é o agrupamento de espaços, com diferentes características e qualidades que os próprios indivíduos atribuem significados às formas.

Os estudos acerca deste tema passam pela compreensão de que a conceção dos espaços públicos deve ser originalmente pensada no bem-estar do cidadão e como lugar de socialização, de comunicação e troca, de lazer, passeios e descanso, onde cada indivíduo se sinta confortável e seguro para realizar a ocupação ou a passagem nesses lugares. Dessa forma, uma configuração espacial legível e permeável deve assegurar as condições de segurança, de mobilidade e de continuidade dos diferentes percursos urbanos, a contemplar as necessidades e os interesses de todos os que utilizam a cidade e os seus espaços públicos.

Uma das precursoras do entendimento da vida urbana pela morfologia dos espaços foi a jornalista Jane Jacobs (2011), já referida neste estudo. Nos parâmetros a serem considerados para a vitalidade das cidades, a autora destaca a diversidade de usos e tipos de edifícios, a existência de quarteirões pequenos, edifícios de variadas épocas, densidade de construções e população, ambas controladas, fazendo com que os espaços se tornassem mais seguros, uma vez que se tornariam mais atraentes aos peões, enfraquecendo a apropriação de automóveis.

O arquiteto português José Lamas (2004) defende que a forma da cidade não só corresponde a perspetivas estéticas, ideológicas, culturais ou arquitetónicas, mas também se apresenta inseparável das ações, dos tipos de ocupação e uso do espaço e também da vivência coletiva dos indivíduos, o que faz da forma urbana uma estrutura física e funcional. Dessa forma, a ligação de uma comunidade com o espaço construído se relaciona com a perceção da ordenação de um espaço ao longo da história e da memória coletiva das populações e da leitura que estes têm do lugar, auxiliando o entendimento da estrutura espacial da cidade. Assim, a observação da cidade a partir da sua configuração urbana traz indícios na maneira como os espaços são socialmente usufruídos, inserindo na estrutura espacial a abordagem dos processos de ocupações dos espaços públicos.

Lamas (2004, p. 28) assevera "a acuidade na utilização das formas urbanas (sejam estas de blocos, torres, quarteirões ou contínuos construídos) e na medida em que qualquer dessas formas influenciará diretamente a vida social, no comportamento e bem-estar do cidadão". A morfologia urbana explica a cidade como fenómeno físico e construído, definindo-se pelo

estudo dos elementos construídos, considerando o ponto de vista da sua produção, da relação das partes entre si e como o conjunto urbano que o define.

Pode-se observar, *a priori,* que interações e relações dos indivíduos com os elementos urbanos atribuem signos, associações, dando identidade às ambiências urbanas e consequentes tipos de usos e ocupações. A ligação de uma comunidade com o espaço construído se relaciona à perceção da ordenação de um espaço ao longo da história e a partir da memória coletiva das populações e da leitura que estas têm do lugar, auxiliando o entendimento da estrutura espacial da cidade. Deduz-se que o espaço é o suporte de um momento de um modo de produção social pela memória do espaço construído e dos elementos presentes na paisagem concebida. A observação da cidade pela sua configuração urbana traz indícios na maneira como os espaços são socialmente usufruídos, inserindo à estrutura espacial a abordagem dos processos de ocupações dos espaços públicos. Lamas (2004) acredita que o melhor entendimento de uma cultura de uma cidade é realizado calcado na compreensão da dimensão física e morfológica da cidade, e essa compreensão físico-espacial permite evidenciar a diferença entre espaços específicos das cidades e das suas características, revelando diferentes conteúdos, como os processos históricos e sociais.

Nas abordagens da relação entre estrutura espacial e sociedade, que assume que a conformação física do espaço é indissociável das dinâmicas espaciais, a Sintaxe Espacial (*Space Syntax*) surge como a mais recente das escolas no campo da morfologia urbana, em torno das perguntas relativas de como e até que ponto a configuração do espaço afeta e influencia o funcionamento das cidades, a fim de analisar a relação entre as dinâmicas sociais - padrões de uso e ocupação - e a forma do espaço por meio de um método científico-matemático objetivo, consistente e mensurável.

Bill Hillier e Julienne Hanson (2005), em "*The social logic of space*", demonstram uma teoria e um método para pesquisar a relação entre a sociedade e o espaço, fundamentados na análise organizacional e na descrição da conformação espacial, com suporte no processo de relações - propriedades estruturantes -, na análise e mensuração de parâmetros de comportamento e uso do espaço - deslocamento e copresença - e na correlação entre as propriedades estruturantes e os padrões de uso. Desse modo, a maneira como os espaços se envolvem entre si - na qualidade de estrutura de permeabilidades e barreiras - retrata modelos sociais estabelecidos. A teoria verifica a conformação espacial mediante as relações determinadas entre os espaços, a partir de um sistema.

Bill Hillier (2007), em "*Space is the machine*", apresenta a elaboração da Sintaxe Espacial ao assinalar as dimensões analíticas e configuracionais da teoria, utilizando técnicas com o

suporte de *softwares*, para a compreensão das configurações espaciais, associando análises quantitativas, padrões e técnicas matemáticas. A utilização desse método permitiu ao autor produzir atributos eficientes para quantificar relações entre deslocamentos nos espaços e a rede das cidades. A teoria procura compreender o espaço construído, baseado nas possibilidades de deslocamento que o espaço apresenta.

> *Urbanity, we suggest, is not so mysterious. Good space is used space. Most urban space use is movement. Most movement is through movement, that is, the by-product of how the grid offers routes from everywhere to everywhere else. Most informal use is also movement related, as is the sense and fact of urban safety. Land uses and building density follow movement in the grid, both adapting to and multiplying its effects. The urban buzz, or the lack of it when it suits us, is the combination of these, and the fundamental determinant is the structure of the grid itself. The urban grid through its influence on the economy movement is the fundamental source of the multifunctionality that gives life to cities* (Hillier, 2007, p. 127).

As unidades espaciais que são utilizadas na análise sintática dos espaços são: as linhas axiais, os espaços convexos e as isovistas. As estruturas aplicadas nas linhas axiais têm como objetivo representar os movimentos lineares e a visibilidade, nomeadamente, dos espaços urbanos, a partir do desenho de traçados retos sobre as permeabilidades urbanas, como exemplo: praças, jardins, ruas e avenidas. De acordo com Hillier (2007), as linhas axiais - retas que se estendem a todos os espaços abertos de um espaço urbano específico - demonstram o movimento, assumindo que os indivíduos buscam o deslocamento linear e procuram as distâncias geométricas mais curtas entre pontos em determinado espaço. Assim, são elaboradas linhas que se conectam, estabelecendo relações de acessibilidade ou permeabilidade, visual ou física.



Figura 2.1 - Ilustração preto e branco do espaço público aberto da cidade de Londres.
Fonte: Hillier, 2000, p.117.

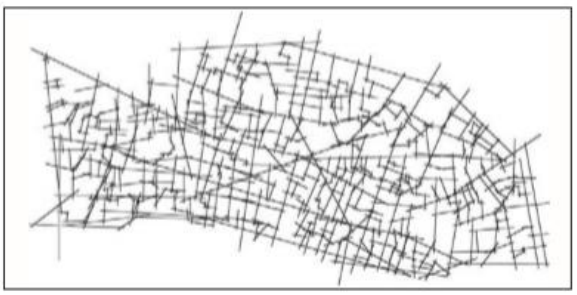


Figura 2.2 - Mapa axial da cidade de Londres.
Fonte: Hillier, 2000, p.117.

Para Hillier (2007), a natureza da forma urbana é estruturada espacialmente e determinada funcionalmente. “Entre estrutura e função está a noção de inteligibilidade, definida como o grau

em que o que pode ser visto e experimentado localmente no sistema permite que o sistema em larga escala seja aprendido sem esforço consciente" (Hillier 2007, p. 171). Para o autor, a estrutura, a inteligibilidade e a função permitem analisar a cidade como um processo social, onde o elemento fundamental é o espacial linear, ou eixo.

A particularidade dos eixos espaciais é que, em geral, passam por diversos espaços convexos no espaço de uso comum das cidades. Hillier (2007) sugere que esse é o meio pelo qual as cidades criam uma consciência mais global da forma urbana no observador: "associamos essa propriedade, portanto, aos aspetos práticos da compreensão das cidades o suficiente para movê-las efetivamente" (Hillier 2007, p. 174).



Figura 2.3 - O espaço aberto estrutura de G[15].
Fonte: Hillier; Hanson, 2005: 91.

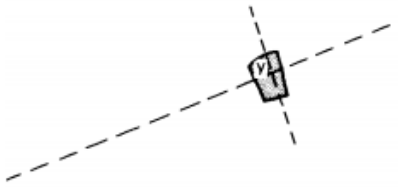


Figura 2.4 – Linhas axiais onde Y é o espaço convexo.
Fonte: Hillier; Hanson, 2005: 91.

O espaço convexo caracteriza-se por ser ao mesmo tempo bidimensional - em superfícies convexas - e unidimensional – em linhas axiais, de penetração física e visual -, representando a extensão local do espaço público. Portanto, são extensões de duas dimensões, compreendendo o menor conjunto de espaços maiores - como praças e largos - que podem ocupar a totalidade da estrutura configuracional do sistema, potencializando a permanência e a copresença. Assim, o mapa axial refere-se aos espaços de circulação e aos padrões de movimento, enquanto os espaços convexos caracterizam-se como espaços de permanência e relacionam-se a padrões de copresença.

Os gráficos, formas de representação dos espaços convexos para descrever um sistema de redes, evidenciam as conexões entre os espaços componentes do sistema e as suas propriedades - integração, distributividade, simetria, conectividade -, em que os círculos representam os espaços e as linhas representam as relações de permeabilidades entre eles (Oliveira, 2018).

[15] G é uma pequena cidade na região de Var, na França, objeto de estudo do livro "*The Logic of Social Space*" (Hillier e Hanson, 2005, p. 91).

Esse procedimento é maioritariamente utilizado em espaços fechados como os edifícios, mas também pode ser usado na leitura do espaço urbano, o que permite uma análise dos acessos de cada espaço. De acordo com Hillier e Hanson (2005), esse método permite registar as propriedades topológicas da configuração espacial e definir um modo de análise que relaciona a leitura visual de padrões a procedimentos de quantificação.

Por fim, a terceira unidade espacial, a isovista, é definida como a quantidade de espaço visível de determinado ponto da estrutura espacial, ou seja, as referências visuais que um indivíduo pode obter de um espaço configuracional ou delimitado (Guarda, 2016).

As estruturas das unidades espaciais são produzidas a partir dos resultados de relações sintáticas, de atributos quantificáveis que têm como objetivo descrever as dinâmicas sociais que sucedem em determinado espaço, sendo elas: "a integração, a conectividade, escolha e profundidade" (Oliveira, 2018, p. 44).

Segundo Hillier e Hanson (2005), a integração é considerada o indicador mais significativo das análises sintáticas, pois "mede até que ponto, em cada linha do mapa, está presente nos percursos mais simples, um menor número de mudanças de direção de e para todas as outras linhas" (Oliveira, 2018, p. 44-45). A conectividade é o número de linhas que cruzam uma linha axial e podem ter atribuição relevante, pois possibilita acesso a diversas linhas axiais. A escolha é o indicador que se relaciona à capacidade de fluxo, à possibilidade de um trajeto ser potencialmente mais utilizado do que outros devido ao seu dimensionamento. Por fim, a profundidade, que se caracteriza pela medida das distâncias, que apresenta a média das longinquidades de todos os espaços do sistema em relação a um espaço específico.

Diante do exposto, diferentemente das teorias anteriormente apresentadas sobre relação da forma urbana e das dinâmicas espaciais urbanas, a teoria da Sintaxe Espacial volta-se para a análise da configuração espacial entendida, exclusivamente, como sistema de articulação entre espaços, não considerando as qualidades plásticas, simbólicas ou funcionais de um espaço, tampouco as qualidades estéticas arquitetónicas. Pretende-se utilizar a unidade espacial dos mapas axiais com o atributo quantificável da interação para a realização de uma análise sintática histórica dos principais espaços públicos eleitos como palco de mobilizações de protesto em Lisboa entre os anos de 1974 e 2014, acreditando que a análise do espaço público não deve se restringir à sua dimensão social ou tão somente à sua dimensão física e construída É possível reconhecer, nesses percursos e na forma como urbanizamos o espaço, uma síntese expressiva da maneira como nos compreendemos e nos relacionamos enquanto sociedade.

Considerando que os dispositivos espaciais, além de definirem o espaço, atuam também como mediadores em suas interações com as dinâmicas sociais realizando-se a partir dos

movimentos de ações, é explorada a metodologia da Sintaxe Espacial pela análise de mapas axiais dos anos de 1911, 1970 e 2013, a fim de analisar o desenvolvimento do Eixo Praça Marquês de Pombal - Praça do Rossio dentro da malha urbana lisboeta, para verificar os índices de integração, de conectividade, de escolha e de profundidade, processados a partir dos *softwares DepthmapX*® (*Space Syntax Toolkit*) e QGIS e, assim, retratar o comportamento da ocupação do espaço público com base na configuração urbana.

Capítulo 3

O Eixo Praça Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio

A escolha do eixo formado pela Praça Marquês e Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio, como foco desta investigação resultou de uma combinação de conhecimento empírico e intuição fundamentada, construída ao longo de observações reiteradas, experiências pessoais em campo e familiaridade com as dinâmicas sociopolíticas da cidade de Lisboa. A perceção sustentada pela vivência urbana e pela recorrência com que este percurso aparece como cenário privilegiado de manifestações públicas na capital portuguesa é confirmada pela coleta sistemática de dados.

Trata-se de um percurso urbano que, pela sua monumentalidade[16], localização estratégica e acessibilidade, oferece condições propícias tanto à visibilidade política quanto à circulação de grandes grupos, o que o torna particularmente eficaz como espaço de protesto.

A pertinência de sua relevância foi ainda reforçada por uma coerência estrutural: os três espaços públicos que o compõem, cada um com características morfológicas e históricas específicas, formam um corredor contínuo que conecta diferentes camadas da cidade, a moderna e a tradicional, desde uma dimensão monumental da Praça Marquês de Pombal, passando pelo traçado linear e cívico da Avenida da Liberdade, até a densidade simbólica e histórica da Praça do Rossio. Essa continuidade territorial não apenas facilita a mobilização em termos físicos, mas também ativa e sustenta uma narrativa coletiva sobre o espaço público e sua função política em Lisboa.

Este capítulo tem natureza predominantemente documental e interpretativa. Trata-se, portanto, de uma articulação teórico-histórica voltada para a compreensão da trajetória espacial e simbólica do eixo em análise. Ao reunir e organizar criticamente essas referências, constrói-se aqui um enquadramento necessário à análise posterior das manifestações de protesto, permitindo situá-las dentro de uma lógica urbana e histórica mais ampla.

[16] Entende-se por *monumentalidade* a qualidade espacial que faz com que um edifício, objeto ou conjunto urbano transcenda a mera utilidade e se converta em marco simbólico durável, capaz de condensar memória coletiva, representar poderes e organizar a vida pública (Lefebvre, 2006).

3.1 Composição e caracterização dos espaços públicos do eixo

A organização espacial urbana de Lisboa é fortemente influenciada pelo relevo da cidade. Este relacionamento é essencial para compreender a morfologia urbana de Lisboa. As ruas condicionadas pelo relevo da capital lisboeta são uma característica marcante da cidade. Estas ruas são classificadas com base na sua interação com o relevo e desempenham um papel crucial na estrutura urbana. A interação entre o relevo natural e o desenvolvimento das vias públicas revela uma complexidade morfológica que é única à paisagem urbana lisboeta, refletindo adaptações históricas e contemporâneas às condições topográficas da cidade, conforme discutido por Proença (2014, p. 321- 334).

O perfil topográfico do percurso que liga a Praça Marquês de Pombal à Praça do Rossio, atravessando a Avenida da Liberdade, revela uma declividade constante e suave que se desenvolve ao longo de aproximadamente 1,6 quilómetros de extensão evidenciando uma descida progressiva que acompanha o traçado retilíneo do eixo urbano no sentido norte-sul partindo de uma cota máxima de cerca de 56 metros na rotunda da Praça Marquês de Pombal até atingir aproximadamente 27 metros já na proximidade da Praça do Rossio o que representa uma diferença de altitude da ordem dos 29 metros ao longo do percurso.

Essa configuração morfológica resulta numa inclinação média de cerca de 3,4% com variações pontuais que não comprometem a continuidade visual e funcional do espaço urbano. O perfil descendente reforça a legibilidade espacial do eixo permitindo uma leitura contínua do traçado urbano e favorecendo tanto a mobilidade pedonal quanto a dinâmica de ocupação coletiva do espaço público facilitando o trajeto no sentido descendente em direção ao Rossio e configurando-se como uma sequência simbólica e espacialmente acessível entre os três espaços centrais de Lisboa. Além disso, a topografia confere uma forte direccionalidade ao percurso, contribuindo para a monumentalidade da Avenida da Liberdade que surge como um corredor urbano de forte presença simbólica e funcional entre o planalto da cidade nova e o núcleo histórico da Baixa Pombalina.



Figura 3.1 - Perfil de elevação Praça Marquês de Pombal – Praça do Rossio.
Fonte: *Google Earth* com intervenção da autora.

A Praça Marquês de Pombal constitui um dos marcos mais expressivos da estrutura urbana de Lisboa, destacando-se tanto pela sua configuração física quanto pelo seu valor simbólico e funcional na malha da cidade. De planta circular e centrada por um monumento de grandes proporções, a praça localiza-se no ponto de confluência de importantes vias urbanas, nomeadamente as avenidas da Liberdade, Fontes Pereira de Melo, Joaquim António de Aguiar e Duque de Loulé, consolidando-se como nó de articulação viária e como elemento estruturador da geometria urbana. A sua forma circular reforça essa função de conector central e, ao mesmo tempo, dá continuidade à sua vocação original. Antes de ser oficialmente batizada com o nome do estadista pombalino, o espaço era conhecido popularmente como "Rotunda", nome que não

apenas aludia à sua configuração geométrica, mas também à sua relevância como dispositivo de ordenamento territorial e de organização dos fluxos metropolitanos.

No centro da praça, ergue-se o monumento ao Marquês de Pombal, rodeado por uma base escultórica que evoca os ideais iluministas e reformistas do século XVIII, simbolizados pela figura do estadista acompanhado por elementos alegóricos como o leão, representação da autoridade, e figuras femininas que remetem à reconstrução da cidade após o terramoto de 1755. O conjunto, imponente tanto em escala quanto em elaboração simbólica, é implantado de forma axial, dialogando diretamente com a Avenida da Liberdade a sul e com o Parque Eduardo VII a norte. O parque atua como prolongamento visual e simbólico da praça, introduzindo uma sequência paisagística monumental que culmina na plataforma verde elevada. Com traçado simétrico, taludes relvados e caminhos ortogonais, funciona como contraponto natural ao entorno urbano, ampliando o campo visual da praça.

O entorno edificado da Praça Marquês de Pombal é constituído por edifícios alinhados ao espaço público e de volumetria relativamente homogênea. Essas construções, predominantemente destinadas a funções terciárias, abrigam sedes de grandes empresas, instituições bancárias, hotéis internacionais e entidades públicas. As fachadas, marcadas por materiais como pedra, mármore e vidro, refletem uma imagem de modernidade e prestígio, reforçando a associação histórica do local com a elite política e económica da cidade. A morfologia verticalizada e a linguagem arquitetónica sóbria contribuem para a composição de um pano de fundo que não compete com o monumento central, consolidando o espaço como uma vitrine do poder institucional.

Ao longo do século XX, a praça foi alvo de sucessivas intervenções que procuraram responder às crescentes exigências de circulação e mobilidade, sem comprometer a sua estrutura simbólica. Como observa Amado (2024, p.122), “a Praça Marquês de Pombal, ao longo de sua história, passou por várias intervenções que regularizaram e integraram diferentes traços urbanos, consolidando-se como um núcleo central da cidade”. Tais transformações reforçaram a continuidade morfológica do espaço, preservando seus traços fundamentais e atualizando suas funções em conformidade com as dinâmicas contemporâneas.

Hoje, a Praça Marquês de Pombal continua a operar como um espaço de alta densidade de fluxos e símbolos, onde se sobrepõem diferentes camadas de sentido: a monumentalidade da memória histórica, a funcionalidade do sistema viário e a representatividade política, cumprindo o seu papel como ponto de distribuição de fluxos e referência geográfica na estrutura urbana lisboeta e como lugar de expressão coletiva.

A Avenida da Liberdade carrega consigo a memória do antigo Passeio Público. Este espaço, que já foi um local de lazer e passeio, foi transformado em uma avenida moderna, mas ainda preserva traços de sua configuração original. Segundo Amado (2024, p.120), "a Avenida da Liberdade exemplifica a sobreposição composta, onde a nova avenida integra e regulariza traços preexistentes do Passeio Público e áreas adjacentes". Esta preservação de elementos históricos em um contexto urbano modernizado cria uma continuidade temporal que enriquece a identidade coletiva da cidade. A Avenida da Liberdade, hoje, conforma-se sobre uma plataforma retangular de orientação claramente norte-sul, estabelecendo-se como um dos principais eixos estruturadores do centro de Lisboa. Esta plataforma é delimitada em suas extremidades por dois espaços públicos de natureza morfológica distinta: ao norte, a Praça Marquês de Pombal, de configuração circular, onde convergem importantes artérias viárias da cidade, e ao sul, a Praça dos Restauradores, de geometria mais estreita e encerrada, que marca a transição para a Baixa Pombalina. Ao longo de sua extensão, a avenida é seccionada longitudinalmente por um eixo viário central de grande capacidade, acompanhada por vias de circulação secundária, separadas por zonas ajardinadas que funcionam como interstícios verdes entre o trânsito e as faixas pedonais. Os largos passeios ajardinados, nos quais a presença de alinhamentos arbóreos, tanto periféricos quanto centrais, suaviza a rigidez geométrica do traçado oitocentista e reforça visualmente a sua dimensão linear. Essa arborização desempenha não apenas uma função estética e ambiental, mas também contribui para a hierarquização dos fluxos e para a criação de diferentes camadas de uso e apropriação do espaço.

Os edifícios que margeiam a avenida revelam uma morfologia verticalizada, com fachadas alinhadas e uma relativa homogeneidade volumétrica, ainda que marcada por variações estilísticas decorrentes das sucessivas transformações urbanas ocorridas desde o século XIX. Os pisos térreos apresentam, até os dias atuais, um padrão de uso diversificado, combinando funções comerciais, de serviços, de lazer e de representação institucional. Estão presentes lojas de prestígio, hotéis de luxo, sedes de instituições financeiras, galerias de arte, cafés, cinemas e equipamentos culturais, compondo um tecido urbano dinâmico e multifuncional, voltado tanto para o consumo como para o usufruto simbólico do espaço.

Além de sua função viária e comercial, a Avenida da Liberdade se afirmar como um espaço de representação urbana, onde se inscrevem as narrativas de modernidade, poder e distinção social da cidade de Lisboa. A monumentalidade do traçado, a qualidade dos espaços públicos e o valor imobiliário elevado consolidam a avenida como um espaço de prestígio, projetado desde a sua origem para atender a uma lógica de ordenamento urbano associada às elites.

A Praça do Rossio, oficialmente denominada Praça Dom Pedro IV, com sua rica história e múltiplas funções ao longo do tempo, exemplifica a importância da memória urbana na construção da identidade coletiva é um dos espaços públicos mais antigos, centrais e emblemáticos da cidade de Lisboa. Situada no coração da Baixa Pombalina, entre a Rua do Ouro e a Avenida da Liberdade, esta praça constitui há séculos um palco multifuncional da vida urbana lisboeta, marcada pela continuidade da sua função de centralidade política, comercial, cultural e simbólica. Ao longo da história, o Rossio acolheu desde cerimónias reais, autos de fé e manifestações populares até encontros informais e grandes protestos sociais, assumindo-se como espaço por excelência da expressão pública e da sociabilidade da cidade.

Segundo Santana e Sucena (1994), "o Rossio, ao longo dos séculos, serviu como um espaço central de convergência e adaptação urbana, refletindo as mudanças sociais e políticas da cidade" (p. 284). Essa capacidade de adaptação, sem romper com sua estrutura histórica e simbólica, confere ao Rossio um papel essencial na memória urbana de Lisboa. A praça é um espaço de camadas onde se sobrepõem tempos, regimes e usos, carregando as marcas visuais da tradição lisboeta.

Morfologicamente, o Rossio apresenta uma planta retangular, amplamente aberta e ladeada por quarteirões regulares de tipologia pombalina, com fachadas contínuas, de alturas homogéneas. O revestimento em calçada portuguesa de padrão ondulado, criado em meados do século XIX, tornou-se um dos elementos visuais mais distintivos do espaço, evocando o movimento das águas e a conexão da cidade com o Atlântico. No centro da praça, ergue-se uma coluna monumental que sustenta a estátua de D. Pedro IV, símbolo da monarquia constitucional portuguesa. A composição é ladeada por duas fontes monumentais simétricas em ferro fundido, representando figuras mitológicas como tritões e ninfas. As fontes funcionam como marcos visuais e pontos de permanência, emoldurando o espaço e equilibrando visualmente sua monumentalidade.

Na extremidade norte da praça, encontra-se o Teatro Nacional D. Maria II, edifício de arquitetura neoclássica, construído no século XIX, com imponente colunata jónica e escadaria frontal, conferindo um eixo simbólico de cultura e autoridade cívica ao espaço. Em sua lateral, a conexão com a Estação Ferroviária do Rossio, reforça a acessibilidade metropolitana e a função intermodal do espaço. Atualmente, o Rossio abriga uma variedade de atividades comerciais que contribuem para a sua vitalidade e multifuncionalidade do espaço. Nos pisos térreos dos edifícios circundantes, encontram-se cafés históricos, como o Café Nicola, pastelarias, livrarias, lojas de lembranças, farmácias, casas de câmbio, tabacarias e estabelecimentos de restauração voltados tanto para o consumo local quanto turístico. Pequenos

comércios de rua, bancas de jornais e vendedores ambulantes coexistem com hotéis de médio e alto padrão, compondo uma paisagem urbana diversa, onde o uso comercial se relaciona com a memória afetiva da cidade.

A praça possui ainda espaços de estar, arborização moderada e boa integração com os fluxos pedonais e de transporte coletivo, o que contribui para o seu uso contínuo em diferentes momentos do dia e por públicos diversos. A presença constante de turistas, trabalhadores, manifestantes, artistas de rua e moradores reforça a dimensão social e simbólica do espaço, que permanece como um verdadeiro termómetro da cidade em sua pulsação quotidiana.

Ao longo do eixo são encontrados diversos tipos de transportes públicos que facilitam o acesso da população. A Praça Marquês de Pombal abriga uma estação de metro e três paragens de autocarro. A Avenida da Liberdade é composta de duas paragens de autocarro e uma estação de metro, sendo que, na extremidade sul, na Praça dos Restauradores, há seis paragens de autocarro e uma estação de metro. Na via de conexão entre a Praça dos Restauradores e a Praça do Rossio localiza-se a Estação do Rossio, estação de comboios. Por fim, na Praça do Rossio existem três paragens de autocarro e uma estação de metro.

3.2. Evolução territorial e os espaços públicos precedentes ao eixo

3.2.1. Rossio: o núcleo histórico da vida urbana da cidade

> Antes do século XII... O que seria o Rocio antes da tomada de Lisboa? Nada. Água do Tejo misturada com a água do mar. O rio devia, nos séculos anteriores, entrar muito pela terra dentro, e se há opiniões de que o Castello da velha Lisibona ficava n´uma ilha, essas opiniões ainda hoje se podem manter sem um exagerado esforço. (Mario, 1931, p.28)

Durante o período medieval, canais marítimos avançavam pela Baixa, moldando não só a geografia como também as dinâmicas sociais e económicas de Lisboa. Nesse cenário fluido e mutável, habitado por mouros e comerciantes, a convivência íntima com o mar definiu o traçado urbano e inspirou representações culturais e identitárias, convertendo o espaço físico num território simbólico de encontros e trocas (Mário, 1931). O acesso ao mar sempre facilitou o contato e o intercâmbio entre diferentes povos, culturas e economias. Durante o período medieval, a presença dos braços de mar que penetravam na Baixa de Lisboa transformou a região em um ponto estratégico de comércio e navegação. Esse fluxo constante de pessoas e mercadorias fez com que Lisboa se tornasse um cosmopolitismo precoce, onde línguas, religiões e costumes se misturavam. As águas não eram apenas um meio de transporte, mas também um símbolo de conexão e troca, refletindo um dinamismo cultural. Assim, o espaço

físico moldado pelas águas converteu-se em um território simbólico, representando a diversidade e a convivência intercultural, enriquecendo o tecido social e cultural da cidade.

Augusto Vieira da Silva (1950) relata que durante o período em que o território fora dominado pelos muçulmanos, provenientes do Norte de África, foi construída no cume do monte a fortaleza que constituía uma fortificação árabe, depois chamada Castelo de S. Jorge, e as muralhas, denominadas por Cerca Moura, compreendia todas as habitações e cujos muros limitavam o perímetro da cidade. Esta estrutura envolvia o núcleo central da cidade, estendendo-se desde o Castelo de São Jorge até às margens do rio Tejo, abrangendo áreas como a Sé e Alfama. A construção da Cerca Moura é atribuída ao período tardo-romano (séculos III-V), refletindo a necessidade de proteção contra invasões bárbaras e outras ameaças externas. Durante a ocupação muçulmana, iniciada no século VIII, a muralha foi significativamente reforçada e ampliada, adaptando-se às novas exigências defensivas e ao crescimento urbano da cidade. A Cerca Moura incluía no seu interior a importante Alcáçova e a Medina, centros político-administrativos e comerciais da época. A estrutura contava com várias portas de acesso, como a Porta de São Jorge, a Porta da Alfôfa, a Porta do Mar e a Porta do Sol, que facilitavam a comunicação entre o interior e o exterior das muralhas (Martins, 2023).

A Cerca Velha além de uma estrutura defensiva, desempenhou um papel central na formação da identidade urbana de Lisboa. Durante o domínio muçulmano, a cidade floresceu como um importante centro comercial e cultural, com a muralha protegendo mercados, residências e instituições administrativas. A Alcáçova, localizada no ponto mais elevado da colina central, abrigava as elites políticas, militares e religiosas da época, simbolizando o poder e a organização social.

A expansão urbana de Lisboa entre os séculos XII e XIV foi marcada por significativas transformações estruturais e demográficas, refletindo a dinâmica sociopolítica da época. Após a conquista cristã em 1147, a cidade iniciou um processo de crescimento para além das suas muralhas originais. Este movimento expansionista dirigiu-se especialmente para o vale da Cidade Baixa, uma área formada por uma embocadura do rio Tejo que, ao longo do tempo, sofreu processos naturais de assoreamento e posterior aterro, criando espaço adicional para novas construções. Este desenvolvimento urbano é evidenciado já em 1147, quando os cristãos consolidaram o seu domínio sobre a região (Silva, 1950).

No entanto, este crescimento trouxe consigo desafios relacionados com a defesa e segurança da cidade. A expansão para áreas extramuros deixou partes significativas de Lisboa vulneráveis a ataques, especialmente aquelas zonas ocidentais que se tornaram centros comerciais e residenciais de destaque. A ameaça tornou-se particularmente evidente durante os

conflitos com Castela. Em 1373, após os ataques liderados pelo exército de Henrique II de Castela, o rei D. Fernando reconheceu a necessidade urgente de reforçar as defesas da cidade. Consequentemente, ordenou a construção de uma nova muralha, conhecida como Cerca Fernandina ou Cerca Nova, que abrangeria as áreas ocidentais não protegidas pelas antigas muralhas. As obras tiveram início em 30 de setembro de 1373 e foram concluídas em 1375, sob a supervisão de Gomes Martins de Setúbal e dos mestres pedreiros João Fernandes e Vasco Brás. Este projeto mobilizou cerca de dois mil trabalhadores, refletindo a magnitude e a importância estratégica da empreitada (Martins, 2023).

A construção da Cerca Fernandina não só ampliou o perímetro defensivo de Lisboa, mas também redefiniu a organização espacial e social da cidade. Ao incorporar os novos bairros e áreas comerciais dentro das muralhas, Lisboa fortaleceu-se como um centro urbano coeso e protegido, capaz de resistir a futuras investidas e de sustentar o seu crescimento económico e populacional.

A essa altura, o Rossio era caracterizado como espaço público de configuração irregular, nada parecido com a praça regular e monumental em que se tornou. Contudo, a sua importância é eminente em vários períodos do desenvolvimento da urbanização da capital portuguesa, podendo ser considerado o âmago da pólis, juntamente com a Praça do Comércio. Incluído como um espaço da urbe na zona delimitada pela cerca de D. Fernando, o Rossio é consolidado como espaço de expressão da cidade nos anos 500, tornando-se símbolo da nova centralidade desse período devido às atividades econômicas ali exercidas (Catarino, 2017, p. 117).

Em meados do século XV foram construídas relevantes edificações no entorno do espaço público, como o Palácio da Inquisição, uma edificação de dois andares, faceada lateralmente por duas torres, e o Convento de S. Domingos, caracterizado por sua simplicidade, tendo à sua direita a Igreja da Nossa Senhora da Escada (França, 1980, p. 17). O Hospital de Todos-os-Santos destacava-se pela elevação de seu nível em relação ao espaço público, com a sua capela ao centro e ampla escadaria (França, 1980, p. 17). As restantes edificações do largo correspondiam a habitações civis. A localização dessas edificações de utilidade pública concedeu a relevância de centro urbano à Praça do Rossio.

No século XVI, Lisboa passou a ser considerada o centro do mais importante império comercial do mundo, quando se tornou o grande empório de produtos raros, invadindo os mercados europeus, depois de assegurar a rota marítima para os produtos do Oriente (Morais, 2015). Em vista disso, a cidade sofreu expressivo aumento da população e consequentemente uma expansão territorial em função do acolhimento de novos comerciantes e trabalhadores envolvidos na construção naval e comércio.

O Rossio já desempenhava a função de núcleo da vida urbana de Lisboa, juntamente com o Terreiro do Paço. Apesar de se caracterizar como amplo recinto, ausente de um plano urbanístico significativo, o Rossio possuía em sua composição elementos construtivos relevantes. Enquanto o Terreiro do Paço era o espaço da nobreza, o Rossio, explorado como palco de diferentes ações populares, era do povo. O espaço público se estabeleceu como um local de permanência e ponto de encontro da população, validando se por meio de ações oficiais e populares como um espaço notável da cidade.

Devido ao contínuo crescimento populacional, os limites da cidade deixaram de estar definidos. O desdobramento de antigas freguesias juntamente com a criação das novas impulsionava a expansão e o limite da cidade. Todavia, após a restauração de Portugal, com a preocupação de uma nova invasão pelos exércitos de Castela, ordenou-se realizar um estudo das melhorias das muralhas e das portas da Cerca Nova, assim como das da Cerca Moura ao longo do Tejo. Foi então realizada, pelo arquiteto João Nunes Tinoco, a primeira planta topográfica de Lisboa com o fim de mostrar o que ainda restava das antigas fortificações (Cerca Moura ou Velha, e Cerca de D. Fernando ou Nova) para outros e quaisquer futuros estudos.

A amplitude da Praça do Rossio e a ausência de elementos construtivos no espaço público propiciavam o cenário ideal para as dinâmicas espaciais populares como jogos, feiras, paradas militares, touradas, procissões e autos de fé durante a Inquisição. O Rossio se estabeleceu como um singular espaço coletivo de significação na cidade de Lisboa pré-pombalina.

Devido ao terremoto de 1755, a cidade baixa de Lisboa ficou reduzida a ruínas, destruindo o palácio da Inquisição bem como grande parte do Convento de S. Domingos e do Hospital Real. Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, foi o responsável por reconstruir a cidade de Lisboa. A planta escolhida aparece elaborada e subscrita por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, apresentando um plano ortogonal com medidas urbanísticas da corrente iluminista europeia (Guedes, 2004).

As obras de reedificação iniciaram-se em 1770, compreendendo a execução do plano de reconstrução de Lisboa, uma profunda modificação da imagem do Rossio (Rijo, 2016, p. 27). O novo plano conferia uma redobrada valorização às praças como elemento urbano regulador e espaço simbólico, onde se concentravam os edifícios representativos de uma estrutura ideológica em que a política e a arquitetura se correspondiam.

A Praça do Comércio tornou-se um espaço regular dominado por uma estátua real ao centro com a representação equestre de D. José I, e a Praça do Rossio adquiriu forma retangular, correspondendo à metade da área da Praça do Comércio. De acordo com José Augusto França

(1977) ela continuou a integrar, na sua face nascente, o convento e o hospital, no entanto, sem representatividade monumental da realeza. O novo Palácio da Inquisição passou a ocupar todo o topo norte do Rossio e os terrenos da zona tiveram outra distribuição de edificações.

> Mais tarde, a face sul da praça será modificada para reproduzir o corpo central do edifício da Inquisição, com o seu portal, como arco de comunicação com uma rua estreita que, na planta geral da Baixa, não atingiria o Rossio. O Palácio da Inquisição, que é dos raros edifícios nobres que o programa pombalino imediatamente admitiu, tem discutível qualidade arquitetónica na sua severidade. Uma grande sacada, com balaustrada de pedra sobre um portal de silharia refendida, e, sob um frontão triangular encimado por uma estatueta figurando a Fé, forma um conjunto que enriquece o corpo central da construção continuada em dois corpos de sete vãos em três andares (José Augusto França, 1977, p. 36).

Apesar das novas edificações significativas que a reconstrução pombalina trouxe ao Rossio, havia um relativo vazio no espaço público que começou a despertar atenções, e propostas de reformulações do espaço público começaram a surgir.

Em 1771, com características de ocupações urbanas ajustadas ao relevo da cidade, evidenciando uma adaptação à forma do território de Lisboa, foi inaugurado o primeiro jardim público de Portugal, o Passeio Público do Rossio.

Projetada pelo engenheiro e arquiteto militar Reinaldo Manuel dos Santos em 1764, estendendo a malha urbana a noroeste da Praça do Rossio, a alameda se caracterizava por uma simetria ortogonal, ajardinada e fechada por um muro alto. Foi destinada ao lazer das elites lisboetas, reproduzindo ideais urbanísticos que estavam ocorrendo por toda a Europa Iluminista, mas somente cumpriu seu papel como espaço de encontro a partir do século XIX. Alexandre Tojal (2007, p.106) revela a publicação do jornal O Toucador de 1822 com os seguintes dizeres: “há em Lisboa umas ruas de árvores plantadas à linha e a isto se chama Passeio Público, onde não vai ninguém".

A Praça do Rossio já havia se afirmado como lugar de manifestações e vida urbana da cidade, sendo eleita o espaço de encontro e reunião das paradas de militares. José Henriques de Sequeira, funcionário da Secretaria de Estado da Fazenda, propôs, em 1803, a edificação de um monumento ao Príncipe Regente, D. João de Bragança. Nessa proposta, Serqueira definiu zonas de circulação para carros e cavalos e passeio para peões, acompanhado de cadeiras de ferro, bancos e rodeados de árvores, com a estátua em bronze de D. João no meio. Apesar de ter significantes defensores, o projeto não foi desenvolvido. No entanto, a Praça do Rossio, a partir da Revolução Liberal Portuguesa de 1820, voltou a ser disputada, devido à ausência de um plano monumental no local.

No lugar do Palácio da Inquisição, reconstruído após o terremoto e destruído em 1836 por um incêndio, foi dado lugar ao Teatro D. Maria II, de influências neoclássicas, desenhado por Fortunato Lodi, simbolizando a nova função o novo sistema de poder. Em 1848, foi construído um mosaico ondulado de calçada portuguesa e as fontes monumentais. Mobiliários urbanos bem como vegetação foram inseridos, modificando a forma de apropriação do espaço (Catarino, 2017, p. 123). A sua nova configuração e elementos concediam à população a possibilidade de conviver e desfrutar do espaço, fazendo deste um espaço de permanência.

Com o fim da Revolução Liberal de 1820 a 1834, foram adotados mecanismos de reorganização da cidade, visando à melhoria da higiene, iluminação, circulação e embelezamento da cidade. Nessa circunstância, o Passeio Público do Rossio foi requalificado em 1834 e reinaugurado em 1838, apresentando soluções mais permeáveis, com substituição de muros por gradeamento, aberturas de portões e aumento do potencial de socialização. No entanto, o espaço público só atingiu sua prosperidade como lugar encontro da população a partir da segunda metade do século XIX, quando em 1852 José Augusto Braamcamp retirou algumas exigências de vestimenta que impediam o seu acesso. O passeio, além de cumprir a função de caminhadas e encontros, tornou-se um local de festas, onde eram realizados queima de fogos, concertos, exposições, venda de flores e atividades beneficentes (Masseran, 2019).

A discussão acerca da reestruturação da Praça do Rossio chegou ao fim quando, em 1864, foi divulgado o concurso internacional que pretendia solucionar o espaço público definitivamente. Com o intuito de glorificar a liberdade, o concurso propôs um monumento comemorativo a D. Pedro IV, idealizador da Carta Constitucional de 1826, a qual concebeu a Monarquia Liberal.

O edital anunciou algumas limitações, entre elas a não aceitação de estátuas equestres, que remetiam ao poder absolutista a condição de ter a forma de uma coluna, remetendo o papel superior ao absolutismo. De 87 projetos apresentados, venceu o dos franceses Gabriel Davioud e Élie Robert. O arquiteto e o escultor francês propuseram uma estátua de D. Pedro IV segurando a Carta Constitucional, ao alto de uma coluna com uma base retangular onde se encontravam quatro figuras femininas simbolizando as qualidades do monarca. Nesse momento, a praça ganhou novos significados ao reter expressões que se estabeleciam por meio de objetos de distintos significados.

3.2.2. Plano de expansão de Lisboa: Avenida da Liberdade e a nova ordem urbana

Com evidente sinal de crescimento da cidade devido, principalmente, a Revolução Industrial, iniciou-se em Lisboa uma reestruturação urbana, ao ser constatado o considerável aumento do seu perímetro. A partir dessa averiguação foi estabelecido em 1864 o Plano Geral de Melhoramentos da capital, objetivando desenvolvimentos nos campos da salubridade, segurança e imagem, tanto das habitações, quanto dos espaços públicos da cidade (Graça, 2020). Foi proposta então a abertura de um eixo central que iria conectar novas vias. Assim, em 1879, o Passeio Público do Rossio foi demolido e no seu lugar surgiram a Praça dos Restauradores - antiga entrada do Passeio Público -, a Avenida da Liberdade e a Rotunda da Avenida -, mais tarde batizada como Praça Marquês de Pombal[17] - expandindo a cidade para norte, criando assim o Eixo Praça Marquês de Pombal - Praça do Rossio.

Desde o planejamento da abertura da cidade para norte, no final do século XIX, foram traduzidas posições teóricas e culturais de arquitetos e urbanistas por meio da representação do espaço, a fim de construir ambientes mais positivos, com intencionalidade estética e idealização das formas urbanas como processo de formação de um novo modo de viver na cidade. O município de Lisboa optou pela combinação entre uma cidade em expansão moderna e os entornos rurais, atendendo à procura de novas áreas residenciais por uma classe média crescente.

O programa de expansão de Lisboa foi concebido e coordenado pelo engenheiro Frederico Ressano Garcia, que tinha realizado sua formação *na École des Ponts et Chaussées*, em Paris, escola de maior renome internacional no campo do urbanismo na segunda metade do século XIX. O projeto da Avenida da Liberdade, aprovado entre 1877 e 1879, retomou propostas anteriores que conceberam a avenida como prolongamento do Passeio Público, preservando a largura e alguns elementos da imagem urbana e os usos, tendo como limite a futura rotunda do Marquês de Pombal. O mesmo projeto contemplou os planos de urbanização das zonas livres envolventes e o contorno do Parque da Liberdade, depois Eduardo VII, com as respetivas ruas adjacentes, em vez do prolongamento do eixo.

O projeto atribuiu um carácter determinante no urbanismo da capital portuguesa como lugar de encontro, comércio, circulação e, sobretudo, de representação, reunindo o poder

[17] Em 1882, devido às comemorações do centenário da morte do Marquês de Pombal, surgiu o intento de construir um monumento em sua homenagem na então Rotunda, que coroava a Avenida da Liberdade. No entanto, o alvoroço político da época impossibilitou a efetivação do projeto. Este foi retomado em 1913 com a abertura de concurso público (Rodrigues, 2016, p. 33)

económico e o capital na busca do poder simbólico com base em signos de distinção e de dinâmicas sociais premeditadas, resultado tanto das ações públicas de desenvolvimento da cidade como da transformação das práticas urbanas e dos usos e regras do espaço público.

A avenida foi inaugurada no final do século XIX, em 1886, no contexto de uma Monarquia Constitucional reinada por D. Luís I, materializando a aspiração de um espaço de significado social para a prosperidade e afirmação de uma sociedade burguesa em ascensão. A abertura de uma avenida, que remetia aos *boulevards* parisienses de Hausmann[18], privilegiava o projeto higienista de uma arquitetura operacionalizada pelo capital.

A estética do projeto ilustrava a dimensão classista do planejamento, tanto na reapropriação do passado, pelo restabelecimento de certa arquitetura, como na estilização do quotidiano, contendo 90 metros de largura e 1.273 de comprimento, com três ruas paralelas (sendo a central dominante em dimensão e em número de sentido de tráfego), separadas por largas placas pedonais arborizadas, divididas em segmentos de diferente extensão devido aos cruzamentos com outras artérias e pontuadas por obras de arte e elementos decorativos.

No seu início, a sul, foi proposto um monumento em homenagem à Restauração de 1640 e em seu término, a norte, uma grande rotunda de 200 metros de largura, que iria distribuir grandes vias, incentivando o aparecimento de novos bairros na região.

Também em 1886 ergueu-se na antiga entrada do Passeio Público o monumento aos restauradores, promovido pela comissão central Primeiro de Dezembro de 1640. O obelisco foi projetado por António Tomás da Fonseca, composto pelo Anjo da Independência de Alberto Nunes e a Vitória de Simões de Almeida[19].

A Avenida da Liberdade, construída sobre o Passeio Público, exemplifica um caso de regularização de traços urbanos. Esta regularização representa um ajuste tardo moderno, um fenómeno de adaptação que reformula a conceção, persistência e transformação da forma urbana ao longo do tempo. De acordo com Amado (2024), a regularização dos traços integrados no traçado das Avenidas Novas de Lisboa configura um ajuste tardo-moderno que assimila elementos preexistentes e ao mesmo tempo instaura uma nova ordem urbana alinhada com as necessidades e aspirações contemporâneas.

[18] Os bulevares projetados por Haussmann tinham como objetivo manter as populações sob controle dentro de um projeto político de reorganização das infraestruturas urbanas e da vida urbana, onde a disposição espacial urbana apresenta mecanismos disciplinares de controle pelo seu recorte, que coloca os indivíduos em visibilidade e consequentemente num controle policial espontâneo.

[19] Desse monumento a inspiração para a nomeação da Avenida da Liberdade, remetendo à independência reconquistada perante os espanhóis em 1640.

Ao longo do tempo, propostas de projetos de requalificação da Avenida da Liberdade foram surgindo a fim de ampliá-la, o que para muitos era considerada, dentro de novos contextos históricos, um boulevard demasiado curto, mas nenhuma obteve êxito. O Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, conhecido como Plano de Gröer (1938-1948), marcante no desenvolvimento urbanístico da cidade e referência nos planos que se seguiram na capital portuguesa, não considerava o prolongamento da Avenida da Liberdade. Diferentemente, o Plano Meyer Heine (1960-1967) novamente retomou o assunto sem que a ideia, mais uma vez, se efetivasse. Em um âmbito de forte interesse privado e especulação imobiliária que veio pressionar os espaços públicos de Lisboa, nomeadamente as suas principais artérias, Pedro Vieira de Almeida apresentou o Plano Morfológico e Cérceas da Avenida da Liberdade (1970-1974), o qual aceitava o prolongamento defendido por Meyer Heine - com o objetivo de estabelecer um programa de evolução controlada do território (Marino, 2021).

Com a influência do Plano Morfológico e Cérceas, apesar de não aplicado, a aprovação de vários projetos estava sendo considerada, o que permitiu justificar a substituição ou alteração de grande parte dos imóveis da avenida. A intenção cíclica de redimensionar a avenida junto com intervenções improvisadas e a falta de qualidade arquitetónica em muitas dessas intervenções criou uma preocupação que levou, em 1989, após o restabelecimento da democracia, à publicação do Despacho 104/89, pela Secretaria de Estado da Cultura. Este avaliava a avenida como um conjunto de valor nacional, considerando a classificação da sua zona e de todos os imóveis nela situados.

O procedimento de elaboração do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente foi iniciado em 1991 e no mesmo ano foram aprovadas medidas preventivas para esse território, as quais foram publicadas no Diário da República, 2ª série, n. 88, de 16 de abril de 1991 e cuja vigência foi posteriormente prorrogada pela Portaria nº 354/92, sendo a elaboração da proposta do plano concluída em 2009.

O novo eixo da cidade não veio a ser, tão somente, um eixo ordenador do território, que atribuiu aos vazios um carácter determinante no urbanismo da capital portuguesa, mas também um espaço e um terreno fomentador de edificações opulentas, como também uma via onde os fluxos e a lógica de localização de usos urbanos e das dinâmicas espaciais são potencializados, aumentando a movimentação e a circulação de peões.

3.3. A revolução republicana e consolidação da Praça do Marquês de Pombal e a origem do eixo como palco de manifestação

A abertura da Rotunda, mesmo que inacabada, incentivou o deslocamento das pessoas, que aos poucos foram subindo a Avenida e se apropriando dos novos espaços da cidade, que passaram a receber cortejos e desfiles festivos da população.

A formação simbólica do espaço urbano não se restringe à sua materialidade construída ou aos elementos arquitetónicos que o compõem, como monumentos e marcos visuais. O simbolismo de determinados lugares da cidade frequentemente emerge das práticas sociais, políticas e culturais que neles se desenrolam, tornando-os significativos na memória coletiva e na construção da identidade urbana. Essa constatação dialoga com a perspetiva teórica, segundo a qual o espaço público é um campo de produção simbólica contínua, onde a prática social desempenha um papel estruturante na atribuição de sentidos (Lefebvre 2006, Certeau 1984, Harvey 2008, Soja 1993). Nesse sentido, o espaço manifesta-se como um registo acumulado de práticas sociais e políticas de representações e usos, no qual a experiência urbana e a memória da cidade moldam os espaços tanto quanto os projetos arquitetónicos e urbanísticos.

Após algumas décadas da sua inauguração, a abertura da cidade para o eixo norte permitiu que a Avenida da Liberdade, construída juntamente com a Rotunda em seu cimo, e a Praça do Rossio se tornassem os principais palcos da Revolução Republicana de 1910 e das comemorações revolucionárias. No dia 4 de outubro de 1910, a rotina da capital portuguesa foi rompida quando a Revolução Republicana saiu às ruas. A Praça Marquês de Pombal, conhecida na época por Rotunda da Avenida da Liberdade, foi eleita pelos revolucionários como lugar estratégico de defesa, sendo ocupada por soldados, civis e desertores de outros regimentos, enquanto os homens leais ao rei ocuparam a Praça do Rossio, criando, assim, um eixo de combate.

À medida que a manhã do dia 4 de outubro avançava, a adesão popular ia sendo cada vez maior no espaço público, onde estenderam a bandeira republicana verde e rubra e construíram barricadas (Samara, 2010).

No dia 5 de outubro, depois de diversos bombardeios, a República foi proclamada. Logo após a anunciação da vitória dos revolucionários, o povo de Lisboa se dirigiu às barricadas da Rotunda para confraternizar com a tropa e festejar a revolução, fazendo do espaço público um dos principais cenários do dia da implantação da República. Os militares revolucionários desceram a Avenida da Liberdade até a Praça do Rossio, aclamados pela população. A marcha triunfal foi realizada ao som da "A Portuguesa" - música proibida pela monarquia, associada

aos movimentos antimonárquicos - que mais tarde tornou-se o hino nacional de Portugal (Severiano Teixeira, 2015).

A revolução republicana promoveu e incentivou a possibilidade de luta, fortaleceu a imposição da participação na vida pública e estimulou a expressão popular nos espaços públicos lisboetas. A Rotunda da Avenida, a Avenida da Liberdade e a Praça do Rossio apresentaram um papel integrador ao consolidar laços socio espaciais e ao se constituírem como palcos de manifestações populares, outrora proibido pelo antigo regime monárquico. Desse modo, contribuíram com uma nova forma de produção do espaço, para além da individualização espacial como marcos estruturadores da identidade da cidade, passando a apresentar um simbolismo político e cultural.

A partir desse momento surgiram novos sentidos sobre a semântica do espaço, colocando questões sobre outras formas de abordagens possíveis da representação e do simbolismo espacial. As representações que se produziram entre cidadãos e a cidade constituíram transformações espaciais, reavaliando o processo social e histórico da formação arquitetónica da cidade, assim como as questões simbólicas, que passaram por intervenções ocasionais no decorrer dos processos da mudança social.

No dia 16 de outubro de 1910, a Rotunda tornou-se cenário para o funeral dos mártires da República, Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, evidenciando e afirmando o espaço público como símbolo da luta republicana.

Nas comemorações do primeiro aniversário da revolução, a parada militar ocorrida na Avenida da Liberdade ganhou a maior importância entre os festejos realizados. No dia 3 de outubro, primeiro dia de eventos rememorativos, foi colocada a primeira pedra no Monumento dos Heróis da Rotunda na Avenida da Liberdade, para onde o Chefe de Estado Manuel de Arriaga se dirigiu e leu o auto da cerimónia e em seguida colocou a primeira camada de betume nos cantos da pedra inicial do monumento (Chaves, 1911).

No dia 4 de outubro, segundo dia das celebrações, a parada militar de elevada imponência teve início na Praça Marquês de Pombal, descendo a Avenida até a Praça do Rossio ao meio de uma vasta e entusiástica multidão fora do habitual (Anon, 1911). Em todas as festividades da comemoração, o cortejo militar que percorreu a Avenida da Liberdade por uma hora ganhou mais destaque devido à grande aglomeração de espectadores e à presença de oficiais que fizeram parte da revolução e do Chefe de Estado (Chaves, 1911).

Nessa conjuntura, os agentes sociais idealizaram imagens espaciais que influenciaram no modo como a identidade espacial foi construída e apropriada pelo antigo regime. Assim,

produziram o espaço por meio de práticas de significação e reinterpretação espacial, atribuindo novos signos tanto ao espaço como às práticas e à formação de símbolos.

A importância da Rotunda na Revolução Republicana foi, também, materializada na litogravura[20] produzida por Cândido da Silva, a qual tomou por modelo as fotografias que circulavam na época, criando um conjunto historiado. A memória histórica, produzida e criada por instituições e realizada com base em narrativas, fotografias e artes gráficas, expressou a memória da cidade juntamente com as formas materiais herdadas de outro tempo.

Uma vez instaurada a República, o desejo de dar continuidade ao projeto da Rotunda foi retomado. Apesar de existir vontade em alguns de substituir o monumento por um monumento Republicano, em 1913 foi resgatado o projeto do monumento ao Marquês de Pombal por meio de concurso público. Entre os 14 projetos apresentados, a proposta vencedora foi realizada por António C. Abreu, Francisco dos Santos e Adães Bermudes.

Em 1917 iniciaram-se as obras para abrigar o monumento e, mais tarde, em 1926, seria realizada a cerimónia de lançamento da primeira pedra do monumento.

O eixo, já consagrado como local de manifestações tanto populares quanto do Estado, passou a ser palco de diversas manifestações como desfiles em homenagem aos mortos na revolta de 14 de Maio em 1915[21] e as manifestações em homenagem aos aviadores da Pátria, Brito Pais e Sarmento de Beires e ao mecânico Manuel Gouveia, após o regresso da travessia aérea Lisboa-Macau em 1924[22].

A estátua monumental foi definitivamente assentada em seu pedestal em 1933 e oficialmente inaugurada no dia 14 de maio de 1934 pelo então Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco.

A inauguração da Praça Marquês de Pombal concretizou a formação do eixo e trouxe diferentes formas de relações entre os habitantes e o espaço urbano, aumentando os fluxos,

[20] 4"Litografia colorida, da autoria de Cândido da Silva (sem informação) alusiva à revolução que deflagrou na noite de 3 de outubro de 1910, em Lisboa, e que conduziu à proclamação da República Portuguesa. Da esquerda para a direita: o bombardeamento do Palácio das Necessidades; a fuga da família real, na Ericeira; a prisão dos jesuítas para o forte de Caxias; os combates nas ruas de Lisboa; a posição da Artilharia na Rotunda; os populares entrincheirados na Rotunda; ao centro, uma alegoria representando a República agigantada por entre os populares que testemunharam a proclamação na Praça do Município - note-se que a figura traz uma réplica da bandeira usada pelos revolucionários, vermelha no lado da haste e verde no exterior. Também ao centro e em primeiro plano, os elementos do Governo Provisório saúdam o líder militar vitorioso, Machado Santos; sob estes, um dragão (símbolo da Casa de Bragança e do exército monárquico) jaz por terra, junto com a Coroa de Portugal" (Fundação Mário Soares).

[21] A Revolta de 14 de Maio de 1915 foi um golpe de estado em Portugal, liderado por Álvaro de Castro e pelo General Sá Cardoso, que teve como objetivo derrubar o governo presidido pelo General Pimenta de Castro e a reposição da plena vigência da Constituição Portuguesa de 1911.

[22] Marco na aviação portuguesa e internacional que teve contributo significativo para a cartografia e tecnologia aeronáuticas.

refletindo a identidade da cidade e dos seus habitantes e se revelando como eixo ordenador do território. A praça passou por várias intervenções ao longo dos anos, cada uma contribuindo para a sua configuração atual. A adaptação contínua e a integração de traços históricos e modernos transformaram a Praça Marquês de Pombal em um ponto central de convergência urbana em Lisboa. Segundo Amado (2024, p.122), "a Praça Marquês de Pombal pode ser vista como um caso de sobreposição simples, onde um novo traçado foi imposto diretamente sobre uma área preexistente, transformando significativamente o espaço urbano".

Com a expansão da cidade e o aumento dos fluxos, na primeira metade do século XX a Praça do Rossio sofreu alterações em sua composição. Com o surgimento dos automóveis e do elétrico, a parte central da calçada passou a dificultar o fluxo dos carros. Com o intuito de reordenar o trânsito, o passeio central foi segmentado na reestruturação de 1919-1925. A escala humana não era mais uma referência essencial ao processo de urbanização. A escala passou a ser a da produção, como resposta ao processo desencadeado pela Revolução Industrial que há alguns séculos havia sido iniciado. Anteriormente a esse momento, a escala da cidade correspondia à escala do ser humano. Essa mudança de enfoque recaiu diretamente sobre a produção espacial da praça que, após a requalificação, se transformou em estacionamento de automóveis. Em consequência, as árvores desapareceram para depois voltarem a ser plantadas devido às reclamações dos cidadãos. Como o desenvolvimento das redes de transporte era crucial, a praça, como espaço público de dinâmicas socioespaciais, foi requisitada e a organização espacial do Rossio foi restabelecida. A área reservada aos pedestres foi reconstruída, retomando as características que incentivavam a permanência da população. A circulação dos transportes foi transferida em seu entorno, garantindo a vivência central da praça integrada com o monumento da estátua de D. Pedro IV, com as fontes laterais, com as árvores em seu entorno, juntamente com os tradicionais cafés, nos quais as esplanadas estendem-se até o passeio.

Com os seus preceitos espaciais centrais restabelecidos[23], a Praça do Rossio retornou com seu papel de cenário de diversas atividades, retomando-se a apropriação do espaço público de acordo com as motivações dos atores sociais e readquirindo seu papel político de amplas e diversificadas ações, tanto individuais como coletivas. As intervenções no Rossio refletem um processo contínuo de adaptação e integração de elementos históricos com novas demandas urbanas. Segundo Santana e Sucena (1994, p.284), "o Rossio, ao longo dos séculos, serviu como

[23] O mosaico ondulado de calçada portuguesa voltou a ser colocado em 2001, no âmbito da reabilitação contemporânea da praça.

um espaço central de convergência e adaptação urbana, refletindo as mudanças sociais e políticas da cidade".

Durante a ditadura do Estado Novo (1933-1974), o Eixo Praça Marquês de Pombal - Praça do Rossio voltou a ser utilizado para desfiles militares. Com rituais e cerimónias oficiais[24], os espaços públicos assumiram sua relação com os novos valores culturais, políticos e estéticos estabelecidos pelo novo regime.

A reapropriação dos espaços públicos pelo regime do Estado Novo aplicou um processo de apropriação de referências, impondo uma nova narrativa na expressão de outros tempos sobre o espaço da cidade ao utilizar referências, monumentos e espaços evocativos dos acontecimentos passados. Dessa forma, os espaços públicos passaram a ter um papel de expressão e de referencial físico nos eventos oficiais, retirando partido de elementos simbólicos e organizadores do espaço. É de referir que manifestações urbanas não oficiais eram proibidas durante o período da ditadura do Estado Novo.

3.4. O eixo: novos fluxos e dinâmicas espaciais

Desde a sua abertura, o eixo é uma parte importante da estrutura urbana de Lisboa, servindo como espaços públicos para o encontro, a socialização e a realização de atividades públicas, atendendo a diferentes necessidades e interesses da comunidade. Sua criação trouxe uma mudança de fluxos e dinâmicas espaciais, conduzindo a ações que romperam as formas de utilização do espaço, tornando-se um espaço simbólico e político. Essas mudanças representativas de expressões sociais, realizadas com base nas relações políticas e culturais, potencializam a renovação de mentalidades na cidade por meio do imaginário criado em torno dos espaços públicos ao longo da história da cidade.

Dessa forma, é possível observar que a ligação de uma comunidade com o espaço construído se relaciona à perceção da ordenação de um espaço, da história e da memória coletiva das populações e da leitura de símbolos que esses espaços projetam, auxiliando o entendimento espacial da cidade.

A memória dos traços urbanos em Lisboa é, portanto, uma componente vital da sua identidade e continuidade histórica. Amado (2024, p.128) ressalta que "a cidade moderna é resultado de uma soma de processos de produção de tecido diferenciados e continuados ao longo do tempo, onde a memória dos traços urbanos desempenha um papel crucial na

[24] É se referir que manifestações urbanas não oficiais eram proibidas durante o período da ditadura do Estado Novo.

construção da identidade coletiva". Preservar e integrar estes traços históricos em contextos urbanos modernizados permite que a cidade mantenha uma conexão viva com o seu passado, enriquecendo a experiência urbana dos seus habitantes e visitantes.

A regularização dos traços urbanos em Lisboa não é apenas um processo físico de reconfiguração espacial, mas também uma prática que carrega significados históricos e sociais. Amado (2024, p.124) observa que "a memória dos traços urbanos é mantida viva através das práticas de regularização que preservam e adaptam elementos históricos para atender às necessidades contemporâneas". Este processo contínuo de adaptação e transformação é essencial para a evolução da paisagem urbana de Lisboa, mantendo uma conexão viva entre o passado e o presente.

Na cidade, parte da importância que atribuímos à sua forma é a de transportar consigo a memória de si mesma, ou seja, a memória do locus da cidade. A memória revela-se importante por ser a faculdade que nos permite criar laços afetivos com o espaço. Em Lisboa, locais como o Rossio, a Avenida da Liberdade e a Praça Marquês de Pombal são emblemáticos por suas memórias urbanas e traços históricos preservados. Amado (2024, p.126) afirma que "a memória urbana é essencial para que os habitantes e visitantes de Lisboa se identifiquem com o espaço, reconhecendo e apropriando-se dele na partilha quotidiana".

Capítulo 4

O Espaço Público e as Manifestações de Protesto em Portugal

4.1 Panorama das Manifestações em Portugal: Contribuições da Literatura

São poucos os estudos relativos às manifestações de protesto nos espaços públicos no contexto português. Parece haver um pensamento popularizado de que o povo português consente e tolera problemas e adversidades políticas e econômicas, sem gerar grandes contestações. No entanto, Diego Palacio Cerezales (2011) mostra que essa ideia não corresponde à história de Portugal, ao reconstituir uma narrativa do contexto histórico-político português. O autor mostra que desde meados do século XIX sucederam-se confrontos violentos nas cidades portuguesas entre as forças de repressão do Estado e as populações. Após a Revolução Liberal de 1820, o país atravessou longo período de instabilidade política, que sucedeu uma guerra civil entre os anos de 1832 e 1834. Constata-se que grande parte dos conflitos sociais da segunda metade daquele século foi devida à escassez de trigo e de outros mantimentos, período marcado por tensões, mobilizações e protestos de resistência ao Estado.

> Para protestar, os portugueses do século XIX costumavam recorrer a formas de ação locais e comunitárias provenientes do Antigo Regime: as pessoas reuniam-se ao toque dos sinos, interpelavam as elites das localidades para que exercessem uma função mediadora junto das autoridades nacionais, atacavam os funcionários do poder central e saqueavam os edifícios e arquivos públicos. A par da permanência desse repertório tradicional de protesto, os portugueses adotaram, ao longo do século XIX, novas formas de mobilização, características da política moderna: apresentaram petições, recolheram assinaturas, organizaram comícios, percorreram as cidades em cortejos multitudinários, concentraram-se em praças a exigir trabalho e, sobretudo no último quartel do século, entraram em greve (Cerezales, 2011, p. 13).

Essas novas dinâmicas eram moldadas pelas transformações do espaço político e económico, juntamente com o desenvolvimento demográfico urbano e a influência de experiências dos movimentos sociais de outros países. No ano de 1890 a organização do movimento operário iniciou novas demonstrações de luta. Em janeiro desse ano, sucedeu em Lisboa uma manifestação pelo estabelecimento de bolsas de trabalho, semelhante aos protestos ocorridos na França. E quatro meses depois foi festejado, pela primeira vez em Portugal, o 1º de Maio, juntamente com o movimento internacional pela jornada de oito horas (Cerezales,

2011). O movimento operário não conquistou as atenções desejadas devido às ameaças britânicas ao Estado Português, dada a disputa territorial na África naquele mesmo ano[25].

Devido às aceitações das imposições da Coroa Inglesa, foi iniciada uma onda de mobilizações nacionalistas nos espaços urbanos portugueses, dirigida contra os britânicos e a suposta traição do governo português. As ruas de Lisboa encheram-se de pessoas, numa "ardente ebulição de protestos, injúrias e vociferações contra os 'governantes cobardes' que haviam vendido a sua honra e desconfiado do valor dos portugueses" (Cerezales, 2011, p. 167). A essa altura, as cidades, principalmente Lisboa e Porto, foram tomadas por fóruns espontâneos, com o apoio dos republicanos. De acordo com Cerezales (2011), em todos os lugares de sociabilidade urbana - cafés, teatros, escolas, clubes, jornais, associações de estudantes e de comércio - eram discutidos os acontecimentos e onde era cantado em coro "A Portuguesa", o novo hino patriótico de tonalidades belicistas na altura, que depois veio a se tornar o hino oficial da República Portuguesa. A ocupação das ruas e praças pela população, com gritos e gestos simbólicos, como a faixa negra na estátua de Camões, em Lisboa, era o sinal da revolta dos portugueses nos espaços públicos urbanos.

Após a Revolução Republicana de 5 de outubro de 1910, os primeiros tempos da Primeira República Portuguesa (1910-1926) ficaram marcados pelo aumento da iniciativa popular, período marcado por diversas reivindicações dos setores mais progressistas que se encontravam nas cidades associadas ao desenvolvimento industrial. Paulo Eduardo Guimarães (2017), em "Anarquismo violência e protesto popular durante a Primeira República em Portugal", reporta que os conflitos entre as organizações operárias, o patronato e o Estado, levaram às ruas manifestações frequentemente violentas, marcando o quotidiano das cidades na época. As greves alastraram-se em todo o país, envolvendo grupos populares urbanos e rurais. Na fase final na República, a instabilidade política serviu de argumento para legitimar a instauração de um regime de ditadura pelos militares conservadores, em 1926, e mais tarde para a consolidação do regime autoritário nacionalista.

[25] Esse acontecimento deu início ao longo processo da queda da monarquia portuguesa.

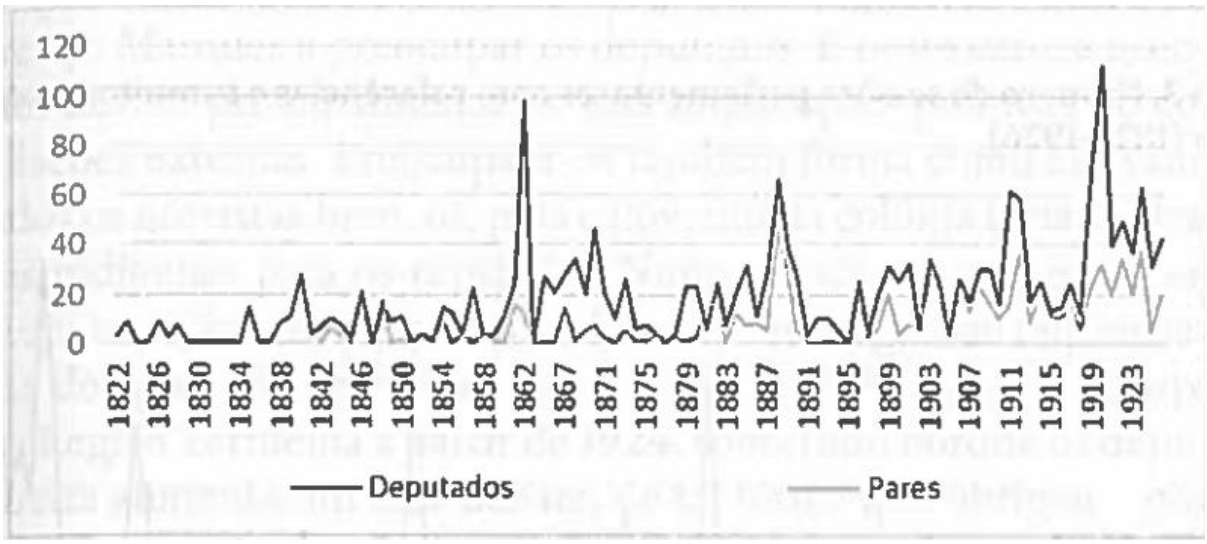


Figura 4.1 - Distribuição pelas câmaras alta e baixa do parlamento das sessões em que se referiam às formas de protestos populares em Portugal (1822-1926).
Fonte: Guimarães, 2017.

Foi verificado por Guimarães (2017), que os tumultos e motins foram os assuntos mais debatidos antes da I República e que a partir de 1910 as greves operárias passaram a se destacar devido aos fenómenos sociais[26].

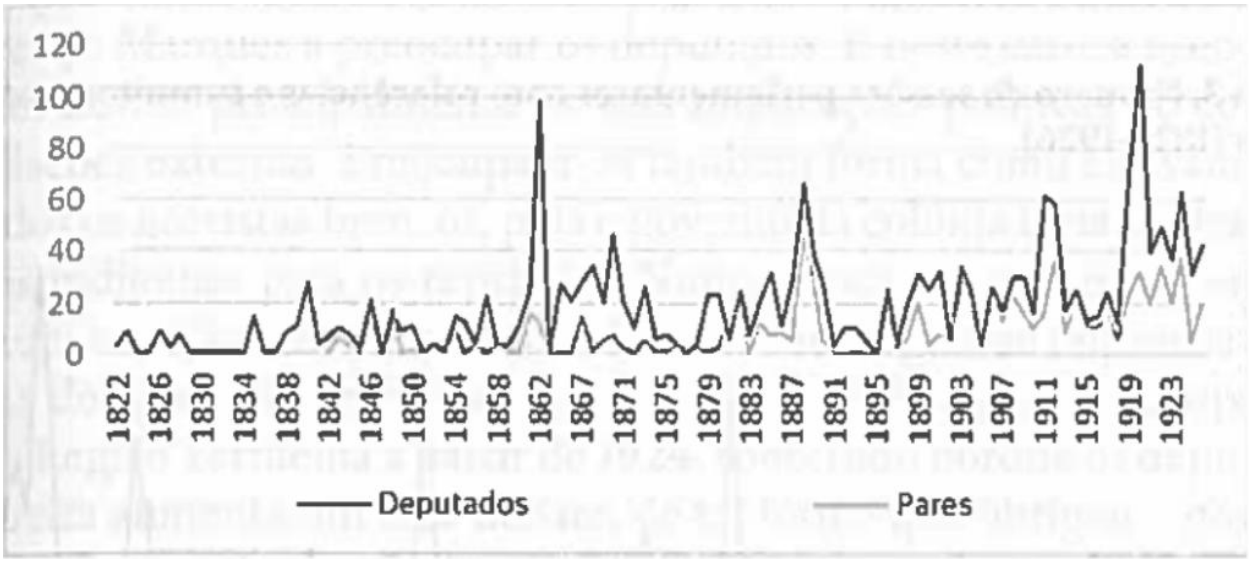


Figura 4.2 - Número de sessões parlamentares com referências a tumultos, motins e greves (1822-1926).
Fonte: Guimarães, 2017.

O autor mostra que a violência nas manifestações era uma questão corriqueira, marcando os atos eleitorais e a vida política na altura. A incapacidade de o regime republicano fazer face

[26] Não foram distinguidos nesse gráfico os protestos urbanos dos protestos rurais.

à Ordem Pública sustentou o argumento que legitimou a ditadura e conduziu mais tarde à instauração do Estado Novo, em 1933.

A censura foi implementada pelo Estado Novo (1933-1974) como instrumento político, com o objetivo de impedir ideias contrárias ao regime e para subordinar a opinião pública, a qual foi condicionada à "Lei do Silêncio", instaurando o medo na sociedade como um todo. Durante esse período, manifestações de protesto foram proibidas. O regime autoritário fundado por António Salazar começou a decair a partir das guerras coloniais iniciadas em 1961, quando as despesas de guerra atingiram o pico em 1968, chegando a representar 35% do Produto Interno Bruto (PIB) português (Accornero, 2013), ano em que Marcelo Caetano assumiu o poder do Estado Novo. Nesse momento, mobilizações caracterizadas como um ciclo de protesto transversal de variados setores sociais começaram a surgir em oposição à guerra colonial, quando a objeção à guerra se tornou uma das principais pautas do movimento estudantil, nomeadamente a partir do início dos anos 70, e fez com que os estudantes representassem uma ameaça ao regime em seus últimos anos[27] (Accornero, 2013).

Paulo Rodrigues Ferreira (2009), apresenta um estudo sobre a receção da cultura de protesto em Portugal a partir da imprensa e a influência dos media internacional nos finais dos anos 60, com o objetivo de interpretar o papel que teve a imprensa periódica na disseminação da cultura de protesto no país durante esse período. Na obra mostra o carácter fechado da sociedade portuguesa do período ditatorial marcelista e a influência que um simples artigo de jornal poderia ter, a essa altura, para modificar os comportamentos de uma população proibida de se expressar livremente.

Guya Accornero (2013) mostra que, a partir dos finais dos anos 60, ocorreu um forte curso de politização do meio académico, que se estendeu progressivamente a outros setores sociais em Portugal. Em maio de 1973, um grupo de estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa ligados ao Partido Comunista organizou a primeira manifestação em Lisboa, no bairro da Boavista, impedindo o trânsito local e destruindo com pedras os vidros do quartel da Polícia de Segurança Pública (PSP).

> A realização por parte dos estudantes de manifestações de denúncia destas condições, diretamente nos espaços urbanos em que se verificavam, era um ulterior sinal do processo de politização do movimento estudantil que, saído das universidades, começava a participar abertamente nas problemáticas sociais (Accornero, 2013, p. 588).

[27] Observação indutora da influência das manifestações estudantis na França, conhecidas por Maio de 68.

A autora revela que nesse período houve aumento das prisões de estudantes devido às frequentes manifestações e ocupações universitárias, o que levou à radicalização das manifestações de descontentamento e à adoção de formas de protesto mais duras, frequentemente assistidas por destruição de carros e montras, invasões e interrupções de aulas e ocupações de alguns espaços da universidade. Acrescenta que esse processo foi fundamental na base do processo revolucionário e da crise do Estado Novo, que veio a cair em 1974.

O livro da Intersindical Nacional (2011), "CGTP-IN, Intersindical Nacional: 40 anos de luta com os trabalhadores: 1970-2010" regista que os movimentos operários, no início da década de 70, realizaram manifestações clandestinas nas comemorações do Dia do Trabalhador, 1º de maio.

Em 1970 foram realizadas manifestações em diversos pontos de Lisboa, como: Estação do Rossio, Cabo Ruivo, Campo de Ourique, Arco do Cego, Sacavém, Moscavide e comboios da linha de Sintra[28]. No Barreiro, Baixa da Banheira, Alhos Vedros, Moita e Lavradio, foram realizadas manifestações que mobilizaram mais de seis mil pessoas, em que centenas delas foram presas[29].

Em 1971, o maior ato público aconteceu na cidade do Porto, onde 20 mil manifestantes enfrentaram a polícia e resistiram às prisões na cidade nortenha. No ano de 1972, dias antes do 1° de Maio, a polícia efetuou dezenas de prisões. O Ministério do Interior emitiu uma nota oficial proibindo qualquer tipo de protesto e ameaçando quem infringisse a ordem. Os trabalhadores então adotaram outras formas de protestos, realizando abaixo-assinado do sindicato dos metalúrgicos exigindo que o 1° de Maio fosse feriado. Em janeiro de 1973, antecipadamente ao último 1° de Maio subscrito na ditadura do Estado Novo, a polícia iniciou as prisões de ativistas políticos e sindicais, totalizando 87 pessoas. No primeiro dia de maio, dia da desejada comemoração trabalhista, em Lisboa, por volta das 19h30, a polícia de choque, postada no Rossio - local tradicional de escolha das manifestações nesta altura -, confrontou violentamente as pessoas que estavam no local, até mesmo nos passeios e dentro de estabelecimentos na Rua do Ouro. Os conflitos duraram até às 21h30, ocasionando dezenas de feridos, que foram encaminhados para o Hospital São José e depois conduzidos para o Governo Civil para serem identificados[30] (Amorim, 2018).

[28] CGTP-IN, Intersindical Nacional. 40 Anos de Luta com os Trabalhadores: 1970-2010. CGTP-IN. 2011, p. 94.
[29] CGTP-IN, Intersindical Nacional. 40 Anos de Luta com os Trabalhadores: 1970-2010. CGTP-IN. 2011, p. 95.
[30] CGTP-IN, Intersindical Nacional. 40 Anos de Luta com os Trabalhadores: 1970-2010. CGTP-IN. 2011, p. 95.

Diego Cerezales (2003), com base em uma análise histórico-social, relata que, após a queda da ditadura, uma onda de mobilização percorreu os anos de 1974 e 1975 devido à crise de Estado instaurada no país. A participação generalizada na política por meio de manifestações, ocupações e assembleias deu vida a um período singular na história de Portugal, estendendo desde o campo popular às elites e ao Estado. Durante esse período de sucessivos governos provisórios, a ordem pública foi desestabilizada juntamente com a defesa dos bens e da integridade das pessoas, estimulando, assim, os processos de ações coletivas, muitas delas violentas. O autor revela que a participação popular em manifestações foi fundamental para que a crise política se resolvesse com a instituição de um sistema político de orientação liberal.

No artigo de Fortuna *et al.* (1998), os autores expõem que no período pós-1974 a rua transformou-se em palco da livre expressão política, afirmando o período de intensa sociabilidade quando foram colocadas em causa as formas de ordenamento social do período ditatorial. Segundo o artigo, a reorganização política e institucional do país fez com que o fervor da sociedade civil se tornasse mais brando, uma vez que a modernização do tecido económico e social promoveu a transformação dos meios e o fortalecimento dos efeitos da cultura de massas. Os autores mostram que gradativamente a lógica do mercado de consumo e do individualismo estabeleceu o surgimento de um território com distinções políticas, sociais e culturais com interações mais restritas e eletivas.

José Manuel de Oliveira Mendes (2005) analisa as dinâmicas e as lógicas de mobilização de um movimento social local que se iniciou em 1999 em Canas do Senhorim, que confrontou diretamente as políticas e os agentes do Estado português. O artigo enfatiza as dinâmicas de inserção da comunidade em análise com as lógicas de controle e de poder do Estado, revelando o modo como as elites, políticas e mediáticas, buscam normalizar e desvalorizar as reivindicações dentro do discurso e da política.

O estudo de José Manuel de Oliveira Mendes e Ana Maria Seixas (2005), realiza análise quantitativa da configuração social e política das ações de protestos urbanos e a sua evolução no tempo. Por muito tempo, as investigações da participação política foram restringidas às formas instituídas de participação, não havendo atenção aos protestos. Como metodologia, os dados foram recolhidos nas notícias do Jornal de Notícias e do Público, publicado entre 1992 e 2002.

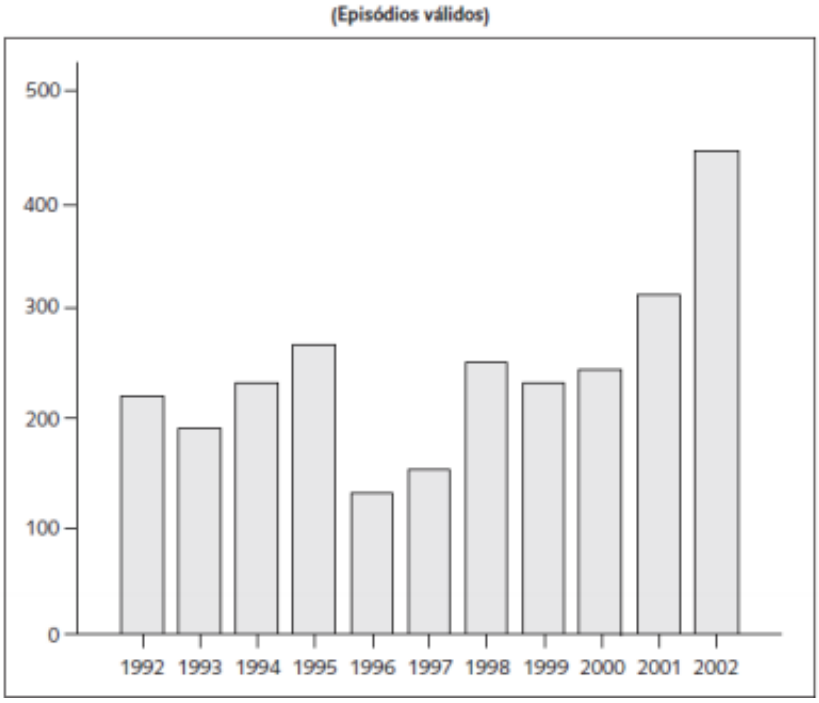


Figura 4.3 - Número de artigos por ano.
Fonte: Mendes e Seixas (2005).

A primeira análise demonstrou queda no volume de protestos nos anos de 1996 e 1997 e considerável aumento nos anos de 2001 e 2002.

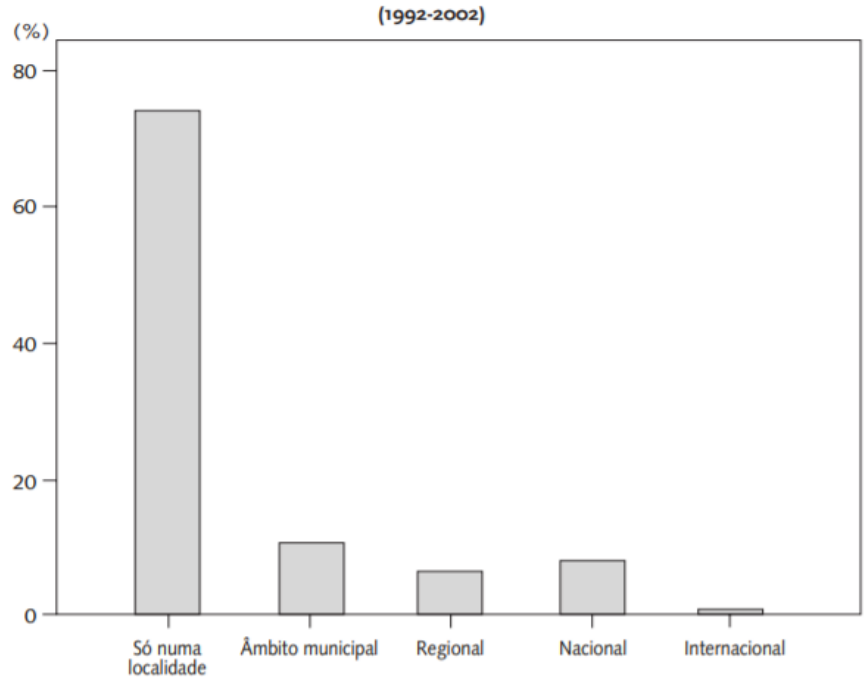


Figura 4.4 - Dimensão espacial do protesto.
Fonte: Mendes e Seixas (2005).

Segundo o estudo, as manifestações em Portugal apresentaram um perfil localista, indicando o carácter específico e enraizado das questões que conduzem à mobilização e o impacto limitado das redes ativadas para realização das reivindicações.

No que se refere aos tipos de protestos, o estudo referencia que a maior parte dos protestos em Portugal no período analisado é relacionada às questões sociais (40,6%) e educativas (32,7%).

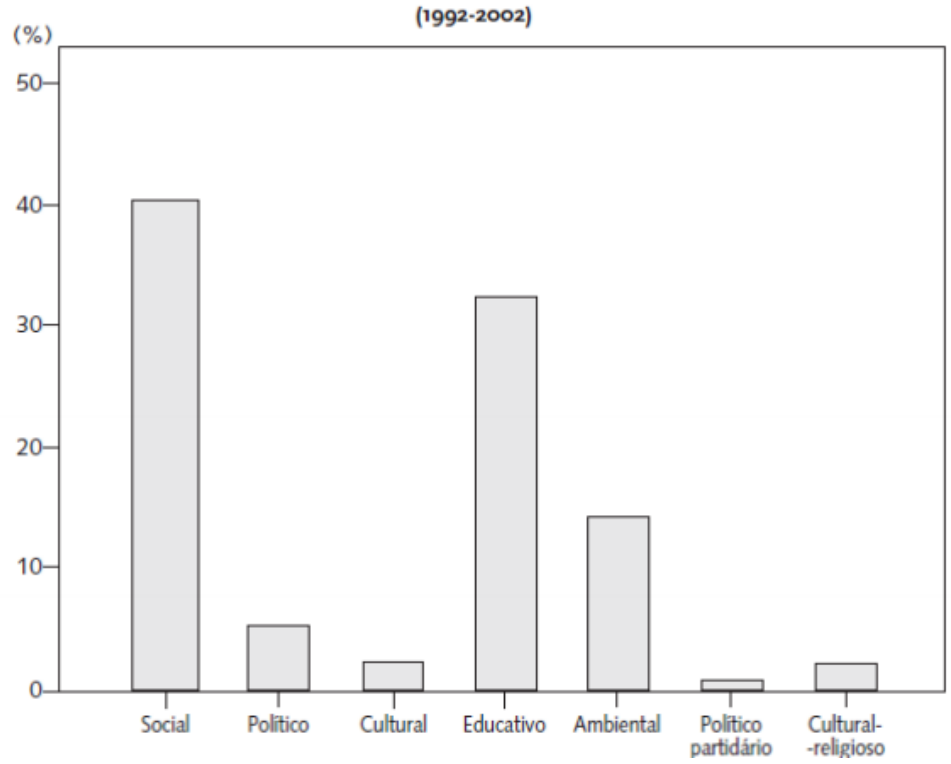


Figura 4.5 - Tipo de protesto.
Fonte: Mendes e Seixas (2005).

Devido à distribuição geográfica da população portuguesa, os protestos e reivindicações se destacaram nos distritos de Lisboa e do Porto. Outros fatores indicados no estudo relativo ao destaque regional foram: que as ações realizadas nos grandes centros urbanos propendem a ter mais cobertura mediática, promovendo maior volume de notícias nos jornais; e as cidades destacadas são "centros de decisão e órgãos políticos de âmbito regional e nacional tornando-as o palco privilegiado de muitas ações reivindicativas" (Mendes & Seixas, 2005, p. 116).

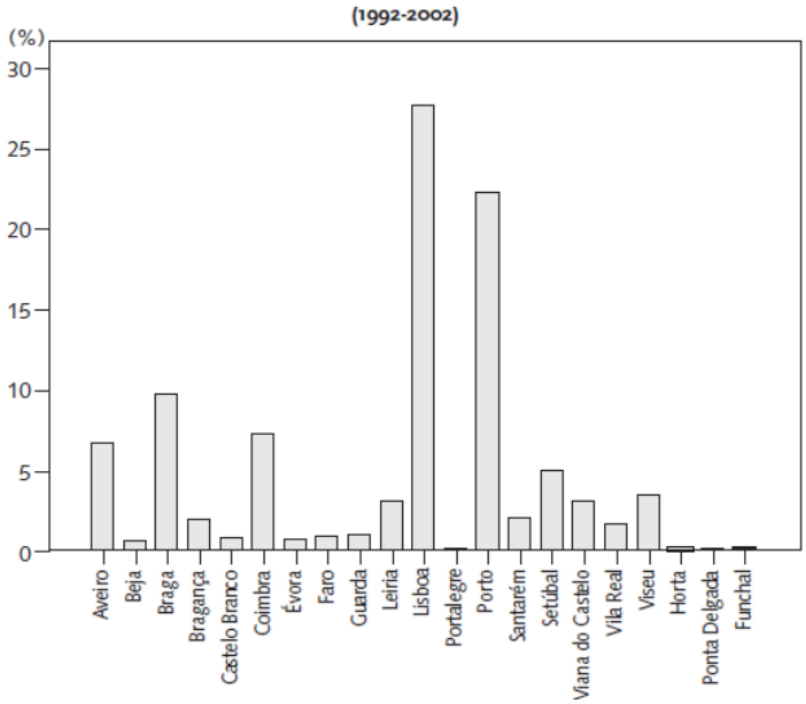


Figura 4.6 - Distribuição geográfica dos protestos (Distrito).
Fonte: Mendes e Seixas (2005).

Quanto às formas de protestos em Portugal, os desfiles e manifestações (25%) e as petições e abaixo-assinados (25%) predominaram nas formas de ações de contestação, sendo uma com a ocupação do espaço público e outra com participação mediata.

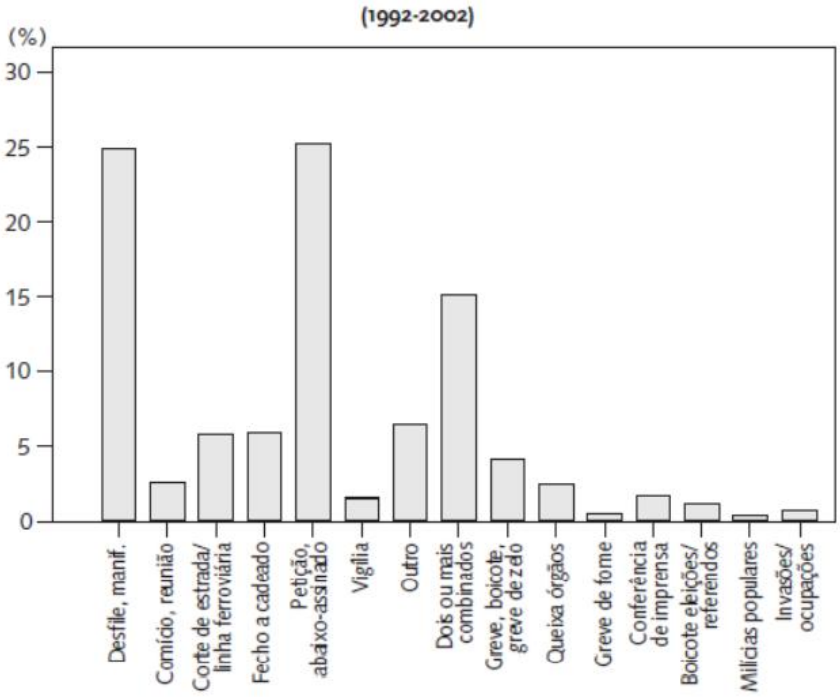


Figura 4.7 - Formas de protesto.
Fonte: Mendes e Seixas (2005).

O estudo mostra que 50,3% dos acontecimentos reportados implicaram a presença efetiva no espaço público.

> Este valor indicia a existência de recursos, humanos e materiais, mobilizáveis para uma cidadania participativa, um conjunto de conhecimentos e disposições, bem como um conjunto de experiências acumuladas, potenciadores de uma presença activa e prolongada no espaço público português (Mendes & Seixas, 2005, p. 118).

Os anos de maior presença no espaço público foram 1996 (56,5%), 1998 (55,8%), 1999 (62,1%), 2000 (56,1%) e 2001 (53,7%). De acordo com os autores, na década analisada houve tendência ao número de ações de protestos, contendo oscilações quanto ao número de participantes.

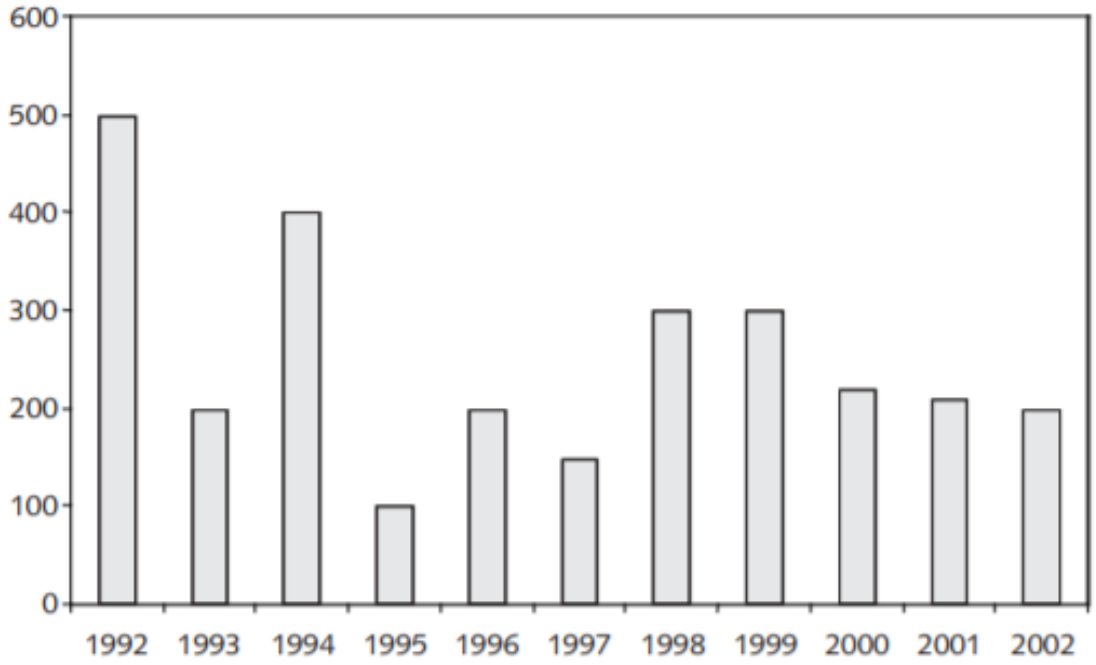


Figura 4.8 - Número de participantes por ano.
Fonte: Mendes e Seixas (2005).

Na tese de doutoramento de Nuno Manuel Correia Brito (2016), é apresentada investigação das manifestações referentes às contestações a partir da segunda década dos anos 2000 em Portugal. São descritas temáticas políticas e sociais promovidas por movimentos institucionalizados e não institucionalizados, com foco principal nos efeitos da utilização das

tecnologias da comunicação e da informação e como elas auxiliam para a modificação da comunicação e da ação de movimentos sociais.

Com abordagem social, o estudo apresenta dados qualitativos e quantitativos de dois estudos de casos, sendo eles as manifestações: "Dentro de Ti Ó Cidade" e "Rios ao Carmo", sendo o primeiro sobre uma manifestação com características mais tradicionais, tanto em participações quanto na organização e divulgação, em estudo de campo com observação e entrevistas. No segundo, é revelada uma cibercultura em sua composição, constituindo diversos grupos na plataforma digital *Facebook*. Nesse estudo de caso, o autor faz uma análise dos cartazes digitais bem como uma pesquisa etnográfica dos grupos representada em gráficos. Num segundo momento, é conduzida pesquisa quantitativa processada na aplicação de um inquérito por questionário, no qual foram reveladas as características dos participantes, bem como suas motivações das participações nas manifestações.

A pesquisa de Brito (2016) conclui que há em Portugal uma tensão entre os valores derivados da Revolução de Abril de 1974, nomeadamente os direitos que estão presentes na Constituição da República de 1976, e o método das instituições internacionais que atuam na ordem e na soberania de um Estado-Nação.

> Identificamos um movimento de colisão e conflito entre valores globais e valores locais, numa "articulação" (Laclau e Mouffe) de discursos e "intertextualidades" (Fairclaugh) reveladores desta tensão e conflito que estão latentes e cujo sentido de "liberdade" tem conhecido outros significados para além daqueles que o 25 de abril permitiu fixar, numa perda, sem dúvida, dos valores consensuais e da hegemonia de sentido necessários à identidade dos portugueses assume as manifestações enquanto forma de discurso, com marcas identitárias e objetivos estratégicos, concretizadas por meio de ações performativas no espaço público (Brito, 2016, p. 263).

De acordo com José Soeiro (2014), em "Da Geração à Rasca" à "Que se Lixe a *Troika*", Portugal entra nesse ciclo internacional de protestos em 12 de março de 2011, com a manifestação denominada Geração à Rasca, organizada na Internet, com cerca de meio milhão de participantes, quando o país se encontrava na identificação de uma condição comum associada à precariedade entre os jovens, que ultrapassou a indignação compartilhada no ciberespaço e se materializou na ocupação do espaço público urbano.

Segundo o autor, a manifestação foi composta de pessoas de diversas idades e diferentes tipos de reivindicações. O ciclo de protestos teve continuidade, tendo protestos nos dias 15 de outubro de 2011 (Dia de Ação Global), 24 de novembro de 2011 (a greve geral organizada pela CGTP e pela UGT), 12 de maio de 2012 (Primavera Global), 15 de setembro de 2012 (Que se Lixe a *Troika*), 13 de outubro de 2012 (manifestações culturais do Que se Lixe a *Troika*) e 14 de novembro de 2012 (greve geral com dimensão europeia).

O autor identifica e explica essas manifestações como a estrutura de oportunidades políticas e procura revelar as ligações entre as mobilizações citadas e o ciclo internacional nas quais se integraram. Apesar do contexto internacional de protestos os quais são caracterizados pelo espaço público híbrido[31], Soeiro alerta que o caso português tem especificidades regionais. E que no início do ciclo das manifestações a taxa de desemprego em Portugal superava os 14%, aumentando para 16,9% no ano seguinte, atingindo, entre os jovens de 15 a 24 anos, o patamar de 40%, motivo para surgir indignação generalizada na sociedade portuguesa.

No estudo de José Machado Pais (2014), é feita a comparação entre os apelidados "Geração Rasca", durante os protestos estudantis do início da década de 90 e as manifestações autodenominada "Geração à Rasca", ocorridas no mês de maio de 2011. Durante os protestos estudantis que se alastraram em todo o país contra as provas globais de acesso ao ensino superior do início década de 90, mais precisamente em 1994, o Jornal Público escreveu um editorial em que o colunista questionava se estariam a presenciar o nascimento de uma geração rasca, referindo-se ao comportamento considerado devasso de alguns manifestantes. Já em um diferente cenário sociocultural de 2011, as manifestações autodenominadas "Geração à Rasca" exprimiram o descontentamento em relação à situação de precariedade e desemprego vivida pelos jovens, cujo termo "à rasca" se referiu, neste caso, à dificuldade em que a geração se encontrava.

Nas manifestações de 2011, Pais (2014) realça a influência dos protestos globais, nomeadamente o acampamento do Movimento dos Indignados realizado em março de 2011, nas ações de ocupação da Praça do Rossio durante as manifestações da "Geração à Rasca". Igualmente aos protestos espanhóis, os jovens portugueses acamparam na praça em um ato de apropriação lúdica e simbólica do espaço público, onde se deu lugar à festa. De acordo com Lefebvre (2012), o espaço lúdico coexiste com o espaço de troca e com o espaço de circulação, onde o centro urbano "traz desde já às pessoas da cidade o movimento, o imprevisto, o possível de encontros". É um "teatro espontâneo" da vida" (Lefebvre, 2012, p. 134) e no qual o momento da apropriação do espaço por meio da festa prepara "estruturas de encantamento".

A pesquisa de Campos *et al.* (2016) apresenta a importância da articulação entre os medias digitais e as formas de ativismo em Portugal entre os anos de 2011 e 2014. O estudo mostra diversas formas de ações realizadas nas plataformas digitais, que têm propósitos diferentes de mobilizações, sendo que nem todas objetivam a mobilização com a finalidade de ocupar os espaços urbanos. Muitas delas intencionam gerar conflitos dentro do próprio espaço virtual.

[31]Combinação que agrega características do espaço físico e do espaço digital (Castells, 2013).

Função / motivação	Nível de ação	Repertório	Alcance / destinatários
Causa ↕ Ferramenta	Luta tecnológica	Manifestações virtuais Guerrilha tecnológica (DDOS, *deface*, *mail bombing*, etc.)	Para os opositores
	Convergência e amplificação de redes	Registos e agendas comuns Divulgação de repertórios de ação Organização de eventos de convergência Construção colaborativa	Para o interior dos movimentos sociais
	Difusão de conteúdos	Construção de causas globais Amplificação do espaço social de recrutamento de ativistas e simpatizantes	Para ativistas e público em geral

Figura 4.9 - Tipos de utilização de tecnologias digitais em práticas ativistas.
Fonte: Campos *et al.* (2016).

Os autores também indicam que as ferramentas digitais, quando utilizadas estrategicamente para a organização de manifestações urbanas, parecem ampliar o campo do ativismo e cumprir uma função emancipadora, participativa e democrática para os participantes. No entanto, é revelado o risco de enfraquecimento da prática nas ruas, uma vez que o campo virtual pode gerar um comportamento denominado "ativismo do *like* de sofá", ou seja, a falsa sensação de manifestar nas redes, deixando de lado a mobilização no espaço simbólico de combate - no espaço público das cidades.

Nos grandes eventos de manifestações portuguesas organizados a partir dos medias sociais, Célia Taborda Silva (2018), analisa os movimentos "Geração à Rasca" e "Que se Lixe a *Troika*". Inferiu que a crise económica e política propiciou oportunidades ideais para o aparecimento dos fenómenos de grandes protestos espontâneos e apartidários, mas ao longo do tempo foram desaparecendo pelo motivo de serem heterogêneos nas suas formas, organizações, estratégias ou ideais e demasiado dispersos para constituírem um objetivo focalizado, tendo somente uma capacidade de mobilização esporádica quando não se integram em organismos institucionais como os partidos políticos ou os sindicatos.

Luís G. Pais, Sérgio Felgueiras, André Rodrigues, João Santos e Tiago Varela (2015) com o objetivo de descrever os esquemas interpretativos que as notícias apresentam para que as pessoas possam entender a ação da polícia nos grandes eventos ocorridos no ano de 2012, realizaram três estudos comparativos por meio de peças de notícias da agência portuguesa Lusa, dos jornais Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias e os telejornais diários

dos canais Rádio e Televisão de Portugal (RTP), Sociedade Independente de Comunicação (SIC) e Televisão Independente (TVI). Nessa investigação é revelado que os órgãos de comunicação social deram pouca atenção aos objetivos e motivos que as realizações das manifestações nesse período pretendiam alcançar, como também não noticiaram as razões pessoais, políticas, ideológicas e sociais que levaram aqueles atores sociais a participar dos eventos.

O estudo de Pais *et al*. (2015) revela que a tónica geral das notícias em relação às ações policiais foi positiva, com exceção dos jornais que deram bastante atenção às declarações de peritos, especialistas ou comentadores, quando comparados aos outros meios de comunicação. Para os autores, os conteúdos transmitidos acerca da atividade policial reverberam na perceção das pessoas relativamente à instituição, podendo, ao longo do tempo, configurar representações acerca da polícia e influenciar o comportamento social. Luís Filipe Teixeira Macedo (2020) aborda o mesmo tema, mas a sua análise compete com as notícias televisionadas no ano de 2019.

Ao traçar o desenvolvimento de manifestações, de greves e outras formas de ação coletiva desde o início de 2010 até ao verão de 2013, Guya Accornero e Pedro Ramos Pinto (2015) apresentam uma análise baseada num compilado de tiragens do jornal *Diário de Notícias* e o material de agência difundido pela agência de notícias portuguesa Lusa, de três dias por semana, entre janeiro de 2010 e julho de 2013. O estudo investiga as consequências políticas da crise económica e a influência da adoção de medidas de austeridade no país e o consequente desenvolvimento de manifestações, greves e outras formas de ações coletivas, onde foi observado um padrão de reivindicação em evolução e mudança, com interações múltiplas da sociedade civil, construções de alianças e adaptação de estratégias das reivindicações. Os autores revelam que, durante o período de austeridade, "a capacidade de mobilização da sociedade civil portuguesa não é determinada pelo que se poderia chamar de fatores de oferta (as características da população), mas sim por contextos e oportunidades".

O artigo publicado por Fernandes *et al.* (2021) compara dentro de um quadro sociológico os ciclos de protestos do século XXI em Portugal e na Espanha, identificando as diferentes tendências dos protestos em ambos os países. Pela *Protest Event Analysis* (PEA), o estudo foi baseado na base de dados do projeto *Disobedient Democracy*, que reúne informação quantitativa sobre os ciclos de protesto em Espanha durante o período de 2000 a 2017 e em Portugal no período 2000-2019[32].

[32] "*Disobedient Democracy is a comparative research project exploring how protest politics advances democracy. Motivated by citizens' detachment from the institutions of representative democracy, the project will bring*

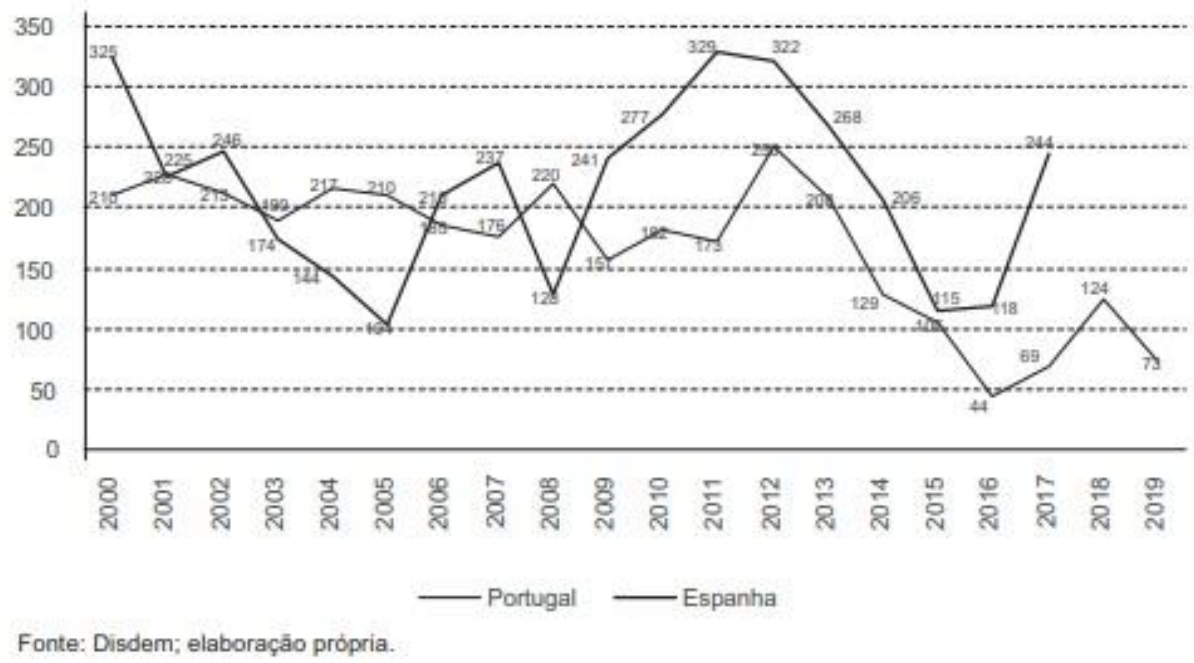


Figura 4.10 - Número de eventos de protesto em Portugal e Espanha.
Fonte: Fernandes *et al.* (2021).

Os autores mostram que os anos de maior ocorrência de protestos em Portugal, entre 2000 e 2019, foram 2001, 2008 e 2012, devido à elevada mobilização de alunos do ensino secundário, estudantes universitários e trabalhadores por oposição às reformas do sistema educativo em 2001; 2008, ano da Grande Recessão; protestos de mobilização anti austeridade em 2012, destacando-se a manifestação "Que se Lixe a Troika". Nesse estudo é possível consultar importantes gráficos para pesquisas no campo das Ciências Sociais, ao serem apresentados dados de grande valor para a compreensão das manifestações de protesto em Portugal no que se refere, principalmente, à dimensão social.

É relevante que o único estudo acerca deste tema, encontrado na área da arquitetura e urbanismo em Portugal, foi a tese de doutoramento de Maria João Fonseca (2016) que traz uma pesquisa acerca das praças pesquisadas na Espanha e na Turquia, revelando a ausência de pesquisas relativas aos espaços públicos portugueses no que refere às dinâmicas espaciais de protestos urbanos e afirmando a importância dos dados da presente pesquisa.

---

new perspectives on the ways in which citizens can reclaim democratic politics. By gathering and analysing data on protests and social movements in four countries of the European semi-periphery (Portugal, Spain, Croatia, Serbia), our aim is to further our understanding of the phenomenon of disobedience.The project implementation period lasts from October 2016 to October 2021. The project is implemented by the Faculty of Political Science of the University of Zagreb, and is financed by the Swiss National Science Foundation under the initiative "Promotion of Young Scientists in Eastern Europe" (PROMYS)" (https://disdem.org/).

4.2 A construção dos espaços públicos de Lisboa como palco de manifestações de protesto (1974-2014)

A primeira parte da pesquisa dos espaços públicos utilizados como palco de manifestações de protesto em Lisboa passa por dois momentos - quantitativo e qualitativo -, que buscam: a) mapear os espaços públicos com mais práticas de protesto; b) expor e localizar os espaços públicos mais significativos dentro do tema; c) construir uma narrativa da cidade a partir das ocupações dos espaços públicos nas manifestações urbanas.

Para realizar tal propósito, foi selecionado um recorte espacial (Lisboa) e temporal (1974 a 2014). Essa escolha se justifica, pois: a) o período escolhido para a investigação recua à data crucial de rutura política, social e econômica em Portugal de 1974, quando a revolução que depôs a ditadura do Estado Novo marcou um intenso período de manifestações depois de décadas em que o direito à "reunião" esteve proibido; b) segue até 2014, quando o país acompanhou a onda de protestos globais do início da segunda década do século XXI, quando a capital Lisboa tornou-se central nas manifestações político-sociais em Portugal; c) apesar de sua relevância como capital, Lisboa ainda é um contexto (território) pouco investigado no que se refere às dinâmicas espaciais de protestos urbanos.

O mapeamento dos protestos foi realizado com base em 484 artigos de reportagens sobre manifestações coletivas de protestos urbanos na capital portuguesa, entre 1974 e 2014, conforme publicadas no periódico semanal Expresso.

4.3 Enquadramento do jornal Expresso

O regime autoritário do Estado Novo prolongou-se em Portugal por quase meio século, período em que os media passaram por constrangimentos e censuras. Suzana Cavaco (2015) percorre a sua publicação sobre o setor da imprensa, focada no semanário *Expresso*, que se iniciou em 1973, num ambiente político complexo e de tensão, principalmente entre 1972 e 1974, ano em que a ditadura fora deposta.

A origem do grupo Impresa[33] se dá no ano 1972, época em que Francisco Pinto Balsemão, que iria ser mais tarde Primeiro-Ministro de Portugal entre 1981 e 1983, criou a Sojornal a fim de publicar o Expresso. Balsemão iniciou sua carreira como jornalista profissional no Diário

[33] O grupo Imprensa, na atualidade, produz oito canais (SIC, SIC Internacional, SIC Notícias, SIC Radical, SIC Mulher, SIC K, SIC Caras, Txillo) e o jornal Expresso.

Popular e em 1965 foi chamado para ocupar a função de administrador da Sociedade Industrial de Imprensa, empresa proprietária do Diário Popular. Em 1969, com 32 anos de idade, Balsemão passou a ocupar o cargo de administrador do jornal, que era o jornal impresso com maior tiragem em Portugal na época. Na Assembleia Nacional fez parte do grupo de deputados denominado "ala liberal"[34], aderentes da democracia pluripartidária, que intencionava atuar com independência frente ao governo. Balsemão se apresentava como o candidato representante da juventude, defendendo a democracia pela informação livre, os direitos humanos, a liberdade e as garantias individuais, apresentando, juntamente com Sá Carneiro, em 1970, um projeto de lei propondo o fim da censura, o qual fora rejeitado. Em 1971, após o Diário Popular ser comprado pelo Banco Borges & Irmão, Balsemão desligou-se da empresa e com o dinheiro que lhe pertencia derivado da Sociedade Industrial de Imprensa, proprietária do Diário Popular, fundou em 1973 um novo jornal, o Expresso. O semanário foi apresentado como um jornal incomodativo e independente.

> (...) propôs-se fazer um tipo de jornalismo diferente do que então se fazia em Portugal, "desvendando tabus políticos e económicos" (Expresso, de 5-2-1974). A manchete do primeiro número – "63 por cento dos portugueses nunca votaram" – marcou o início da concretização desse propósito de inovação, ao divulgar, pela primeira vez no nosso país, uma sondagem política. De tom "tecnocrático", o Expresso chamou com frequência à primeira página notícias do mundo empresarial (Cavaco, 2015, p. 12).

Diante de grandes grupos económicos detentores da grande parte dos jornais diários de Portugal, o *Expresso* ressaltava uma grande necessidade de afirmação da autonomia do jornal diante do poder político e do poder económico. O semanário pretendia levar uma informação que conduzisse a sociedade para um modelo democrático de governo, levando a liberdade de informação, mesmo estando sujeitos à censura. Rejeitava qualquer ligação com poderes políticos e económicos, falando com legitimidade em nome da coletividade e dando voz aos liberais e aos tecnocratas (Cavaco, 2015). Cavaco (2015) acentua que, alguns meses que antecederam o fim do regime, Marcello Caetano comunicou a Balsemão que havia renunciado à leitura do Expresso "porque o jornal o crispara" (Cavaco, 2015, p. 16).

A censura, denominada de Exame Prévio no período de Marcello Caetano, obrigava à alteração ou substituição de textos e imagens. O Expresso quase sempre tinha que alterar diversas páginas nas noites de sexta-feira, para enquadrar às exigências da censura, para que

[34]"Tratava-se de jovens (a média de idade era de 41,6 anos) críticos e progressistas que haviam sido atraídos a integrar as listas da União 11 Nacional, para criar (ou dar a imagem de) um maior pluralismo político no interior do regime" (Cavaco, 2015, p. 10).

pudesse estar nas bancas aos sábados pela manhã[35]. A interferência do Exame Prévio onerava os custos e afetava a qualidade do jornal, tendo como exemplo o ocorrido em 1973, quando uma edição fora censurada em uma dúzia e meia de cortes, fazendo com que o jornal ficasse dois meses em "prova de página" para não voltar a adotar procedimentos ditos impróprios e condenáveis. De acordo com José Pedro Castanheira (2013), os efeitos da censura eram trágicos, fazendo com que o jornal saísse atrasado e perdesse os horários de funcionamento dos correios e dos comboios, consequentemente diminuindo as vendas e as publicidades. Castanheira (2013) revela que havia a preocupação com o fechamento do jornal.

No entanto, devido à Revolução do 25 de Abril, a censura caiu e o jornal passou a realizar as tiragens livremente, reerguendo o semanário. No mesmo local onde o jornal era feito, surgiu o Partido Popular Democrático, que mais tarde se tornou o Partido Social Democrata (PSD). De acordo com Castanheira (2013), àquela altura o Expresso era o único meio de comunicação social de expansão nacional não controlado pela Aliança Partido Comunista Português / Movimento das Forças Armadas (PCP/MFA)[36]. De 1976 em diante, com a nova Constituição entrando em vigor, a situação política do país passou a ser normalizada e o Expresso passou a assumir um papel de contrapoder, "no sentido de assumir e respeitar a legitimidade de um poder finalmente democrático e sufragado em eleições livres" (Castanheira, 2013).

4.4 Análise quantitativa global dos principais espaços públicos

A primeira parte dos resultados que serão apresentados se refere à identificação e análise global dos principais espaços públicos escolhidos pela população lisboeta para atos de protesto, entre os anos de 1974 e 2014, citados no arquivo do jornal *Expresso*. Entre todos os espaços mapeados, foram eleitos os 10 principais para a primeira parte do estudo: São Bento, Praça do Comércio, Praça do Rossio, Praça dos Restauradores, Praça Martim Moniz, Avenida da

[35] "Nas 58 edições policiadas até 16 de fevereiro de 1974, o Expresso viu: 3.795 cortes (uma média de 2,4 cortes por artigo e de 65,4 por edição); 1.584 artigos com cortes (uma média de 27,3 artigos por edição, ou um por página), 388 dos quais com cortes integrais" (Cavaco, 2015, p. 17).

[36] A elevada credibilidade adquirida ao longo das décadas e a sua relevância no ecossistema informativo português reforçam a importância do *Expresso* como objeto de análise e como fonte indispensável para compreender os discursos mediáticos no período do fim do Estado Novo e da consolidação democrática.

Liberdade, Praça Marquês de Pombal, Parque Eduardo VII, Ministério da Educação e Alameda Dom Afonso Henriques.

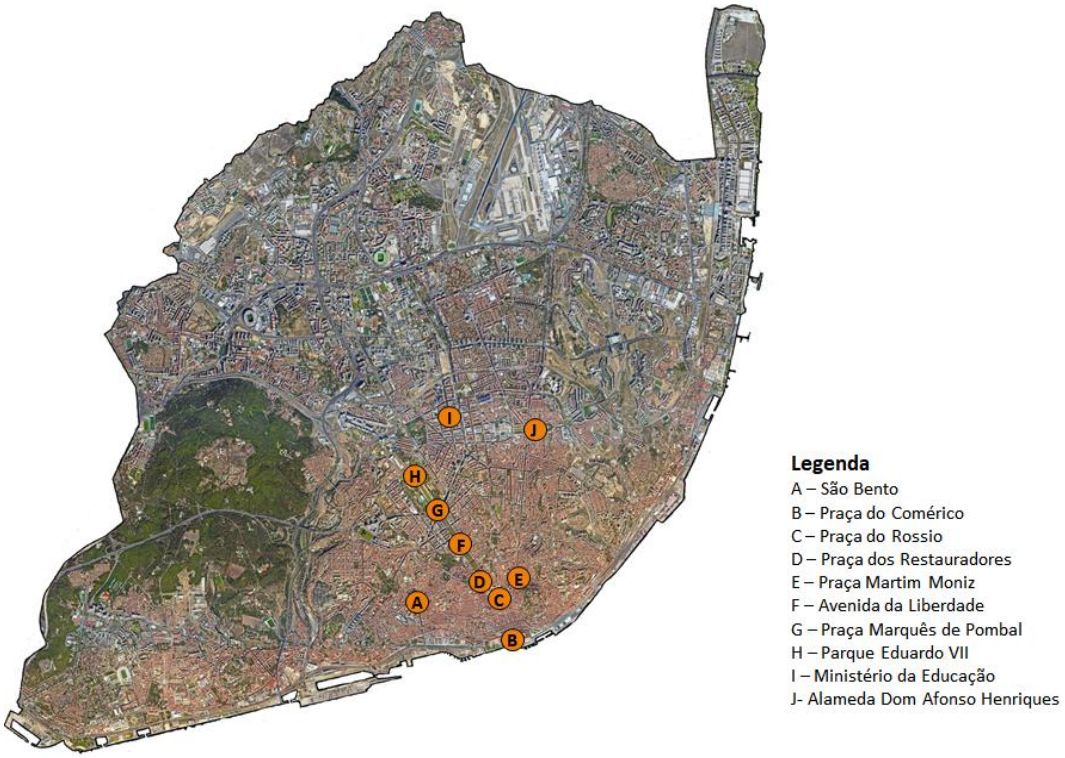


Figura 4.11 - Mapa de localização dos 10 espaços públicos mais expressivos como palco de protesto entre 1974-2014.
Fonte: elaborado pela autora.

A escolha pela análise dos 10 mais expressivos se justifica pela constância de ocorrência nestes, em que foi apresentado maior números de protestos. Faz-se importante realçar a irrelevância dos outros espaços nesta análise, pelo reduzido número de ocorrências, uma vez que foram eleitos ocasionalmente como cenário de manifestações na capital portuguesa. Para tal análise, utilizou-se o modelo espacial de Kernel[37].

Entre os 10 espaços mais expressivos de acordo com a intensidade de ocupação, cinco são locais de elevada ocupação e outros cinco de moderada ocupação.

[37] Neste método, cada uma das observações é ponderada pela distância em relação a um valor central, o núcleo. Dito de forma simples, o Mapa de Kernel é uma alternativa para análise geográfica do comportamento de padrões. No mapa é plotado, por meio de métodos de interpolação, a intensidade pontual de determinado fenómeno em toda a região de estudo. Assim, temos uma visão geral da intensidade do processo em todas as regiões do mapa.

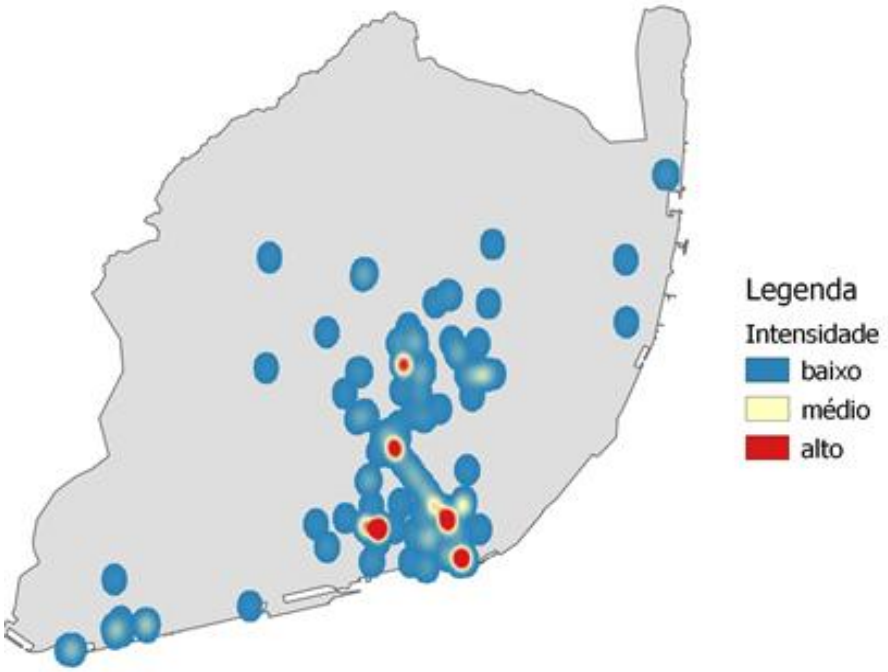


Figura 4.12 - Mapa de intensidade de ocupação de protestos entre 1974-2014.
Fonte: elaborado pela autora.

Entre os espaços públicos mais ocupados são destacados: o São Bento, a Praça do Comércio, a Praça do Rossio, a Praça Marquês de Pombal e o Ministério da Educação, distinguidos pela cor vermelha. Pela cor amarela podem-se identificar a Praça dos Restauradores, a Avenida da Liberdade, a Alameda Dom Afonso Henriques, a Praça Martim Moniz e o Parque Eduardo VII.

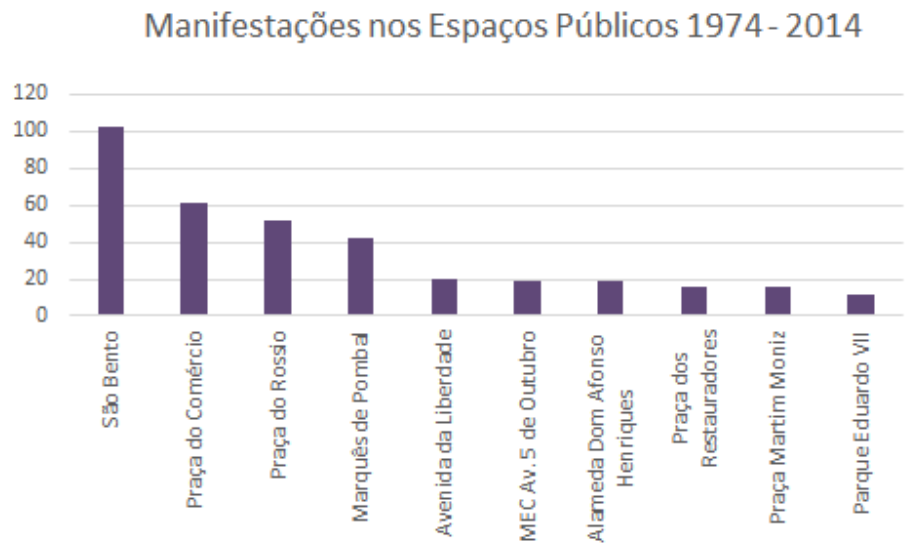


Figura 4.13 - Número de ocupações urbanas por manifestações de protesto urbano entre 1974 e 2014 por espaço público selecionado.
Fonte: elaborada pela autora.

Os espaços públicos mais proeminentes no cenário de protestos políticos que não apresentam edificações institucionais de poder correspondem à Praça do Rossio e à Praça Marquês de Pombal. O São Bento, espaço de maior número de ocupações, compreende a Assembleia da República e a Praça do Comércio, segundo espaço com mais ocorrências de protestos e corresponde à localização de Ministérios, evidenciando o motivo de grandes quantidades de manifestações.

4.5 Análise quantitativa global por ciclos de governação

Para a análise dos espaços eleitos para as manifestações em Lisboa, faz-se necessário compreender o contexto político de governação em Portugal, para compor uma narrativa dos protestos e das ocupações estruturadas nas circunstâncias históricas organizacionais do Estado português. De acordo com Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (2001, p. 415-417) e Carlos Fortuna (2002, p. 130), a participação pública dos portugueses a partir da redemocratização pode ser tratada por três ciclos de governação política das cidades, sendo eles: o ciclo da espontaneidade da sociedade civil (1974-1979), o ciclo da institucionalização da vida política (1980-1989) e o ciclo da europeização (1990-2001). Devido à revolução tecnológica e à introdução do mundo digital, foi por nós identificado um novo ciclo de governação política das cidades, o ciclo da tecnologia da informação e comunicação (2002 - até tempos atuais).

Dessa forma, esta discussão é estruturada nesses quatro períodos de análise, os quais serão devidamente explicados neste capítulo.

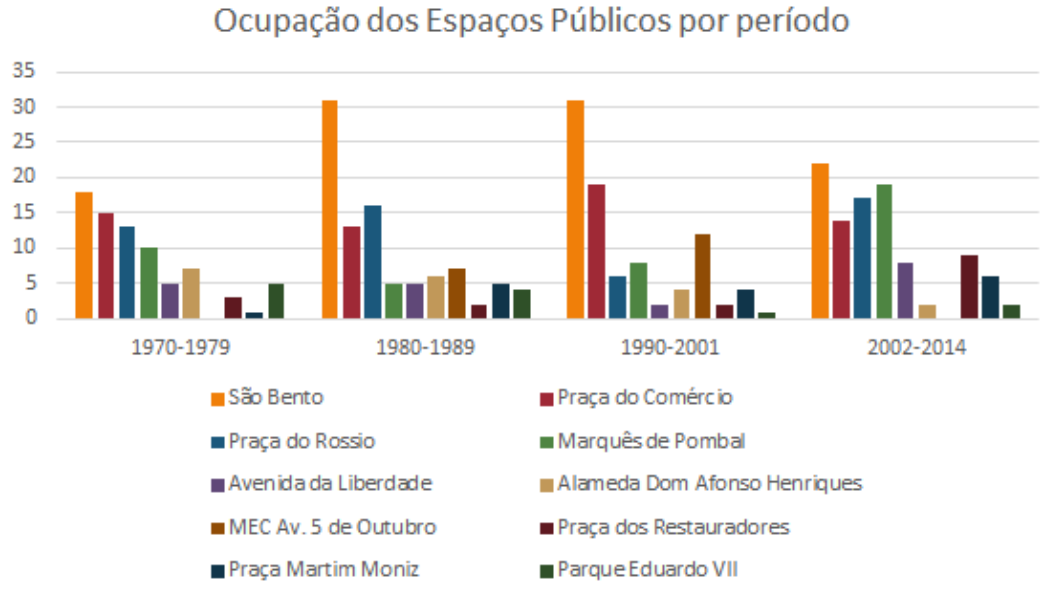


Figura 4.14 - Ocupação dos espaços públicos por ciclo de governação.
Fonte: elaborada pela autora.

Para compreender o comportamento das ocupações dos espaços, foram segmentadas as apropriações dos 10 espaços em quatro categorias: protestos fixos (sem marcha), pontos de partida, pontos de passagem e pontos de chegada.

A) Protestos Fixos

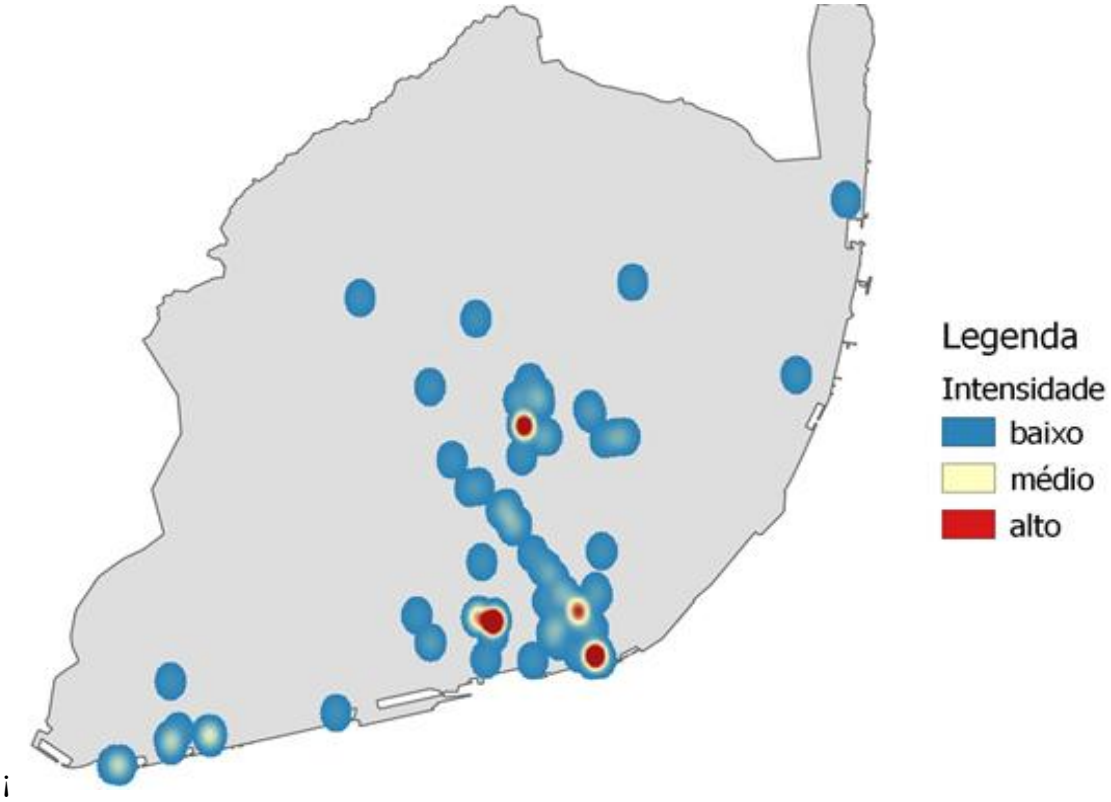


Figura 4.15 - Mapeamento das ocupações dos espaços por protestos fixos 1974-2014.
Fonte: elaborada pela autora.

Os espaços públicos mais ocupados e destacados na cor vermelha são: São Bento, Praça do Comércio, Ministério da Educação e Praça do Rossio. A análise quantitativa mostra que o Rossio se destaca de forma particular dentro deste conjunto. Embora não disponha de edifícios institucionais, apresenta níveis de intensidade expressivos aos registados junto às sedes políticas formais, indicando uma elevada frequência de utilização como destino final de protestos

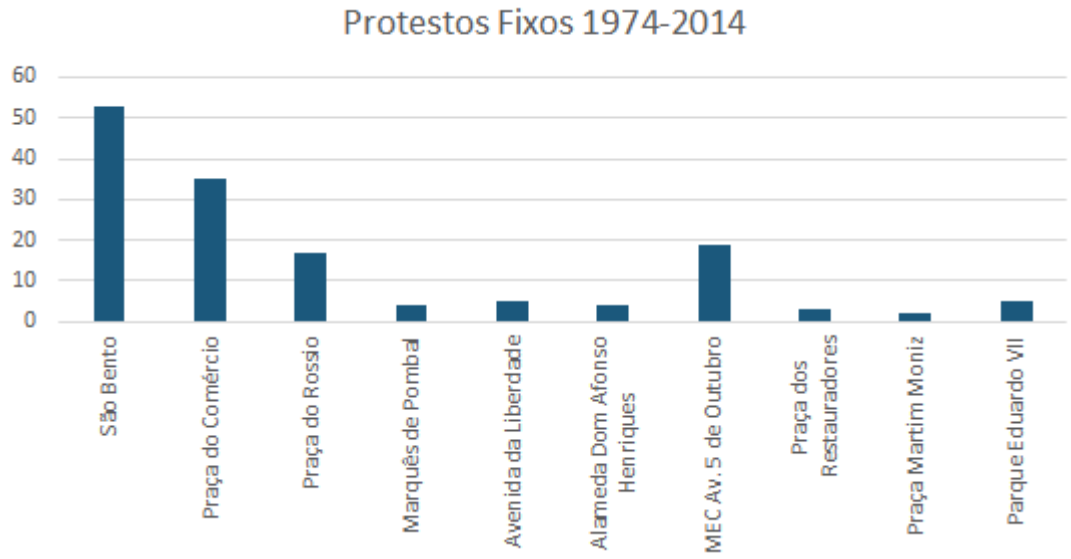


Figura 4.16 - Número de protestos fixos por espaços públicos entre os anos de 1974-2014.
Fonte: elaborada pela autora.

A quantidade de protestos fixos nos espaços públicos onde há edifícios institucionais públicos é muito superior à dos demais espaços, com exceção da Praça do Rossio, evidenciando protestos de pautas específicas correspondentes ao poder presente no espaço, por exemplo, os protestos estudantis no Ministério da Educação.

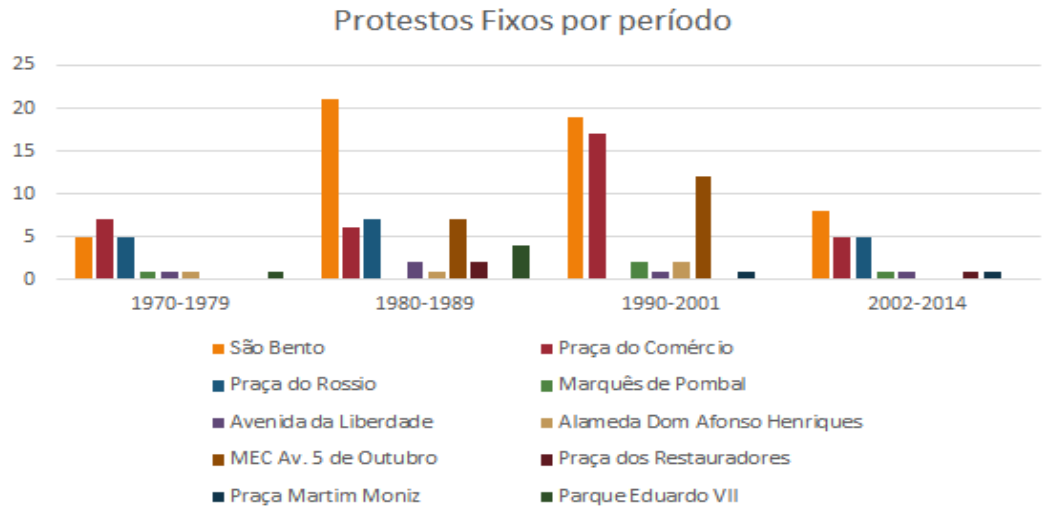


Figura 4.17 - Espaços públicos que receberam protestos fixos por ciclos de governação política das cidades.
Fonte: elaborada pela autora.

Quando os protestos fixos são analisados por ciclos de governação política da cidade, pode-se verificar o mesmo comportamento de ocupação dos espaços públicos mais expressivos, com

exceção do ciclo da europeização (1990-2001), período em que não foi identificado algum protesto fixo na Praça do Rossio, dentro do levantamento de dados do arquivo jornal *Expresso*.

B) Pontos de Partida

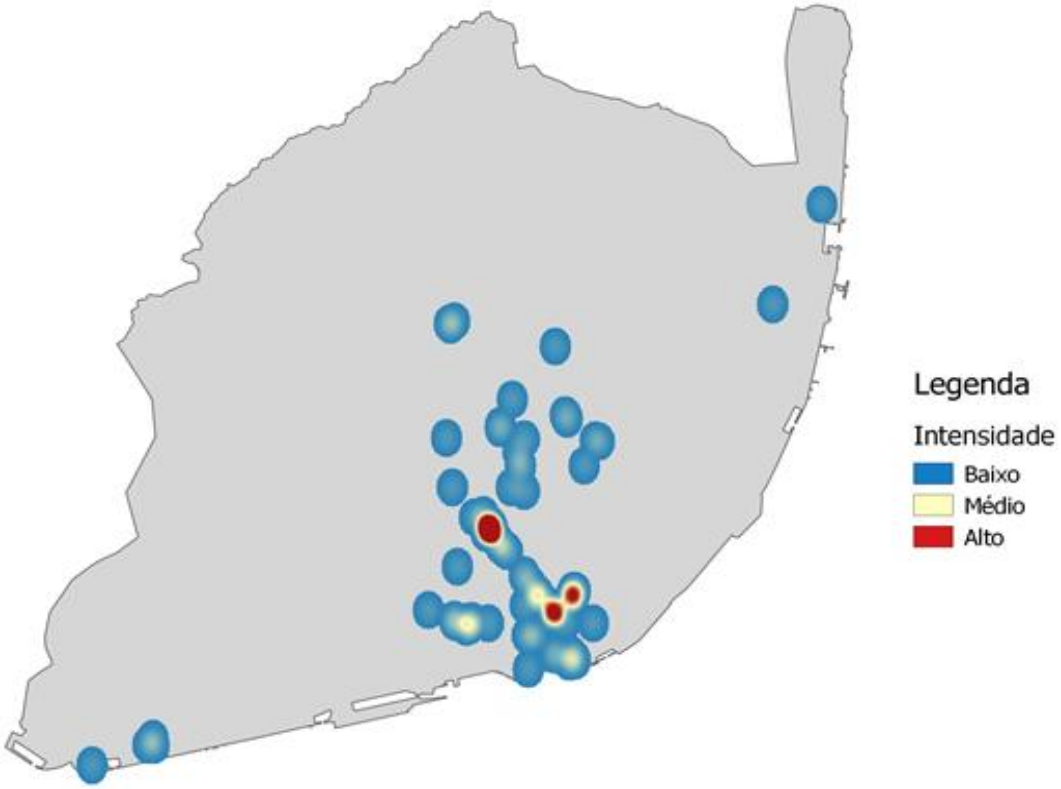


Figura 4.18 - Mapa de ocupação dos espaços públicos (1974-2014) como pontos de partida.
Fonte: elaborada pela autora.

No quadro geral de análise de ocupação entre os anos de 1974 e 2014, a Praça Marquês de Pombal sobressaiu como local de partida dos protestos, indicando predominância majoritária. Constata-se um padrão de uso e ocupação, um modelo social estabelecido como o início de percursos e os movimentos na cidade. É de se destacar que a Praça Marquês de Pombal se localiza no topo da Avenida da Liberdade, fazendo com que o declive topográfico favoreça o deslocamento dos peões ao descerem a avenida, dando acesso à Praça do Rossio e, depois, à Praça do Comércio. Além desse acesso, a Praça Marquês de Pombal conecta, através da Rua Braamcamp e Rua Alexandre Herculano, o Largo do Rato, ponto de acesso à Rua de São Bento, passagem principal para a Assembleia da República.

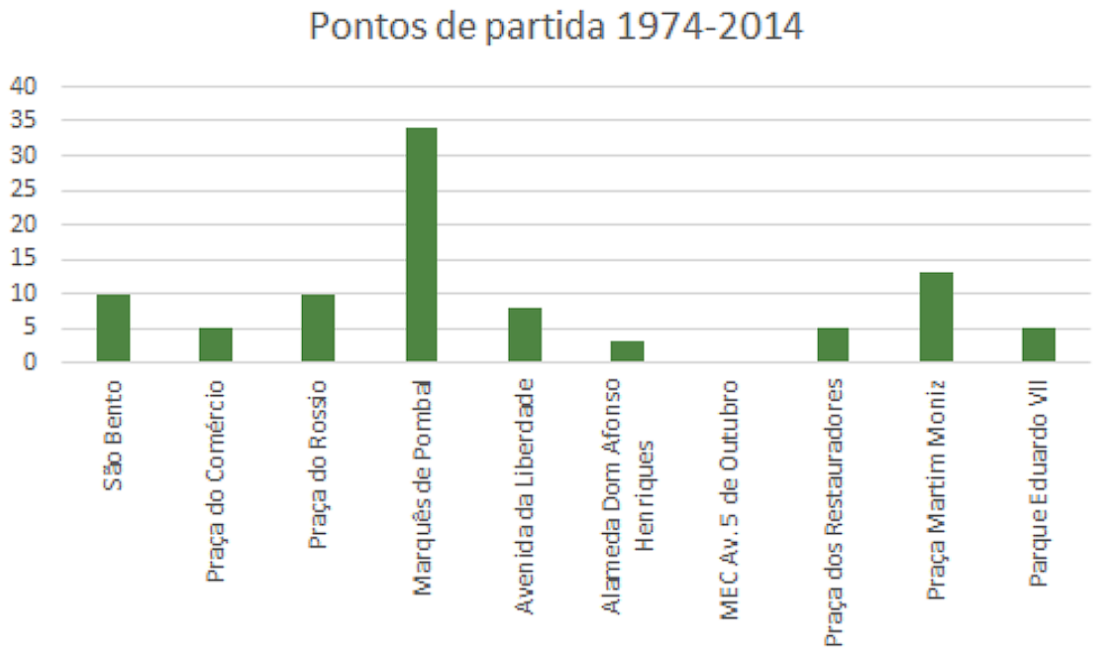


Figura 4.19 - Número de protestos por espaços públicos eleitos como pontos de partida entre os anos de 1974-2014.
Fonte: elaborada pela autora.

A Praça do Rossio e a Praça Martim Moniz, ambas também sem edificações de poder institucional, se destacam como ponto de partida das marchas de protesto.

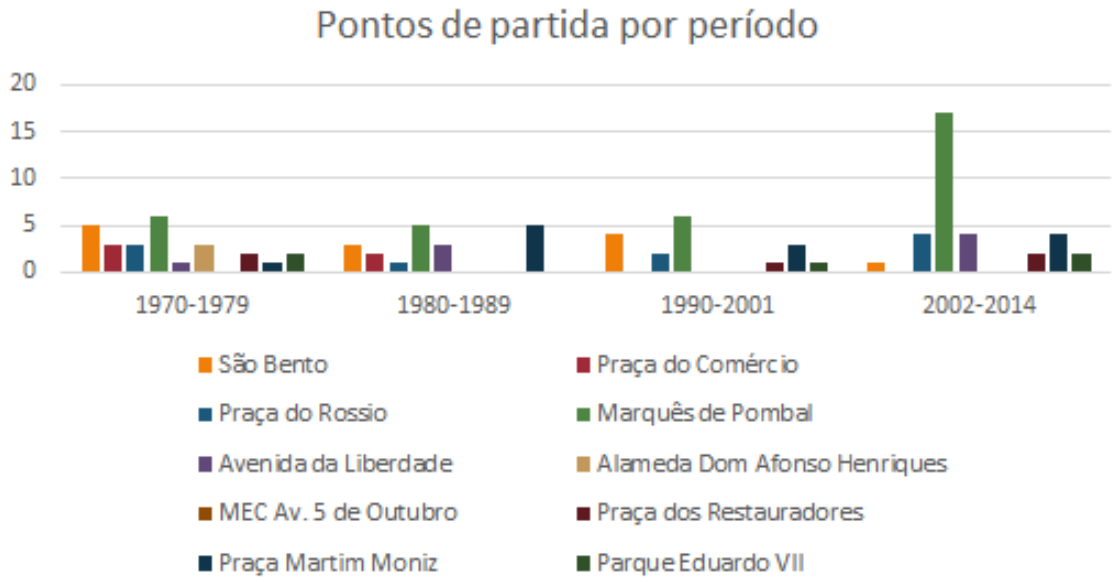


Figura 4.20 - Espaços públicos que se materializaram como ponto de passagem por ciclos de governação política das cidades.
Fonte: elaborada pela autora.

A Praça Marquês de Pombal, ao longo do tempo analisado, se destaca como lugar de partida em todos os ciclos de governação, tendo significativa ascendência no ciclo da tecnologia da informação e comunicação, entre os anos de 2002 e 2014. Essa observação descortina um espaço físico herdado das gerações precedentes, tendo como característica o fato de que, como forma material, obtêm autonomia de existência nas manifestações de protesto na cidade de Lisboa. A Praça Martim Moniz começou a sobressair-se como ponto de partida com a eleição do espaço público como ponto de encontro para o início da marcha das celebrações do 1º de Maio.

C) Pontos de Passagem

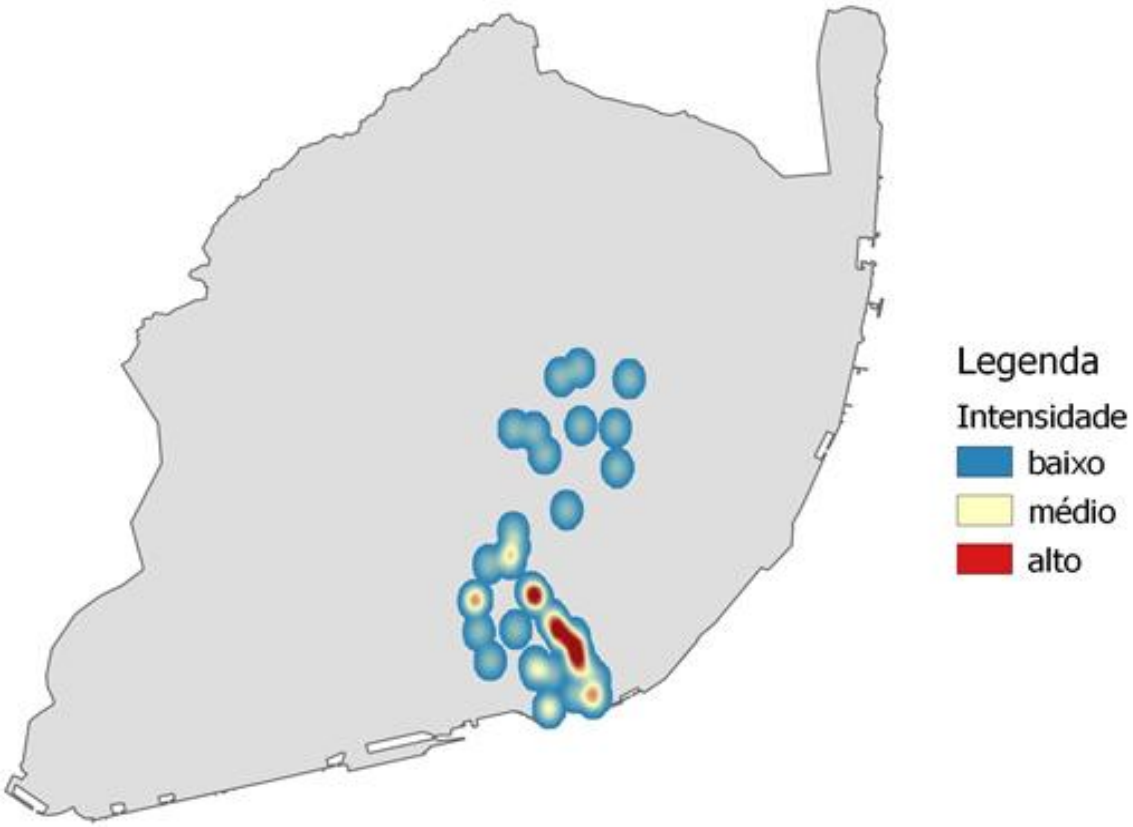


Figura 4.21 - Mapa de ocupação dos espaços públicos (1974 - 2014): pontos de passagem.
Fonte: elaborada pela autora.

Devido à pouca informação extraída dos jornais relativa aos pontos de passagem dos protestos, a verificação realizada indica uma pequena amostragem dos dados, mas não irrelevante.

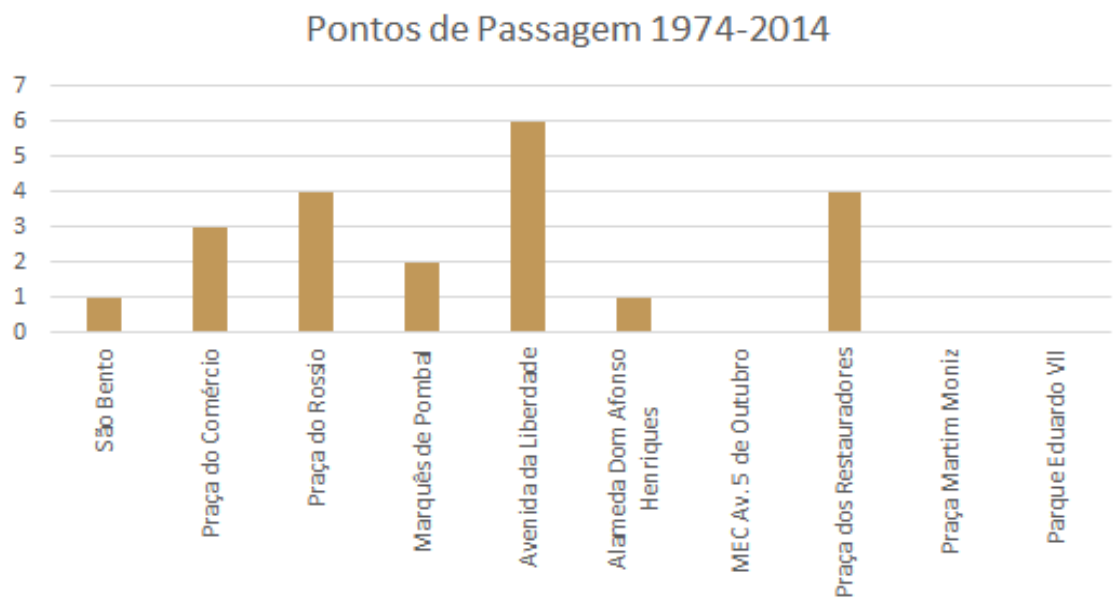


Figura 4.22 - Espaços públicos que se materializaram como ponto de passagem nos protestos entre os anos de 1974-2014.
Fonte: elaborada pela autora.

A Avenida da Liberdade se sobrepõe como ponto de passagem das marchas das manifestações levantadas, seguida pela Praça dos Restauradores, Praça do Rossio e Praça do Comércio, criando um eixo de manifestação. Esse eixo, caminho predominante, indica que a disposição espacial é legível e permeável e possibilita a mobilidade dentro do espaço e a continuidade dos percursos das marchas.

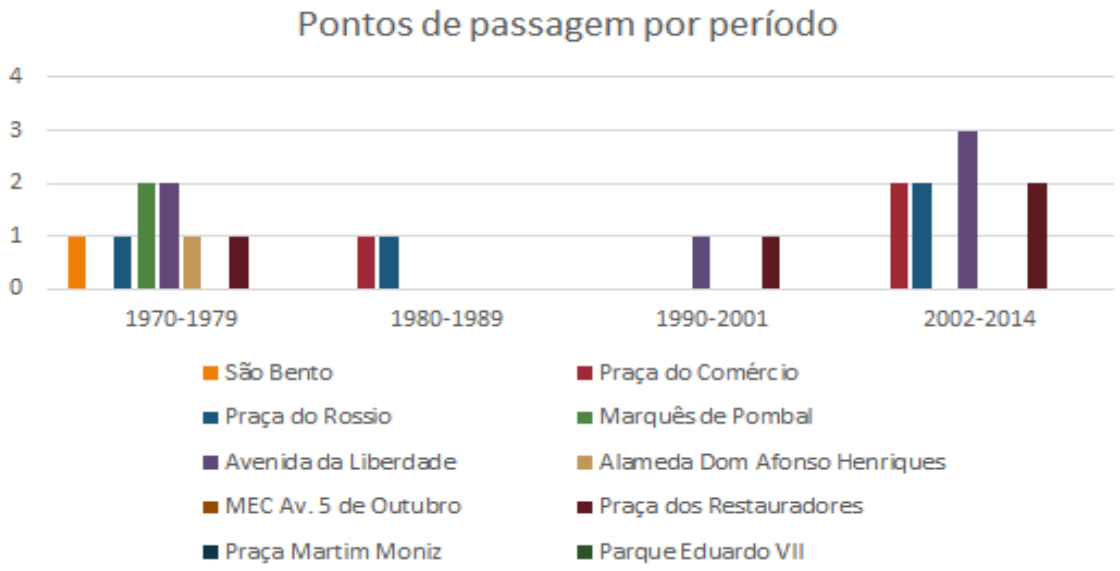


Figura 4.23 - Espaços públicos que se materializaram como ponto de passagem por ciclos de governação política das cidades.
Fonte: elaborada pela autora.

Observa-se predominância da Avenida da Liberdade em três dos ciclos, sendo eles: o ciclo da espontaneidade da sociedade civil (1974-1979), o ciclo da europeização (1990-2001) e o ciclo da tecnologia da informação e comunicação (2002-2014). Essa proeminência da Avenida como lugar de passagem representa uma estrutura física funcional que dá seguimento aos demais espaços eleitos como lugar de passagem pois dão continuidade à Avenida da Liberdade, como a Praça dos Restauradores e a Praça Marquês de Pombal.

D) Pontos de Chegada

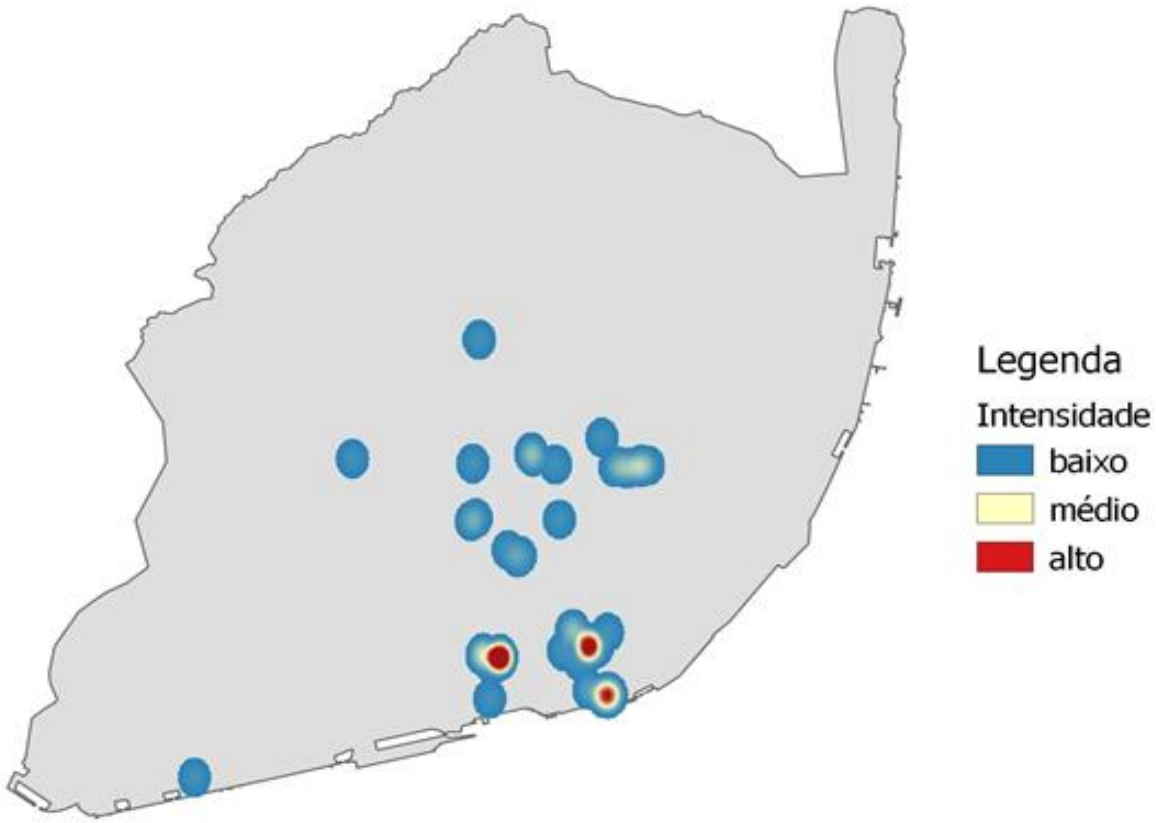


Figura 4.24 - Mapa de ocupação dos espaços públicos (1974 - 2014): Pontos de Chegada.
Fonte: elaborada pela autora.

Os pontos de chegada dos protestos revelam o São Bento (Parlamento), a Praça do Rossio (Praça Dom Pedro IV) e a Praça do Comércio como cenários urbanos de destaque no final das marchas de protesto.

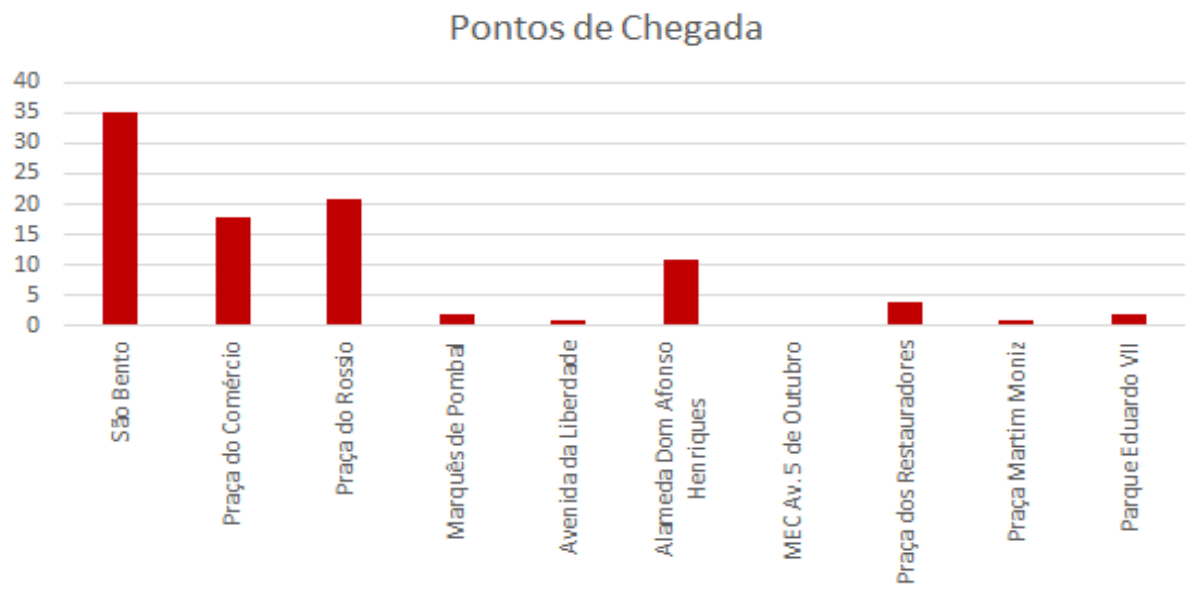


Figura 4.25 - Número de protestos por espaços públicos como ponto de passagem entre os anos de 1974-2014.
Fonte: elaborada pela autora.

É de se referir que, tanto o São Bento quanto a Praça do Comércio, compostos de edificações institucionais como o Parlamento e Ministérios, já eram previstos como locais recorrentes de destaque. No entanto, a Praça do Rossio, desprovida de edifícios institucionais em sua composição, oferece um caminho para a compreensão do espaço urbano político através das construções e interpretações de símbolos atribuídos pela população e das formas urbanas. Além disso, possibilita a observação da relação entre as dinâmicas espaciais, os padrões de uso e ocupação, e a conformação espacial dentro da malha urbana.

Após esta análise global dos protestos e dos espaços em que eles ocorrem, analisa-se a narrativa da cidade pautada nas ocupações urbanas relativas às manifestações de protesto, segmentada nos quatro ciclos de governação referidos neste estudo.

4.5.1 As manifestações de protesto no ciclo da espontaneidade (1974-1979)

O primeiro ciclo de análise deste estudo é o da espontaneidade, identificado por Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (2001, p. 415-417). Esse ciclo parte do período imediato ao 25 de Abril de 1974, quando as cidades se tornaram vigorosos palcos de manifestações públicas e o espaço público foi apropriado dentro de um viés político-cultural, fazendo com que fosse dinamizado e exposto a novas leituras e códigos de interpretação simbólica. Nessa época, estar na rua em grupo, expressando opiniões, era um ato mobilizador que abarcava uma força simbólica distinta. O declínio desse ciclo coincidiu com a aprovação da nova Constituição da República

de 1976, tendo em vista a segunda metade da década de 70 como um ciclo de governação dominado pela centralidade do fator político e da vida pública. Desse modo, compreende-se que o primeiro ciclo engloba, também, o final dos anos 70.

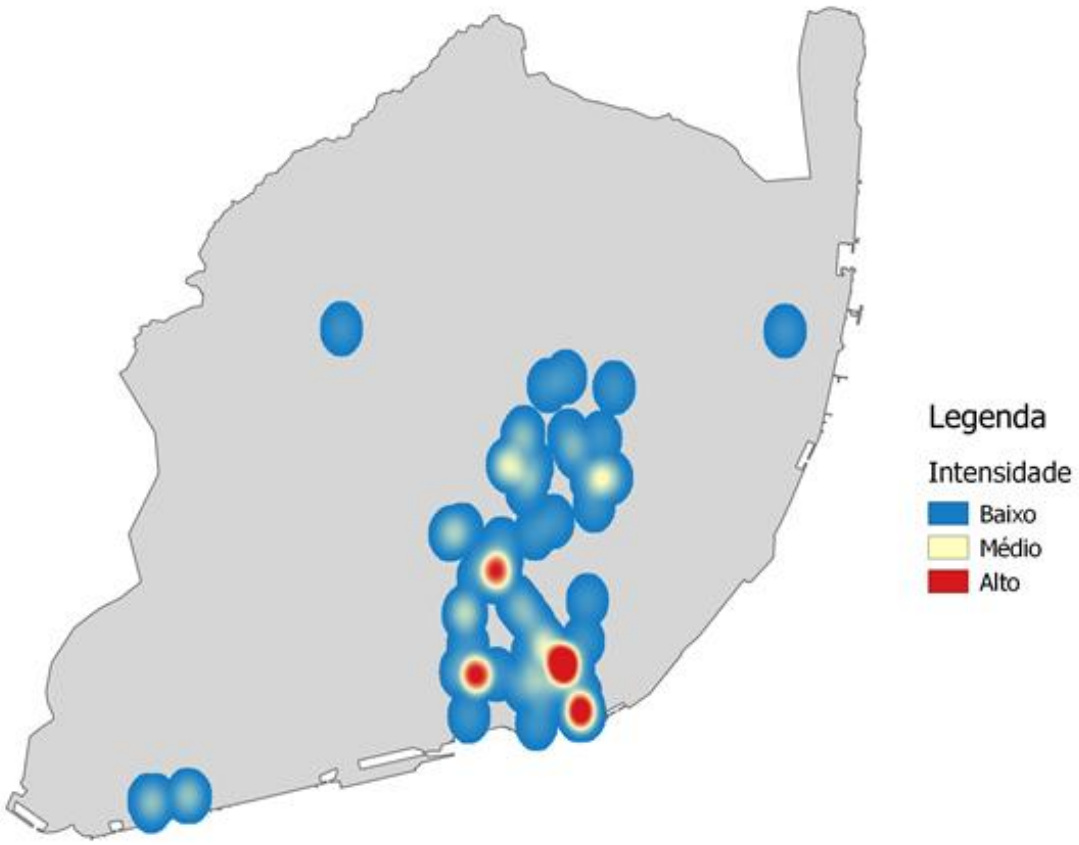


Figura 4.26 - Ocupação global dos espaços públicos: protestos no ciclo da espontaneidade da sociedade civil (1974-1979).
Fonte: elaborada pela autora.

No ciclo da espontaneidade da sociedade civil (1974-1979), o São Bento, a Praça do Comércio, a Praça do Rossio e a Praça Marquês de Pombal sobressaem como palco de manifestações, seguidos pela Avenida 5 de Outubro - onde se localiza o Ministério da Educação - e a Alameda Dom Afonso Henriques.

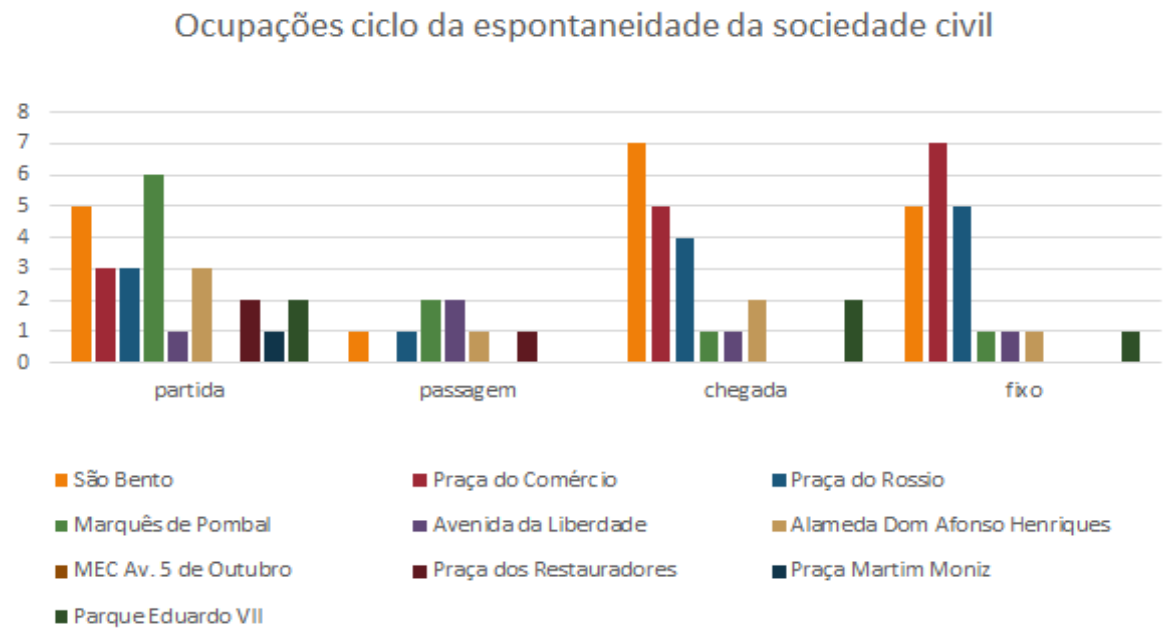


Figura 4.27 - Ocupações segmentadas no ciclo da espontaneidade da sociedade civil (1974-1979).
Fonte: elaborada pela autora.

Nesse período, a Praça Marquês de Pombal é destacada como ponto de partida da maioria dos protestos em marcha, como também ponto de passagem, juntamente com a Avenida da Liberdade. A Praça do Rossio tem a maior relevância como cenário de protestos fixos bem como de ponto de partida e chegada, entre os espaços públicos ausentes de edificações institucionais, nesse período. O São Bento e a Praça do Comércio se distinguem como pontos de chegada das marchas e protestos fixos, como já esperado.

4.5.2 Narrativa dos protestos nos espaços públicos no ciclo da espontaneidade (1974-1979)

No dia 25 de Abril de 1974, a canção Grândola Vila Morena, de José Afonso, era tocada na rádio à meia-noite e vinte. Esse era o código que dava a ordem aos capitães para saírem dos quartéis e darem início a um golpe militar que transformaria o rumo da história de Portugal. Uma coligação de capitães, autodenominada como Movimento das Forças Armadas (MFA) cercou pontos estratégicos na cidade de Lisboa, prioritariamente o Largo do Carmo, lugar onde se encontrava o então Presidente Marcello Caetano, e derrubou o Governo do Estado Novo após 48 anos de regime ditatorial em Portugal.

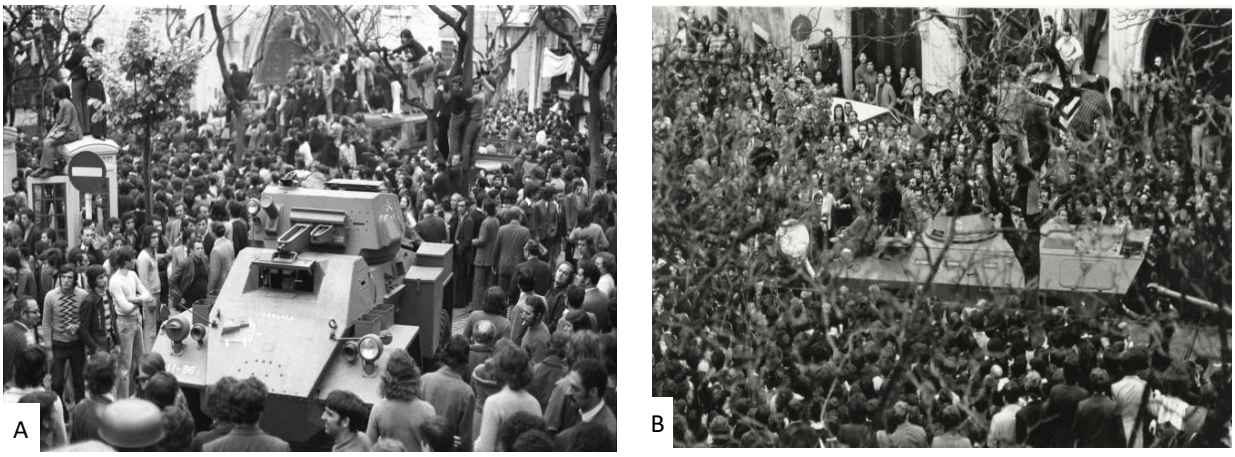


Figura 4.28 - A) População e militares durante o cerco ao Quartel do Carmo no Largo do Carmo, dia 25 de abril de 1974; B) Transporte de Marcello Caetano no Largo do Carmo após a redenção.
Fonte: A) Casa Comum, Fundação Mário Soares. Mário Varela Gomes ref.06897.039.012; B) Casa Comum, Fundação Mário Soares, Alfredo Cunha, ref. 06787.001.293
.

Com a rendição e a tomada do poder pelo General Spínola, os militares saíram em desfile pela cidade nos carros de combate, aclamados pela população, que se manifestou em vários lugares da cidade.



Figura 4.29 - A) Populares confraternizando com os militares no Chiado, dia 25 de abril de 1974; B) Manifestação de populares no Rossio. 06278.06049.
Fonte: A) Casa Comum, Fundação Mário Soares. ref.06278.06042; B) Casa Comum, Fundação Mário Soares, ref. 06897.042.009.

De acordo com Diego Cerezales (2011) ao longo do dia em que o golpe se sucedeu, ocorreram diversas manifestações populares e as ruas tornaram-se palco de expressão geral de entusiasmo pela libertação da nação.



Figura 4.30 - A) Populares e militares no Terreiro do Paço, dia 25 de abril de 1974; B) Populares observam o aparato militar na Rua do Ouro, selando o acesso à Praça do Município.
Fonte: A) Casa Comum, Fundação Mário Soares ref.07337.000.026; B) Casa Comum, Fundação Mário Soares ref.10079.001.037.

A população se apropriou de diferentes espaços públicos para ovacionar os soldados que participaram daquela que ficou conhecida como Revolução dos Cravos.



Figura 4.31 - A) Populares na Praça dos Restauradores, dia 25 de abril de 1974; B) Populares concentrados no Largo do de Camões.
Fonte: A) Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra, ref. 1029; B) Biblioteca de Arte Fundação Gulbenkian, ref. CFT164.280309.

No dia da revolução, alguns populares começaram a florir com cravos vermelhos as armas dos militares e a partir desse momento a numerosa multidão passou a desfilar com a flor que se tornou o símbolo da vitória sobre a ditadura e que deu o nome à Revolução.



Figura 4.32 – Populares florindo com cravos vermelhos as armas dos militares
Fonte: "Heróis anónimos da Revolução dos Cravos". RTP notícias *online*, rtp.pt/noticias/40-anos-do-25-de-abril

No dia seguinte à revolução, o Largo do Chiado transformou-se no ponto de encontro de uma multidão, e toda a região do Chiado e Bairro Alto foi tomada por uma aglomeração de manifestantes. A população objetivava chegar em marcha à Rua António Maria Cardoso, onde se encontrava a sede da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)[38] - à época já denominada Direção Geral de Segurança - e onde se localizava também o jornal do regime da ditadura: Época -, bem como as sedes da Ação Nacional Popular (ANP) e dos serviços de censura (Mateus, Varela, Gaudêncio, 2017, p. 36). José Mateus, Raquel Varela e Susana Gaudêncio (2017), em "25 de Abril, roteiro da revolução", postulam que o ato de deslocamento da população revoltosa até os locais de repressão, após a queda de um regime, é um padrão histórico de quase todos os movimentos de queda de regimes ditatoriais ao longo do século XX.

No mesmo dia, de acordo com o jornal *Expresso* no artigo *Manifestação na Avenida,* publicado no dia 27 de abril de 1974, centenas de jovens desfilaram pela Avenida da Liberdade até a Praça Dom Pedro IV, mais conhecida como Praça do Rossio, entoando o hino nacional. Ao ocuparem a Praça Marquês de Pombal, a multidão concentrou-se ao redor do monumento, cujo pedestal foi escalado por numerosos manifestantes, que seguiram em desfile até a Praça do Rossio. A manifestação decorreu pacificamente e sem qualquer intervenção das autoridades.

Estes acontecimentos revelam a centralidade simbólica de certos locais de Lisboa no imediato pós-revolução. A mobilização espontânea e a ocupação de eixos estruturantes da cidade — a Praça Marquês de Pombal, a Avenida da Liberdade e o Rossio — demonstram a forma como a paisagem urbana se transformou de imediato em palco de afirmação democrática.

[38] A PIDE foi criada em 1945 com o objetivo de prevenção e proteção contra a segurança do Estado Novo, utilizando todos os meios ao seu alcance, como prisões aos opositores do regime e até mesmo torturas.



Figura 4.33 – Concentração na Praça Marquês de Pombal da manifestação na avenida da Liberdade no dia 26 de abril de 1974.
Fonte: "Reportagem de Fernando Balsinha". Arquivos RTP.

É de referir que, a construção de signos e de uma memória coletiva, cujas estruturas do passado influenciaram no modo de vida da população, ao orientar um desejo de apropriação dos espaços públicos, quando esses jovens desfilaram desde a Praça Marquês de Pombal, passando pela Avenida da Liberdade, até a Praça do Rossio entoando o hino nacional, tal como aconteceu na Revolução Republicana de 1910. Nessa ocasião, reafirmou-se a representação desses espaços públicos como cenário de manifestações, relacionada à preservação histórica da memória da cidade (Amorim, 2023).



Figura 4.34 - A) Comemoração de militares e civis, na então Rotunda da Avenida, no dia da vitória republicana em 1910; B) Comemoração de civis, na Praça Marquês de Pombal um dia após a Revolução dos Cravos de 1974.
Fonte: A) Arquivo e Biblioteca da Fundação Mário Soares. Casa Comum. B) "Reportagem de Fernando Balsinha", Arquivo RTP

António de Spínola, representante do MFA, foi reconhecido oficialmente como Chefe de Estado e nomeou uma Junta de Salvação Nacional (JSN) composta de um grupo de militares que foram designados para sustentar o governo até a posse do Governo Provisório. A essa altura, foram criados comités de bairro e de localidade, com o objetivo de garantir abertura política e renovar o quadro de conteúdos sociais e, com a mobilização da população, dar continuidade à substituição dos dirigentes da ditadura (Cerezales, 2011). Os presos políticos foram libertados e a censura extinta, os sindicatos passaram a ser independentes do poder do Estado, a guerra colonial foi encerrada e os partidos políticos ressurgiram.

Uma semana após a revolução que depôs a ditadura do Estado Novo, o 1º de Maio[39] de 1974 foi a primeira grande manifestação depois de décadas em que o direito à "reunião" esteve proibido. Os espaços públicos de Lisboa foram tomados pela população com expressões massivas em prol da liberdade. Nesse dia, comemoração do dia dos trabalhadores, a JSN determinou que os integrantes da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP) usassem cravos vermelhos em suas armas, simbolizando a sua adesão à democracia (Cerezales, 2011) e reiterando o cravo como símbolo da revolução.

De acordo com a reportagem *A Cor do 1° de Maio* da revista *Expresso* do dia 4 de maio de 1974, foram registadas grandes marchas na Praça do Rossio, Rua do Ouro, Praça do Comércio, Praça dos Restauradores, seguindo toda a Avenida Liberdade e na Alameda Dom Afonso Henriques, onde se concentrou o maior número de pessoas, de acordo com a reportagem *Lisboa-quarta-feira-ano I,* da *Revista Expresso* de 1974.

O impacto espacial e social dessas manifestações foi relevante, uma vez que assinalou o retorno da população ao uso do espaço público como lugar de ação política. A dimensão e a frequência das concentrações confirmaram a centralidade de Lisboa como espaço recorrente das transformações democráticas. Nesse processo, as mobilizações influenciaram as relações entre Estado, sociedade e espaço público, contribuindo para afirmar este último como um emento importante da vida política da cidade.

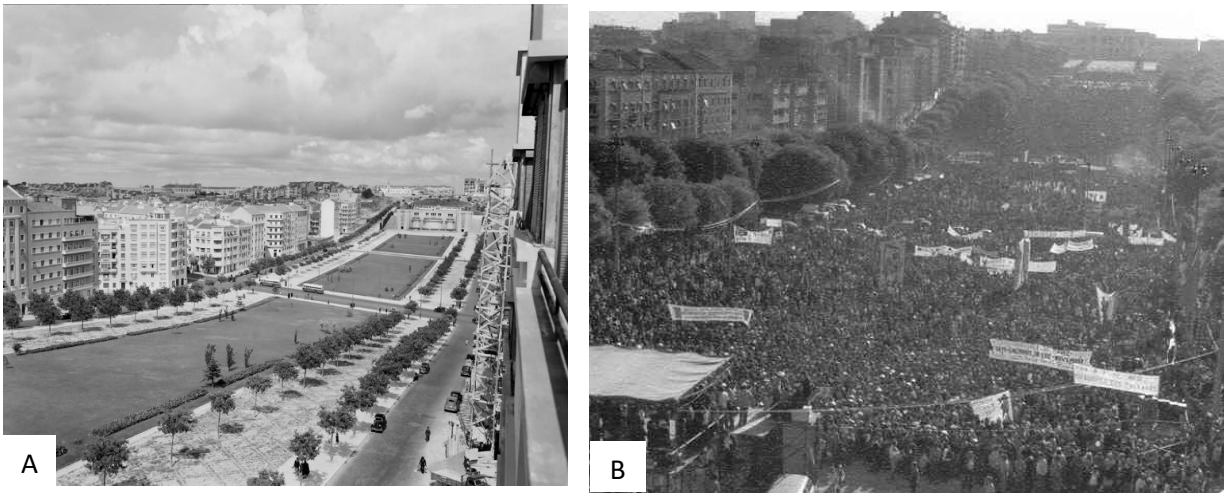
[39] No dia 1º de maio de 1886, as ruas de Chicago foram tomadas pelo povo em protestos e greves, cujo objetivo central estava na redução da jornada de trabalho. Entre 80 e 90 mil pessoas saíram às ruas em apoio ao crescente movimento somente na cidade de Chicago, fazendo uma greve geral que reivindicava o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, sendo reprimidos pelas entidades policiais e patronais. Os reflexos internacionais desta luta, determinaram a declaração do dia 1° de Maio como o Dia Internacional do Trabalhador e, desde 1890, de acordo com CGTP-IN:40 anos de luta com os trabalhadores (1970-2010), esta data é comemorada em Portugal.



.Figura 4.35 - A) Desfile da Manifestação 1° de Maio de 1974 na Avenida Almirante Reis; B) Manifestação 1° de Maio de 1974 na Alameda Dom Afonso Henriques.
Fonte: A) Ephemera, Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira, "Manifestação do Primeiro de Maio de 1974", foto n.52; B) Ephemera, Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira, "Manifestação do Primeiro de Maio de 1974", foto n.42.

Cerca de um milhão de pessoas se reuniram no local escolhido pelos sindicatos organizadores para a concentração da manifestação que, após a acumulação de cidadãos de todo o país, dirigiram-se, em grande parte, em marcha ao Estádio da Fundação Nacional para a Alegria dos Trabalhadores (FNAT) que, a partir desse dia, passou a chamar-se Estádio 1° de Maio, e outra grande parte dos manifestantes festejou até altas horas da madrugada.

> Lisboa assistiu, na última quarta-feira, uma imensa manifestação de regozijo do povo, festejou até altas horas da madrugada o Dia do Trabalho e sua recém-adquirida liberdade. (…) logo no princípio da tarde, grandes grupos de pessoas excitadas aproximavam-se da Alameda D. Afonso Henriques em rios de gente que desembocavam no grande espaço e em breve confluíram numa verdadeira maré humana. Era este local da reunião anunciada para as 3 horas da tarde, para a chamada "manifestação dos sindicatos" e que foi, afinal, de toda a gente: seguiria depois para o estádio da FNAT, já rebatizado Estádio 1° de Maio" (Expresso, 4 de maio de 1974, p. 20).



Figuras 4.36 - A) Alameda Dom Afonso Henriques anos 60; B) 1° de Maio de 1974.
Fonte: A) Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Estúdio Horácio Novais. Fotografia sem data. Produzida durante a atividade do Estúdio Horácio Novais, 1930-1980. Ref: CFT164 024438.ic. B) A)"1º de maio – Dia do trabalhador", Museu do Aljube Resistência e Liberdade

A Alameda Dom Afonso Henriques, planejada e construída no período do Estado Novo, tornou-se palco de grandes manifestações durante esse período, como relata Domingos Amaral na entrevista dada ao Jornal Correio da Manhã no dia 31 de maio de 2015: "Nessa altura vivíamos na Alameda Dom Afonso Henriques, que passou a ser o grande palco dos comícios em Lisboa, e havia manifestações semana sim, semana não".

Durante o ano de 1974, elevado número de manifestações urbanas continuou com grande adesão e diversificação dos conteúdos dos protestos, entre eles: protestos estudantis, manifestações de apoio à independência das colónias, manifestações apartidárias, protestos de operários, do funcionalismo público, entre outros. Havia grande ímpeto da população portuguesa em participar da vida do país, e nas grandes empresas multiplicaram-se as lutas entre patrões e trabalhadores, o que fez com que os Governos Provisórios tivessem dificuldade em governar (Amorim,2018).

No dia 7 de setembro de 1974, de acordo com a reportagem *Primeira manifestação 'quase proibida' pelas autoridades* do jornal *Expresso* do dia 17 de agosto de 1974, uma manifestação convocada pelo Movimento de Esquerda Socialista (MES) foi quase proibida pelas autoridades. Os representantes militares divulgaram uma nota condenando o protesto que iria acontecer na Praça Marquês de Pombal, convocando a população a não participar da manifestação, com a justificativa de que a intenção do protesto era de criar climas emocionais suscetíveis de conduzir confrontação entre o povo e as Forças Armadas. Integrantes das Forças Armadas cercaram a Praça Marquês de Pombal, fazendo com que o MES desconvocasse a manifestação, que já tinha o apoio de outros grupos como o Movimento Popular Anticolonial e a Liga Comunista Internacional (LCI). Assim, a manifestação foi fragmentada em duas: uma desceu a Avenida da Liberdade até a Praça do Comércio e outra seguiu para o Parlamento no São Bento, onde funcionários públicos se encontravam concentrados desde o dia anterior.

No mesmo ano, de acordo com a reportagem do jornal *Expresso Os antecedentes imediatos da manifestação da 'maioria silenciosa*, publicada no dia 28 de setembro de 1974, devido aos volumosos protestos, que em sua maioria eram realizados pelo espectro político da esquerda, a direita convocou naquele mesmo dia uma manifestação na Praça de Touros.

O 28 de Setembro configurou-se como a primeira grande tentativa de travar o avanço do processo de democratização e o aprofundamento da dinâmica revolucionária desencadeada após o 25 de Abril. Este episódio representou a mais significativa investida do Presidente da República, General António de Spínola, no sentido de recentrar o poder político, articulando simultaneamente uma demonstração de apoio popular nas ruas, movimentações militares e uma

conspiração interna no aparelho de Estado. O objetivo desta ação concertada era claro: provocar a demissão do Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, dissolver a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA), declarar o estado de sítio e, com isso, reforçar substancialmente as prerrogativas presidenciais.

Em crescente isolamento político, Spínola e os setores que o acompanhavam reagiam ao avanço acelerado da descolonização e ao reconhecimento das independências, ao fortalecimento institucional do MFA, à consolidação dos partidos de esquerda e à intensa mobilização social que caracterizava o período. Nesse contexto, procuraram organizar uma manifestação de uma suposta "maioria silenciosa", isto é, um grupo social apresentado discursivamente como composto pelos cidadãos comuns, moderados e avessos ao radicalismo, cuja pretensa maioria populacional serviria para legitimar a centralização do poder presidencial. Esta construção retórica buscava conferir legitimidade a uma eventual declaração de estado de sítio e ao recuo das liberdades conquistadas, apesar de não haver evidências sólidas de que tal maioria existisse ou estivesse mobilizada de forma orgânica.

O propósito fundamental consistia, por um lado, em conter o processo revolucionário através de um reposicionamento político à direita, associado à reversão de transformações sociais e políticas em curso; por outro, visava recuperar margem de controle sobre o processo de descolonização. Com a intensa pressão e manifestações dos militares de esquerda, Spínola foi obrigado a se demitir, sendo substituído pelo general Costa Gomes como Presidente da República.

A rivalidade entre a direita e esquerda era intensa nesse cenário, havendo uma reação violenta entre opositores durante o comício das juventudes centristas do Centro Democrático Social (CDS) no dia 4 de novembro de 1974, no Teatro Municipal de Lisboa.

Os intensos protestos urbanos continuaram ao longo do ano de 1975. Os valores do 25 de Abril deram a todos a oportunidade de participar na construção de uma nova sociedade, mas também despertaram a emergência de conflitos. Devido ao cenário político instável de governos provisórios, nesse período aconteceram diversas manifestações urbanas relacionadas principalmente a partidos políticos e movimentos sindicais e também sociais, entre eles: a manifestação a favor da Central Sindical Única, realizada por dois dias - 14 e 15 de janeiro de 1975 - com mais de 300 mil trabalhadores da Avenida Almirante Reis até a Praça de Londres e o desfile do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), realizado na Praça dos Restauradores e terminando na Praça do Comércio, no dia 8 de março de 1975.

No dia 11 de março de 1975 houve uma tentativa golpista sem sucesso dos defensores de António Spínola, que àquela altura estavam desmoralizados. Devido a esse acontecimento,

integrantes do Partido Socialista (PS), do Partido Comunista Português (PCP), do Movimento Democrático Português (MDP), da Frente Socialista Popular (FSP), do Movimento de Esquerda Socialista (MES) e da Intersindical manifestaram-se contra a tentativa de golpe na Praça de Touros. Na Praça do Rossio, integrantes do Partido Popular Democrático (PPD) - atual Partido Social Democrata (PSD) - tentaram realizar uma manifestação, mas foram atacados por não terem se apresentado como delegação na Praça de Touros. Concomitantemente, os membros da União Democrática Popular (UDP) marcharam em protesto do Rossio até o Largo do Carmo, onde se encontraram com os afiliados do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), que teriam vindo de Alcântara, como informou a reportagem do jornal *Expresso*, *O 11 de Março passo a passo,* do dia 13 de março de 1975.

Em menos de um ano ocorreram profundas transformações na sociedade, às quais poucos ficaram imunes. Indivíduos e grupos sociais expressavam posicionamentos nos espaços públicos onde se revelava crescente consciência de princípios e de valores, bem como um ambiente fundamental no desenvolvimento de afirmação e legitimação da organização social democrática.

O dia 25 de abril de 1975 foi marcado pela eleição direta da Assembleia Constituinte. Com a aderência de mais de 90% dos eleitores portugueses, o PS saiu vitorioso com 38% dos votos, seguido pelo PPD com 26%. Juntos, o PCP, o MDP e a FSP somaram 15% dos votos (Cerqueira, 2011, p. 346). Nesse dia, a Praça Marquês de Pombal e artérias adjacentes foram tomadas pela população ao comemorar o primeiro aniversário da Revolução dos Cravos, além da comemoração oficial realizada na Praça do Império em Belém, de acordo com a matéria do jornal *Expresso, Manifestações nas Ruas no 1° Aniversário da Revolução*, publicada no mesmo dia.

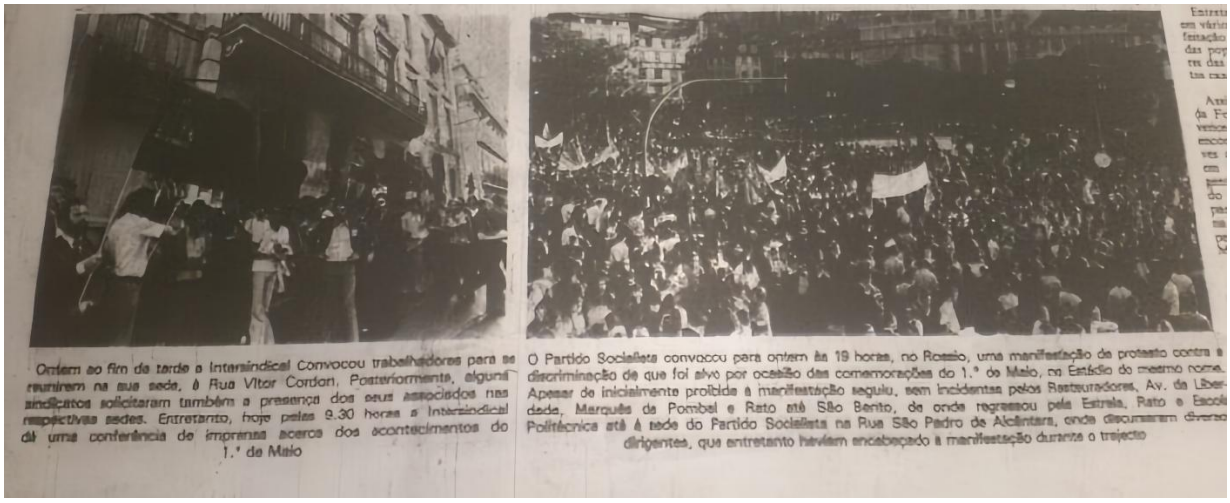
O 1° de maio de 1975 foi festejado com grande entusiasmo, principalmente na Alameda Dom Afonso Henriques. Esse espaço público foi eleito como ponto de encontro dos partidos políticos de esquerda e dos sindicatos para a marcha realizada até o Estádio 1° de Maio. Nesse processo, ao reelegerem a Alameda Dom Afonso Henriques[40] como palco de manifestação do dia dos trabalhadores, surgiram novas perspetivas sobre a significação do espaço. E irromperam questões sobre outras formas de abordagem da representação espacial que puderam definir diferentes signos do espaço público por meio das imagens e símbolos que acompanhavam o

[40] Projetada por Faria da Costa em 1939 dentro do contexto das campanhas de planejamento urbano do Estado Novo, que visavam a ordem e o controle do espaço pelo Estado e tendiam à consolidação de um regime que louvava a tradição histórica e os valores conservadores do passado.

ambiente de vivências urbanas, dando resposta às necessidades coletivas dentro dos processos de transformação do espaço.

Nesse evento, integrantes do PS, que tinham iniciado sua marcha na Praça do Chile, passando pela Alameda, seguiram em direção ao Estádio para participarem do comício. No entanto, foram impedidos de ter acesso ao comício por membros do PCP na Avenida Estados Unidos da América. Nessa situação, os socialistas continuaram sua marcha, passando pela Avenida de Roma, Avenida João XXI, pelo Campo Pequeno, continuando até à Estefânia e dispersando na Praça José Fontana, como relatado pela reportagem *PS e PPD Denunciam Intersindical e PC que Atribuem Acusações de Divisionismo* do jornal *Expresso* do dia 3 de maio de 1975.

Diversas manifestações se seguiram durante o ano, tendo destaque a passeata do PS, com apoio do PPD, que desfilaram desde a Praça do Rossio, passando pela Praça dos Restauradores, pela Avenida da Liberdade, Largo do Rato, Rua de São Bento até chegar à Assembleia Nacional. Essa foi uma das maiores manifestações de rua que havia acontecido desde a redemocratização, de acordo com o artigo do jornal *Expresso, Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto* do dia 19 de julho de 1975.



Ontem ao fim da tarde a Intersindical convocou trabalhadores para se reunirem na sua sede, à Rua Vitor Cordon. Posteriormente, alguns sindicatos solicitaram também a presença dos seus associados nas respectivas sedes. Entretanto, hoje pelas 9.30 horas a Intersindical dá uma conferência de imprensa acerca dos acontecimentos do 1.º de Maio

O Partido Socialista convocou para ontem às 19 horas, no Rossio, uma manifestação de protesto contra a discriminação de que foi alvo por ocasião das comemorações do 1.º de Maio, na Estátio do mesmo nome. Apesar de inicialmente proibida a manifestação seguiu, sem incidentes pelos Restauradores, Av. da Liberdade, Marquês de Pombal e Rato até São Bento, de onde regressou pela Estrela, Rato e Escola Politécnica até à sede do Partido Socialista na Rua São Pedro de Alcântara, onde discursaram diversos dirigentes, que entretanto haviam encabeçado a manifestação durante o trajecto

Figura 4.37 - PS e PPD denunciam Intersindical e PC que retribuem acusações de divisionismo: Sede Intersindical, Rua Vitor Cordon e Praça dos Restauradores.
Fonte: "Sem título". Expresso 03/05/1975, p. 2. Arquivo Microfilme BNP.

O chamado "verão quente de 1975" foi um dos momentos mais conturbados do período entre a revolução e a Constituição da República de Portugal de 1976, quando se procedeu a uma

disputa entre forças revolucionárias e forças moderadas pela tomada do poder do Conselho da Revolução[41].

Nesse cenário, civis e militares começaram uma organização armamentista para um provável conflito. Uma grande coligação anticomunista se reuniu nas ruas e recorreu a violentas ações[42], surgindo grupos terroristas que colocavam bombas nas sedes das organizações de esquerda e assediavam simpatizantes do PCP, fazendo com que estes deixassem seus cargos (Cerqueira, 2011, p. 348).

O cenário político instável da época e a ocupação dos diversos espaços públicos revela a construção histórica e simbólica da cidade, tendo em vista que as escolhas dos espaços públicos como cenário de protestos não eram diferenciadas pelos diferentes movimentos sociais. O PCP manifestava-se no mesmo espaço que o PS havia escolhido, mesmo havendo rivalidades entre os partidos. O PCP elegeu, em 23 de outubro de 1975, a Praça do Rossio como ponto de encontro para manifestar e marchar até à Praça do Comércio, praças estas que eram frequentemente eleitas por diversos movimentos, sendo eles partidários ou não. Com a cidade ocupada, os espaços públicos passaram a transformar a compreensão da paisagem por meio da influência da perceção dos seus habitantes e no modo como ocupam e utilizam a cidade.

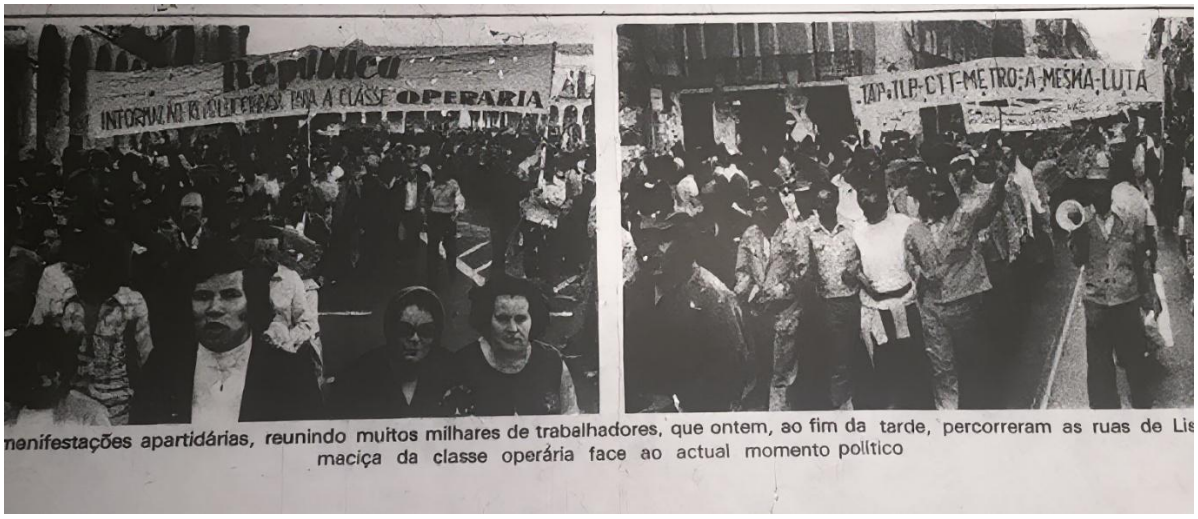


Figura 4.38 – Manifestações apartidárias de trabalhadores realizadas na Baixa Pombalina e Praça do Comércio no dia 11 de julho de 1975.
Fonte: "Sem título". Expresso, 12/07/1975 – Arquivo Microfilme BNP.

[41] O Conselho da Revolução, de Portugal, foi instituído a 14 de março de 1975 - após a tentativa de golpe em 11 de março do mesmo ano - pela Assembleia do Movimento das Forças Armadas, com o objetivo de garantir as eleições da Assembleia Constituinte, onde os militares integrantes tinham poderes de fiscalização constitucional (Cerqueira, 2011, p. 345).

[42] Esse verão coincide com o período da Guerra Fria (1945-1991), nomeadamente o fim da guerra do Vietname em 1975.

Em 25 de novembro de 1975, como consequência do "verão quente", houve uma tentativa de golpe fracassada, comandada por um grupo das Forças Armadas dando fim às atividades revolucionárias e normalizando o cenário político em Portugal. António Ramalho Eanes, que chefiava as forças que derrotaram o movimento de 25 de novembro, ganhou muito prestígio que o levou a vencer as primeiras eleições presidenciais portuguesas, após o 25 de Abril, realizadas no dia 27 de julho do ano seguinte.

As ocupações dos espaços públicos para atos de manifestações populares seguiram com intensidade no ano de 1976, no entanto, com um viés mais social e institucional, devido à aprovação da Constituição da República Portuguesa, estabelecendo uma nova organização política, uma democracia parlamentar.



Figura 4.39 - Manifestação na Praça do Rossio.
Fonte: "Sem título", Expresso pg 1., 20/03/1976. Arquivo Microfilme BNP.
.

Nesse ano, manifestações de professores e estudantes começaram a ganhar destaque. Na última semana do mês de janeiro, professores e estudantes protestaram contra os cortes orçamentários feitos pelo governo em frente ao então Ministério da Educação e da Investigação Científica (MEIC) na Avenida 5 de Outubro. Ao longo do ano, foram realizados outros protestos relativos à mesma questão, ocorrendo a ocupação da Praça do Comércio e São Bento (Anexo A).

O ano de 1977 iniciou-se com um protesto do funcionalismo público em frente à Assembleia da República, dando continuidade aos protestos de cunho institucional, ainda que as manifestações partidárias tenham perdido força no ano anterior. Nesse ano, o primeiro desfile militar em comemoração ao aniversário do 25 de Abril foi realizado entre a Praça Marquês de Pombal e Praça do Rossio, como relatado nas reportagens *Brigada NATO desfilará* e

Comemorações do 25 de Abril no jornal *Expresso* dos dias 15 e 29 de abril de 1977, respetivamente.



Figura 4.40 – Desfile 25 de Abril, Avenida da Liberdade, 1977
Fonte: "Comemorações do 3º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974"
Arquivo RTP.

Esse mesmo percurso foi utilizado pelo Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP) e MRPP nas comemorações do 1° de Maio. Nessa comemoração, a Alameda Dom Afonso Henriques foi ocupada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) e pela UDP, que seguiram em marcha para o Estádio 1° de Maio. O dia dos trabalhadores também foi marcado pelas manifestações anarquistas na Praça da Figueira. Ao longo do ano, manifestações sindicais na Praça do Comércio e protestos estudantis e de professores ganharam destaque. Além de manifestarem em frente ao Ministério da Educação, desfilaram diversas vezes desde a Praça Marquês de Pombal até à Assembleia da República. Nos anos de 1978 e 1979, as comemorações do 25 de Abril foram realizadas tanto na Praça do Império como na Praça do Comércio, mostrando que o percurso entre Marquês de Pombal e Praça do Rossio - realizado até nos dias atuais - ainda não havia sido concretizado.

Em 1979, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) comemorou o 1° de Maio no Parque Recreativo do Alvito, em Monsanto. No mesmo ano, a Comissão Administrativa do Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres (INATEL) recusou a utilização do Estádio 1° de Maio para a realização do evento. Assim, a concentração transferiu-se para o Martim

Moniz, e a Alameda Dom Afonso Henriques se efetivou como ponto de encontro e final da marcha, evidenciando a dimensão simbólica do espaço.

Os espaços públicos da capital tornaram-se um produto da construção coletiva, revelando-se como um ambiente fundamental no desenvolvimento de afirmação e legitimação da organização social durante a redemocratização do país, com adaptações de significados historicamente consolidados, atribuindo novos significados aos seus valores preestabelecidos, que serão reafirmados em outros contextos históricos da cidade. A reapropriação em massa dos espaços urbanos reiterou práticas espaciais culturalmente significantes e incorporou processos de reafirmação da identidade da cidade e dos participantes da comunidade. Esses posicionamentos e vozes de mútua consideração, efeito, mudança e continuidade garantiram ao fenómeno a reconstrução de significados a partir da reincorporação e produção de sentidos no espaço.

4.5.3 As manifestações de protesto no ciclo da institucionalização da vida política (1980-1989)

O segundo ciclo de governação mencionado pelos autores Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (2001) e Carlos Fortuna (2002) é o da institucionalização da vida política, identificado na década de 80 e caracterizado pela reestruturação do Estado português e infraestruturas do país, quando o entusiasmo da população foi neutralizado. Fortuna e Silva (2001) afirmam que o papel enquanto agente de institucionalização e a adesão de Portugal à União Europeia em 1986 foi crucial para reformular os conteúdos e as maneiras de expressão da sociedade, já não mais espontânea. Esse período foi marcado pela descentralização política e administrativa e reorganização/restrição da participação civil.

Além disso, a consolidação das estruturas governativas e o reforço das instituições democráticas contribuíram para uma maior formalização dos processos de decisão e de mediação social, reduzindo o protagonismo direto da população nos momentos de reivindicação pública. A crescente institucionalização da política, associada ao fortalecimento dos aparelhos partidários, introduziu novos mecanismos de regulação das formas de participação, que passaram a ocorrer de modo mais controlado e menos intuitivo. Paralelamente, o desenvolvimento económico e a modernização administrativa alteraram as prioridades da agenda pública, deslocando a centralidade da mobilização social para modelos de intervenção mais institucionais e menos dependentes da ação coletiva espontânea.

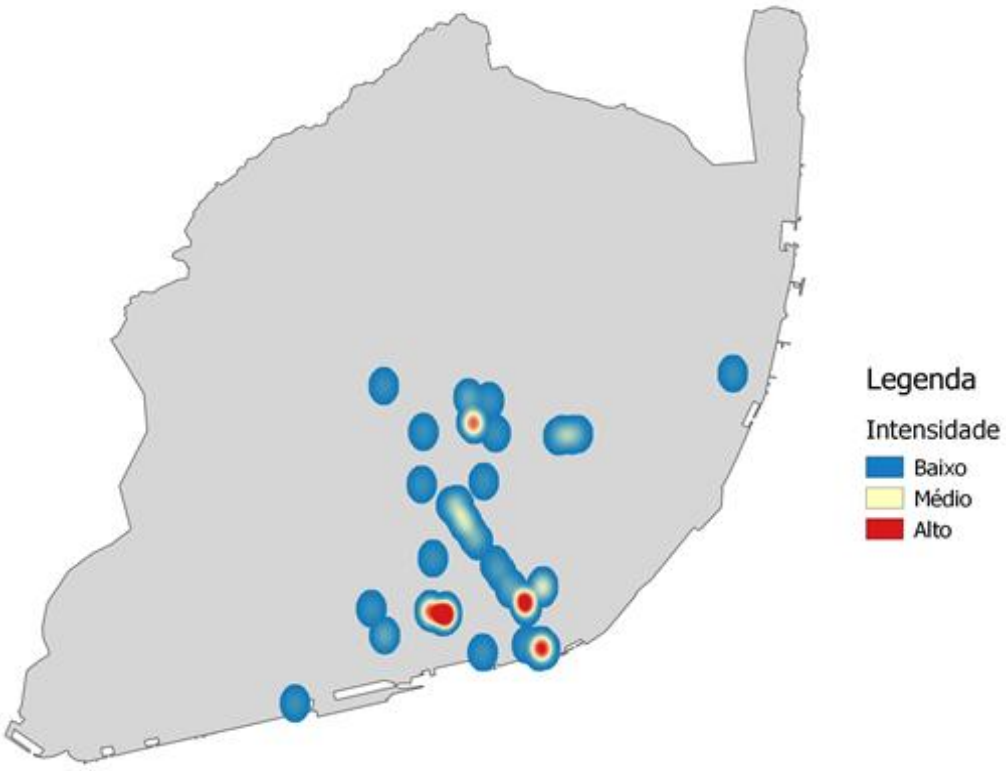


Figura 4.41 - Mapa de ocupação dos espaços públicos: protestos no ciclo da institucionalização da vida política.
Fonte: elaborada pela autora.

Nesse período, o São Bento, a Praça do Comércio, a Praça do Rossio e o Ministério da Educação ganharam destaque. A Praça Marquês de Pombal, juntamente com a Avenida da Liberdade e Praça Martim Moniz, apresentou o grau médio de ocupação.

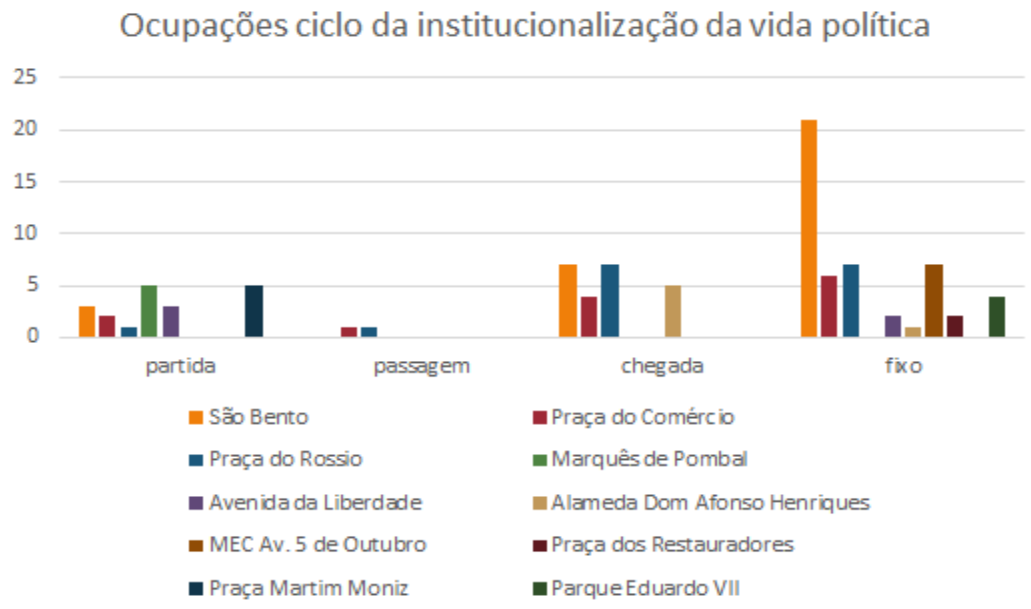


Figura 4.42 - Ocupações nos espaços públicos segmentadas no ciclo da institucionalização da vida política.
Fonte: elaborada pela autora.

Entre os espaços mencionados, a Praça Marquês de Pombal e a Praça Martim Moniz eram espaços de reunião para o início das marchas; o São Bento e a Praça do Rossio como ponto de chegada; e, novamente, o São Bento apresentou valor significativo de protestos fixos.

4.5.4 Narrativa dos protestos nos espaços públicos no ciclo da institucionalização da vida política

A década de 80 foi marcada, principalmente, por protestos sindicais ligados aos partidos de esquerda[43]. Entre 1980 e 1984, o país foi governado pela Aliança Democrática (AD), tendo Francisco Sá Carneiro (fundador e líder do PPD) como Primeiro-Ministro. A AD era composta do espectro mais à direita do Parlamento, uma coligação entre o PPD, o CDS e o Partido Popular Monárquico (PPM), que aderiram a um discurso mais rígido, defendendo a ordem. Essa ordem era identificada com o respeito pela autoridade e pela lei (Cerqueira 2011, p. 361). Mesmo em menor quantidade, as manifestações continuaram a acontecer ao longo do período de austeridade que antecedeu o ingresso de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986.

No primeiro ano da década de 80, o governo vigente enfrentou, no mês de abril, grandes manifestações da oposição liderada pelo PCP e CGTP-IN e uma parte do PS. Em um âmbito de intensas greves bancárias e do funcionalismo público, no dia 15 de abril os funcionários públicos organizaram uma manifestação em frente à Assembleia da República contra a intransigência do governo em matéria laboral. Em resposta à manifestação de apoio ao governo, realizada no dia 12 no São Bento, em 19 do mesmo mês a CGTP-IN, com o apoio da oposição (PCP e MDP), convocou um protesto de escala nacional contra o governo da AD, desfilando desde a Praça Marquês de Pombal até a Praça do Comércio. Ali contestaram diversas pautas, como os trabalhadores reformados, a reforma agrária, as pensões e o aumento do custo de vida.

Esses protestos iniciais da década revelam não apenas a persistência da mobilização operária e sindical, mas também a crescente polarização política do período. A escolha de pontos urbanos centrais para o início dos desfiles — como a Praça Marquês de Pombal— evidencia a continuidade de uma geografia de protesto já consolidada desde o pós-25 de Abril.

[43] As maiores unidades sindicais de Portugal são: a CGTP-IN, fundada a 1º de outubro de 1970, tradicionalmente influenciada pelo PCP; e a UGT, fundada a 28 de outubro de 1978 – tradicionalmente influenciada pelo PSD e PS.



Figura 4.43 - Protesto contra política do Governo da AD no dia 19 de abril de 1980. Avenida da Liberdade e Praça do Comércio
Fonte: CAD- CGTP- IN. Ref: A82-41 e A82-31, 2011.
.

Os protestos contra o governo, principalmente da CGTP-IN, continuaram ao longo de 1980, ocupando o Eixo Praça Marquês de Pombal - Praça do Comércio.



Figura 4.44 - Manifestação contra o Governo AD 21, de junho 1980 Praça do Comércio. Fonte: CAD – CGTP-IN. Ref: A099-29, 2011.



Figura 4.45 – Manifestação Governo Sá Carneiro para a rua!
Fonte: Casa Comum, Mário Soares
Ref: 09845.252

Em resposta à onda de greves e protestos, no dia 1º de dezembro de 1980 defensores do governo vigente, entre eles jornalistas de "O Diabo"[44], organizaram uma manifestação de apoio ao Primeiro-Ministro na Avenida da Liberdade, de acordo com a reportagem "Manifestação em Lisboa assinalou 1° de Dezembro" do dia 5 de dezembro de 1980.

[44] "O Diabo" é um jornal semanal, publicamente assumido como sendo de direita, publicado às terças-feiras em Portugal. Foi fundado em 10 de fevereiro de 1976 por Maria Armanda Falcão, conhecida pelo pseudônimo Vera Lagoa.

As marchas das manifestações começaram a se definir no Eixo Marquês de Pombal - Praça do Comércio, variando seus pontos de partida e chegada, sendo que grande parte se iniciou ou se encerrou na Praça do Rossio. Entre essas manifestações sobressaem: o protesto do PCP e da CGTP-IN contra o então Primeiro-Ministro Francisco Pinto Balsemão[45], realizada no dia 27 de julho de 1981 entre a Praça Marquês de Pombal e Praça do Rossio, e a marcha da juventude contra o armamento nuclear, realizada no dia 28 de novembro de 1981, entre a Praça Marquês de Pombal e Praça do Comércio. Estes voltaram a protestar no dia 16 de janeiro de 1982, desfilando entre o Saldanha e a Praça do Rossio. O Eixo Marquês de Pombal e Praça do Rossio - Praça do Comércio passou a ser palco de dinâmicas de protestos e manifestações urbanas de sindicatos e movimentos estudantis e se concretizou como o lugar eleito para o desfile comemorativo oficial da Revolução dos Cravos[46].

Verifica-se a iniciação da requalificação dos espaços públicos. Perceber esses acontecimentos na cidade possibilita a análise do potencial de transformação socio espacial que esses eventos evidenciam por meio da ação humana, onde se percebe interesse para que a natureza política seja camuflada nos espaços públicos, ao se expressar em conflitos urbanos e formas de reivindicação dos espaços públicos e da cidade.



Figura 4.46 - Marcha da Paz, 16/01/1982. Av. Fontes Pereira de Melo
Fonte: CAD – CGTP-IN. Ref. C66-20.

[45] Com a morte de Sá Carneiro em um trágico acidente aéreo, Pinto Balsemão veio ocupar o cargo de Primeiro-Ministro com o apoio da Aliança Democrática em dezembro de 1980.

[46] "As comemorações populares do 25 de abril, no início da década de 80, passaram a ser coordenadas por dirigentes políticos de esquerda e militares de abril, o que lhe deu forte marca política e relegou a espontaneidade popular para uma posição secundária. O cidadão comum passou apenas a participar desse cortejo cívico e não a organizá-lo. Passou a existir uma Comissão Executiva constituída por militares do MFA (ao mesmo tempo conselheiros da Revolução) e democratas de várias tendências políticas de esquerda que organizavam as festividades. Essas manifestações formavam um cortejo cívico que se iniciava no Marquês de Pombal, percorria a Avenida da Liberdade e terminava no Rossio com um comício" (Ramalho, 2015).

Devido às divergências políticas, a UGT comemora o 1° de Abril no Parque Eduardo VII e a CGTP-IN continua a desfilar entre a Praça Martim Moniz e a Alameda Dom Afonso Henriques. No dia 12 de fevereiro de 1982 o governo enfrentou a primeira greve geral desde a redemocratização do país. A greve foi organizada pela CGPT-IN e teve aderência de alguns sindicatos ligados à UGT, apesar da central sindical se posicionar contra. Os manifestantes se reuniram na Praça do Rossio e, no meio da tarde, policiais e manifestantes entraram em um violento confronto. Poucos meses depois, no dia 11 de maio, a CGTP-IN organizou novamente uma greve geral, pedindo a demissão do governo.



Figura 4.47 - Pré-greve Geral Rossio, dia 11 de fevereiro. Praça do Rossio
Fonte: CAD – CGTP-IN. Ref: c77-28.

No ano de 1983, tendo Mário Soares (PS) como Chefe de Estado, os protestos sindicais continuaram a marcar presença nas ruas e pela entrada do Fundo Monetário Internacional (FMI) no país por iniciativa do governo do Bloco Central. Bancários adeptos à CGTP-IN manifestaram desfilando entre a Praça do Rossio e o Ministério das Finanças na Praça do Comércio no dia 22 de setembro daquele ano. Ocorreram diversos outros protestos sindicais, principalmente na Assembleia da República e junto à residência do chefe de governo. No dia 15 de outubro de 1983, a CGTP-IN saiu novamente às ruas protestando contra o aumento de impostos de 28%, marchando desde a Praça Marquês de Pombal até à Praça do Comércio.

Trabalhadores da Lisnave, empresa de construção e reparação naval, saíram às ruas em marcha entre a Praça do Comércio e a Praça do Rossio, no dia 29 de maio de 1984, reivindicando salários atrasados. Protestos civis também ocorriam, como o de jornalistas e músicos que se reuniram na Praça do Rossio, no dia 25 de outubro de 1984, para protestarem por melhores condições de vida, evidenciando a persistência dos protestos na Praça do Rossio, onde a funcionalização do espaço público se transcende, ao ser ocupado, com certa frequência, como um lugar da possibilidade do político, muito além da funcionalização que o destina ao lazer e à circulação.



Figura 4.48 - Manifestação de trabalhadores Lisnave na Baixa Pombalina, no dia 29/05/1984. Rua Augusta
Fonte: “trabalhadores Lisnave: salários em atraso”, Expresso, 10/11/1984, p.22R. Arquivo Microfilme BNP

Devido ao alto número de manifestações públicas nessa região da cidade, o então Presidente da Câmara de Lisboa, Nuno Krus Abecasis, integrante do CDS, assinou um despacho no dia 20 de dezembro de 1984 proibindo a realização de qualquer manifestação político-sindical na Praça do Rossio e na Praça dos Restauradores, com exceção feita aos períodos eleitorais. Abecasis justificou a decisão com "motivos que decorrem da função central (de ambas as praças) na estrutura urbana e viária da cidade, e também pela necessidade de impedir ou limitar o desequilíbrio estético que nelas produzem construções provisórias, colocação de faixas e outros elementos decorativos a que recorrem esse tipo de manifestação" (Expresso, 22/12/1984. p.2).

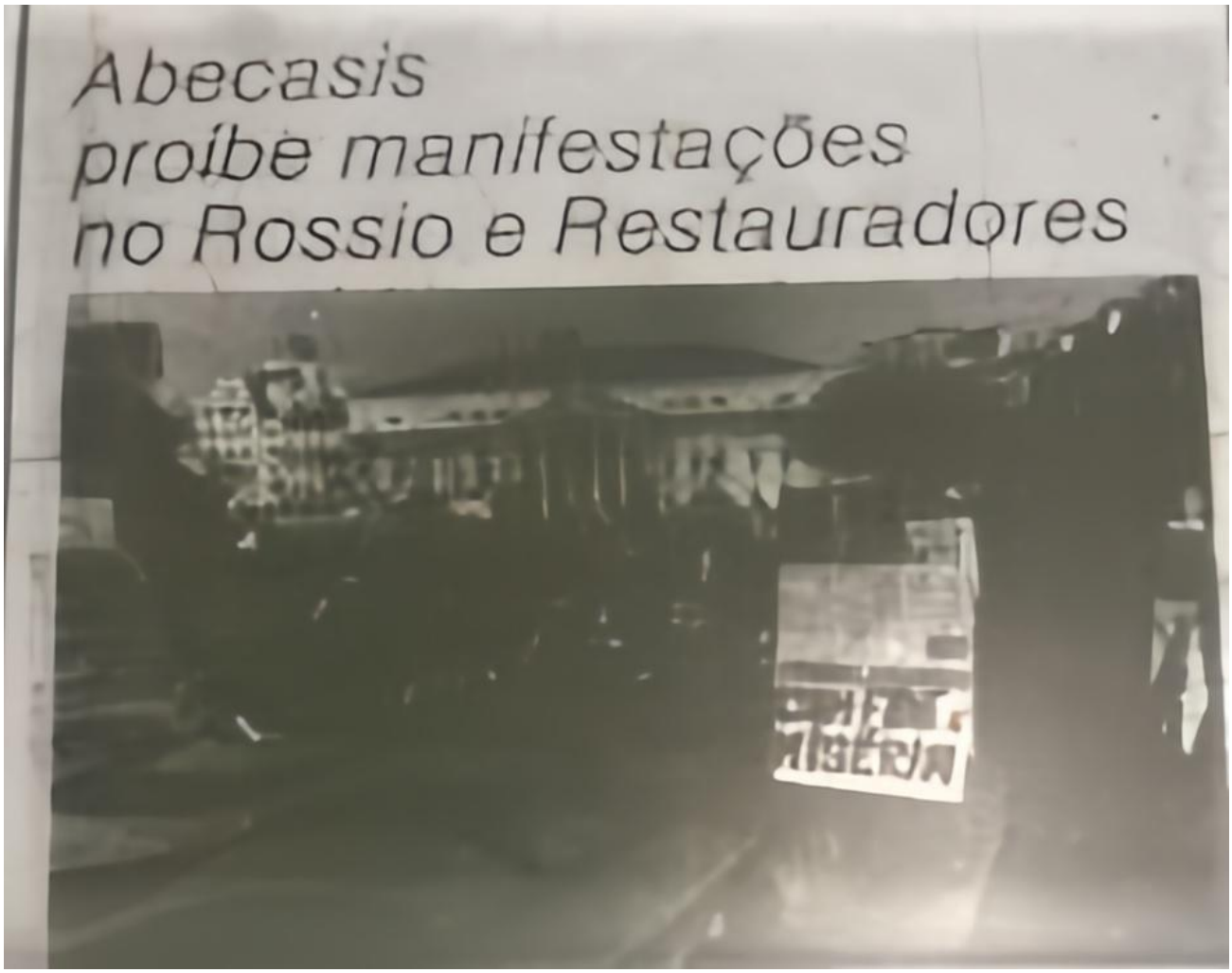


Figura4.49 - Reportagem sobre proibição de protestos no Rossio e Restauradores.
Fonte: "Abecassis proíbe manifestações no Rossio e Restauradores ". Expresso, 22/12/1984 - Arquivo Microfilme BNP

Na época, a Praça do Rossio já havia sido consolidada como um espaço da construção de significados de uma coletividade e um dos principais palcos de manifestações de protesto da democracia portuguesa. O carácter simbólico do lugar vivo de ligações culturais e ações da praça foi reforçado ao ser eleito como ponto de chegada e dos desfiles comemorativos do 25 de Abril. Apesar da tentativa de proibição do uso do espaço público, inclusive nessa data, o PCP, em um ato de desobediência, ocupou o espaço público no dia do 11° aniversário da Revolução dos Cravos, como relatado na reportagem do jornal *Expresso*, *Comunistas violam acordo sobre discursos no Rossio*, do dia 27 de abril de 1985.

Nessa sequência, no dia 09 de maio de 1985 a CGTP-IN, o MDM e a União dos Resistentes Antifascistas (URA) organizaram um protesto na Praça do Rossio contra a presença do Presidente norte-americano Ronald Reagan e no dia 25 do mesmo mês a marcha da juventude contra o armamento nuclear voltou a se manifestar nas ruas, marchando entre Picoas e a Praça do Rossio. Por consequência, a Praça do Rossio veio a ser ocupada por manifestações de protestos políticos, reafirmando seu valor simbólico como palco de manifestações urbanas. Nesse sentido, o espaço vivido se expressa na relação das interações humanas e do próprio edificado monumental da Praça, proporcionando diferentes tipos de uso e consequentemente de símbolos, gerando valores e linguagens sociais e culturais, designando à arquitetura diferentes funções e significados. Assim, a Praça do Rossio reafirma a importância de seu papel representativo dentro do campo político, onde esses tipos de apropriações propiciam interações entre as pessoas, moldando o lugar de acordo com as suas necessidades e desejos. Essa influência mútua entre as pessoas e o espaço cria uma relação de identidade entre os grupos e o espaço público e valida a simbologia espacial construída ao longo dos anos.

A segunda metade da década de 80, quando o país era governado por Aníbal Cavaco Silva do PSD (antigo PPD), foi marcada pela continuação de protestos sindicais, principalmente no Parlamento e Terreiro do Paço, mas também por grandes protestos estudantis e de professores. O percurso das comemorações do 25 de Abril já havia sido estabelecido entre a Praça Marquês de Pombal e Praça do Rossio, onde agentes sociais idealizaram imagens que influenciaram no modo como a identidade espacial foi construída e apropriada no período democrático de Portugal. Assim, começaram a produzir o espaço a partir de práticas de significação e reinterpretação espacial, atribuindo ao espaço e às práticas a formação de símbolos no percurso das rememorações da Revolução dos Cravos. A memória da cidade foi veiculada como um armazenamento de lembranças que estão marcadas na paisagem ou nos registos (memória histórica) do espaço público, que passou a ser reapropriada por parte da sociedade, construindo assim uma memória coletiva e consequentemente a memória da cidade.



Figura 4.50 – Desfile na Avenida da Liberdade em direção à Praça do Rossio
Fonte: "Comunistas violam acordo sobre discursos no Rossio" Expresso, p. 5, 27/04/1985. Arquivo Microfilme BNP.

No ano de 1986[47], as comemorações e protestos do 1° de Maio começaram a ter menos participantes do que os anos anteriores. A exaltação coletiva foi perdendo forças, como citado no artigo do jornal *Expresso, Menos gente no dia 1° de Maio* do dia 8 de maio de 1986. Num passado em que grande parte da população lisboeta ocupava o espaço público dentro de um contexto de *statu nascenti*[48], quando o indivíduo se torna capaz de se fundir com outras pessoas

[47] No dia 1º de janeiro de 1986, os Países Baixos assumiram a presidência do Conselho das Comunidades Europeias e Espanha e Portugal aderiram às Comunidades Europeias. Nesse ano, Mário Soares (PS) foi eleito Presidente da República de Portugal.

[48] *Statu nascenti* é um conceito sociológico proposto por Francesco Alberoni, que identifica um período em que um grupo de pessoas, unidas por esperanças comuns, se unem para criar uma nova força, novos movimentos que se opõem à Instituição. O movimento no estado nascente tem características particulares, que dizem respeito a todos os movimentos que ocorreram ao longo da história: movimentos religiosos, filosóficos e políticos (Alberoni, 2015:19).

e criar novas coletividades, a comemoração da revolução, agora institucionalizada, limitou e perdeu participantes. As comemorações se estabeleceram nos mesmos espaços públicos, sendo as manifestações da UGT realizadas no Parque Eduardo VII, sem marcha, e a CGTP-IN continuou a desfilar entre o Martim Moniz e a Alameda Dom Afonso Henriques.



Figura 4.51. Manifestações do 1º de Maio de 1986. Alameda Dom Afonso Henriques e Parque Eduardo VII
Fonte: - "Menos gente no 1° de Maio" Expresso, p. 6, 03/05/1986. Arquivo Microfilme BNP.

Após um período de relativa calma, entre 1988 e 1989 (no que diz respeito aos efeitos da transição revolucionária no desenvolvimento da sociedade civil portuguesa), os protestos foram retomados (embora em um nível mais baixo) em oposição às reformas liberais em defesa do mercado, introduzidas pelo segundo governo de centro-direita do Partido Social Democrata (PSD) liderado por Cavaco Silva.

No ano de 1988 o governo enfrentou, no dia 28 de março, a terceira greve geral e a maior até então desde a redemocratização do país. A greve foi um protesto conjunto das centrais sindicais UGT e CGTP-IN, que se uniram contra o novo pacote laboral aprovado por Cavaco Silva. De acordo com a reportagem "Greve geral: o dia seguinte" publicada pela Revista Expresso do dia 1º de abril de 1988, as centrais sindicais marcaram a Avenida da Liberdade

como ponto de encontro e lugar estratégico para impedir a distribuição do jornal *Diário de Notícia*. Mas, pela falta de transportes públicos, não houve manifestações urbanas no dia.

O mesmo ano foi marcado na história de Lisboa devido ao grande incêndio ocorrido nos Armazéns do Chiado, que começou por volta das cinco horas da manhã do dia 25 de agosto, destruindo 18 edifícios da região. Devido a esse desastre, cerca de 300 trabalhadoras vítimas do incêndio manifestaram-se no dia 30 de novembro na Praça do Município e em frente ao Parlamento, protestando contra o tratamento desigual em relação aos empresários afetados e exigindo o recebimento de salários, como informado pela reportagem do jornal *Expresso* publicado em *Semana em Revista* do dia 3 de dezembro de 1988.

No final da década de 1980, especificamente em 1989, Portugal estava em turbulência devido à reforma fiscal e ao descontentamento crescente dos assalariados diante de uma política económica restritiva, agravada pela entrada em vigor do imposto único - imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS), - ameaçava travar-lhes o poder de compra sem contrapartidas visíveis. Esse fato gerou muito desagrado e, consequentemente, ameaças de greves gerais. A insatisfação não se limitava aos trabalhadores, mas também aos estudantes que, nesse ano, organizaram greves e diversas manifestações em frente ao Ministério da Educação, protestando contra as políticas públicas da educação deste período.

No mesmo ano, uma manifestação de polícias foi organizada no dia 21 de abril, na Praça do Comércio, para exigir uma folga semanal e a liberdade sindical da classe. Devido à repressão da própria corporação policial, por meio de bastonadas, cães e canhões de água, esse protesto ficou conhecido como “secos e molhados”. Como consequência da adesão de Portugal às Comunidades Europeias em 1986, iniciou-se, progressivamente, significativo processo de internacionalização da economia e de modernização da sociedade, quando os regimentos de infantaria de reserva da GNR começaram a aplicar meios técnicos aos treinos anti distúrbios adotados nos países democráticos e o uso de armas letais tornou-se cada vez mais raro nas ações de restabelecimento da ordem pública (Cerqueira, 2011, p. 367).

Esses acontecimentos evidenciam que, no ciclo da institucionalização da vida política, as manifestações deixaram de ter apenas um carácter político-ideológico e passaram a refletir tensões sociais resultantes de processos de modernização económica, de transformações laborais e de reconfigurações institucionais. O espaço público de Lisboa continuou a ser utilizado como palco de visibilidade e reivindicação, mas agora num quadro em que diferentes grupos sociais expressavam reivindicações específicas e heterogéneas.



Figura 4.52 - Protesto pró-sindical da PSP na Praça do Comércio.
Fonte: “Polícias conquistaram direitos há 33 anos, mas "muitas questões" continuam por resolver “
Diário de Notícia Madeira 21/04/2022 – dnoticias.pt.

Na análise socio histórica do espaço, deve-se compreender as manifestações não como uma simples circunstância, mas como um acontecimento envolto em determinadas características de sua época, nas quais não se pode desconsiderar a importância e a singularidade de cada uma nos contextos em que surgiram. As manifestações de ocupação na cidade nesse período assumem-se como espaço para discussão de reformulação dos modos de viver em sociedade, a partir do enriquecimento político da experiência urbana, tornando a representação espacial símbolos de ações e fatos constituídos por relações que se tornam comuns às pessoas e grupos. Portanto, moldam o que é dado do exterior com base na relação que essas pessoas e os grupos mantêm com os objetos.

4.5.5 As manifestações de protesto no ciclo da europeização (1990-2001)

Os autores Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (2001) e Carlos Fortuna (2002) caracterizam o terceiro período de análise como o ciclo da europeização, iniciado na década de 90 e diferenciado pela modernização do país e das cidades em seu ambiente urbano, cultural e do desenvolvimento da sociedade, pautados nos padrões económicos, educativos e culturais europeus. Nesse cenário, a participação civil ergueu-se num âmbito da globalização da economia, da comunicação e da cultura, onde o espaço público apresentava-se marcado pela

massificação e estetização do consumo. Fortuna (2002, p. 131) classifica esse período como a "colonização do espaço". O autor ressalta que esse cenário, vigente até à data da sua publicação, era entendido como uma estratégia de renovação das economias urbanas locais, abrangendo áreas como o lazer, o turismo, os media e outros setores da cultura. Este período é delimitado até ao ano de 2001, iniciando-se em 2002 o quarto período identificado por esta investigação.

.

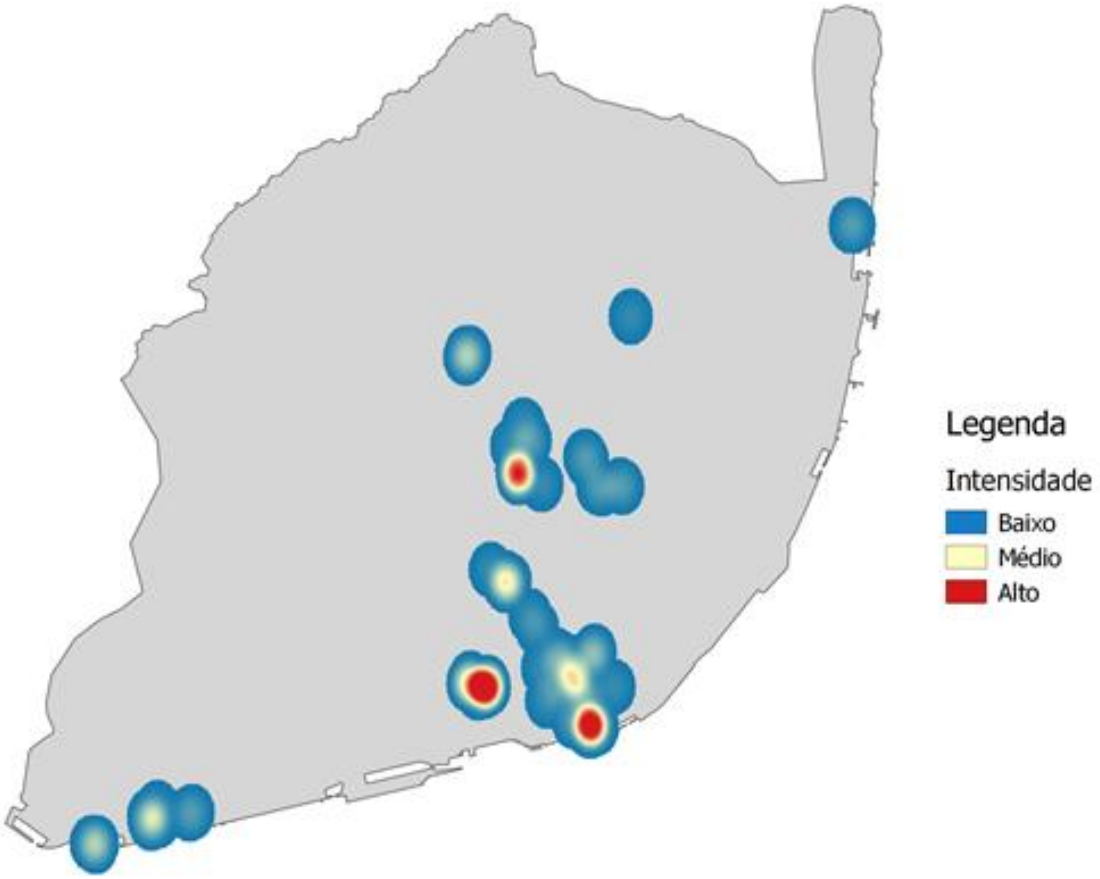


Figura 4.53 - Mapa da ocupação dos espaços públicos: protestos no ciclo da europeização.
Fonte: elaborada pela autora.

O ciclo da europeização foi marcado por protestos estudantis, intensificando as ocupações em frente ao Ministério da Educação. Por essa razão, a Avenida 5 de Outubro, a Praça do Comércio e o São Bento se destacam no mapa, que mostra a análise global georreferenciada dos protestos desse período.

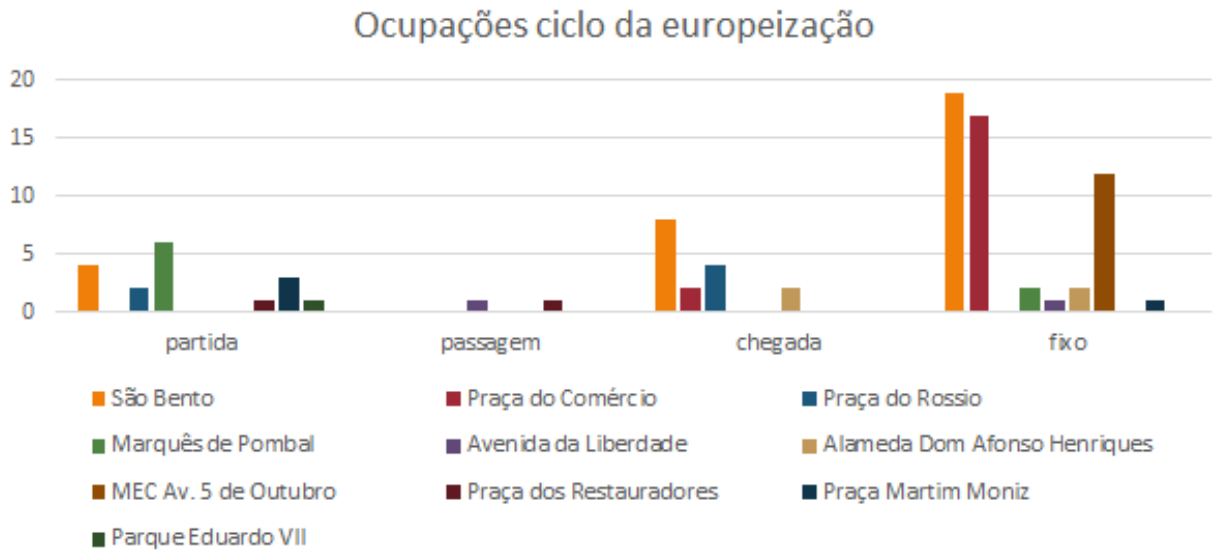


Figura 4.54 - Ocupações nos espaços públicos segmentadas no ciclo da europeização.

Fonte: elaborada pela autora

A partir da análise segmentada apresentada, deteta-se a predominância de protestos fixos naquele período. A Praça Marquês de Pombal novamente se revela como ponto de partida das manifestações, e a Praça do Rossio, entre os espaços públicos ausentes de edificações institucionais, se sobressai como destino final dos percursos dos protestos.

4.5.6 Narrativa dos protestos nos espaços públicos no ciclo da europeização

A primeira metade da década de 90 foi marcada pela crescente influência de Portugal - e de diversas cidades - nos programas e ações estratégicas da Comunidade Europeia. Fortuna e Silva (2001) exemplificam essa situação destacando os seguintes programas: *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano* (1990); lançamento do programa *Urban* (1994); o *Projecto de Cidades Europeias Sustentáveis* (1993) e a *Carta de Aslborg* (1994) (Fortuna & Silva, 2001, p. 416). Essa época foi assinalada pela generalização da globalização.

Em 1990, o relatório anual da Provedoria da Justiça[49] apresentado à Assembleia da República concluiu que os portugueses estabeleceram um recorde, até então, de apresentação de queixas contra o Estado, destacando os Ministérios da Saúde, Educação, Justiça e Finanças. Dessa forma, o descontentamento da população era visível nas ruas de Lisboa na primeira metade da década, que foi marcada, principalmente, por protestos estudantis -ganhando força em 1992 - e sindicais.

[49] Órgão público que tem como função principal a defesa dos direitos e interesses dos cidadãos.



Figura 4.55 – Manifestação da Guarda Florestal que antecedeu a greve.
Fonte: "Guarda Florestal: da manifestação à greve em Março". Expresso, p. A8, 17/02/1990. Arquivo Microfilme BNP.

Nos protestos do início do ano de 1991[50], no dia 22 de março, policiais reuniram-se na Voz do Operário e seguiram em marcha até a Praça do Rossio, reivindicando subsídios de risco, aumento salarial de 20% e redefinição de carreiras. Com o relatado descontentamento, a PSP marcou um discurso no Parque Eduardo VII no dia 25 de junho e depois se concentrou na Praça dos Restauradores, desfilando em protesto até a Praça do Comércio.

Ainda em 1991, bailarinos protestaram em frente ao Palácio de Belém contra o desnível salarial da cultura e professores organizaram uma greve no mês de março. No mês de dezembro, realizaram, com greve de fome, um protesto no Ministério da Educação. No entanto, tanto as manifestações quanto as greves diminuíram no início da década de 90. Segundo os indicadores do Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e Segurança Social (MESS) de 1991, os trabalhadores portugueses encontravam-se mais satisfeitos com a natureza das respetivas situações laborais. Em outubro desse ano, o PSD venceu as eleições e Cavaco Silva foi mantido como Primeiro-Ministro.

Em 1992 iniciou-se uma onda de protestos de estudantes que percorreu grande parte da década de 90, desenquadrada de partidos políticos e associações, indicando o início de protestos

[50] Em 1991, a Europália, um grande festival cultural realizado na Bélgica, teve como país-tema Portugal. Esse evento permitiu apresentar ao estrangeiro as manifestações mais significativas da cultura portuguesa por meio de espetáculos de teatro, cinema, dança, música, lançamento de livros, entre outras ações, reafirmando a significância do país no cenário europeu.

não vinculados a instituições. A discussão do possível aumento das propinas das universidades levou às ruas estudantes revoltosos. O aumento que se discutia consolidou-se pela Lei n° 20/92, publicada no dia 14 de agosto de 1992, que estabeleceu normas relativas ao sistema de propinas. Antecedente à data da publicação da lei, estudantes organizaram greves que atingiram 90% de todo o país e se manifestaram em frente ao Ministério da Educação nos dias 14, 15 e 29 de fevereiro.



Figura 4.56 - Protesto de estudantes na Avenida 5 de Outubro em 1992.
Fonte: "Estudantes protestam contra o aumento das propinas", 26/02/1992 Arquivo RTP

O dia 24 de março, Dia Nacional do Estudante, foi marcado por protestos, quando mais de 15 mil saíram às ruas em diversas cidades do país. Lisboa ganhou destaque, onde as manifestações provocaram grandes engarrafamentos nas artérias principais da capital. Nos dias 2 e 15 de maio e no dia 18 de novembro, com a lei já publicada, reuniram-se na Assembleia da República mais de 10 mil estudantes de todo o país em um grande protesto que ganhou notável destaque na altura. As manifestações estudantis expõem o desenvolvimento da capacidade comunitária de refletir e reforçar a sua identidade como cidadãos, não querendo ser atores

passivos do local onde habitam. Nessa perspetiva, passando pela compreensão do quadro político-social, pode-se perceber que a concentração dos jovens nos espaços urbanos funcionou como elemento catalisador da reafirmação de uma identidade da cidade nesse período em que a organização espacial tornou-se um produto das relações sociais, influenciando a maneira como as pessoas iriam se relacionar.

O primeiro trimestre de 1992 registou considerável aumento nos conflitos laborais, apresentando um período tumultuoso notificado pela estatística sobre o movimento grevista.



Figura 4.57 -. Greve dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa. Praça Marquês de Pombal.
Fonte: "Greves voltam ao Metro ", Expresso, p. A4, 11/04/1992. Arquivo Microfilme BNP.

Ganhou destaque uma expressiva manifestação de protesto urbano realizada no dia 4 de julho, que uniu os sindicatos bancários do Sul e ilhas, os professores da Grande Lisboa, os metalúrgicos, os trabalhadores da função pública e polícias, quando saíram em marcha desde a Praça dos Restauradores até a Praça do Comércio, como mostra a reportagem *Luta de polícias está para durar*, publicada pelo jornal *Expresso* no dia 6 de junho de 1992.

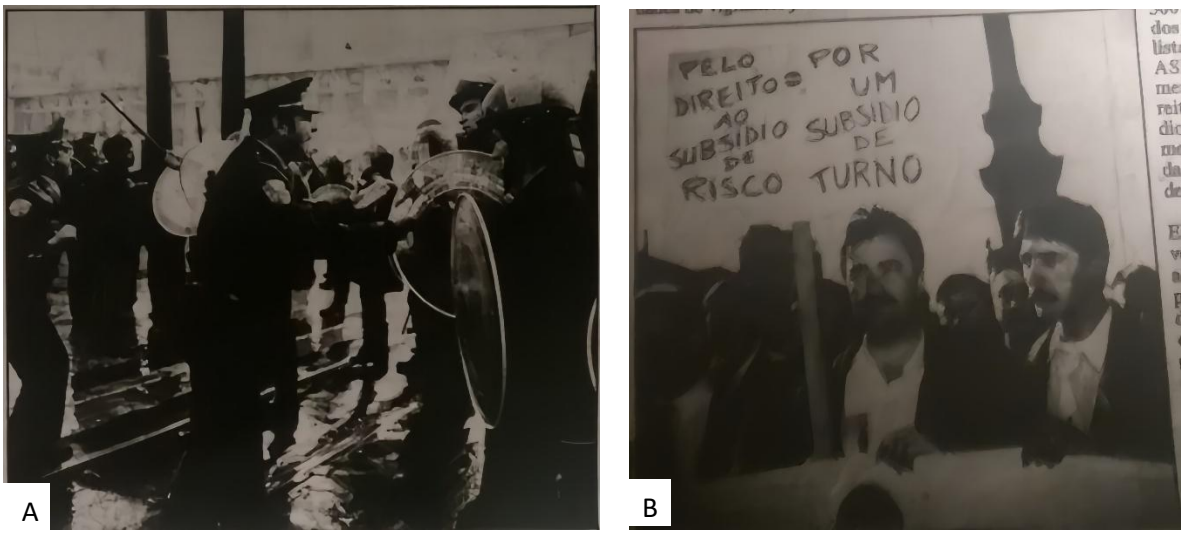


Figura 4.58 - A)" Protesto da polícia na Praça do Comércio. B) Protesto da polícia na Praça dos Restauradores. Fonte: A) "Polícias radicalizam "formas de luta", Expresso, p.12 09/05/1992. Arquivo Microfilme BNP. B) "Luta de polícias está para durar Expresso", p.A19 06/06/1992, Arquivo Microfilme BNP.

No ano de 1993, os protestos estudantis continuaram intensos, quando duas manifestações urbanas ganharam destaque. Na primeira, realizada no dia 26 de março, os estudantes marcharam em protesto, saindo da Alameda da Universidade até o Ministério da Educação, na Avenida 5 de Outubro. E na segunda, sucedida no dia 7 de dezembro, após um período de greve, reuniram-se no Parlamento os alunos do secundário e do ensino superior em protesto contra a reforma e as provas globais e as propinas.

No mesmo ano, a Praça do Comércio foi ocupada por diversas manifestações de protesto, tendo destaque: as manifestações de caçadores contra a lei da caça, nos meses de março e outubro; da PSP no mês de abril e o protesto de taxistas no mês de novembro. Devido à onda de expulsões de agentes policiais, a PSP, em 20 de maio, marchou em protesto entre a Praça do Rossio e a Assembleia da República, contestando os processos disciplinares impostos na corporação.

As comemorações do 1° de Maio continuam divididas entre as centrais sindicais em 1993. A UGT já utilizava o Jardim da Torre de Belém como palco das manifestações da data, e a CGTP-IN continuou elegendo a Alameda Dom Afonso Henriques como palco do Dia Internacional do Trabalhador. As mudanças feitas pela UGT relativas às escolhas dos espaços públicos para as comemorações do 1° de Maio indica, *a priori*, ausência de simbologia dos espaços e espaços de representação não vinculados ao grupo sindical. Até aquela data, a UGT não havia organizado manifestações de protestos urbanos não criando, assim, vínculos por intermédio da memória coletiva e não enraizando simbologias espaciais.



Figura 4.59 -.1º de maio: UGT ocupa o Jardim da Torre de Belém e a CGTP-IN, a Avenida Almirante Reis
Fonte: "1° de Maio: todos contra Cavaco". Expresso, p. A10, 08/05/1993. Arquivo Microfilme BNP.

No entanto, no dia 21 de janeiro de 1994 a central sindical (UGT) organizou sua primeira manifestação de rua realizada na Praça de Londres, como reportado pelo jornal *Expresso* em *UGT concretiza manifestação proibida*, publicado no dia 22 de janeiro de 1994.



Figura 4.60. Primeira manifestação registada na Praça de Londres. Protesto UGT
Fonte: - "UGT concretiza manifestação proibida". Expresso, p. 1, 22/01/1994. Arquivo Microfilme BNP.

Ainda em 1994, as comemorações dos 20 anos da Revolução dos Cravos foram realizadas com desfile na Avenida da Liberdade, terminando em um grande comício no Terreiro do Paço, onde o então Presidente da República, Mário Soares (PS), discursou para a multidão presente no local. Os estudantes continuaram indo às ruas protestar, mas perderam forças, como relatado na reportagem *[...] Menos protestos estudantis* do jornal *Expresso* do dia 14 de maio de 1994.

Devido ao aumento de 50% na taxa das portagens, desencadeou-se um longo protesto de "buzinão" que iria durar por vários meses. Esse aumento fez com que os camionistas bloqueassem o acesso à Ponte 25 de Abril, no dia 24 de junho de 1994, levando o governo a recuar e negociar o aumento. Esse protesto foi de carácter apartidário e sem envolvimento dos sindicatos. Foi caracterizado como uma manifestação espontânea da população, indicando um início de mudança social, quando os sindicatos e partidos políticos começaram a perder credibilidade, como já indicava a reportagem *SINDICATOS: A unidade falhada* publicada no jornal *Expresso* dia 27 de junho de 1992. Por um lado, o estímulo ao individualismo e ao consumismo começou a resultar redução da ação coletiva, inibindo a tradição de luta dos movimentos dos trabalhadores. Por outro, o surgimento dos escândalos de corrupção dentro das centrais sindicais - como as acusações contra a UGT do recebimento indevido de 400 mil Escudos em 1988 e 1989 e as buscas realizadas na CGTP-IN pelo Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) em 1995 - começou a estimular a falta de confiança da população.

Após a tentativa frustrada de implementação da Lei n° 20/92 por três ministros, esta foi suspensa em 1995, dando fim ao intenso período de luta dos estudantes contra o aumento das propinas. Os socialistas ganharam as eleições e António Guterres (PS) tornou-se o Primeiro-Ministro de Portugal. As greves, que haviam sido diminuídas no ano anterior, ampliaram-se consideravelmente, havendo um aumento de 1% na taxa vigente do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), fazendo com que os preços de consumo aumentassem. No entanto, apesar das constantes greves, o ano de 1995 não apresentou numerosas manifestações de protestos nos espaços públicos. Nesse período, destacaram-se: a manifestação contra o racismo, no mês de junho; o protesto dos agricultores realizado no mês de novembro, ambas na Praça do Comércio; e o protesto da função pública, em novembro, no Centro Cultural Belém. É relevante ressaltar que nesse ano a comunidade homossexual portuguesa reuniu-se publicamente pela primeira vez para comemorar o Dia do Orgulho *Gay*, embora não tenha sido uma manifestação de rua.

Em janeiro de 1996, Portugal, pela primeira vez desde a revolução, teve uma presidência e um governo do mesmo partido político (PS), com a vitória de Jorge Sampaio nas eleições presidenciais. O ano foi marcado por diversos protestos. De acordo com a reportagem

Economia de mal a pior, publicada pelo jornal *Expresso* no dia 12 de janeiro de 1996, a população saiu às ruas e desfilou na Praça Marquês de Pombal, apelando pela estabilidade do emprego. E em meados de abril, Guterres enfrentou o primeiro protesto sindical realizado na casa oficial do Primeiro-Ministro, organizado pelos Sindicatos da Administração Pública (CGTP-IN). Devido às negociações em torno da Lei n° 21/96, a qual determinava a alteração do critério de medida de trabalho, no dia 16 de maio ocorreram protestos no Parlamento contra as determinações do horário semanal de trabalho.

De acordo com Eric N. Baklanoff (1996), em fevereiro de 1996 o novo governo socialista aprovou um ambicioso programa de privatizações entre os anos de 1996 e 1997, em que 22 empresas públicas seriam postas à venda a investidores. A CGTP-IN organizou uma manifestação de protesto urbano contra as privatizações das empresas do setor público, concentrada no Jardim São Pedro de Alcântara, e saiu em marcha até a Assembleia da República. Esse protesto revela a primeira ocupação do jardim para fins de protesto, que se repetiu no final do mês de outubro do mesmo ano, numa manifestação urbana contra o desemprego, promovida pela mesma central sindical. No mesmo ano, a Frente Comum dos Sindicatos (Organização de Trabalhadores da Administração Pública) desfilou entre Praça Marquês de Pombal e a Assembleia da República contra a proposta do governo de aumento salarial. A essa altura a Praça Marquês de Pombal já indicava a sua consolidação como ponto de partida de grande parte dos protestos em marcha.



Figura 4.61 - Protesto saindo da Praça Marquês de Pombal em direção à Assembleia da República.
Fonte: "Semana em Revista", Expresso, p. 15, 07/12/1996. Arquivo Microfilme BNP.

Em 1997, os estudantes voltaram às ruas devido à publicação da Lei n°113/97 - Lei Base do Sistema de Financiamento Público -, que determinou um valor fixado ao pagamento de propinas de acordo com o salário mínimo nacional vigente dos anos letivos. Diante disso, os estudantes organizaram diversas manifestações de protestos, tendo destaque as ocorridas no Ministério da Educação (ME) e no Parlamento da República durante o mês de maio. Em 9 de novembro de 1997 estudantes de Coimbra se concentraram em frente ao ME e desfilaram pela Avenida da República, adentrando pelo túnel desta.



Figura 4.62 – Protesto de estudantes contra propinas. Tùnel Avenida da República.
Fonte: "Coimbra segura luta antipropinas". Expresso, p. 10, 22/11/1997. Arquivo Microfilme BNP.

No mesmo ano de 1997, bombeiros protestaram contra a Rádio e Televisão de Portugal (RTP). É curioso observar que, nesse protesto, como relatado no artigo jornalístico do Expresso, "Uma reportagem incendiária", do dia 7 de julho de 1997, os manifestantes concentraram-se na Alameda da Cidade Universitária e seguiram em marcha passando pela RTP, localizada na Avenida 5 de Outubro, e seguiram até a Praça Marquês de Pombal, onde o protesto foi encerrado.

De acordo com Gustavo Cardoso (2007, p. 188), os anos de 1998[51] e 1999 foram assinalados pela generalização da Internet a extensas parcelas da população. Já no ano 1997 o

[51] O ano de 1998 foi marcado pelo "Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social" e pela "Expo98", evento internacional que atraiu cerca de 11 milhões de visitantes à cidade e contribuiu para a reorientação da paisagem física e arquitetónica de Lisboa.

Ministério da Cultura, liderado por Manuel Maria Carrilho, lançou um projeto que visava oferecer a milhares de cidadãos de língua portuguesa uma hospedagem de páginas gratuitas dentro da *World Wide Web* (WWW), criando ampla comunidade virtual - aproximadamente 26 mil páginas (Cardoso, 2007, p. 422). Devido a denúncias relativas a conteúdos pornográficos em 1998, o portal foi encerrado em julho. Diante desse fato, foi organizado um protesto *online* de carácter mediático contra a censura, organizado por *hackers* e alguns jornalistas, que ganhou destaque nos medias tradicionais - rádio, jornais, televisão - e adquiriu dimensão internacional: "o espaço de combate entre organizadores de protesto e Ministro é os media tradicional" (Cardoso, 2007, p. 426).

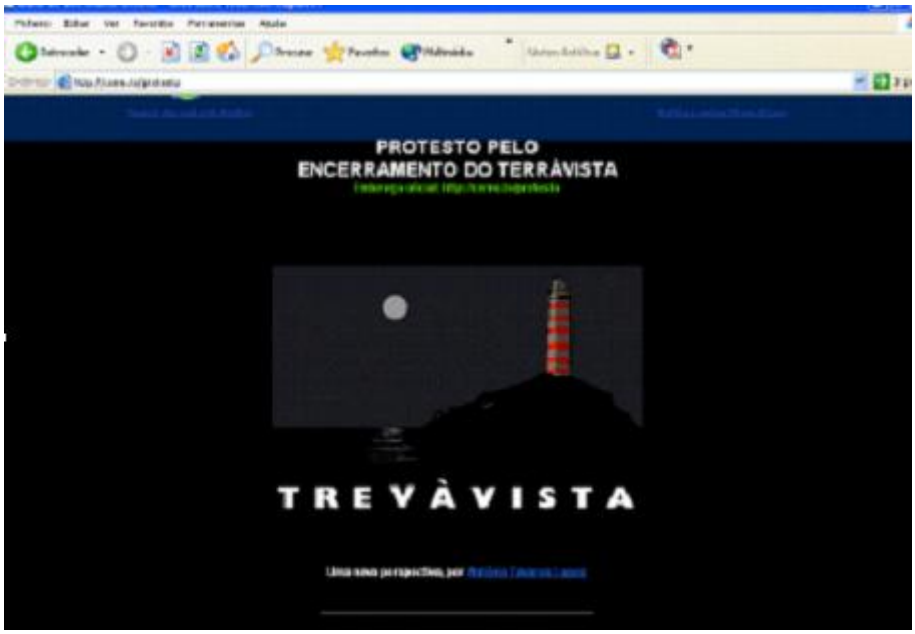


Figura 4.63 - Imagem do protesto *online* Terraàvista.
Fonte: Mídia na sociedade em rede – Cardoso (2007, p. 423).

Nessa circunstância, no dia 7 de agosto de 1998 foi criada a Associação Terràvista a fim de gerir o projeto que duraria até fevereiro de 2000. Isso evidenciou um início de mudança no comportamento social e o princípio da expansão da esfera pública política, em consequência ao acesso à Internet, que mais tarde se expandiu até os espaços públicos. Assim, surgiu a possibilidade de interação por intermédio da rede mundial de computadores em Portugal ao criar um novo espaço de discussão e debate público. A mudança de comportamento social em face da nova era da globalização e dos novos atores e das novas formas de ocupação dos espaços públicos, por meio de manifestações urbanas, já era observada no final da década de 90.

No dia 23 de janeiro de 1999, centenas de jovens se concentraram na Praça Marquês de Pombal e desceram a Avenida da Liberdade para reclamar a rua em um ato lúdico de festejo, com malabares em monociclos, danças e cantos. O folheto de divulgação da manifestação dizia: "Festa de rua, dia 23, 14h30, Marquês de Pombal. Traz brinquedos, gingas, cenas, festa, bebida, comida, monstros, amigos, *gentlemans*/*ladies*, música, *skates* e reclamem a rua porque ela é tua!!!!!!" (Expresso, 30/01/1999, p. 10 e 11)



Figura 4.64 - Folheto divulgação da manifestação lúdica.
Fonte: "Gente alegre e boa onda". Expresso, p. 10 e 11 – 30/01/1999 – Arquivo BNP.

De acordo com a reportagem do jornal *Expresso, Gente alegre e boa onda*, publicada no dia 30 de janeiro de 1999, o desejo dos jovens de ocupar a rua foi influenciado e inspirado no grupo britânico *Reclaim The Streets* (RTS), que organizava, desde 1991, festas de rua carnavalescas nas principais artérias de cidades como Londres, Manchester e Oxford. À semelhança dos manifestantes lisboetas, o grupo reivindicava a estrada de volta para os peões e objetivava recuperar o espaço urbano sem pedir autorização, justificando que o carro é uma força de controle e domínio social. Os jovens lisboetas, entre eles vários artistas, alegaram que "a rua é um espaço nobre da manifestação e do descontentamento e das vocações artísticas, é sinal de que há gente viva" (Expresso, 30/01/1999, p. 10 e 11). Nessa manifestação de protesto, o ponto de partida da marcha se deu na Praça Marquês de Pombal, passando pela Avenida da Liberdade, Praça do Rossio, indo até a Praça do Comércio e retornando pela Praça da Figueira e sendo dispersa na Rua Portas de Santo Antão. Devido ao fato de a manifestação ter sido

realizada sem autorização, a polícia repreendeu e agrediu violentamente os jovens manifestantes, havendo confrontos na Avenida da Liberdade, na Praça dos Restauradores, na Praça do Rossio e na Praça do Comércio.

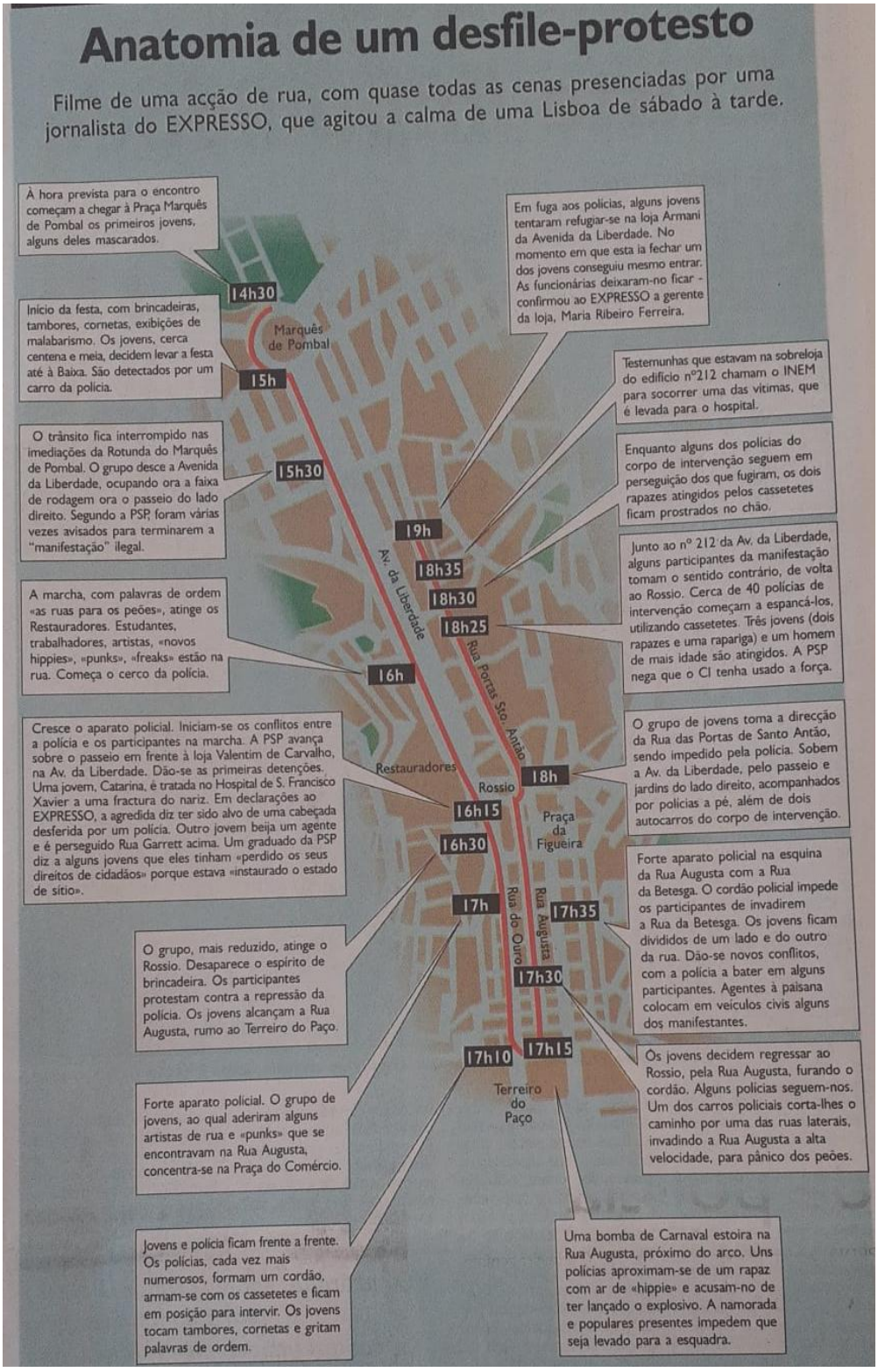


Figura 4.65 - Percurso e acontecimentos do desfile do protesto lúdico.
Fonte: "Gente alegre e boa onda". Expresso, p. 10 e 11 – 30/01/1999 – Arquivo BNP.

Infere-se que a cidade, entendida como local de realização e experimentação, possibilita que se perceba a apropriação do espaço público no sentido de propagação de carácter estético e subjetivo, em que a produção estética diz respeito a meios de sensibilidade criadoras e o subjetivo à constante reconstrução de modos de vida. As subversões que representam esse tipo de manifestação compreendem meios de produção coletiva de sentido, em que é observado o anseio de parte da comunidade em transformar a cidade de forma espontânea, sem qualquer tipo de influência político-partidária.

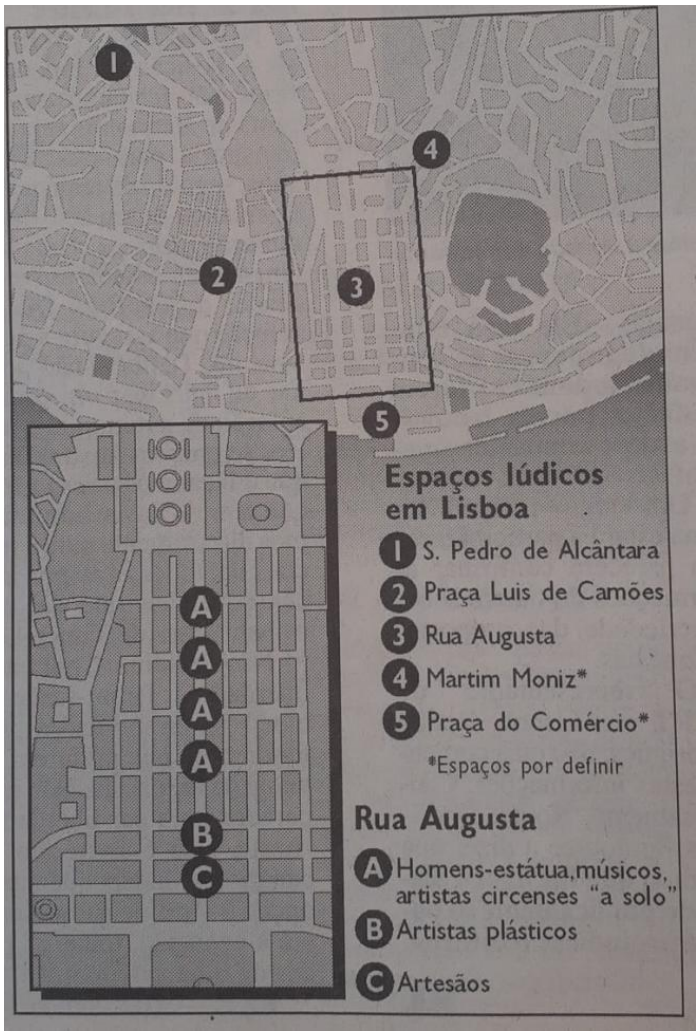


Figura 4.66 - Percurso e acontecimentos do desfile do protesto lúdico.
Fonte: "Gente alegre e boa onda". Expresso, p. 10 e 11 – 30/01/1999 – Arquivo BNP.

Percebe-se, diante do exposto que, apesar da execução de novos projetos de requalificação urbana realizados na cidade - como o projeto da Expo'98[52] na parte oriente da cidade - que

[52] A Expo'98, Exposição Mundial de 1998 que teve lugar em Lisboa, foi centralmente uma operação de reconversão urbana. O evento propriamente dito ocorreu entre 22 de maio e 30 de setembro. Desde o início, o evento foi entendido como uma oportunidade para a requalificação de uma vasta área degradada, na zona

correspondem às necessidades de uma sociedade mais contemporânea[53], os jovens escolheram o centro histórico para a realização do protesto de carácter inédito na cidade. Isso demonstra que as apropriações coletivas dos espaços em protestos urbanos são realizadas para além das questões de referências de conforto urbano, visuais, institucionais e comerciais. As qualidades dos espaços públicos contêm na sua projeção uma ambiência própria que é reconstruída pelas vivências que neles se reproduzem, onde, pelo espaço construído, os grupos podem se identificar e apropriar-se, ou não, de acordo com os significados construídos acerca destes.

Naquele mesmo ano ocorreu o primeiro protesto urbano registado a favor da união homoafetiva em frente à Assembleia da República, de acordo com a reportagem do jornal *Expresso*, *Homossexuais excluídos*, publicada no dia 6 de março de 1999. No dia 28 de janeiro, decorreu uma manifestação da associação de ambientalistas, no Parlamento, contra crimes cometidos em reservas de caça. No dia 17 de março, tanto da Federação Portuguesa de Caça quanto da Comissão de apoio à Lei de proteção dos animais retornou ao mesmo espaço público em protesto contra a lei à proteção, como registado na *Semana em Revista* do jornal *Expresso* do dia 20 de março de 1999.



Figura 4.67. Primeiro protesto urbano registado do movimento LGBTQIA+. Assembleia da República
Fonte: - "Homossexuais excluídos". Expresso, p. 8, 06/03/1999. Arquivo BNP.

oriental da cidade. O evento propiciou uma regeneração do território e "abriu" a cidade para o rio Tejo na parte oriente de Lisboa (Figueira, 2010).

[53] Correspondente aos novos parâmetros urbanísticos de atratividade da cidade, como a mobilidade e a acessibilidade – a partir da diversificação de transportes públicos e ciclovias -, a diversificação de usos - áreas comerciais e residenciais -, a implementação de áreas verdes e espaços de lazer e descanso e a apresentação de arquiteturas imponentes e singulares.

Entre greves e manifestações de professores e estudantes, 2000, o último ano do século XX, foi assinalado pelo primeiro desfile urbano da comunidade homossexual. No dia 27 de junho, manifestantes se reuniram em frente ao Parlamento em protesto, reivindicando a igualdade de direitos. E no dia seguinte caminharam na primeira marcha do orgulho *gay*, entre o Príncipe Real e a Praça do Rossio. Imigrantes africanos e do Leste Europeu marcharam em protesto, reivindicando, também, a igualdade de direitos, entre a Praça Martim Moniz[54] e a Praça do Comércio. Na virada do século, 2001, o último ano do terceiro ciclo assinalado neste estudo, os protestos no Parlamento ganharam destaque ao longo de todo o ano.

Mesmo com a pluralidade, com a multiplicidade de identidades e realidades, é possível abstrair uma identidade urbana em larga escala ou de uma condição urbana encontrada nas práticas de cidadania desenvolvidas nos espaços públicos escolhidos sistematicamente como palco de manifestações de protesto. O reconhecimento do espaço como um produto de inter-relações pode ser interpretado como o lugar da diversidade - no sentido da pluralidade contemporânea -, como esfera da coexistência e da heterogeneidade -, na qual distintas trajetórias coexistem (Massey, 2008, p. 29). Nesse período as características dos protestos começaram a se modificar, tanto em suas pautas de lutas, como de comportamento dentro dos espaços públicos da capital portuguesa.

4.5.7 As manifestações de protesto no ciclo da tecnologia da informação e comunicação (2002 -)

A introdução do meio digital e a consequente sociedade da informação e do conhecimento, fizeram com que os governos criassem meios de organização em redes para a participação pública.

> A Sociedade da Informação está baseada nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que envolvem a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios electrónicos, como a rádio, a televisão, o telefone e os computadores e redes, entre outros. Essas tecnologias não transformam a sociedade por si só, mas são utilizadas pelas pessoas nos seus contextos sociais, económicos e políticos, criando pela adopção de novas práticas, novas realidades (Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação - APDSI, 2009, p. 9).

[54] É importante ressaltar que a Praça Martim Moniz é localizada no bairro da Mouraria, região historicamente habitada por imigrantes e com alto índice de miscigenação.

De acordo com o estudo *Modelo de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento da Associação* (2009) publicado pela Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI), as fronteiras digitais estabeleceram uma nova preocupação e determinaram-se como uma parte essencial da sobrevivência do Estado e da sua soberania, fazendo surgir a *e-governação*[55]*,* e dentro dela a *e-participação*. Esses recursos digitais possibilitaram codificar dados e informação numa base comum, facilitando a troca e a interação. A revolução tecnológica, juntamente com o meio digital, apresenta novas práticas de comunicação e usos da Internet com impactos inimagináveis até o final do século XX e início do século XXI. Citam-se como exemplos: a mobilização em rede da campanha presidencial dos Estados Unidos da América de 2008, com o *slogan* "*Yes We Can*" ou como os protestos da Primavera Árabe de 2010, mobilizados e fortalecidos nas redes sociais.

Em 2002, o XV Governo Constitucional de Portugal estabeleceu a Estratégia de Lisboa, apostando no Governo Eletrónico, que deu início a um plano de ação, com o objetivo de reformular a organização do Estado e delinear novos vínculos entre este e os cidadãos, proporcionando vantagens à sociedade de informação na Administração Pública.

> Para a Comissão Europeia, as TICs podem ajudar a Administração Pública a superar diversos desafios, embora, a ênfase não deva ser dada a estas, mas antes, à sua utilização combinada com mudanças organizacionais e à aquisição de novas competências, que melhorem os serviços públicos, os processos democráticos e as políticas públicas (Mateus, 2008, p. 3).

O ciclo da tecnologia da informação e comunicação, por nós identificado neste estudo, teve início quando o XV Governo Constitucional, chefiado por José Manuel Durão Barroso (PSD), lançou o programa Governo Eletrónico por meio do estabelecimento da Estratégia de Lisboa, definido no seu programa de governo, cuja posse foi no dia 6 de abril de 2002. Na ocasião, a Unidade de Missão para a Inovação e o Conhecimento (UMIC), posteriormente Agência para a Sociedade do Conhecimento (www.umic.pt), surgiu com o objetivo de definir uma estratégia de avanço da sociedade de informação e Governo Eletrónico em Portugal (Mateus, 2008, p. 10).

[55] O prefixo "e" é uma abreviação de "eletrônico"." Em especial, o *e-government* (governo eletrônico) é um facilitador de tempos e um indutor de respostas das organizações. Pelo papel de liderança e regulação que lhe está associado pode induzir práticas de base digital e fomentar o acesso e disponibilidade de informação agregada sobre o mercado tão correta e imediata quanto as organizações envolvidas assim cumpram os requisitos de reporte e qualidade de informação" (APDSI, 2009, p. 7).

Portanto, considera-se o início do novo ciclo a partir de 2002, quando foi lançado o plano do Governo Eletrónico em Portugal. Posto isso, a presente discussão é estruturada até 2014, quando Portugal, de 2011 em diante, acompanhou as manifestações de protesto globais, organizados por meio dos medias digitais, e Lisboa se tornou o principal palco de grandes manifestações urbanas de indignação, com manifestações como a "Geração à Rasca" (2011) e a "Que se Lixe a *Troika*" (2013).

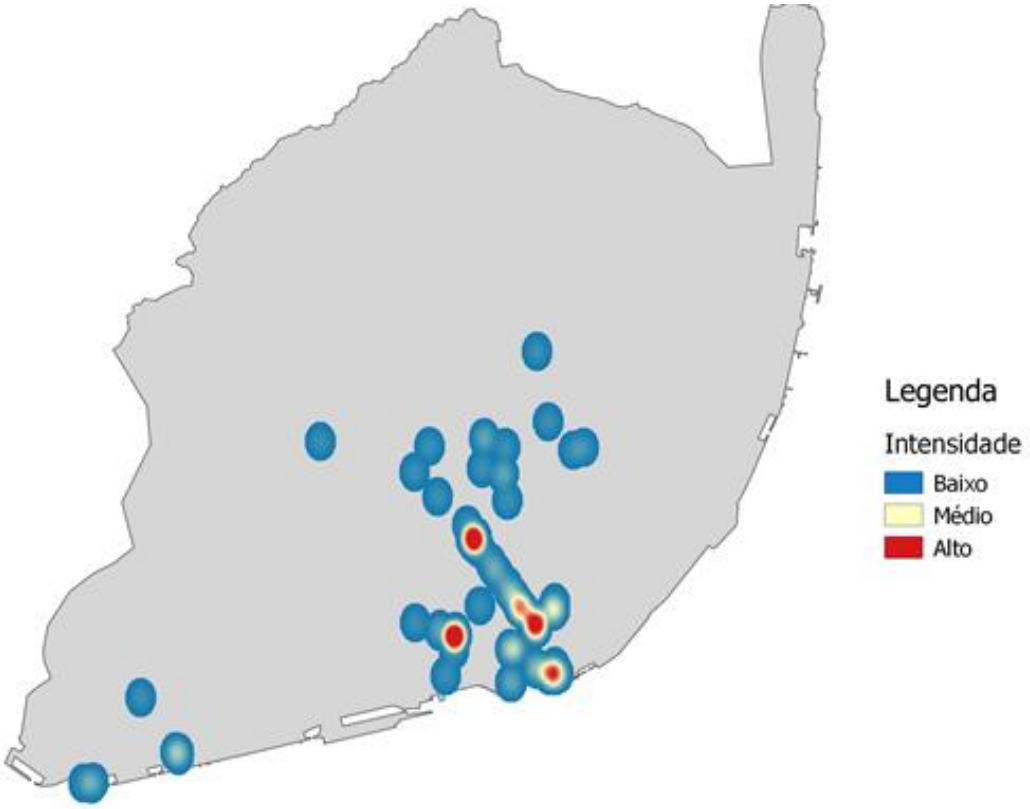


Figura 4.68 - Ocupação dos espaços públicos: protestos no ciclo da tecnologia da informação e comunicação.
Fonte: elaborada pela autora.

As ocupações dos espaços públicos lisboetas no último período de análise revelam uma confirmação do Eixo Praça Marquês de Pombal - Praça do Rossio como espaço público preferencial para a realização das manifestações de protesto na capital portuguesa, dentro da análise dos espaços públicos ausentes de edificações institucionais.

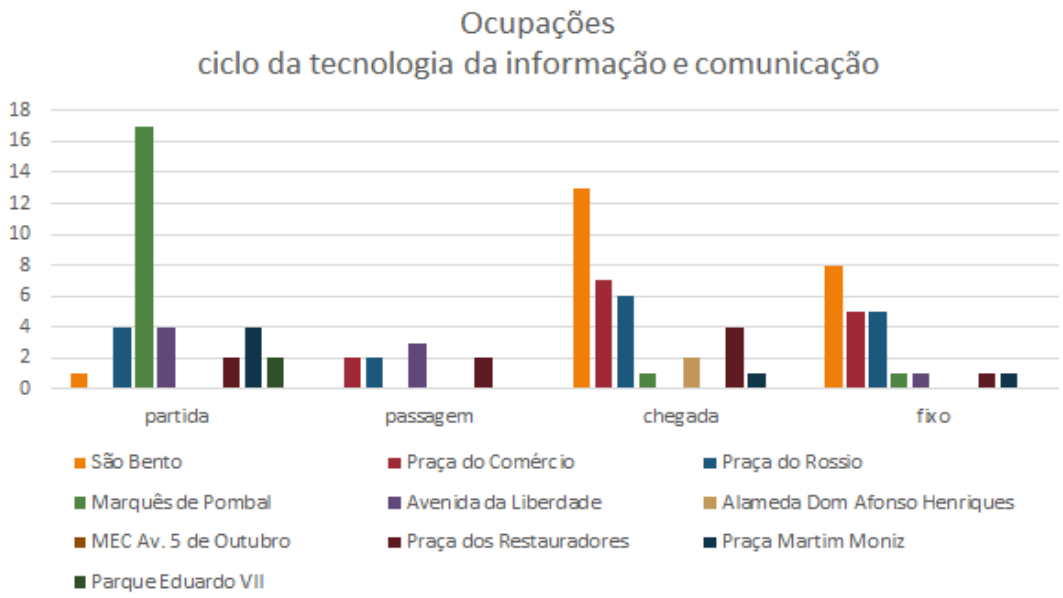


Figura 4.69 - Ocupações segmentadas nos espaços públicos no ciclo da tecnologia da informação e comunicação. Fonte: elaborada pela autora.

Ao observar as ocupações de forma segmentada, como mostra o gráfico da Figura 3.71, apurou-se, mais uma vez, a predominância notável da Praça Marquês de Pombal como lugar de início das marchas, tendo o São Bento, a Praça do Comércio e a Praça do Rossio como ponto final dos percursos, em sua maioria. Isso significa que, sendo o principal ponto inicial a Praça Marquês de Pombal e a Praça do Comércio e do Rossio se destacando como pontos finais, as marchas, em sua maioria, passam no eixo referido. A Praça do Rossio também se sobressai como espaço público eleito para realização de manifestações sem marcha.

4.5.8 Narrativa dos protestos nos espaços públicos no ciclo da tecnologia da informação e comunicação

O ano de transição do governo de Durão Barroso foi marcado por diversos e intensos protestos. No dia 9 de março, imigrantes voltaram a desfilar em protesto entre a Praça Martim Moniz e a Praça do Comércio, reivindicando a autorização de residência. E no dia 7 de junho, a frente comum elegeu o mesmo percurso urbano para protestar na jornada de luta dos sindicatos. Menciona-se também, o Arraial *Pride* desse ano, organizado pela própria Câmara, que foi realizado pela primeira vez no jardim da Torre de Belém. Entre diferentes protestos ocorridos no Parlamento ao longo do ano, a manifestação estudantil ocorrida no dia 12 de dezembro

ganhou proeminência quando estudantes em marcha formaram um cordão humano no percurso que saiu da Praça Marquês de Pombal e terminou na Assembleia da República, para manifestar a insatisfação relativa à precariedade das instalações universitárias.



Figura 4.70 - Protesto de estudantes. Rua Braamcamp e Escola de Direito UL
Fonte: "SEMANA". Expresso, p. 2, 14/12/2002 e p. 2 16/11/2002. Arquivo BNP.

No final do ano, no dia 30 de novembro, 10 dias antes da realização da greve geral de 2002, cerca de 30 mil pessoas desfilaram em protesto entre a Praça do Saldanha e a Praça dos Restauradores contra as alterações do pacote laboral proposto pelo então chefe de Governo, Durão Barroso.



Figura 4.71 – Protesto contra as alterações do pacote laboral proposto por Durão Barroso.
Fonte: "Uma guerra à vista". Expresso, p. 3, 01/11/2002. Arquivo BNP.

Nessa continuação, no ano de 2003 o percurso do Eixo Praça Marquês de Pombal e Praça do Comércio se evidenciou entre as escolhas de manifestações de protesto urbano, tendo relevância: a manifestação dos policiais entre a Avenida da Liberdade e a Praça do Comércio, do dia 12 de fevereiro; o protesto contra a guerra do Iraque, realizada entre a Praça Marquês de Pombal e Praça do Rossio; o desfile do primeiro Fórum Social Português, sucedido entre a praça Marquês de Pombal e Praça dos Restauradores[56]; e a manifestação de associações de moradores e comissões de trabalhadores, consumada na Praça do Rossio.



Figura 4.72 - Desfile do primeiro Fórum Social Português. Avenida da Liberdade
Fonte: "Fórum Social partidarizado". Expresso, p. 14, 14/06/2003. Arquivo BNP.

Observa-se que, no percurso entre a Praça Marquês de Pombal e a Praça do Rossio, não há qualquer edificação governamental ou institucional que revele um espaço de poder explícito. Isso indica que a escolha do percurso para fins de manifestações de protesto não está diretamente ligada a um simbolismo evidente, e sim à construção simbólica coletiva, que tem raízes históricas.

[56] Por desentendimento entre grupos participantes, parte dos manifestantes elege a Praça Martim Moniz para finalizar o percurso da manifestação.

De acordo com a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM)[57], em 2004 o telemóvel estava à disposição para 94,8% dos portugueses. Surgiu então a primeira manifestação organizada por meio de *short message service* (SMS) por telemóvel em Portugal. O protesto contra a ocupação do Iraque e o terrorismo, apoiado por mais de 100 entidades, desfilou entre o Largo de Camões e a Praça do Município.



Manifestações por telemóvel

AS MANIFESTAÇÕES desta tarde, em Lisboa e no Porto, de protesto contra a ocupação do Iraque e o terrorismo foram convocadas por telemóvel, através de uma corrente de mensagens de texto (SMS). Uma inovação, experimentada, com êxito, há oito dias em Espanha, nas manifestações junto às sedes do PP.

Apoiadas por mais de cem organizações, entre partidos, sindicatos, grupos ecologistas e alterglobalistas, as manifestações de hoje contam com a presença dos principais dirigentes do PCP e BE. Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo, Bernardino Soares, Francisco Louçã e Miguel Portas participam no desfile entre a Praça Camões e a Praça do Município, com início às 15h30. Menos empenhada é a posição da Juventude Socialista. Jamila Madeira promete «**passar pela manifestação**» de Lisboa, mas é visível alguma incomodidade da JS, que se demarcou do texto de apelo às manifestações, o qual critica a «**participação de um português no governo da ocupação**» do Iraque. Uma referência ao socialista José Lamego.

Sem estrelas

Quanto ao PS, o partido não integra as organizações que apoiam o «**fim da invasão**» e o regresso da GNR do Iraque. Mesmo figuras da ala esquerda do partido, como Ana Gomes e Pedro Adão e Silva, indicaram motivos de agenda para não comparecer. Ausentes estarão também Mário Soares, Freitas do Amaral e António Guterres, que no ano passado se empenharam nos protestos.

Domingos Lopes, elemento da organização das manifestações de hoje pela paz, admite como «**natural que não venha tanta gente como há um ano, quando a vontade de evitar a guerra**» mobilizou 10 milhões de pessoas em todo o mundo e muitos milhares em Portugal. Espera, contudo, o efeito dos atentados de Madrid no «**avivar de consciências**».

De Espanha veio também a ideia de usar SMS para divulgar o apelo às manifestações. Nesta quarta-feira, vários «blogs» portugueses começaram a apelar ao envio de SMS, sugerindo: «**Vamos criar uma corrente na blogosfera, convoca todos os teus amigos e conhecidos**». Das várias mensagens sugeridas, algumas inspiram-se na situação espanhola. «**Terrorismo e guerra, Basta Ya**» ou «**Faltam 200 na nossa manif**» (invocando os mortos nos atentados de Madrid, no «blog» Grão de Areia, do grupo alterglobalista ATTAC).

Faz hoje oito dias que diversas organizações da esquerda espanhola difundiram, via telemóvel e com a ajuda de «blogs» na internet, o apelo ao protesto contra o Governo espanhol, pela ocultação de provas que indiciavam a responsabilidade da Al-Qaeda nos atentados de Madrid. Segundo o jornal «El País», terá sido a primeira vez que manifestações foram convocadas por essa via. A maior juntou cinco mil pessoas.

M.A.M.

Pintasilgo e Soares há um ano: desta vez, as estrelas ficam em casa

Figura 4.73 - Notícia sobre a primeira manifestação organizada por telemóvel em Portugal.
Fonte: "Manifestação por telemóvel". Expresso 20/03/2004, p.10. Arquivo BNP.

Manifestantes organizaram novamente um protesto também em 2004 por meio de SMS, reunindo-se em frente ao Palácio de Belém no dia 28 de junho contra Pedro Santana Lopes, que veio a ser o Primeiro-Ministro no dia 17 de julho de 2004[58], segundo o artigo do jornal *Expresso*, *Políticos na sombra* no dia 3 de julho de 2004.

As primeiras organizações de protestos em Portugal por meio de dispositivos tecnológicos marcaram o início de ideias e planejamentos de protestos os quais demonstraram a capacidade de rápida divulgação, sem precisar dos mecanismos mediáticos de massa, facilitando a coordenação de atividades com numerosos pontos de conexão. Esse fato mostra que a evolução dos meios de comunicação e a capacidade de uma cidade e de uma sociedade se informar, divulgar informações e envolver em tempo real os seus cidadãos forneceu os meios para os processos de inovação e difusão das manifestações no espaço público, começando a redefinir a

[57] ANACOM, Estatísticas: Serviços de Comunicações Eletrónicas Móveis, Serviço Telefónico Móvel, 2º Trimestre 2006. Disponível em:.anacom.pt/template12.jsp?categoryId=200802.

[58] Em 2004 Durão Barroso demitiu-se do cargo de Primeiro-Ministro do XV Governo Constitucional, para assumir a presidência da Comissão Europeia. Pedro Santana Lopes, então vice-presidente do PSD e presidente da Câmara Municipal de Lisboa, foi indigitado para o governo, pela mão de Jorge Sampaio tomou posse como Primeiro-Ministro do XVI Governo Constitucional, em 17 de julho de 2004.

esfera pública. Esse é um ponto de extrema importância para se compreender a mudança das dinâmicas de protestos nos espaços públicos que se transformaram ao longo desse ciclo.

Passados poucos meses, dada a instabilidade governativa, com várias remodelações ministeriais e demissões em várias magistraturas da Administração Pública, Sampaio dissolveu a Assembleia da República, seguindo-se a demissão de Santana Lopes. Santana apresentou-se como candidato do PSD nas eleições legislativas de 2005, no entanto, foi José Sócrates quem saiu vencedor, conquistando a primeira maioria absoluta do PS. O governo expôs a revisão do Estatuto da Aposentação, que estabelecia o aumento gradual da idade de reforma dos funcionários públicos dos 60 para os 65 anos.

Devido a essa ocorrência, os Sindicatos da Função Pública ligados à CGTP-IN realizaram grande mobilização na Praça do Comércio para protestarem contra o aumento da idade da reforma no dia 23 de junho. No ano de 2005 também se destacaram: a manifestação do grupo extrema-direita Frente Nacional, realizada na Praça Martim Moniz, que protestou contra a falta de segurança; a passeata da família militar, que desfilou entre a Praça de Camões e o Parlamento pelos direitos de cidadania e dignificação da família militar; e o protesto nacional de professores e educadores que marcharam entre a Praça de Londres e o Ministério da Educação.



Figura 4.74 – Protesto nacional de professores e educadores.
Fonte: "Os dois lados da greve". Expresso, p. 16, 19/11/2005. Arquivo BNP.

O fato de a extrema-direita eleger o mesmo espaço público onde era realizado o início das marchas do 1º de Maio mostra que a escolha dos locais de protestos não é relacionada a grupos específicos dentro de espectros políticos, ou seja, independentemente da pauta dos protestos, o mesmo espaço público pode ser eleito por diferentes grupos.

No dia 20 de outubro de 2005, Aníbal Cavaco Silva candidatou-se à Presidência da República e no dia 9 de março de 2006 tomou posse como 18º Presidente da República Portuguesa. No ano de 2006, o primeiro protesto foi realizado pela função pública no mês de junho na Avenida da Liberdade. E no mês de outubro, trabalhadores do setor privado se juntaram aos protestos que levaram cerca de 100 mil pessoas às ruas contra o governo de José Sócrates, concentrando-se nas Praças de Saldanha e Restauradores, desfilando, ambas as manifestações, até a Assembleia da República. No mesmo mês, professores desfilaram em protesto entre a Praça Marquês de Pombal e a Praça do Rossio pedindo a demissão do Primeiro-Ministro.



Figuras 4.75 – Protesto do setor privado. Avenida da Liberdade.
Fonte:"Sócrates, escuta, vem aí mais luta". Expresso, p. 6, 07/10/2006, Arquivo BNP.

O ano de 2007[59] teve uma das maiores manifestações sindicalistas já realizadas na história de Portugal. No dia 18 de outubro, cerca de 200 mil pessoas saíram às ruas contra o governo de

[59] É importante destacar que o ano de 2007 foi marcado pelo lançamento do primeiro dispositivo mobile da *Apple*, o *Iphone*, que revolucionou as comunicações globais e, consequentemente, as mobilizações urbanas.

José Sócrates, tendo como tema "Por uma Europa Social, Emprego com Direitos". O protesto se concentrou no Metro dos Olivais seguindo pela Avenida de Berlim e finalizando no Parque das Nações, local escolhido para realizar a Cimeira Europeia, onde se encontravam representantes de 27 Estados-membros da União Europeia (UE). O Parque das Nações, inaugurado em 1998, não era um espaço público normalmente utilizado como palco de protesto, mas foi eleito devido a um acontecimento particular, no caso, a conferência da UE.

Esse fato indica a falta de simbologia espacial no sentido de "uma descendência comum, de uma história assumida em conjunto ou de um espaço com o qual o grupo assume elos (...)" (Claval, 2001, p. 179). Vê-se que os espaços públicos representativos da sociedade lisboeta não englobam os novos espaços públicos projetados nas cidades, apesar destes terem como objetivo orientar a configuração da forma urbana idealizada, ao tentar esboçar intenções específicas como: vivências, perceções e ações cotidianas, dentro de novos conceitos urbanísticos de mobilidade, espaços verdes e de atratividade.

O ano de 2008 foi assinalado pela maior crise financeira global desde 1929, juntamente com uma crise social devido ao alto índice de desemprego gerado em escala mundial. A integração entre as economias no contexto de um mundo globalizado fez com que as vulnerabilidades económicas não se estabelecessem somente no país onde a crise foi iniciada, difundindo-se no mercado mundial de diversas formas e diferentes dimensões estruturais.

Países como Grécia, Irlanda, Espanha e Portugal viram crescer a crise das dívidas soberanas, quando a fragmentação financeira da zona Euro colocou a economia portuguesa entre as mais vulneráveis. Os protestos começaram a ganhar mais adeptos, tendo destaque duas grandes manifestações que elegeram espaços públicos entre o Eixo Marquês de Pombal - Praça do Comércio como palco de protestos na capital portuguesa. A primeira ocorreu no dia 8 de março de 2008, quando cerca de 100 mil professores de todo o país se concentraram na Praça Marquês de Pombal e marcharam em protesto contra o governo de Sócrates até a Praça do Comércio. Foi uma das maiores manifestações já ocorridas, que ficou conhecida como "Marcha da Indignação", como informa a reportagem do jornal *Expresso* intitulada *Semana que passa*, do dia 8 de março de 2008. No dia 5 de junho, cerca de 200 mil pessoas desfilaram entre a Praça Marquês de Pombal e Praça dos Restauradores contra a proposta de revisão do Código de Trabalho.



Figura 4.76 – Manifestação CGTP junta cerca de 200 mil pessoas nas ruas. Praça dos Restauradores.
Fonte: "CGTP promete verão quente". Expresso, p. 4, 07/06/2008. Arquivo BNP.

Outra manifestação que ganhou destaque no ano de 2008 foi o protesto dos professores contra o modelo de avaliação dos docentes realizado nos dias 8 e 15 de novembro entre o Parque Eduardo VII e o Ministério da Educação, localizado na Avenida 5 de Outubro.

Os grandes protestos urbanos tiveram continuidade no ano de 2009, destacando o protesto da CGTP-IN e PCP contra o governo Sócrates realizado entre a Praça Marquês de Pombal e a Praça dos Restauradores, reunindo cerca de 200 mil manifestantes nas ruas lisboetas. Outra grande mobilização que ganhou notoriedade foi o protesto organizado pela Coligação Democrática Unitária (CDU), o qual reuniu 85 mil pessoas em marcha entre o Campo Pequeno e a Praça Marquês de Pombal.



Figura 4.77 – Protesto contra o governo Sócrates. Avenida da Liberdade.
Fonte: "Carvalho da Silva fala em corrupção e don Corleones em Portugal" Expresso, p. 2, 14/03/2009. Arquivo BNP.

Em 2010, o governo português divulgou o primeiro programa de um projeto que visava mitigar a dívida portuguesa com medidas de austeridade. Esses programas produziram implicações expressivas nos campos social, económico e político.

> Por volta do começo do ano, o governo minoritário socialista foi forçado a admitir que seriam necessários cortes orçamentais significativos para se conseguir respeitar o limite de défice da zona do Euro. Os congelamentos salariais e outras medidas deflacionárias foram vigorosamente contestados por diversos atores, tendo sido as ações de protesto mais salientes uma greve da função pública no princípio de março e a organização por parte da central sindical Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) de simultâneas manifestações em nível nacional no princípio de junho. Ocorreu um segundo pico de protesto por altura da demissão do governo socialista em consequência da deterioração das condições económicas do país (Accornero & Ramos Pinto, 2015, p. 404).

Esse ano também é marcado por uma agitação internacional de manifestações iniciadas a partir da Primavera Árabe, que evidenciou uma crise global de legitimidade dos agentes políticos e insatisfação generalizada com as respostas perante uma crise económica e uma contestação dos processos de precarização do trabalho (Soeiro, 2014), alcançando significativo destaque devido às atuações políticas nos espaços públicos. Ainda que os protestos urbanos apresentassem particularidades em seus contextos, tais manifestações, por exprimirem modelos de comportamento similares, assumiram a proporção de um movimento global. Esse período histórico, dos protestos globais, foi marcado pelo crescente mercado dos *SmartPhones*, lançados em 2007.

A "Primavera Árabe", que teve início em dezembro de 2010 no Norte da África, depôs regimes políticos na Tunísia, Egito, Líbia e Iémen. Os ativistas criaram uma página na rede social *Facebook,* que tomou proporções inimagináveis, não só no território egípcio, expandindo-se por grande parte da região. O intuito era tornar públicas a brutalidade policial, a opressão e a injustiça que ocorriam no Egito, como também aproveitar a utilização da imagem de resistência (Lobo, 2013). Sua intensa repercussão causou forte influência tanto na região como no restante mundo, nomeadamente no Ocidente. Os protestos caracterizados pelo uso de redes sociais virtuais para a organização e divulgação das manifestações e posteriormente ocupação de espaços urbanos teve desdobramento no território europeu, estendendo-se a manifestações de indignação na Espanha e na Grécia, revoltas no subúrbio de Londres e ocupações na *Wall Street*, nos Estados Unidos da América.

Segundo Castells (2013), nessa situação o espaço público das manifestações foi produzido como um espaço híbrido entre as redes sociais virtuais e a apropriação do espaço público:

“juntando o ciberespaço e o espaço urbano, numa interação inexorável, constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas da prática transformadora” (Castells, 2013, p. 29).

No dia 12 de março de 2011 Portugal se inseriu no mapa global das manifestações organizadas na Internet, que eclodiram nos espaços públicos de todo o país. A “Geração à Rasca” foi uma das maiores manifestações espontâneas da história recente de Portugal desde a Revolução dos Cravos, não vinculada a instituições ou partidos políticos, sendo o primeiro protesto a convocar a ocupação dos espaços públicos por meio das redes sociais.

> A identificação de uma condição comum associada à precariedade entre os jovens – a denominada Geração à Rasca – produziu um sentimento de união e de reconhecimento que ultrapassou o ciberespaço e se materializou na ocupação do espaço público urbano. Essa manifestação foi intergeracional na sua composição e muito diversa no tipo de reivindicações que ali se exprimiram, com as questões do trabalho e do emprego a terem predominância, mas onde o descontentamento face ao (*sic*) Governo, aos agentes políticos em geral e à corrupção tiveram também um peso relevante (Soeiro, 2014, p. 62).



Figura 4.78 – Protesto Geração à Rasca. Praça Marquês de Pombal.
Fonte: “Ninguém sabe o que vai ser deles” Expresso p. 18, 19/03/2011. Arquivo BNP.

De acordo com a reportagem *Ninguém sabe o que vai ser deles* do jornal *Expresso* do dia 19 de março de 2011, milhares de cidadãos, principalmente jovens indignados com a alta taxa de desemprego instaurada no país, ocuparam desde a Praça Marquês de Pombal, passando pela Avenida da Liberdade, Praça do Rossio até à Praça do Comércio, reafirmando a importância do Eixo Marquês de Pombal - Praça do Comércio como espaço público de contestação.



Figura 4.79 - Desfile na Avenida da Liberdade e Praça do Rossio Geração à Rasca, 12 de março de 2011.
Fonte: “Manifestação "Geração à Rasca" chega ao Rossio com mais de 200 mil pessoas”. Expresso *online*, 12/03/2011 - expresso.pt.

No contexto internacional, o caso do protesto português apresentou especificidades em relação aos ritmos dos processos políticos, à história e à estrutura institucional do país. No entanto, assemelha-se aos protestos globais ao destacar os jovens como protagonistas que procuraram trazer horizontalidade, fluidez programática e experimentação democrática, organizando-se em espaços virtuais. Esses elementos deram início a um ciclo de protestos em Portugal. (Soeiro, 2014).

No mesmo ano, também no mês de março, dias após a grande manifestação, jovens acamparam na Praça do Rossio por mais de uma semana como forma de protesto. Os manifestantes fixaram cartazes com frases de protestos como “*Yes, we camp*” e “a dívida não é nossa”. Realizavam assembleias populares contestando o governo, além de declararem apoio aos manifestantes do Movimento dos Indignados, que se encontravam acampados na Praça Puertas del Sol, em Madrid, movimento que inspirou a ocupação da Praça do Rossio.

> A acampada do Rossio, em Lisboa, começou no dia 20 de maio e contou, nessa noite, com 37 pessoas que dormiram na praça. Durou 12 dias, mas nunca atingiu uma dimensão próxima da que teve em Espanha, e os grupos que se assumem da sua continuidade (como os Indignados Lisboa) têm uma dimensão muito reduzida do ponto de vista numérico. Em 10 de julho, elementos das acampadas promoveram uma reunião internacional em Lisboa que juntou 130 ativistas e cujo principal resultado prático foi a convocação da jornada de 15 de outubro. (Soeiro,2014 pg.67)

Embora numericamente menos expressiva do que noutros países, o acampamento do Rossio teve um impacto simbólico relevante, sobretudo por reativar o uso da praça como espaço de experimentação política e de convivência pública. A ocupação do espaço urbano por jovens sem filiação partidária explícita evidenciou uma reconfiguração das formas de mobilização, marcada pela autogestão e pela construção de espaços deliberativos abertos.



Figura 4.80 -Assembleia popular na Praça do Rossio.
Fonte: "Nasceu um parlamento no Rossio". Expresso, p. 22, 28-05-2011. Arquivo BNP.

Naquele momento, o espaço público pôde ser associado a um referente simbólico coletivo em que o edificado e os espaços vazios se tornaram referências de identidade da cidade ao buscarem um lugar de reconhecimento, retribuindo ao espaço uma função de representação.

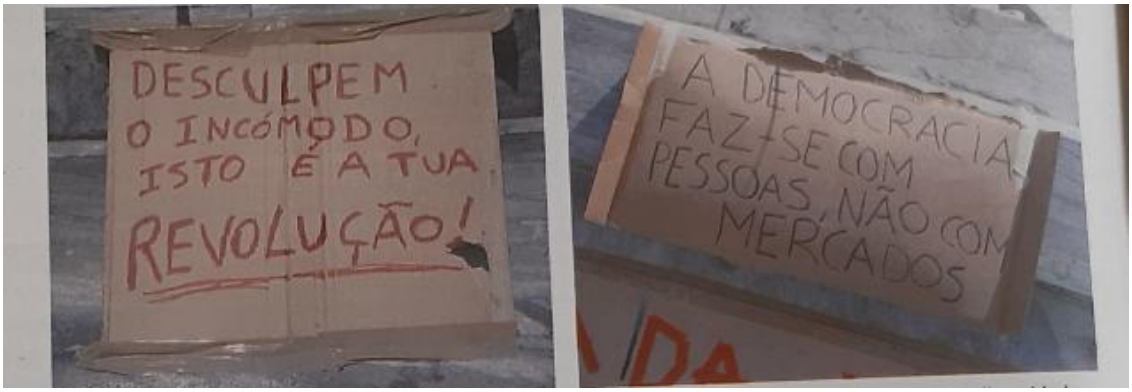


Figura 4.81- Cartazes da Assembleia popular. Praça do Rossio.
Fonte: "Nasceu um parlamento no Rossio". Expresso, p. 22, 28-05-2011. Arquivo BNP

Seguindo o ciclo de protestos, no dia 15 de outubro de 2011 manifestantes se reuniram na Praça Marquês de Pombal e marcharam até o São Bento no Dia de Ação Global, ação de carácter mundial ocorrida em 951 cidades de 82 países, para reivindicar uma transformação global democrática e protestar contra o poder financeiro. Esse ato conceituou Lisboa como uma cidade global, quando parte da população lisboeta foi às ruas dentro de uma forma inédita de convivência social ao tecer grandes redes sociais globais, construindo e colocando a cidade em uma hierarquia urbana na rede mundial de cidades.

No ano seguinte, no dia 12 de maio de 2012, Portugal participou novamente de atos globais, dessa vez a Primavera Global, um protesto "Pela Democracia Global e pela Justiça Social", mobilizando pessoas nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Braga e Faro.

O protesto "Que Se Lixe a *Troika*", realizado no dia 15 de setembro do mesmo ano, teve grande destaque devido à sua dimensão territorial[60] e à forte adesão dos cidadãos, ultrapassando o número de manifestantes do protesto "Geração à Rasca" de 2011 e até mesmo, segundo Soeiro (2014), as manifestações do 1º de Maio de 1974. Um grupo de 29 cidadãos lançou, através das redes sociais, a convocatória para uma manifestação sob o lema "Que se lixe a *Troika!* Queremos as nossas vidas de volta!*"*. O manifesto associado apresentava críticas às políticas de austeridade impostas no contexto das intervenções internacionais, denunciando os seus impactos na dignidade, nas condições de vida e na própria democracia. A mobilização rejeitava o desemprego, a precariedade e a desigualdade como modelos sociais e apelava à participação cidadã em defesa da liberdade e da democracia. O protesto assumiu carácter nacional, ocorrendo mais de 30 manifestações que reuniram, no conjunto, cerca de um milhão de pessoas em várias cidades portuguesas (Soeiro, 2014, pg.69).

Diversos espaços públicos foram ocupados em Lisboa, entre eles uma grande marcha realizada entre a Praça Marquês de Pombal, passando pela Praça do Rossio e terminando na Praça do Comércio.



Figura 4.82 – Ocupação massiva na Avenida da Liberdade pela manifestação Que se Lixe a *Troika*!.
Fonte: "Manifestação "Que se lixe a troika"" 02/03/2013. Arquivo RTP

[60] Mais de 40 cidades, em Portugal e no exterior, realizaram as manifestações convocadas por meio das redes sociais virtuais pelo movimento "Que se lixe a *troika*, o povo é quem mais ordena", para protestar contra as políticas de austeridade, totalizando cerca de um milhão de manifestantes.

Nesse dia, parte dos manifestantes lisboetas que se encontravam na Praça José Fontana saiu em direção ao gabinete da *Troika*[61], localizado na Avenida da República, esquina com Avenida Elias Garcia. A marcha terminara na Praça de Espanha, a qual voltou a ser ocupada no dia 13 de outubro pelo mesmo movimento onde foram realizadas diversas atividades culturais ao ar livre dentro de um protesto de carácter cultural. É de se referir que a Praça de Espanha não se apresenta, em momento algum do período analisado, como cenário de protestos urbanos. Utilizada como praticamente uma rotunda para a circulação de automóveis, a praça, localizada ao redor da Fundação Calouste Gulbenkian[62], serviu como palco das manifestações "Que Se Lixe a *Troika*", nos meses de setembro e outubro. Essas apropriações do espaço em questão indicam, primeiramente, uma ocupação influenciada pela proximidade da Praça de Espanha em relação ao então gabinete da *Troika*. Acredita-se também que a escolha da Praça de Espanha, em detrimento à Praça dos Touros, a qual também fica localizada próximo do gabinete, tenha sido definida pela presença da Fundação Calouste Gulbenkian[63] ao seu redor e o que ela representa, uma vez que grande parte dos manifestantes era pertencente à área da cultura. Em seguida, foi reafirmada sua representação momentânea para aquele grupo em questão no segundo protesto, ao ser reapropriada com a manifestação de carácter cultural. Naquele momento, as pessoas criaram representações no decurso da comunicação e da cooperação. No entanto, a ocupação desse espaço público não foi reforçada e levada como tradição. De acordo com Moscovici (2017), a representação é composta de elementos cognitivos ou esquemas estáveis ao redor dos quais estão ordenados outros elementos cognitivos ou esquemas periféricos. Os elementos estáveis exercem mais importância sobre o sentido dos elementos periféricos e os primeiros possuem resistência mais forte às pressões da comunicação e da mudança que os últimos. Neste caso, podemos considerar a Praça de Espanha como um elemento periférico que, mesmo tendo importância momentânea na ocasião, não manteve seu papel de espaço político na cidade. Devido à ausência de circulação e ocupação do espaço pela população no quotidiano, é evidente que não houve coerência que garantisse a função social do espaço como palco de contestação política, por maior que tenha sido a manifestação realizada naquele espaço público.

[61] *Troika* é a designação atribuída à equipa composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia. Tem origem na palavra russa *troika*, que designa um comitê de três membros.

[62] A Fundação *Calouste Gulbenkian* é uma instituição de fins caritativos, artísticos, educativos e científicos.

[63] De acordo com o *site* oficial, Fundação *Gulbenkian*, fundada em 1956 por Calouste Sarkis Gulbenkian, é uma fundação de arte, filantropia, ciência e educação. O espaço conta com um museu e um Centro de Arte Moderna (CAM); uma orquestra e um coro; uma biblioteca de arte e arquivo; um instituto de investigação científica; e um jardim, onde decorrem também as atividades culturais e educativas.



Figura 4.83 - Cartaz de divulgação do protesto cultural realizado na Praça de Espanha.
Fonte: "Mais de 30 bandas e artistas fazem protesto em Lisboa". 10/10/2012**.** TVI Notícias Online

No mesmo ano, no dia 14 de novembro, cerca de 20 países se uniram para realizar atos de protesto por meio de greves e manifestações contra a austeridade em várias cidades europeias. Em Lisboa, manifestantes se reuniram em frente ao Parlamento, onde lançaram vidros e pedras nos policiais ao longo do protesto e foram dispersos, no início da noite, por bombas de efeito moral.



Figura 4.84 – "Redução de funcionários é prioridade". Assembleia da República.
Fonte: "Redução de funcionários é prioridade ". Expresso, p. 4 e 5, 03/11/2012, Arquivo BNP.

O ano de 2012 encerrou com uma manifestação urbana que uniu a CGTP-IN e integrantes do Movimento dos Indignados, que marcharam em protesto entre a Praça Marquês de Pombal e o São Bento, mostrando uma ligação entre sindicatos manifestantes que inicialmente declaravam a ausência de vínculos político-partidários em seus atos.

Iniciou-se 2013 com uma manifestação de protesto dos professores, entre a Praça Marquês de Pombal e Praça do Rossio, no dia 23 de janeiro. Ao longo do ano foram realizados protestos sindicalistas e uma greve geral conjunta da UGT e CGTP-IN no dia 27 de junho.

No entanto, as manifestações que obtiveram destaque em 2013 foram as dos integrantes do movimento "Que se Lixe a *Troika*" realizadas ao longo do ano. De acordo com a reportagem "Viva a *Troika*!" do dia 21 de outubro de 2013, integrantes do movimento anti troika se vestiram de burgueses e desfilaram na Avenida da Liberdade e Praça dos Restauradores, encenando apoio à *Troika* e realizando um protesto de carácter lúdico dentro de um espaço público de edifícios opulentos da cidade de Lisboa.



Figura 4.85. Manifestantes vestem de burgueses e protestam, com humor, contra a Troika. Praça dos Restauradores.
Fonte: "Viva a *Troika*!". Expresso, p. 15, 26/10/2013, Arquivo BNP.

Esse protesto serviu de convocatória para a manifestação de maior impacto realizada entre a Praça do Rossio e o Parlamento, no dia 26 de outubro de 2013.

Pelas memórias materializadas nos espaços e em documentos, constata-se que há memórias coletivas que ainda estão vivas no quotidiano atual da cidade, apropriadas por parte dos cidadãos.



Figura 4.86 – Manifestação 25 de Abril e o uso de símbolos da Revolução dos Cravos. Avenida da Liberdade
Fonte: "Cabe tudo na avenida: gente, protestos e uma música chamada 'Grândola'. Expresso, 27/04/2013, Arquivo BNP.

Em muitas das manifestações foi notado o uso de símbolos da Revolução dos Cravos durante as marchas e ocupações de protestos urbanos. Isso significou que a condição estética da produção do espaço auxiliou o renascimento da participação na vida pública e nos modos de expressão. Essa condição estética derivou das manifestações após os 25 de abril e foi construída a partir da representação da ocupação do espaço público, pelos registos de uma comunicação social esteticamente uniformizada. Dessa forma, os símbolos visuais associados ao período revolucionário continuaram a operar como elementos de coesão e memória coletiva (Amorim,2023).

.



A B C

Figura 4.87 - A) Cartaz de Maria Helena Vieira da Silva, "A poesia está na rua", de 1974.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, ref.: CAR NA C2458; B) Cartaz (autor desconhecido) "25 de abril: Festa da Liberdade: Festa da Democracia". Fonte: Registro: 6010/278 Ficheiro: (06) 25 de abril Cota: Est. 1 Prat. 3 Past, Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra; C) Cartaz de Sérgio Guimarães, de 1974.
Fonte: Biblioteca Nacional, acervo de cartazes/ Portugal 25 abril 1974/ ([Lisboa]: Tip. Anuário) - 1 cartaz: color; 69x48 cm.

Isso possibilitou a contextualização dos testemunhos do passado que restaram na paisagem, permitindo a materialização de mudanças de mentalidades que se seguiram. Por consequência, os espaços públicos passaram a ser vistos pelos olhos dos que os vivenciam, tornando evidentes os significados socialmente construídos acerca deles. Dessa maneira, o simbolismo, produzido por expressões, normas, valores e experiências sociais e reproduzido a partir da memória histórica, foi capaz de emergir novas compreensões sobre a representação espacial (Amorim,2023).



A B

Figura 4.88 - A) Manifestantes da Geração à Rasca 2011 na Avenida da Liberdade e o uso do cravo, símbolo da Revolução dos Cravos. B) Manifestantes da "Que se Lixe a *Troika*" na Avenida da Liberdade e o uso do cartaz "O povo é que mais ordena", parte da música Grândola Vila Morena, símbolo da Revolução dos Cravos.

Fonte: A) “Da Rotunda ao Terreiro do Paço, passando pelo Parlamento”. Expresso *online*, 23/03/2013 expresso.pt.
B) “Geração à Rasca registada como marca”. Expresso *online*, 11/05/2011. expresso.pt.

Com essas observações, inferiu-se que, ao descrever a estrutura espacial da cidade, pode-se tomar como ponto de partida não somente o estudo dos elementos que compõem a paisagem, mas também o entendimento do espaço construído a partir da compreensão da história de uma sociedade em que a cidade é a expressão e o símbolo da história de um povo. Ao escolherem espaços específicos como principais cenários dos protestos urbanos, a reapropriação desses espaços reitera práticas espaciais culturalmente significantes, incorporando processos de reafirmação da identidade dos espaços públicos e dos participantes da comunidade. Esses posicionamentos e vozes de mútua consideração, efeito, mudança e continuidade garantem ao fenómeno das manifestações a reconstrução de significados a partir da reintegração e reprodução de sentidos nos espaços públicos (Amorim,2023).



Figura 4.89 A) Manifestação do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) na Praça do Rossio. B) Protesto da Geração à Rasca, 12 de março de 2011.
Fonte:A) Casa Comum Fundação Mário Soares, Arquivo Mario Varela Gomes, ref. 06897.042.009
B) 5dias.wordpress.com, 30/06/2013 por João Labrincha.

Verificou-se que a transformação simbólica e representativa do espaço influenciou diretamente no comportamento social. Assim, considera-se que as interações e relações dos indivíduos com os espaços públicos atribuem símbolos, associações, dando identidade às ambiências urbanas, por consequência, os tipos de usos e ocupações.

4.5.9 O eixo como palco principal das manifestações de protesto

A análise dos mapeamentos, dos gráficos e as construções das narrativas das manifestações de protesto nos espaços públicos realizadas através do Arquivo Jornal Expresso entre os anos de 1974 e 2014 permitiu conhecer os espaços públicos lisboetas que se destacaram como palco de contestações políticas e sociais. Entre os mais expressivos, três tiveram maiores índices de ocorrências de protestos e persistência de ocupação ao longo das décadas, não apresentando, no espaço construído, elementos de poder concreto ou edificações institucionais, sendo eles: Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio (Praça Dom Pedro IV).

É importantes referir que esses três espaços se apresentaram como ponto de partida, ponto de passagem e ponto de chegada, respetivamente, evidenciando a formação de um eixo na malha urbana que se tornou um corredor de desfile das marchas das manifestações de protesto ao longo do período analisado.

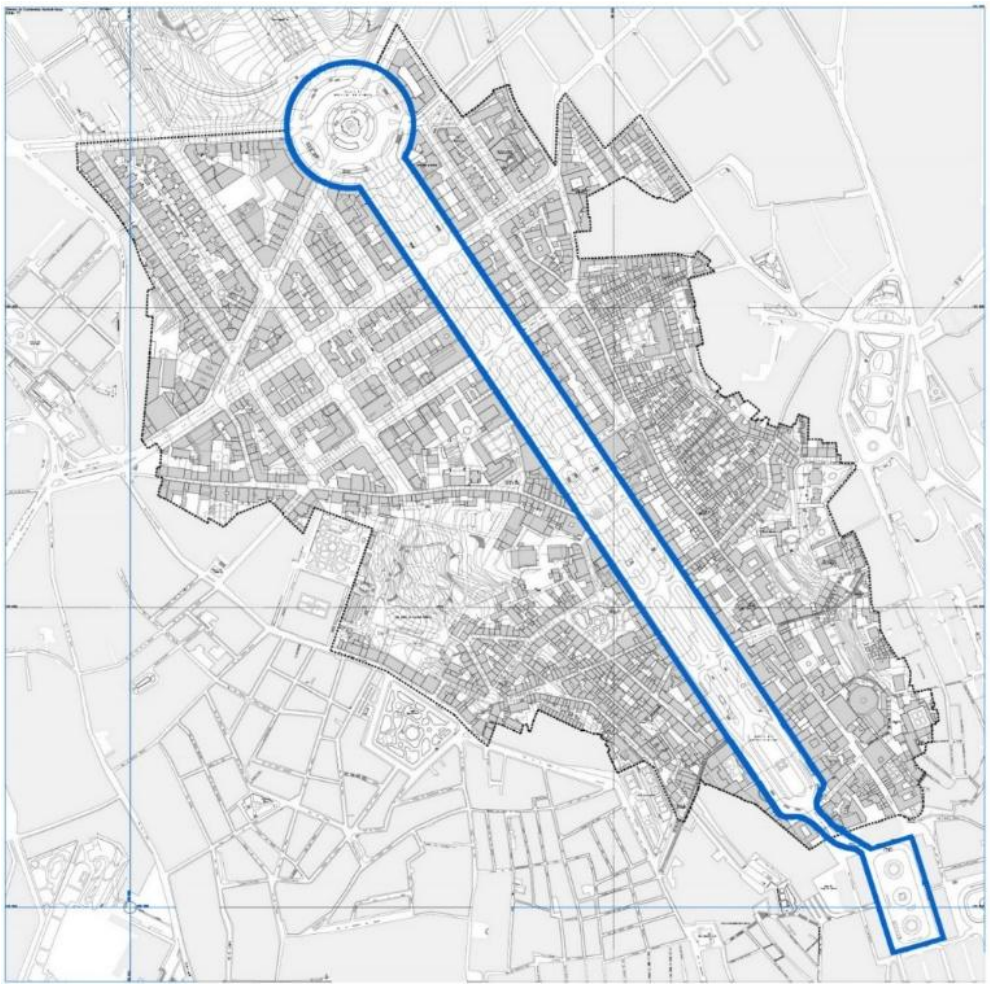


Figura 4.90 - Eixo Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio.
Fonte: Planta de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente, CML, com intervenções da autora.

Na verificação dos dados, dentro da análise global (somatório de todos os pontos e anos), a Praça Marquês de Pombal revelou-se como o quarto espaço mais ocupado durante todo o período, e em todos os ciclos se sobressaiu como ponto de partida dos protestos.

A Praça do Rossio se destacou na análise geral, ficando atrás somente da Praça do Comércio e São Bento (espaços com edificações governamentais). Os dados também revelaram que a praça se distinguiu, em todos os períodos analisados, como ponto de protestos fixos (sem marcha) e ponto de chegada dos protestos com marcha.

Por fim, a Avenida da Liberdade, via que realiza a ligação direta entre a Praça Marquês de Pombal e Praça do Rossio, obteve destaque como ponto de passagem das manifestações.



Figura 4.91 - Foto aérea destacando o Eixo Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio.
Fonte: "Tras los pasos de la Revolución de los Claveles en Lisboa, 48 años Después", Naiz *online,* 24/04/2022. naiz.eus - com intervenção da autora.

A partir da construção da narrativa das manifestações de protesto ao longo dos quatro ciclos de governação analisados, ficou evidente que o eixo formado pela Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio foi continuamente utilizado como principal percurso das manifestações públicas em Lisboa. Essa recorrência se confirmou independentemente do

perfil político dos manifestantes, das pautas em disputa, das centrais sindicais envolvidas ou das forças partidárias que organizaram as mobilizações. Ao longo do período estudado, esse eixo demonstrou ser transversal aos diferentes cenários políticos, mantendo-se como referência constante na expressão pública de reivindicações, o que reforça sua importância simbólica e prática no contexto urbano da cidade.

A repetição da ocupação desse percurso mostra que se trata de um espaço consolidado tanto do ponto de vista territorial quanto simbólico. Sua localização central, a capacidade de conexão entre diferentes zonas da cidade e sua visibilidade tornam o trajeto não apenas funcional para os atos públicos, mas também carregado de significado. Esse conjunto de características contribui para que o eixo seja reconhecido como um espaço privilegiado para a manifestação coletiva, no qual a ação política adquire maior escala, visibilidade e reconhecimento público.

A análise das reportagens publicadas no jornal *Expresso*, ao longo de quatro décadas, possibilitou identificar não apenas os episódios de protesto, mas também os modos como esses espaços públicos foram sendo associados à construção de uma memória coletiva de mobilização e luta política. As estruturas herdadas do passado, físicas, simbólicas e institucionais, continuam a influenciar o modo como a população se apropria do espaço urbano e o utiliza como ferramenta de expressão pública. Essa memória ativa, associada à persistência do uso do eixo como palco de manifestações, reforça o seu papel como território emblemático da vida democrática em Lisboa, especialmente a partir do 25 de Abril de 1974, quando o direito à manifestação passou a ser garantido constitucionalmente e incorporado à prática cidadã no quotidiano urbano.

Projetado no século XIX sob forte influência dos modelos urbanísticos franceses, este eixo materializou ideais de modernização que estavam diretamente associados à representação do Estado, da racionalidade do capital e da diferenciação social. Sua criação foi orientada por uma lógica estética e política de monumentalização da cidade, estruturando-se como um palco privilegiado da elite lisboeta, sendo um espaço marcado pela exclusividade, pela domesticação visual do urbano e pelo afastamento das expressões populares e espontâneas.

No entanto, a história urbana demonstrou que os espaços não permanecem condicionados às suas intenções originais. O que fora concebido como símbolo de prestígio e distinção social passou a ser ocupado e reinterpretado por forças sociais que se insurgem contra o próprio modelo de cidade que esses espaços encarnavam. A partir do 25 de Abril de 1974, e intensificando-se nas décadas seguintes, esse eixo assumiu novo papel como território de visibilidade política, resistência e disputa simbólica. A cada protesto as ruas e as praças passaram a abrigar não apenas fluxos e circulação, mas também grupos críticos, atores

engajados e agendas coletivas. O espaço da elite transforma-se eventualmente num território em que se confrontam projetos distintos de cidade, sociedade e representação.

Essa transição revela, como destaca Manuel Delgado (2015), que o espaço público é um campo de disputa permanente, onde se atualizam assimetrias sociais, desigualdades históricas e relações de poder. “O espaço público, ao invés de ser um terreno neutro de convivência, é frequentemente um campo de batalhas simbólicas e materiais onde se manifestam as desigualdades sociais e as lutas pelo poder” (Delgado, 2015, p. 14). Essa afirmação se torna particularmente relevante quando se examina a insistência com que o eixo é escolhido como palco de protestos. Sua capacidade de condensar significado político, sua centralidade no imaginário urbano e sua visibilidade mediática fazem dele um espaço estratégico, tanto para contestar a hegemonia quanto para tentar reafirmá-la.

Dessa forma, o eixo não é apenas cenário de manifestações, ele é parte ativa das narrativas que se constroem em torno do direito à cidade. Ao ocupá-lo, os manifestantes não só desafiam o uso institucionalizado e estetizado do espaço, como também reconfiguram a sua função original, reinscrevendo nele experiências coletivas de luta, pertencimento e transformação social. A sua história recente, marcada por mobilizações de diferentes grupos políticos e sociais, revela que o eixo não se limita a acolher protestos; ele se constitui como dispositivo urbano e simbólico através do qual as práticas políticas ganham forma espacial, visibilidade pública e força histórica.

Capítulo 5

A análise configuracional do Eixo: Sintaxe Espacial

5.1 Observação do Eixo Praça Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio, por meio de mapas axiais de 1911, 1970 e 2005

Considerando a hipótese de que tanto a construção simbólica do espaço quanto a sua definição física relaciona-se à eleição dos espaços públicos para as realizações das dinâmicas socioespaciais de manifestações de protesto, realizou-se a análise da configuração espacial e dos possíveis padrões de dinâmicas espaciais. Essa análise foi feita a partir das possibilidades dos deslocamentos na cidade ao longo do tempo, nomeadamente no Eixo Praça Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio, por meio de mapas axiais de 1911, 1970 e 2005, embasados na Sintaxe Espacial. As cores mais quentes representadas nos mapas, próximas do vermelho, representam partes da cidade com valores mais elevados de integração global, integração local de raio 3 (3), conectividade ou escolha. As cores mais frias, até o azul-escuro, representam partes da cidade com valores mais reduzidos.

Com essas análises pretendeu-se revelar se há influência dos aspetos conformacionais para eleições dos espaços públicos que se encontram no eixo no contexto das manifestações, uma vez que são sistematicamente eleitos como cenário dos protestos na capital portuguesa. As análises são de natureza exploratória e amparadas pelas discussões das apropriações e dos deslocamentos de pedestres nos espaços públicos, onde se procurou introduzir a adoção de métodos complementares que trouxessem novos elementos para a compreensão do fenómeno.

Para o entendimento da expansão, foi procedida, também, uma breve verificação dos instrumentos de intervenção que foram realizados desde a abertura do Eixo Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio até 2013, data do último Mapa Axial analisado.

5.1.1 Evolução do planejamento urbano de Lisboa

De acordo com Mangorrinha (2010), em 1938 foi iniciado o Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa por intermédio da elaboração de estudos, a fim de cumprir com a execução dos melhoramentos no Programa das Comemorações do Duplo Centenário. Pela política urbana, o município criou infraestruturas fundamentais ao desenvolvimento da cidade a partir de um conjunto de obras: estradas, portos, ferrovias, obras hidráulicas, parque urbano e aeroporto. Em

1948, apresentado por Gröer, o Plano Diretor da Cidade de Lisboa PDCL notificava o zonamento da cidade, organizado em áreas com diferentes usos.

A zona industrial foi proposta para a zona periférica oriental da cidade, prolongando-se no rio, onde o caminho de ferro se articulava com a atividade portuária. Foi proposto organizar a densidade populacional decrescente do centro para a periferia. Para a Baixa Pombalina foram propostos os serviços e a administração. Na época, a zona de habitação já se consolidava tanto na parte histórica quanto nas áreas novas, verificando-se um arranjo dominante em torno das Avenidas Novas. Serdoura (2008) preleciona que o Plano Diretor de Urbanização de Lisboa (PDUL) foi concluído em 1967 e regulou a expansão da cidade nos 20 anos seguintes, notadamente quanto à expansão da rede viária, distribuição de emprego e habitação.

> As atividades centrais, como os serviços e o comércio especializado, continuavam a ser propostos de forma concentrada no centro tradicional (Baixa–Aterro da Boavista), com expansões para norte em direção ao Marquês de Pombal, estruturadas pelos eixos da Avenida da Liberdade/Rua Castilho/Avenida Joaquim António de Aguiar/Avenida Fontes Pereira de Melo. Esta função central também apresentava a expressão de "polo" nas zonas do Campo Pequeno e Praça de Espanha. Segundo Gaspar (1976), no seu trabalho "A dinâmica funcional do centro de Lisboa (Serdoura, 2008, p. 187).

Com o objetivo de dar continuidade às revisões e atualizações do Plano de 1948, a Câmara Municipal de Lisboa criou em 1954 o Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU). Em 1959 foi aprovado o PDUL, o qual introduziu modificações importantes, como a construção da atual Ponte 25 de Abril e autoestradas em sua continuação e a autoestrada no perímetro do Parque de Monsanto.

Devido ao aumento dos automóveis e o crescimento dos arredores de Lisboa, foi necessário um novo instrumento para enquadrar a nova realidade urbana da capital. Assim, foi elaborado o Plano Geral de Urbanização de Lisboa (PGUCL) (Plano Meyer-Heine, 1967). O novo plano, criado entre 1963 e 1967 e publicado em 1977, comportava a totalidade da área do município, onde apresentava: um eixo distribuidor que cortava a cidade de norte a sul desde a ponte até o aeroporto; o prolongamento da Avenida da Liberdade, caracterizando um eixo monumental com funções de originar novos fluxos, objetivando o descongestionamento da Baixa, e criar um novo polo que atraísse o tráfego para fora do centro, o Alto do Parque; e a divisão da cidade em "unidades base de planeamento", denominadas como Unidades de Ordenamento do Território (UNORs). Na proposta, o centro histórico/tradicional continuou sendo o foco dos serviços e comércio, principalmente da Baixa ao Aterro da Boa Vista, expandindo-se em direção à Praça

Marquês de Pombal, englobando a Avenida da Liberdade, a Rua Castilho, a Avenida Joaquim António de Aguiar e a Avenida Fontes Pereira de Melo (Serdoura, 2008, p. 187).

> (...) a área Baixa–Chiado funcionava como o centro de Lisboa, concentrando a quase totalidade das atividades terciárias centrais da cidade. A importância da Avenida 5 de Outubro parecia estar relacionada com a fixação de atividades comerciais e pequenos escritórios de empresas. Na Avenida Almirante Reis, o comércio grossista e de retalho eram as atividades económicas mais importantes (Serdoura, 2008, p. 187).

Em consequência das alterações urbanas e sociais, em 1992 a Câmara Municipal de Lisboa aprovou o Plano Estratégico de Lisboa (PEL), que visava estabelecer o sentido do ordenamento e desenvolvimento da capital portuguesa, tendo como objetivo tornar Lisboa uma cidade competitiva e atrativa dentro dos sistemas de cidades europeias - mais humana e moderna -, com base na superação da carência habitacional e da requalificação dos espaços públicos, dentro de um sistema participativo. Esse plano visava a sua realização para o ano 2000 e, em sua última década de realização, Lisboa recebeu significativas mudanças em sua infraestrutura, onde se destacaram as operações de requalificação da zona ribeirinha e da zona oriental da cidade, esta última elaborada devido à realização da Exposição Mundial 1998.



Figura 5.1 - Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa - PGUEL (Etienne de Groer) 1948 CML.
Fonte: Gabinete de Estudos de Urbanização GEU (Guimarães Lobato, 1959) - CML. PGUCL 1967, PuB. 1977, CML. Plano Estratégico de Lisboa - PEL - 1992 – CML.

Em 1994 foi aprovado outro Plano Diretor Municipal (PDM), caracterizado, sobretudo, por ser um documento de suporte à administração urbanística, estabelecendo as regras de uso,

ocupação e transformação do território municipal. Ele objetivava: a proteção de valores ambientais e paisagísticos, nomeadamente o sistema de vistas e de bens culturais (por meio da Carta Municipal do Património); a proteção da habitação como função social; e a realização de políticas de reabilitação urbana, em que foram delimitadas as áreas históricas habitacionais e a área histórica central da Baixa. Nesse PDM foi eliminada a idealização do prolongamento da Avenida da Liberdade, e o sistema de circulação do Plano de Gröer foi mantido.

> Os serviços eram propostos em localizações como a Área Histórica da Baixa (centro tradicional) ou Avenidas Novas (centro funcional da cidade), com destaque para os eixos Avenida da República, Avenida 5 de Outubro, a área em torno do Marquês de Pombal, Parque Eduardo VII e Rato. O PDM propôs o reforço dessa função central no centro geográfico da cidade (Avenidas Novas) e em localizações mais descentralizadas, como a área central de Chelas, o centro dos Olivais e a "'Zona de Intervenção da EXPO'98" na parte oriental da cidade (Serdoura, 2008, p. 188).

Esse plano deu origem à Visão Estratégica - Lisboa 2002/2012, um referencial para as políticas públicas do poder executivo, o qual veio sistematizar o planejamento estratégico da cidade. Pretendia-se garantir a coerência dos eixos de desenvolvimento urbano de Lisboa, visando elevar a capital portuguesa no *ranking* das melhores cidades para se viver, trabalhar e investir, com intervenções urbanísticas participativas que contemplavam temáticas variadas, como: dinâmicas sociais, históricas, culturais, ambientais e tecnológicas.

Desde 2010 o instrumento de orientação das políticas públicas urbanas é a Carta Estratégica 2010-2024, que se constitui em um processo participativo aberto e estruturado. O documento revela a vontade de recuperar os espaços localizados às margens do Tejo pelo resgate da cultura portuária, que deu origem à cidade. A Carta orienta à renovação da base de criação de riqueza da cidade, direcionando a capital para o mercado mundial por meio de inovação e criatividade e do desenvolvimento de redes metropolitanas, da viabilização de plataformas de conectividade, da valorização do património, da qualificação de pessoas e criação de empregos, da sustentabilidade e da inclusão.

5.1.2 Análise do Eixo Praça Marquês de Pombal - Praça do Rossio com base no Mapa Axial de 1911

A primeira análise tem como base a cartografia histórica de Silva Pinto, datada de 1911, sendo esta a primeira a representar a totalidade do território municipal após a abertura das Avenidas Novas.



Figura 5.2 - Mapa Cartográfico Histórico 1911, Silva Pinto.
Fonte: Lisboa Interativa, Câmara Municipal de Lisboa - websig.cm-lisboa.pt.

A escolha pelo desenvolvimento do mapa axial a partir da Cartografia Histórica de 1911 se justifica por ser a primeira representação da área geográfica desenvolvida após a abertura da Avenida da Liberdade, permitindo uma análise do eixo na malha urbana da cidade de Lisboa, a contar com o início da expansão da cidade para o norte.

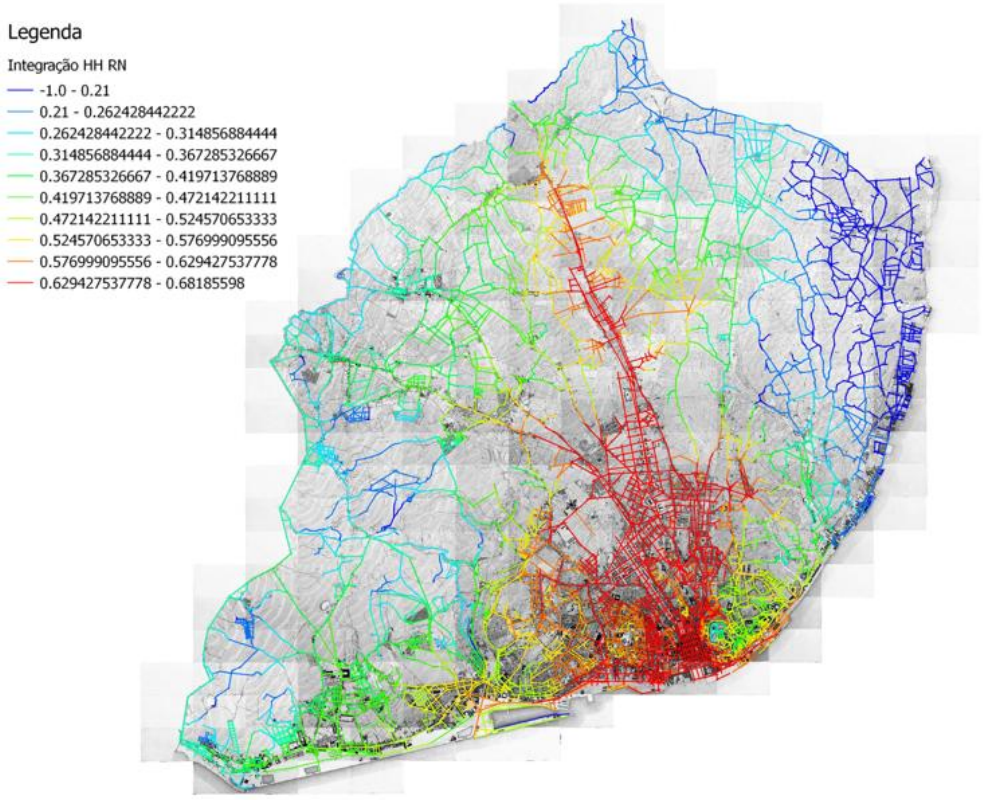


Figura 5.3 - Mapa Axial Lisboa 1911, integração global (HH).
Fonte: elaborada pela autora.

O mapa axial de 1911, referente à integração global (HH), evidencia que, apesar da abertura das Avenidas Novas e da consolidação do eixo de expansão para norte, o centro histórico permanecia como a área mais integrada da cidade. A Baixa Pombalina, o Chiado e a envolvente da Praça do Rossio apresentam valores elevados de integração, representados pelas cores vermelha e laranja, demonstrando a permanência da centralidade urbana tradicional no sistema espacial lisboeta.

Ao mesmo tempo, observa-se que a integração não se restringia ao núcleo histórico. O eixo formado pela atual Avenida Fontes Pereira de Melo, Avenida da República e Avenida Almirante Reis já se encontrava fortemente articulado à malha existente, constituindo um núcleo estruturante do crescimento urbano. Nesse contexto, a área do Arroios também se destaca pelos seus elevados níveis de integração, sobretudo pela sua relação com o eixo da atual Avenida Almirante Reis e com as ligações entre o centro consolidado e as zonas de expansão a norte.

Essa condição revela que a expansão promovida pelas novas avenidas não substituiu imediatamente a centralidade histórica, mas estabeleceu uma continuidade espacial entre a

Baixa, o Chiado, o Rossio, Arroios e as novas áreas de urbanização. Assim, o mapa demonstra um processo de articulação entre a cidade histórica e o plano de expansão, no qual o centro tradicional ainda ocupava posição dominante, ao mesmo tempo que áreas outras áreas já se integravam de forma expressiva na estrutura global da cidade.

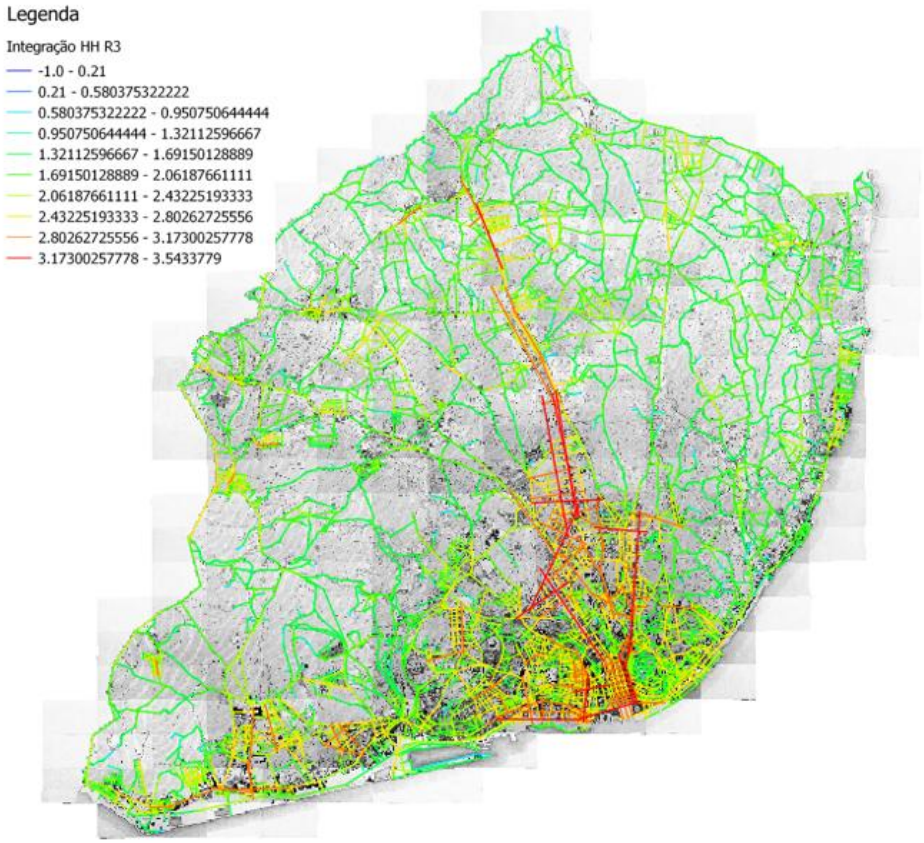


Figura 5.4 - HhR3 - Mapa axial 1911 raio 3.
Fonte: elaborada pela autora.

Na integração local de raio 3 (R3), a região que atualmente é o Parque das Nações, no nordeste do mapa, já mostrava, naquela época, uma integração local, evidenciando, de certa forma, uma vida própria independente do centro histórico. A Avenida da República, Avenida Fontes Pereira de Melo e a Avenida da Liberdade encontram-se como os principais eixos integradores do sistema, sendo a última o eixo principal. A Baixa Pombalina emergiu mais segregada nas medidas de integração local (R3), apresentando as cores laranja e amarelo, uma vez que o processo de expansão urbana e o núcleo de integração estão agora orientados para o norte. E mais, a Avenida Almirante Reis é tida também como um eixo integrador, fazendo ligação com o centro histórico da cidade e constituindo uma antiga centralidade na ligação com

a Avenida da República através da hoje chamada Avenida Pascoal de Melo, mostrando certo protagonismo na configuração da cidade.

Nota-se, ainda, uma centralidade na região do Cais do Sodré, onde se realça como núcleo integrador local (R3) a ligação entre os eixos integradores: Rua do Alecrim, parte da Avenida 24 de Julho e Avenida Dom Carlos I.

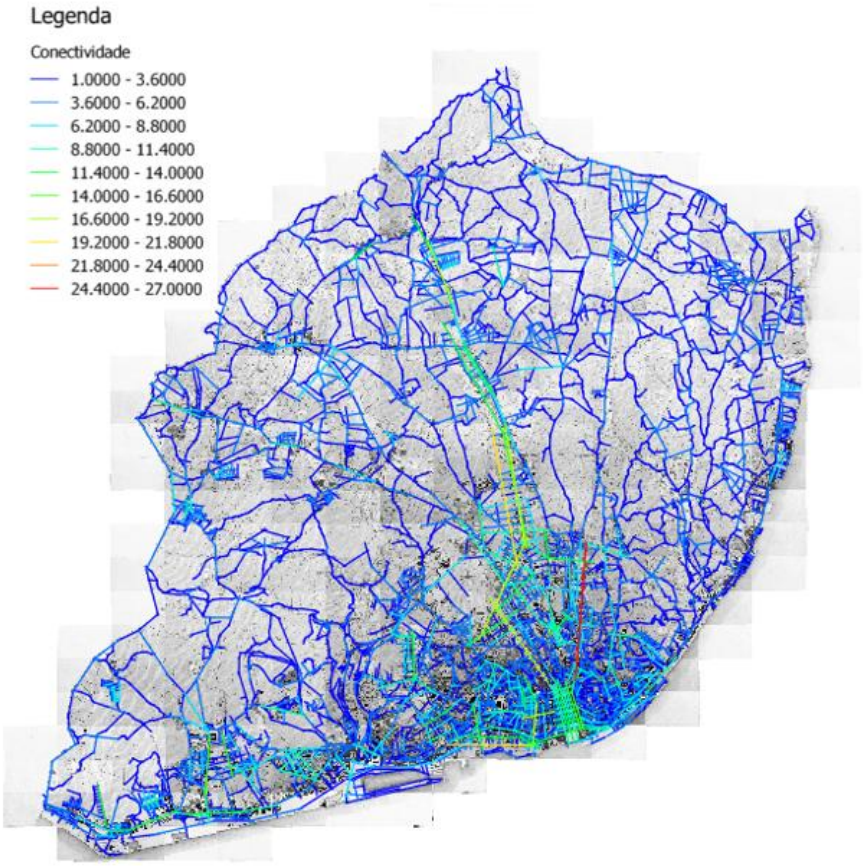


Figura 5.5 - Mapa Axial 1911, Conectividade (*Connectivity*).
Fonte: elaborada pela autora.

A medida apresentada no Mapa de Conectividade é interessante para dar uma visão mais clara sobre o papel que uma linha axial desempenha num sistema como um todo. As linhas com alta conectividade tendem a ser protagonistas na configuração urbana, pois promovem e distribuem os fluxos e os deslocamentos para outras linhas axiais. A integração é calculada a partir da conectividade, base para calcular as outras medidas a partir das mudanças de direção, sendo esta a medida mais básica da sintaxe na qual é mostrado o protagonismo de certas vias.

Nesse mapa, a via correspondente à atual é a Avenida Almirante Reis[64], única via que compreende o vermelho, que consiste na maior quantidade de conexões dentro da malha urbana. Isso indica que há nessa via as menores rotas entre todas as do território. Ela está relacionada à probabilidade de passar por determinada rota ao percorrer o caminho mais curto ao se deslocar de um ponto a outro no mapa. É de se referir que a região adjacente à via que hoje corresponde à parte da Avenida Almirante Reis já apresentava significativo nível de ocupação do solo.

A seguir, representadas na cor amarela, observam-se a atual Avenida 5 de Outubro a Avenida da República juntamente com a Avenida Fontes Pereira de Melo e a Avenida da Liberdade, ou seja, as avenidas planejadas para expansão norte da Cidade. Apesar de a Baixa dominar a cor azul-claro e verde, o espaço tem algumas vias na cor amarela.

A Rua do Alecrim, parte da Avenida 24 de Julho e a Avenida Dom Carlos se destacam também pela cor amarela, com conectividade média dentro do espaço analisado.

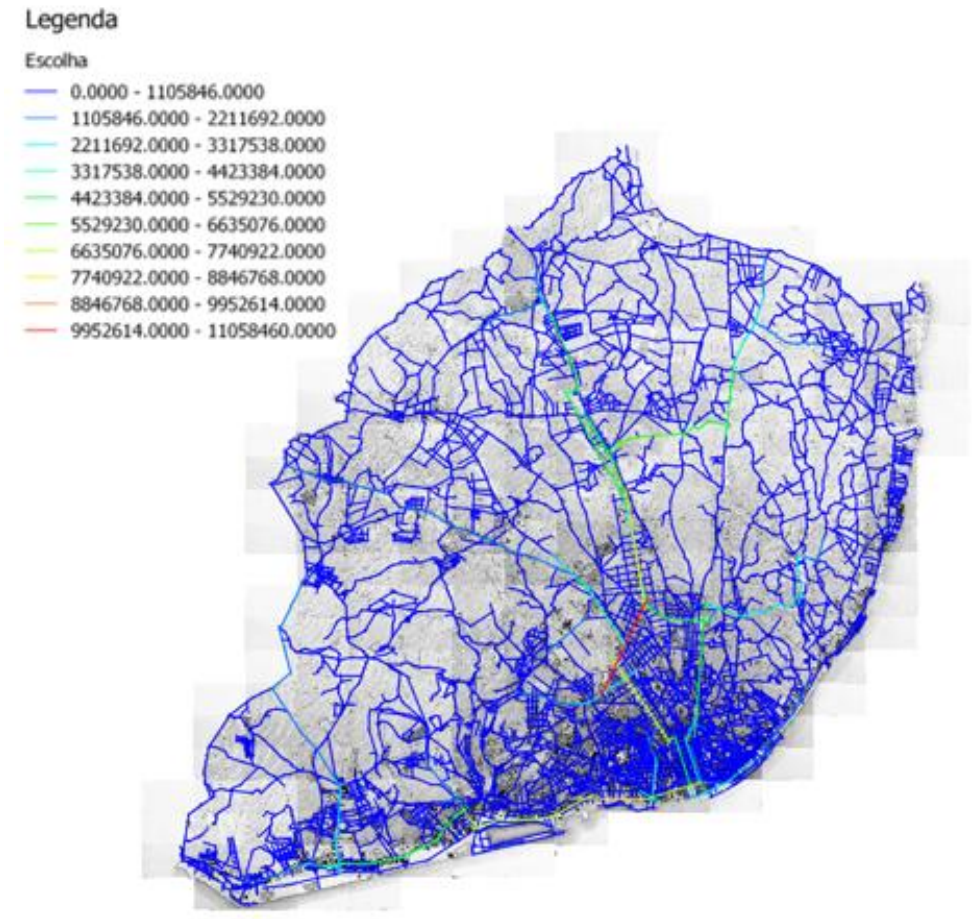


Figura 5.6 - Mapa Axial Lisboa, Escolha (*Choice*).
Fonte: elaborada pela autora.

[64] Essa via se prolongava até onde hoje se conhece como Rua Pascoal de Melo, no bairro de Arroios.

O mapa de escolha, o qual mede as rotas mais curtas com mais probabilidade de passagem entre espaços, indica que a linha axial da Avenida Fontes Pereira de Melo possui a maior probabilidade de passagem entre espaços, representada pela linha axial de cor vermelha. Essa avenida faz ligação diretamente com a Praça Marquês de Pombal e consequentemente com a Avenida da Liberdade, no seu extremo sul, onde esses espaços estão representados por uma linha axial amarela, indicando índice médio de escolha. O mesmo acontece com a Avenida da República no seu extremo norte. Esse dado evidencia que a ligação dos espaços localizados nas extremidades da Avenida Fontes Pereira potencializa a escolha destas.

A Avenida Almirante Reis apresenta, uma linha axial na cor verde, assinalando índice médio-baixo de probabilidade de passagem. A Avenida 24 de Julho, localizada na região do Cais do Sodré, mostra a linha axial amarela e a atual Avenida Estados Unidos da América é representada por uma linha verde, significando potencialidade de escolha média-alta e média-baixa respetivamente e consequentemente potencial de circulação dentro da malha.

A Baixa Pombalina tem linhas axiais azuis-claros, revelando baixo nível de probabilidade de escolha de percurso dentro da análise global da cidade.

5.1.3 Análise do Eixo Praça Marquês de Pombal - Praça do Rossio com base no Mapa Axial de 1970



Figura 5.7 - Mapa cartográfico histórico 1970.
Fonte: Lisboa Interativa, Câmara Municipal de Lisboa - websig.cm-lisboa.pt.

A escolha do desenvolvimento do Mapa Axial com base na Cartografia Histórica de 1970[65] se justifica por retratar a representação geográfica do município de Lisboa mais próximo da data da redemocratização do país, correspondendo ao início do recorte temporal da análise das manifestações de protesto (1974-2014).

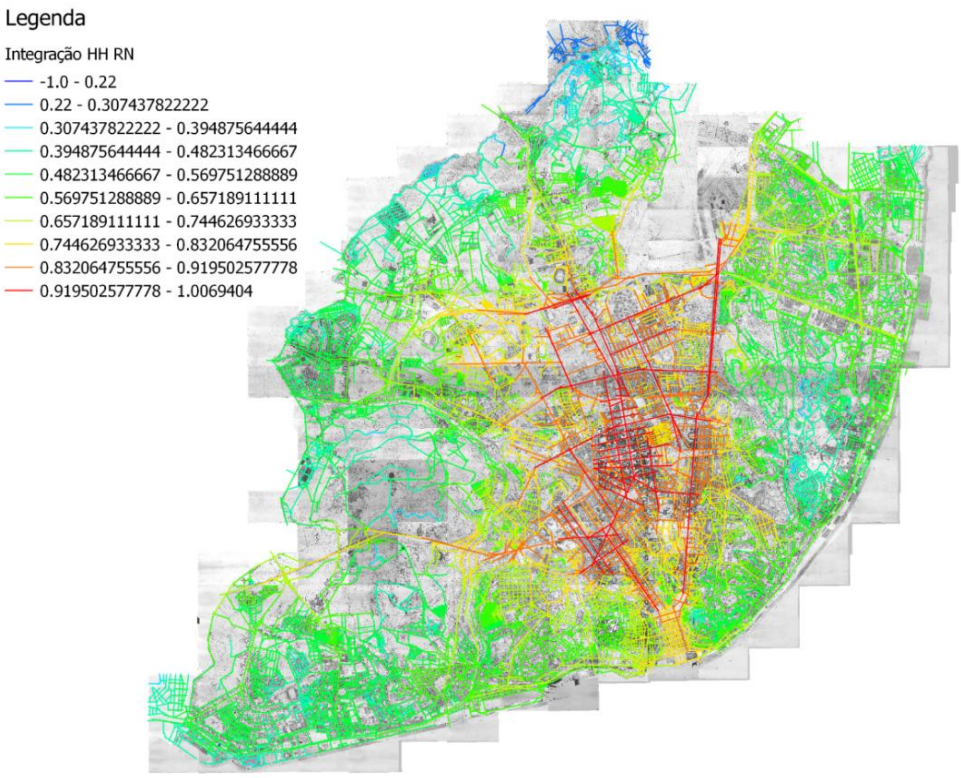


Figura 5.8 - Mapa Axial Lisboa 1970, Integração global (HH).
Fonte: elaborada pela autora com cocriação de Arthur Dornellas Oliveira.

O mapa axial de interação global (HH) de 1970 apresenta considerável aumento das linhas axiais, devido ao surgimento de diversos bairros localizados principalmente no entorno das Avenidas 5 de Outubro, Fontes Pereira de Melo, da República, Almirante Reis e Almirante Gago Coutinho[66] (avenida de ligação com o aeroporto). Elas apresentam linhas axiais na cor

[65] A cartografia histórica do município de Lisboa de 1970, foi obtida a partir da plataforma Lisboa Interativa, sendo necessário descarregar cada quadrante em separado, dado que o ficheiro digital do mapa completo é disponibilizado mediante pagamento pela Câmara Municipal. A partir do conjunto de quadrantes, foi possível recompor o mapa do município e, sobre essa base, traçar as linhas axiais da *space syntax* nos diferentes momentos históricos selecionados, permitindo analisar a evolução da configuração espacial em que se inscreve o eixo estudado.

[66] Em 1939, o governo autorizou a construção da Avenida Almirante Gago Coutinho, e as obras do aeroporto terminaram em 1940.

vermelha, indicando o alto índice de integração com a malha urbana do município de Lisboa, conformando um núcleo integrador e com grande potencial de acessibilidade em relação ao restante da cidade. Além disso, essa área é definida pela forte regularidade em seu traçado, propenso a uma malha ortogonal. A Avenida do Brasil, a Avenida dos Estados Unidos e a Avenida João XXI posicionam-se entre a Avenida Gago Coutinho e o Campo Grande, conformando um dos eixos mais integrados do sistema metropolitano, juntamente com a Avenida de Roma, localizada perpendicularmente a estas.

As linhas axiais onde se localizam os cruzamentos de avenidas na Praça Marquês de Pombal relatam alto índice de integração ao serem representadas pela cor vermelha, incluindo a Avenida da Liberdade. Há diminuição do nível de integração da Baixa Pombalina com a expansão da cidade onde, apesar de ter duas linhas axiais vermelhas, as amarelas predominam na região. No entanto, as linhas axiais vermelhas nessa área em questão encontram-se nas proximidades da Praça do Rossio, evidenciando um nível de integração mais significativo da praça em relação ao resto da Baixa.

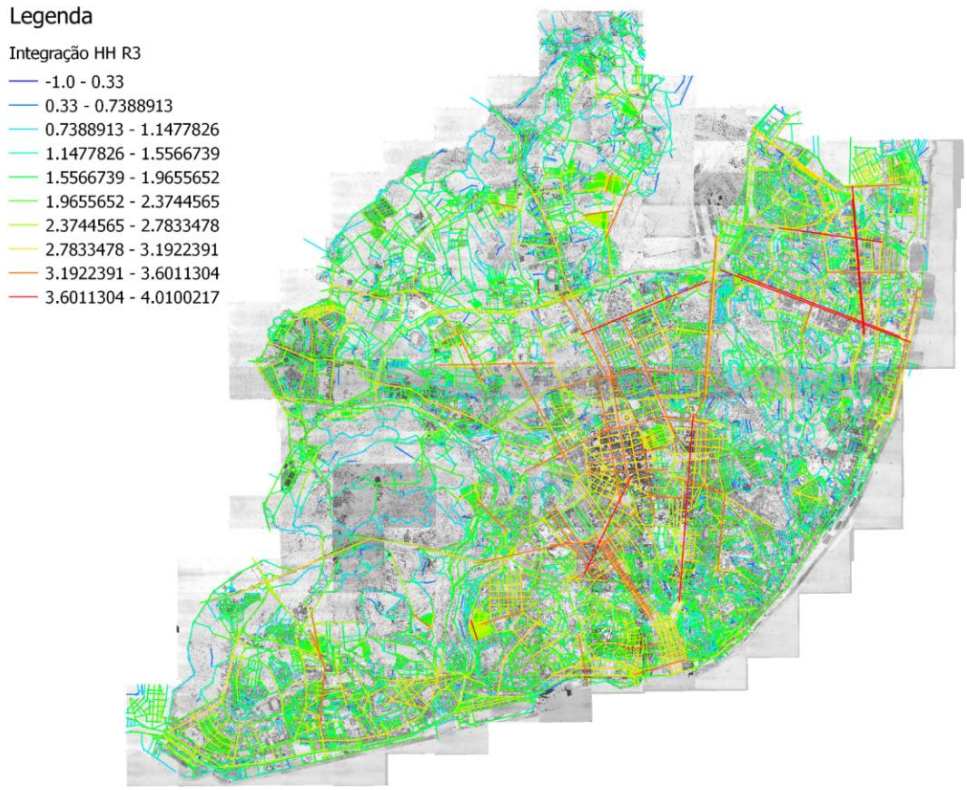


Figura 5.9 - HhR3 Mapa Axial Lisboa 1970, Integração local (HhR3).
Fonte: elaborada pela autora com cocriação de Arthur Dornellas Oliveira.

No Mapa Axial de Integração Local de raio 3 (R3) de 1970 observa-se a expansão da cidade em torno das Avenidas Novas, onde se verifica o surgimento de novas centralidades na malha urbana, ou seja, ocorreu a descentralização da cidade. As Avenidas da República, Fontes Pereira de Melo, da Liberdade e Almirante Reis, como em 1911, sobressaem como eixos integradores locais, demonstrando contínua materialização do espaço ao longo do tempo como centralidades locais, na cor vermelha. A linha axial vermelha encontrada na Avenida da Liberdade e na Praça Marquês de Pombal mostram o eixo como uma centralidade urbana da cidade. A Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, não existente em 1911, surge como um novo eixo integrador local.

As mudanças de centralidades podem ser observadas na apresentação de linhas axiais na parte oriente da cidade, nordeste do Mapa, onde existe um maior número de linhas axiais vermelhas comparado ao mapa de 1911. Com a abertura do aeroporto, a Avenida do Brasil passa a apresentar um índice de integração local também alto, com uma linha axial vermelha, revelada também na Avenida Lusíada.

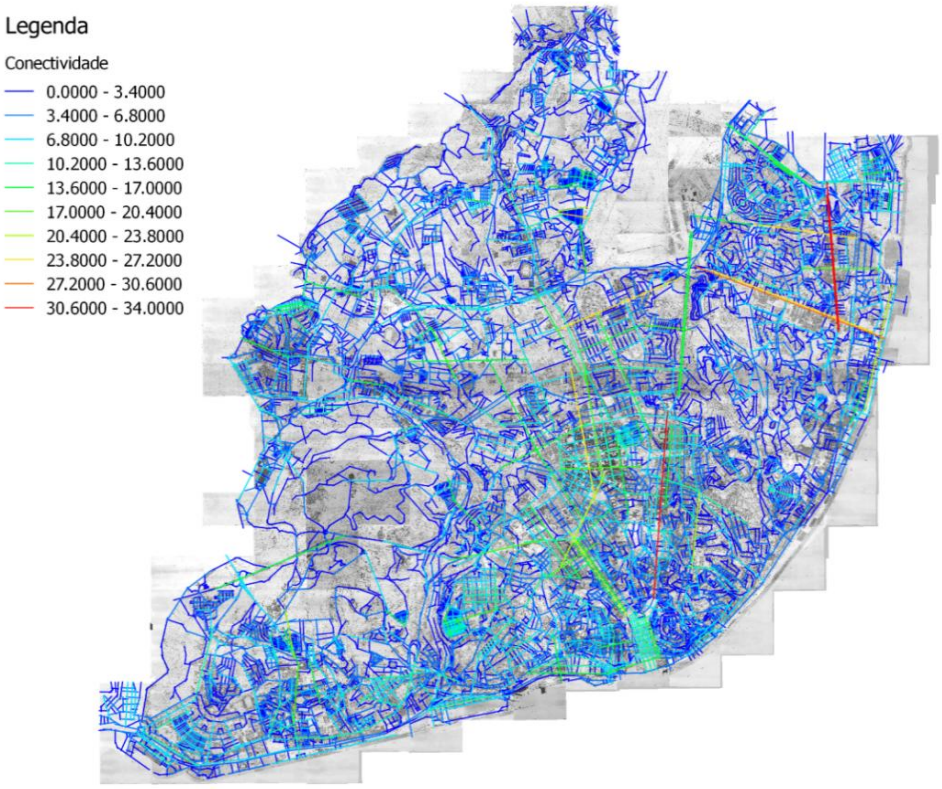


Figura 5.10 - Mapa Axial 1970, Conectividade (*Connectivity*).
Fonte: elaborada pela autora com cocriação de Arthur Dornellas Oliveira.

O Mapa Axial de Conectividade de 1970, na parte oriental da cidade, localizada a nordeste do mapa, revela duas vias com grande potencial de acessibilidade da malha urbana, uma com a linha axial vermelha, outra amarela. É importante citar que essa região da cidade, à época,

correspondia a uma área de baixo nível de ocupação do solo, caracterizada por terrenos industriais altamente degradados. A seguir, a Avenida Almirante Reis se destaca com a cor vermelha, confirmando o forte indicador de conectividade. A Avenida da Liberdade, juntamente com a Avenida Fontes Pereira de Melo e a Avenida da República, ao apresentarem linhas axiais na cor amarela, indicam um nível médio de conexão, não apresentando alterações em relação ao mapa de 1911. A Baixa Pombalina também não revela modificações em sua potência de acessibilidade, havendo linhas axiais nas cores verde e azul-claro.

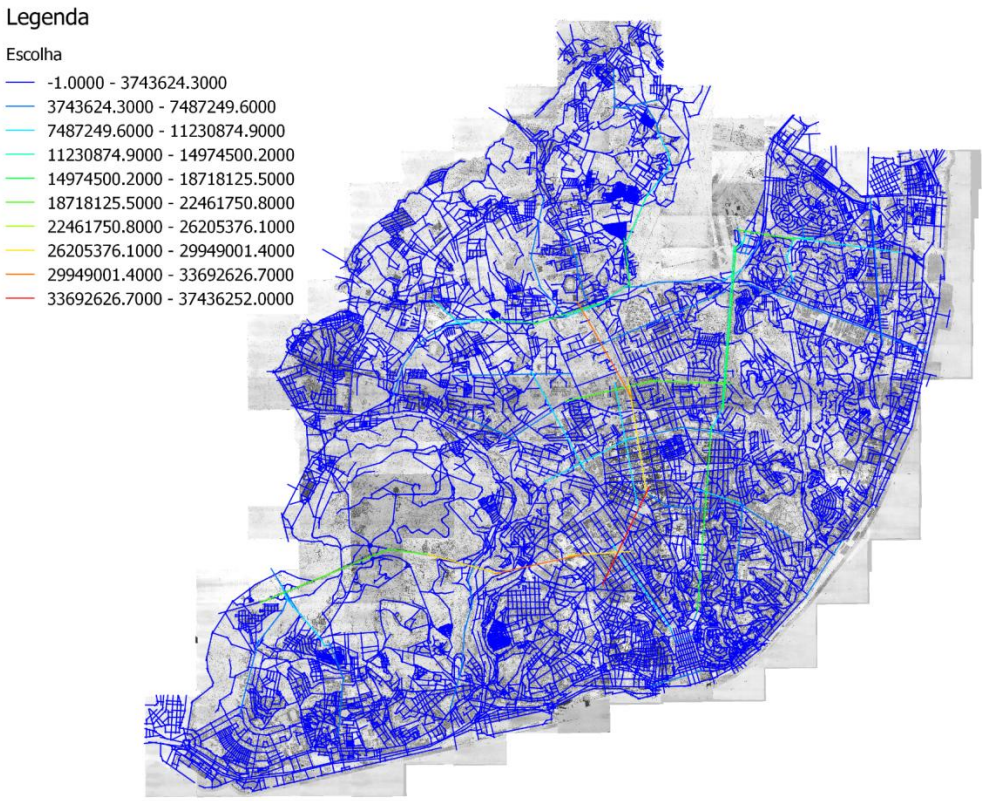


Figura 5.11 - Mapa Axial Lisboa 1970, Escolha (*Choice*).
Fonte: elaborada pela autora com cocriação de Arthur Dornellas Oliveira.

O Mapa Axial de Escolha reafirma a Avenida Fontes Pereira de Melo como uma seção importante de rota, sendo novamente representada por uma linha axial de cor vermelha. Tanto a Avenida da República quanto a Avenida Almirante Reis também não descrevem modificações nos seus índices de escolha, sendo apresentadas linhas axiais amarelas e verdes, respetivamente. A Avenida Almirante Gago Coutinho, continuação da Avenida Almirante Reis, do mesmo modo, mostra linhas axiais verdes. Já na Avenida da Liberdade é evidenciado baixo valor comparado ao mapa de 1911 e às avenidas que foram construídas para a expansão norte, indicando linhas axiais na cor azul-claro. O mesmo acontece com a Baixa Pombalina que traz

linhas axiais azuis-escuros, significa que ao longo do tempo a Baixa foi perdendo o potencial de escolha dentro da malha urbana de Lisboa.

5.1.4 Análise do Eixo Praça Marquês de Pombal - Praça do Rossio com base no Mapa Axial de 2005

A segunda análise tem como base o Mapa Axial de 2005, elaborado por Teresa Heitor e João Pinelo.

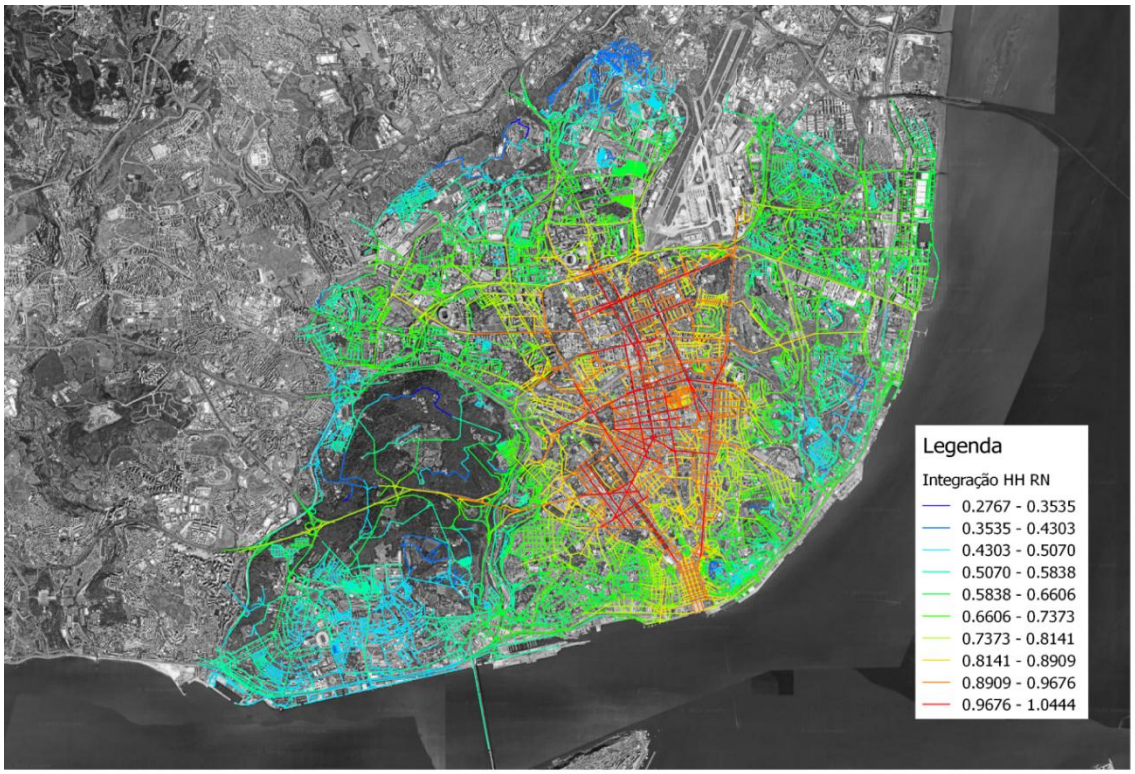


Figura 5.12 - Mapa Axial Lisboa 2005, Integração Global (HH) - Teresa Heitor e João Pinelo, 2005.
Fonte: cedido por Rosália Guerreiro no curso de doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos, ISCTE-IUL.

O mapa axial de integração global de 2005 tem as áreas de mais alta integração: a Avenida da República, onde em seus extremos se encontram as Praças Duque de Saldanha e Praça de Entrecampos. A forte integração das Avenidas Novas está progressivamente reforçada, o que certamente influencia o fato de atualmente ser o centro funcional da cidade de Lisboa. Nesse sentido, a configuração vai propiciar a circulação das pessoas e conquistar atractores para essas regiões da cidade, confirmando a teoria do movimento natural da Sintaxe Espacial, uma vez que esses espaços se tornam protagonistas dentro do quadro de integração da cidade.

A Avenida 5 de Outubro também continuou com seu protagonismo, apresentando uma linha axial vermelha e integrando o núcleo integrador da cidade. Diante disso, apesar de a Baixa perder sua relevância ao se compararem os mapas de 1911 e 1970, constata-se que, entre a década de 70 e a primeira década do século XXI, a região se manteve com praticamente o mesmo índice de integração global. Portanto, é possível afirmar que, apesar das transformações urbanas, não ocorreu processo de deslocamento do centro ativo urbano.

Numa perspetiva de enquadramento mais específico, a Praça Marquês de Pombal e a Avenida da Liberdade continuam se posicionando de forma estratégica dentro da malha urbana, tendo em vista a verificação das linhas axiais vermelhas nesses espaços caracterizando a avenida como um eixo estruturador do sistema e se constituindo em uma demarcação inicial do núcleo central da cidade.

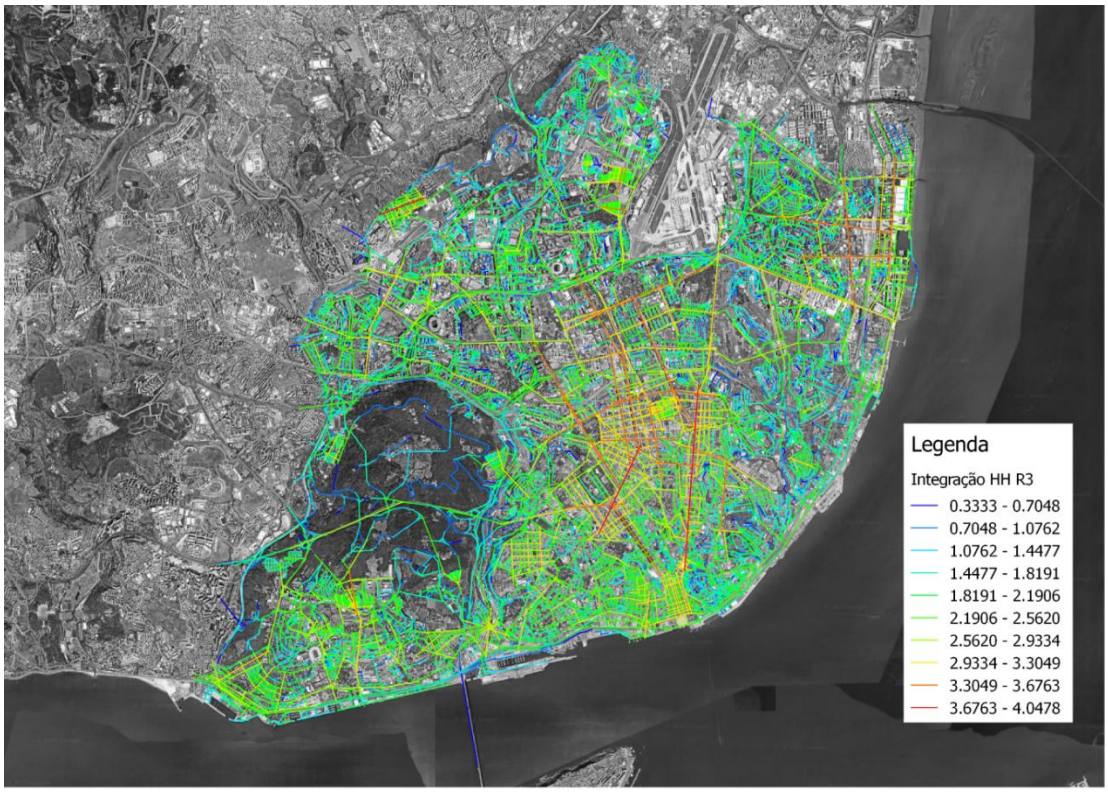


Figura 5.13 – Mapa axial 2005, Integração Local (HhR3) - Teresa Heitor e João Pinelo 2005.
Fonte: cedido por Rosália Guerreiro no curso de doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos, ISCTE-IUL.

Na análise do raio local (raio 3), as áreas que se destacam localmente são: a Avenida Fontes Pereira de Melo, localizada entre a Praça Marquês de Pombal e Saldanha, a área entre Saldanha e Praça de Entrecampos, onde se localiza a Avenida da República, a Avenida Almirante Reis e a região do Parque da Expo. Esses dados mostram a manutenção das centralidades locais desde a década de 70, uma vez que não há expressivas modificações entre os mapas axiais de raio 3

de 1970 e de 2005. A Avenida da Liberdade, de maneira menos expressiva, com a linha axial laranja, também se destaca juntamente com a Baixa, que exibe linhas ortogonais amarelas. O Eixo Praça Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio revela certa articulação com o entorno imediato, apesar de a Avenida da Liberdade não manifestar um sistema muito profundo em suas laterais.

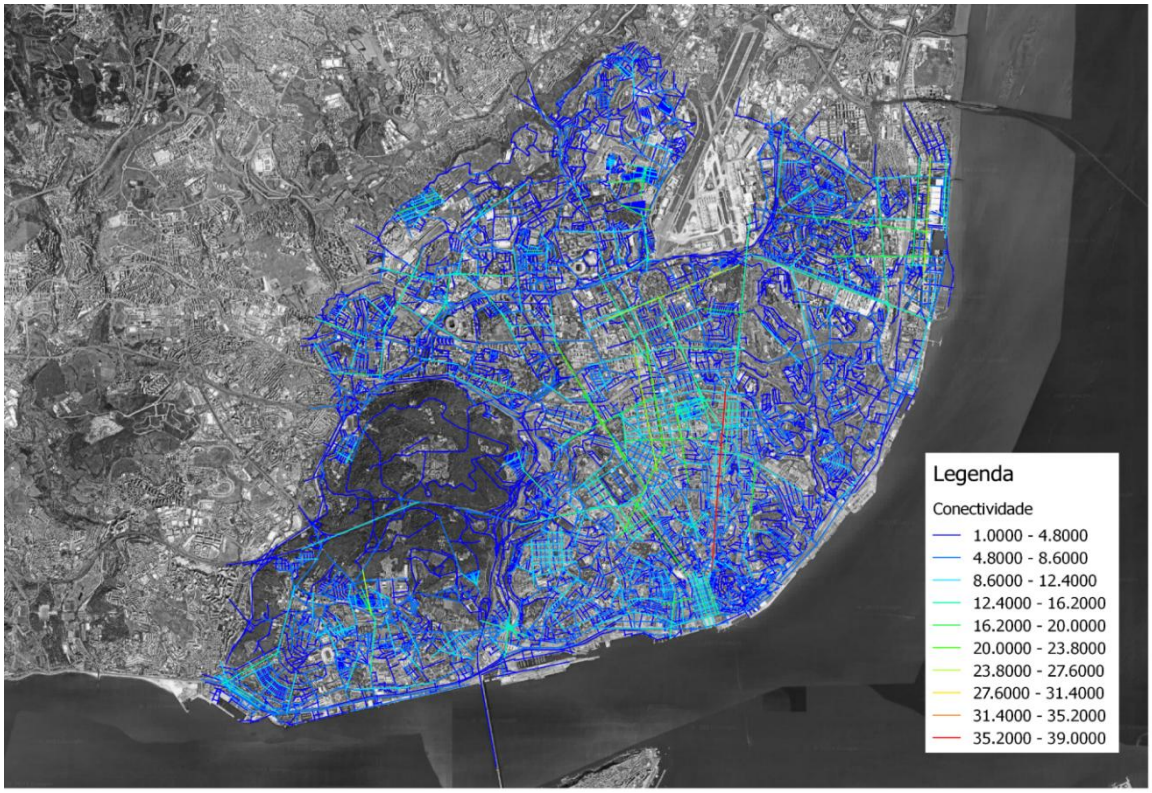


Figura 5.14 - Mapa Axial 2005, Conectividade (*Connectivity*) - Teresa Heitor e João Pinelo 2005.
Fonte: cedido por Rosália Guerreiro no curso de doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos.

O Mapa de Conectividade de 2005 tem poucas alterações em relação ao Mapa de Conectividade de 1970, embora este somente apresente a Avenida Almirante Reis como via de alto índice de conectividade. Apesar de menos expressivas, apresentadas com linhas axiais amarelas, é possível verificar que a Avenida 5 de Outubro, a Avenida da Liberdade e as Avenidas Novas predominam dentro da malha urbana de Lisboa, afirmando protagonismo na promoção e distribuição dos fluxos e circulações dentro do sistema, isto é, apresentam considerável potencial de passagem no sistema como um todo. As linhas axiais de cor azul claro encontradas principalmente no entorno das linhas mais expressivas do sistema informa a estrutura hierárquica com eixos globais, vias que cortam a cidade com maior cobertura.

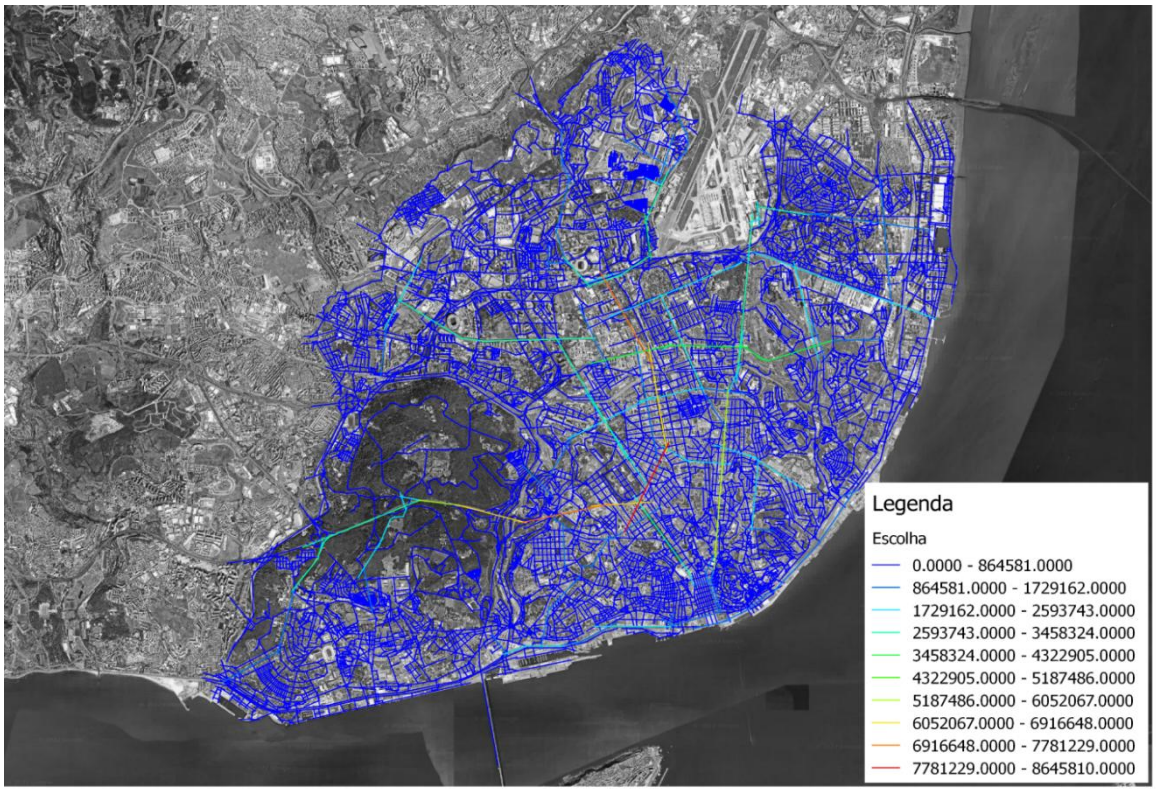


Figura 5.15 - Mapa Axial Lisboa 2005, Escolha (*Choice*) - Teresa Heitor e João Pinelo 2005.
Fonte: cedido por Rosália Guerreiro no curso de doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos, ISCTE-IUL.

Relativo à probabilidade de passagem, o Mapa de Escolha 2005 não descreve mudança em relação ao Mapa de Escolha de 1970, tendo como novo protagonista do sistema a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco juntamente com a Avenida Fontes Pereira de Melo, destacadas por linhas axiais de cor laranja e amarela. Essas rotas são mais curtas e com mais probabilidade de passagem dentro do sistema.

A Avenida da República, a Avenida Almirante Reis e a Avenida Gago Coutinho não tiveram modificações nos seus índices de escolha desde 1911, sendo a primeira apresentada com linha axial amarela e as restantes verdes.

Do mesmo modo, a Avenida da Liberdade, indicada por linhas axiais na cor azul-claro e a Baixa por cor azul-escuro, não alterou os índices de escolha em comparação ao mapa de 1970.

5.2 Correlação entre dados configuracionais e densidade de protestos nos espaços públicos

Para entendimento mais amplo dos padrões de ocupação dos espaços públicos dentro das dinâmicas de manifestações de protesto no território da cidade, foram realizadas análises de

correlação entre os dados georreferenciados dos espaços públicos ocupados nas manifestações de protesto entre 1974 e 2014 (Mapas de Kernel). Esses dados foram apresentados no segundo capítulo desta investigação e obtidos do levantamento do semanário Expresso e os mapas axiais das análises conformacionais desenvolvidos por Teresa Heitor e João Pinelo (2005).

A escolha pela utilização dos mapas axiais de 2005 para a realização da sobreposição dos dados se justifica a partir do momento em que as análises dos mapas axiais de 1970 e 2005, realizadas nos últimos subcapítulos deste estudo, não apresentam mudanças significativas nos valores topológicos das vias. Para a análise em que foram correlacionadas as medidas configuracionais e os mapas de densidade dos protestos, foram selecionados os mapas axiais de integração global (HH), de raio 3 (R3) e de escolha por dentro dos cálculos de movimento/circulação, prevalecerem como as variáveis mais aceitas e discutidas na comunidade da Sintaxe Espacial. A partir desses mapas, foram realizadas as sobreposições dos Mapas de Kernel dos pontos de partida, passagem e chegada de 1974 e 2014, a fim de obter um entendimento geral das marchas de protestos e suas correlações com a configuração urbana.

5.2.1 Sobreposição dos pontos de partida com o Mapa Axial de Integração Global 2005



Figura 5.16 - Integração Global RN (HH) 2005 e pontos de partida dos protestos entre 1974 e 2014.
Fonte: elaborado pela autora.

Os espaços utilizados como ponto de partida das marchas de protestos em relação ao Mapa de Integração Global comprovam a evidente relação entre a configuração urbana e as manifestações, uma vez que os espaços públicos que têm a maior incidência de ocupação coincidem com parte do núcleo integrador da cidade. Os pontos de partida mais expressivos, indicados na cor vermelha, localizam-se nos extremos das linhas axiais, onde é encontrada a Praça Marquês de Pombal, a Praça do Rossio e a Praça Martim Moniz. A Praça Marquês de Pombal, o principal ponto de partida dos protestos, localiza-se entre cruzamentos de diversas linhas axiais vermelhas, mostrando um ponto forte de integração da cidade.



Figura 5.17 - Integração local (R3) 2005 e pontos de partida dos protestos entre 1974 e 2014.
Fonte: elaborado pela autora.

Quando analisada a medida de integração R3, essa relação se apresenta de maneira mais visível, coincidindo as linhas com os maiores valores de integração local (centralidades de bairros) com as áreas que apresentam mais pontos de partida das manifestações. É também onde as praças do Rossio e Martim Moniz se encontram nos extremos das linhas axiais de cor vermelha e a Praça Marquês de Pombal se encontra no cruzamento de linhas axiais de alto valor

de integração local. Esse dado ressalta que a Praça Marquês de Pombal, espaço público de grande escala e significado político-social na história da cidade, é localizado num sítio estratégico, uma vez que esse ponto na cidade facilita o fluxo e acesso a outros espaços públicos simbólicos localizados acerca da praça.



Figura 5.18 - Escolha (*Choice*) 2005 e pontos de partida dos protestos entre 1974 e 2014.
Fonte: elaborado pela autora.

Já quanto à correlação com a medida de escolha, é interessante observar que a Praça Marquês de Pombal, espaço público eleito como o principal ponto de partida das manifestações, localiza-se no encontro das linhas axiais com maior índice dessa medida. Isso representa um motivo para que essa praça seja o ponto de encontro mais provável da malha para se iniciarem os protestos, pois essa medida calcula a probabilidade de se atravessar determinado segmento a partir de todos os outros pontos de origem e destino da malha urbana.

5.2.2 Sobreposição dos pontos de passagem com o Mapa Axial de Integração Global 2005



Figura 5.19 - Integração Global RN (HH) 2005 e pontos de passagem dos protestos entre 1974 e 2014.
Fonte: elaborado pela autora.

A sobreposição do mapa de pontos de partida juntamente com o mapa de integração global mostra o principal deslocamento das marchas no Eixo Marquês de Pombal - Praça do Rossio, revelando a preferência do percurso das marchas, iniciadas, em sua maioria, na Praça Marquês de Pombal, como mostrado no mapa anterior. Esse percurso, realizado através da Avenida da Liberdade, apresenta alto índice de integração global, indicada na cor vermelha, com preferência para o sul da cidade, oposto aos maiores índices de integração global da malha, que se encontram para o norte.



Figura 5.20 - Integração Global R3 2005 e pontos de passagem dos protestos entre 1974 e 2014.
Fonte: elaborada pela autora

A análise dos pontos de passagem em relação à medida de integração R3 revela um alto valor de integração local e grande incidência de passagem de manifestações na Avenida da Liberdade. A partir da análise do cruzamento de fortes linhas axiais na Praça Marquês de Pombal, realizado, nomeadamente, a partir das linhas axiais vermelhas da Avenida da Liberdade e da Avenida Fontes Pereira de Melo, ainda se deteta preferência de movimento para o sul da cidade, embora haja forte índice de integração para o norte a partir da Avenida Fontes Pereira de Melo.



Figura 5.21 - Escolha (*Choice*) 2005 e pontos de passagem dos protestos entre 1974 e 2014.
Fonte: elaborada pela autora
.

O mapa axial da Figura 4.65 trata o deslocamento dos peões como se estes escolhessem a melhor rota de deslocamento na relação custo-benefício, ou seja, escolha é o grau de fluidez dos fluxos por meio dos espaços com a intenção de se reportar aos caminhos mais curtos entre origem e destino. Nesse caso, observa-se que a linha axial do prolongamento da Avenida Fontes Pereira de Melo na Praça Marquês de Pombal apresenta o maior índice de escolhas, seguida pela Avenida da República na zona do Campo Grande e pela Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, apresentadas nas cores laranja e amarelo. A Avenida da Liberdade, onde passa a maioria das marchas de manifestações, exibe baixo valor no índice de escolha. O comportamento dos peões, nesse recorte de análise de dinâmica espacial, indica não se realizar a partir do desejo de minimizar os gastos no deslocamento no contexto geral da malha urbana.

5.2.3 Sobreposição dos pontos de chegada com o Mapa Axial de Integração Global 2005



Figura 5.22 - Integração global RN (HH) 2005 e pontos de chegada dos protestos entre 1974 e 2014.
Fonte: elaborada pela autora
.

Embora a maioria dos pontos de chegada das manifestações se localize dentro do núcleo integrador da cidade, o espaço público com maior índice de ocupação, o São Bento, onde se localiza a Assembleia da República, não se encontra dentro do núcleo integrador, tampouco dentro de um âmbito de alta integração, não tendo linha axial com alto índice de integração. Isso pode significar que a escolha dos pontos de chegada dos protestos não se relaciona à facilidade que a população tem em distinguir a ideia do "todo" como espaço mais amplo, na análise global da cidade.



Figura 5.23 - Integração local (R3) 2005 e pontos de chegada dos protestos entre 1974 e 2014.
Fonte: elaborado pela autora.

Na análise das centralidades locais, o mesmo é observado nos pontos de chegada dos protestos. Ainda que a Praça do Rossio seja localizada no extremo geográfico de alta integração local, a Praça do Comércio e o São Bento, espaços eleitos como destaque dos pontos de chegada das manifestações, encontram-se em locais da malha urbana com índices médio-baixos, com linhas axiais nas cores amarela e verde. Esse fato indica que a análise sintática do espaço urbano, a qual busca traduzir um sistema de permeabilidade ou de obstáculos, sequencial ou com interrupções, conectado ou hierarquizado, de fácil acesso ou embarreirado, não afeta, num quadro local, o destino final das marchas de manifestações de protesto.



Figura 5.24 - Escolha (*Choice*) 2005 e pontos de chegada dos protestos entre 1974 e 2014.
Fonte: elaborada pela autora
.

Ao analisar os pontos de chegada dos protestos em relação ao mapa de escolha, infere-se que o grau de fluidez dos fluxos a partir dos espaços com a intenção de se reportar aos caminhos mais curtos entre a origem e o destino, em uma análise global, não se revela, num primeiro momento, influente no quadro geral de verificação do índice escolha. No entanto, ao observá-los como pontos finais das marchas, nomeadamente o São Bento e a Praça do Comércio, são espaços onde se encontram edificações de poder institucional, ou seja, espaços simbólicos de poder.

No caso do Rossio, fica evidente, neste estudo, a importância da simbologia espacial como espaço de poder que não tem edifícios governamentais. Se se considerar a relação desses espaços com os pontos de partida e os caminhos escolhidos de passagem para chegar até ao ponto final, vê-se que o ponto de partida mais relevante traz indícios da influência da configuração e, a partir deste, são eleitos os caminhos mais diretos para os espaços de poder. Portanto, embora os pontos finais não apresentem altos índices de escolha na

totalidade da malha urbana, o percurso da marcha, em sua maioria, tem início na Praça Marquês de Pombal, espaço de grande índice de escolha. Caso o destino da marcha seja o São Bento (Assembleia da República), o trajeto escolhido é pela Rua Braamcamp, Largo do Rato e depois a Rua de São Bento (percurso mais direto). Se o destino final for a Praça do Rossio ou a Praça do Comércio, o percurso será realizado pela Avenida da Liberdade.

Faz-se necessário esclarecer que em ambos os percursos citados foram encontrados uma considerável declividade topográfica entre o ponto de partida e o ponto de chegada. Apesar da teoria da *Space Sintaxe* não incluir a topografia dentro das análises de fluxos de peões nas cidades, fica evidente a influência desta, tendo em conta que a maioria dos percursos realizados nos protestos tende a descer as vias.

Capítulo 6

Considerações Finais

A evolução política, económica e social, assim como as mudanças na organização espacial das cidades, tem um impacto significativo na forma como o espaço público é compreendido e utilizado, visto como um recurso valioso que pode ser utilizado tanto para a satisfação das necessidades individuais quanto para o bem-estar coletivo. É um espaço onde os diferentes interesses podem ser debatidos e negociados, sendo, dessa forma, uma dimensão importante da democracia e da cidadania. Ao mesmo tempo, o espaço público também é visto como um produto que é moldado e construído por uma variedade de processos e práticas, incluindo a planificação, a gestão e a governança do espaço, bem como a apropriação e utilização pelos diferentes atores e grupos.

Nesse sentido, a compreensão acerca das manifestações nos espaços públicos como um fenómeno urbano ligado à intervenção da rua e como um lugar geométrico de protestos políticos foi o ponto de partida para tratarmos os principais espaços públicos eleitos como cenário de manifestações de protesto na cidade de Lisboa. Este estudo ofereceu um detalhado mapeamento e a identificação dos objetivos das manifestações de protesto em Lisboa, proporcionando perceções importantes sobre as dinâmicas de ocupação dos espaços públicos ao longo de quatro décadas (1974–2014).

Ao concentrar-se em informações quantificáveis e verificáveis, como datas e locais específicos dos protestos, a investigação consegue contornar expressivamente as potenciais distorções introduzidas por análises de conteúdo subjetivo das reportagens. Isso resultou em uma base sólida para compreender como certos espaços urbanos se tornaram recorrentemente palcos para a expressão pública e política. A metodologia empregada revela padrões de escolha dos locais de protesto, evidenciando preferências por determinados espaços públicos que podem estar relacionadas a fatores como significado histórico, simbólico, acessibilidade e capacidade de acomodação de grandes grupos. Além disso, a análise temporal permitiu identificar as tendências de mobilização refletidas por transformações sociais, políticas e urbanas ao longo do tempo.

A presente investigação foi baseada na coleta de dados objetivos para amenizar a subjetividade na interpretação das reportagens, reconhecendo intrinsecamente a limitação decorrente da eleição do *Expresso* como a única fonte de informação. A decisão de utilizar esse periódico semanal apoia-se no entendimento de que as manifestações de maior

relevância social são objeto da sua cobertura, proporcionando um filtro eficaz para identificar os eventos mais significativos. A escolha desse meio de comunicação visou à viabilidade prática do levantamento histórico abrangente, dado que a análise de um jornal diário ao longo de quatro décadas demandaria tempo demasiadamente extenso para contemplar a cobertura integral do período em estudo, tornando-o infactível e ultrapassando as limitações temporais individuais. Embora a abordagem metodológica adotada tenha sido cuidadosamente definida, os resultados indicam que investigações futuras podem aprofundar a análise por meio da ampliação da base de dados e da incorporação de diferentes fontes. Tal aprofundamento permitiria uma compreensão mais consistente das dinâmicas das manifestações de protesto e dos seus efeitos no espaço público de Lisboa, contribuindo para uma leitura mais integrada do fenómeno.

A recolha e apresentação desses dados inéditos obtidos por meio do arquivo jornal *Expresso* e georreferenciados representam uma contribuição valiosa não apenas para a compreensão do desenvolvimento das práticas socio espaciais e a construção da narrativa da cidade de Lisboa, mas também para investigações futuras em diversas áreas. Essa abordagem multidisciplinar pode enriquecer significativamente o entendimento das dinâmicas urbanas e das manifestações sociais, contribuindo para a construção de uma compreensão mais profunda e integrada da vida na cidade e da sua evolução histórico-espacial.

Este estudo delineou a evolução das dinâmicas urbanas e políticas de Lisboa com base em quatro distintos ciclos de governação, inspirando-se nos trabalhos de Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (2001) e Carlos Fortuna (2002) e introduzindo um novo ciclo identificado por nós na pesquisa. A narrativa da cidade de Lisboa, pautada nas ocupações urbanas em decorrência de manifestações de protesto, revela camadas históricas e simbólicas dos espaços públicos, manifestadas e construídas por uma dinâmica socio espacial complexa. A análise dos protestos, segmentada nos quatro ciclos de governação - ciclo da espontaneidade da sociedade civil, ciclo da institucionalização da vida política, ciclo da europeização e do ciclo da tecnologia da informação e comunicação - revela não apenas uma transformação no comportamento político e social dos cidadãos, mas também na evolução e na narrativa da cidade e dos seus espaços públicos como palco de expressão pública.

O ciclo da espontaneidade (1974-1979) em Portugal, particularmente marcado pelo período imediatamente após a Revolução dos Cravos, destacou a reafirmação simbólica do espaço público como um palco de manifestações, onde o ato de ocupar a rua assumiu força simbólica singular, refletindo uma reconfiguração significativa da vida pública e política. Essa época foi caracterizada por um ímpeto coletivo em direção à liberdade. A espontaneidade das ações e o desejo de participação direta na vida política convergem nos espaços urbanos, transformando-

os em campos de expressão de reivindicação, cuja mobilização coletiva transformou profundamente a relação entre o espaço público e a prática política. Essa fase, caracterizada pela efervescência social e política, destacou-se pela capacidade de diversos espaços urbanos de Lisboa em concentrar grandes atos de manifestação, revelando-se fundamentais na articulação de novas dinâmicas sociopolíticas e na redefinição da identidade coletiva e da cidade.

Henri Lefebvre (1991), ao discutir o direito à cidade, destaca a importância da participação ativa dos cidadãos na criação e recriação contínua dos espaços urbanos, sugerindo que a verdadeira essência da vida urbana resulta na centralidade da prática social na definição do espaço. Esse período foi marcado por impulsionar atividades que iam desde manifestações espontâneas a comemorações de conquistas políticas e sociais, desfiles e marchas que articularam simbolicamente diferentes partes da cidade, conectando-as por meio de uma rede de caminhos carregados de significado. Os espaços públicos de Lisboa, como o São Bento, a Praça do Comércio, a Praça do Rossio, a Avenida da Liberdade, a Praça Marquês de Pombal e a Alameda Dom Afonso Henriques surgem não apenas como locais físicos de aglomeração, mas como símbolos vivos da luta por uma nova ordem social e política.

A filosofia de Jurgen Habermas (1989) sobre o espaço público como uma esfera de deliberação democrática ganha dimensão concreta nesse período em que a rua se torna um lugar de discursos, um laboratório de práticas democráticas emergentes. O espaço público transforma-se no cenário onde a "vontade geral" é expressa, ouvida, onde se manifesta a possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária.

Michel Foucault (1982) assinala a relação intrínseca entre espaço e poder, permitindo compreender os espaços públicos como dimensões centrais das dinâmicas de dominação e contestação. No ciclo da espontaneidade, a reocupação e a reivindicação dos espaços urbanos podem ser interpretadas como formas de resistência às estruturas de poder instituídas, na medida em que reintroduzem o uso político do espaço na vida urbana. Assim, a espontaneidade das manifestações expressa práticas de participação e envolvimento cívico que atribuem novos significados ao espaço público, entendido como lugar de conflito, negociação e redefinição das relações sociais. Nesse contexto, a construção simbólica do espaço público evidencia o potencial transformador da ação coletiva.

Ao introduzir os espaços com novos significados e possibilidades, os cidadãos reivindicaram a rua como um espaço de liberdade e de expressão e também repensaram e reconstruíram a paisagem urbana como um reflexo de seus desejos por uma sociedade mais

democrática e participativa. Esse processo contribuiu para a reafirmação do espaço público como um suporte essencial para a prática da democracia, um local de encontro, diálogo e transformação e destacando a importância da presença física e da voz ativa nos espaços públicos. O dinamismo desse período destaca os espaços públicos como elementos-chave na construção da memória coletiva e na consolidação do regime democrático a partir da ocupação simbólica e física. Essa interação dinâmica entre o espaço e a sociedade revela a capacidade do urbano em moldar e ser moldado por momentos históricos, destacando a importância de preservar e entender esses espaços não apenas como locais de passagem, mas como essenciais à prática da cidadania e à expressão da vontade coletiva.

A fase de institucionalização da vida política em Portugal (1980-1989), em que Lisboa viu os seus espaços públicos tornarem-se palcos importantes de protesto e expressão democrática, apresenta uma perspetiva variada para compreender a transformação e o papel do espaço urbano na dinâmica sociopolítica. Esse período, marcado pela transição de uma sociedade motivada pela espontaneidade de protestos para uma estrutura mais regulamentada e institucionalizada, permite compreender a persistência do significado político e social de espaços icónicos, apesar de novos sentidos de modernização e contestação, motivados em parte pela integração europeia e reformas internas.

Jurgen Habermas (1989) apresenta um enquadramento teórico para analisar a relação entre o espaço público e a formação da opinião pública numa democracia. A relevância da sua teoria nesse contexto pode ser vista na maneira como os espaços públicos de Lisboa serviram como palcos para o discurso racional e a deliberação democrática. As tentativas de restringir protestos em locais específicos nesse período, como a Praça do Rossio e a Praça dos Restauradores, mostram os desafios enfrentados na manutenção do espaço público como uma esfera livre para o debate e expressão política e para a identidade urbana. O ciclo da institucionalização destaca a importância da participação ativa e do acesso irrestrito ao espaço público, sendo crucial para a vitalidade da cidade. A ocupação e a reivindicação dos espaços públicos lisboetas durante os protestos podem ser interpretadas a partir da resistência e da recriação do espaço urbano. As práticas quotidianas de manifestantes, ao ocuparem locais como o eixo, revelam um processo de apropriação do espaço que desafia as tentativas de controle e institucionalização.

Henri Lefebvre (1991) fornece um quadro teórico para entender o espaço como um produto social e um meio de controle e resistência. Os espaços públicos de Lisboa, ao longo desse período, podem ser entendidos como casos representativos da teoria do autor, uma vez que a reinterpretação do espaço público influencia e é influenciada pelas relações socio espaciais. A transformação desses espaços em locais de protesto e de expressão permite observar as

diferentes dimensões do espaço — percebido, concebido e vivido — e evidencia o seu papel na vida social, bem como as disputas contínuas em torno do seu significado e dos seus usos.

Pierre Bourdieu (1989) traz uma perspetiva adicional ao destacar o conceito de *habitus* e campo, que permite uma análise das práticas sociais nos espaços públicos. A reivindicação e uso dos espaços públicos em Lisboa refletem a interação entre as disposições internalizadas dos participantes (*habitus*) e o campo (espaço público como um domínio de lutas simbólicas e materiais). A tentativa de restringir as manifestações a espaços previamente definidos contrasta com as práticas espontâneas e organizadas dos grupos sociais, revelando a tensão existente entre as estruturas institucionais e a ação individual e coletiva. Portanto, a análise do ciclo da institucionalização da vida política em Portugal destaca uma compreensão complexa da interação entre o espaço, o poder e a sociedade. A persistência e transformação dos espaços públicos de Lisboa como locais de expressão política e social apontam a contínua negociação e luta pelo direito ao espaço e à cidade, bem como a relação entre a estrutura do espaço urbano e a dinâmica da vida democrática.

O ciclo da europeização em Portugal (1990-2002) mostra a profunda mudança na economia, na política, no urbanismo e nas práticas sociais que caracterizam a utilização dos espaços públicos. Essa época, destacada pela ascensão à União Europeia e pelo fenómeno da globalização, marcou a evolução das cidades portuguesas, atribuindo uma nova dinâmica nos espaços de protesto e alterando a maneira pela qual os indivíduos se engajam no entorno urbano para expressar suas demandas e identidades.

Esse período evidencia que, mesmo frente aos atributos modernos do Parque das Nações, inaugurado em 1998, os espaços públicos enraizados em rica memória histórica e carga simbólica continuam a ser os preferenciais para expressões coletivas. Jovens com novas pautas, como o protesto de 1999 inspirado no grupo britânico *Reclaim The Streets* (RTS), optam pelo centro histórico de Lisboa para realizar um protesto de características pouco usuais no contexto local. Tal escolha destaca que a ocupação coletiva de espaços em contextos de protesto transcende critérios de conveniência urbana, estéticos, institucionais ou comerciais.

As características intrínsecas dos espaços públicos, em sua conceção, geram um contexto específico que é continuamente reconfigurada pelas experiências vividas. É a partir da interação com o espaço edificado que os grupos sociais conseguem se reconhecer e se apropriar, ou não, desses locais, baseando-se nos significados simbólicos que lhes são

atribuídos. Assim, a contínua preferência do eixo, mesmo por gerações distintas e com diferentes pautas, para a realização de protestos destaca a importância dos valores simbólicos e da memória coletiva na escolha dos espaços urbanos para a expressão pública, revelando a profunda conexão entre a identidade dos grupos e a narrativa espacial das cidades.

Henri Lefebvre (1991) estabelece uma base teórica fundamental que destaca a relação entre o espaço e a sociedade. Para o autor, o espaço urbano transcende a sua materialidade para se tornar um produto social, moldado pelas interações humanas. Nesse sentido, os espaços públicos emergem não como meros panos de fundo, mas como entidades ativas na construção simbólica da cidade e na articulação de discursos políticos e sociais. Esses espaços se reafirmam sistematicamente como palcos de negociação de poder e identidade urbana, confirmando sua relevância no tecido urbano contemporâneo.

Essa discussão é ampliada por David Harvey (2008), ao destacar o direito dos cidadãos a modelar o desenvolvimento urbano conforme as suas necessidades e aspirações. Os protestos observados durante o período da europeização exemplificam essa prerrogativa cidadã, reconhecendo os espaços públicos como locais de apropriação para a expressão do descontentamento e a busca por transformações sociais.

Carlos Fortuna (2002) defende esse período para a massificação e estetização do consumo como elemento que reconfigura a perceção e o uso do espaço público, introduzindo uma tensão entre a mercantilização dos espaços urbanos e a sua função como lugares de expressão democrática e engajamento civil. Assim, a contínua escolha do centro histórico para diferentes manifestações destaca a tensão identificada por Fortuna (2002) entre os processos de mercantilização dos espaços urbanos e a preservação da sua função como palco de participação democrática e cultural, destacando a importância de espaços urbanos que permitem a vivência de valores comunitários e a expressão de identidades coletivas, em contraponto às dinâmicas de consumo que tendem a homogeneizar e a privatizar a experiência urbana.

A complexidade das interações espaciais revela como os espaços públicos de Lisboa se tornam locais de coexistência de temporalidades, identidades e diferentes demandas. Assim, a era da europeização em Portugal indica um período de contínua construção simbólica dos espaços públicos. As mudanças observadas refletem a transição para padrões europeus de desenvolvimento e uma luta por identidade, reconhecimento e pertencimento, onde se percebem os espaços públicos como extensões das comunidades, de camadas sobrepostas de memórias e resistências, reafirmando espaços que são relembrados dentro de um campo imaginário ou físico da ação política. O processo de europeização reforça a necessidade de engajamento cívico e político, evidenciando o espaço público como elemento central na

articulação de formas de contestação ao poder, inclusive por parte de grupos cujas ações se caracterizam pela espontaneidade e ausência de institucionalização.

O ciclo da tecnologia da informação e comunicação representa um marco transformador na dinâmica dos protestos e na apropriação dos espaços públicos em Lisboa, refletindo a complexa interação entre a evolução tecnológica, a sociedade e o espaço urbano. A expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) reconfigurou as formas de mobilização, comunicação e expressão pública, destacando a capacidade das redes digitais de transcender as barreiras físicas e influenciar a organização e execução dos movimentos de protesto. O surgimento das manifestações organizadas via telemóvel em Portugal, como as ocorridas em 2004 contra a ocupação do Iraque, marca fase de transição na dinâmica de protestos no espaço público. Com uma penetração de telemóveis alcançando 94,8% da população portuguesa naquele ano, segundo a ANACOM, a sociedade portuguesa estava no início de uma nova era de mobilização social. Esse evento, pioneiro de mobilização via SMS, revelou o potencial dos dispositivos tecnológicos para superar os limites da comunicação tradicional e para facilitar a organização e execução de protestos de forma mais ágil e descentralizada. A introdução dos dispositivos móveis na organização de protestos em Portugal representa um marco na evolução das dinâmicas sociais e políticas no espaço público, indicando as tendências das formas atuais de mobilização e engajamento cívico.

Manuel Castells (2013) argumenta que a sociedade em rede possibilita o surgimento de novas formas de protesto caracterizadas pela organização horizontal, descentralizada e pela mobilização rápida e eficaz por intermédio dos medias sociais. Essas novas dinâmicas redefinem a relação entre os cidadãos e o espaço público, onde o ciberespaço e o espaço urbano se relacionam, criando uma nova esfera de atuação política e social. No caso lisboeta, o eixo mantém a sua relevância histórica e simbólica, mas agora são também pontos de convergência de protestos que têm sua origem no espaço virtual. As manifestações "Geração à Rasca" e "Que se Lixe a *Troika*" ilustram a potência das redes sociais como ferramenta de convocação e organização, capaz de reunir milhares de pessoas em torno de causas comuns, em que a mobilização *online* se materializa na ocupação física do espaço urbano, demonstrando a relação entre o virtual e o real.

Henri Lefebvre (1991) aborda o espaço como um produto social, um espaço de luta e de expressão das relações de poder. Nesse sentido, a reconfiguração dos protestos em Lisboa reflete uma transformação nas formas de resistência e contestação, em que o espaço físico da cidade se relaciona com o espaço virtual, potencializando a capacidade de

mobilização e de expressão do descontentamento social. A importância do engajamento cívico na construção do processo de urbanização é discutida por David Harvey (2008). O autor argumenta que o direito à cidade é mais do que o acesso individual ou coletivo aos recursos urbanos, é um direito de mudar a cidade de acordo com nossos desejos mais profundos. A adoção de plataformas de media social pelas manifestações de protesto em Lisboa demonstra como o espaço público virtual se torna um meio crucial para exercer esse direito, permitindo que as vozes coletivas moldem a narrativa política e social e, por sua vez, influenciem a condição do espaço físico.

Manuel Castells (2013) analisa o impacto das redes digitais nas estruturas sociais e políticas. O autor sugere que a sociedade em rede é caracterizada pela prevalência de uma lógica de conectividade e fluxos de informação que atravessam os domínios tradicionais do espaço e do tempo. Nesse sentido, os protestos que permeiam o espaço público virtual e físico de Lisboa refletem a transição para formas de mobilização que são simultaneamente globais e locais, destacando a capacidade das redes sociais de convocar, organizar e amplificar o protesto público além das limitações físicas. Assim, a análise das manifestações de protesto nesse ciclo destaca apenas a persistência dos espaços públicos tradicionais como palcos de manifestações e a emergência de novas formas de organização social impulsionadas pela tecnologia.

Esse período destaca a relação entre o físico e o digital, redefinindo s características da esfera pública e da participação cidadã. Esse fenómeno indica uma ampliação do conceito de espaço público, agora entendido como um domínio híbrido, em que a interação social se estende para além dos limites físicos, englobando o espaço digital como uma extensão da esfera pública. Portanto, as TICs emergem como catalisadoras de uma nova forma de espaço de debate, cuja rapidez da disseminação de informações e a capacidade de organizar grandes grupos de forma descentralizada redefinem as estratégias de resistência e protesto, afetando o espaço público físico. Além disso, a escolha dos espaços públicos para a realização de protestos não é meramente circunstancial, mas carregada de simbolismo e intencionalidade. A reiterada preferência por locais como a Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e a Praça do Rossio comprova uma estratégia planeada de ocupação de espaços emblemáticos da cidade, que historicamente foram palcos de manifestações sociais e políticas. Essa escolha reflete uma busca por visibilidade e a intenção de inscrever as atuais manifestações dentro de uma continuidade histórica simbólica.

Assim, o ciclo da tecnologia da informação e comunicação destaca uma significativa transformação na dinâmica dos protestos e na relação entre o espaço público e a participação política. A relação entre o digital e o físico, ao ampliarem o alcance e a eficácia da mobilização,

demonstram uma nova dimensão à ocupação dos espaços urbanos, enfatizando o papel fundamental desses locais no campo das representações.

A estrutura física de Lisboa, evidenciada pela Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio, reúne um conjunto complexo de significados históricos, culturais e políticos que se relacionam com a identidade da cidade. Esta investigação apurou que esses espaços públicos transcendem sua mera função arquitetónica ou estética, emergindo como símbolos potentes de memória, poder, resistência e transformação ao longo do tempo.

A relevância da Praça Marquês de Pombal em Lisboa, tanto na sua dimensão física quanto simbólica, surge como um ponto crucial nas dinâmicas de manifestações de protesto urbano. Esse espaço serve como ponto de partida e convergência para inúmeras mobilizações sociais, e engloba a memória histórica e a identidade coletiva da cidade, atuando como um catalisador para a expressão pública e a contestação política.

Originada como um tributo ao Marquês de Pombal, a praça-rotunda é emblemática na reconstrução de Lisboa no século XVIII, após o devastador terremoto de 1755, sob os ideais iluministas. Essa intervenção marcou o início da modernidade urbanística em Portugal, simbolizando a capacidade de renovação e resiliência da nação portuguesa. Ademais, a história da Praça Marquês de Pombal está diretamente ligada à Revolução Republicana de 1910, um momento decisivo que viu o espaço público, então conhecido como Rotunda, tornar-se um símbolo da luta e aspiração por mudança. Esse evento histórico marca o local não apenas como um ponto de referência geográfico, mas como um símbolo vivo da transformação social e política. Desde então, a praça tem sido frequentemente escolhida como ponto de partida para protestos, destacando a sua posição como um espaço de significado profundamente enraizado na luta por justiça e liberdade. A sua utilização contínua como palco para protestos demonstra a persistência dessa memória e a capacidade do espaço de inspirar e acolher a ação coletiva.

A sua posição geográfica, em um dos pontos mais elevados da cidade, oferece uma perspetiva estratégica que facilita naturalmente a organização e a movimentação de protestos, especialmente aqueles que tradicionalmente seguem pela Avenida da Liberdade em direção ao centro histórico e ao Parlamento. Essa característica topográfica potencializa a visibilidade o impacto das manifestações e simboliza, de certa forma, a descida da vontade popular desde um lugar simbólico até um lugar de poder popular, o Rossio. Juntamente com a sua função como um ponto nodal na malha urbana, a sua localização facilita a convergência de pessoas e fluxos. Essa convergência é um fenómeno

dinâmico que transcende o tempo, fazendo com que o espaço não seja apenas um lugar passivo da história, mas um participante ativo na formação e reformulação contínua da identidade cultural e política da cidade.

Do ponto de vista arquitetónico, a praça destaca-se pela monumentalidade do monumento ao Marquês de Pombal, circundado por arranjos urbanísticos que refletem a estética neoclássica e a visão de modernidade, por ser o ponto memorável da expansão territorial criada a partir dela, representando um elo entre o passado histórico de Lisboa e seu presente. Esse cenário dialoga com a memória histórica da cidade e cria um espaço de encontro dinâmico, capaz de acolher as diversas vozes da sociedade lisboeta.

Assim, a Praça Marquês de Pombal transcende sua materialidade para se afirmar como um símbolo vivo da identidade de Lisboa, um local onde o passado e o presente se relacionam para criar um palco de diálogo contínuo entre a cidade e os seus habitantes. A sua relevância como espaço de manifestação, memória e interação social reflete a dinâmica complexa e multifacetada da vida urbana, reafirmando a importância de entender os espaços públicos como locais de significado, história e participação cívica. As manifestações de protesto contemporâneas não são eventos isolados, mas diálogos com o passado, em que os participantes reinterpretam as lutas históricas pela liberdade e justiça que o espaço simboliza. Assim, a praça serve como um testemunho da história social e política de Lisboa, onde cada evento adiciona camadas à narrativa da cidade.

O uso predominante da Avenida da Liberdade como ponto de passagem destaca a sua importância histórica e simbólica como eixo central de manifestações, surgindo como um palco multifacetado que reflete as complexidades da vida urbana e das dinâmicas sociais, culturais e políticas de Lisboa.

Inspirada nos grandes bulevares parisienses do século XIX, a sua conceção integrou um projeto de modernização urbana que visava aproximar Lisboa das principais cidades europeias, associando o novo traçado a ideias de prestígio e ordenamento urbano que ainda hoje se refletem na identidade da cidade. Caracterizada pela sua largura, pelas alamedas arborizadas, pela diversidade arquitetónica que inclui edifícios emblemáticos e espaços comerciais de maior prestígio, a avenida reflete a coexistência entre referências históricas e processos de modernização urbana. A estética e o planejamento da Avenida da Liberdade foram pensados para representar a organização social da época, servindo como uma representação física do poder económico e simbólico. A configuração da Avenida facilitava a circulação e a reunião pública, incentivando o surgimento de bairros novos em sua periferia e promovendo o

desenvolvimento urbano orientado por uma lógica de distinção social, além de potencializar novas formas de apropriação dos espaços da cidade.

Na Revolução Republicana de 1910, a Avenida da Liberdade se transformou em um palco emblemático de expressão e resistência de uma nova ordem que valorizava a participação cívica e a expressão popular. Esse espaço, historicamente caracterizado por sua importância estética e urbanística, foi reinterpretado pelo fervor revolucionário, assumindo uma nova dimensão como espaço de manifestações públicas.

A introdução da República incentivou a participação ativa na vida pública, redefinindo a própria noção de espaço público. A Avenida da Liberdade, anteriormente um símbolo do poder monárquico e da elite, foi transformada em um local de reunião para o povo, traduzindo a democratização do espaço urbano. Esse fenómeno provocou uma significativa mudança no sentido do espaço urbano, onde o simbolismo político e cultural passou a coexistir com a sua função arquitetónica e urbanística. As manifestações e celebrações que tomaram lugar na avenida ilustram a reivindicação da cidade pelos seus habitantes, marcando-a como um lugar de memória viva e de práticas sociais em constante evolução.

Essas transformações nas dinâmicas socioespaciais levaram a uma reavaliação das formas como o espaço urbano é representado e vivido pelos cidadãos lisboetas. A interação entre a população e o espaço público levou à reflexão sobre o potencial dos espaços urbanos em moldar e ser moldado por dinâmicas sociais e culturais. Nesse contexto, a Avenida da Liberdade deixou de ser apenas um espaço de circulação ou de valorização arquitetónica, passando a assumir um papel relevante como lugar de contestação e de expressão das transformações sociais e políticas da comunidade. Assim, o uso do espaço ao longo da Avenida da Liberdade e a sua construção simbólica são profundamente influenciados tanto pela sua história como pela sua arquitetura. Como via de expressão da liberdade e palco de manifestações sociais e políticas, a avenida transcende sua funcionalidade física, tornando-se um símbolo vivo das lutas e das aspirações da sociedade portuguesa.

A ocupação da Avenida da Liberdade durante a Revolução dos Cravos foi mais do que um simples ato de expressão cívica; manifestou a profunda interseção entre a memória coletiva e os significados espaciais que esses lugares abrigam no coração de Lisboa. Essa sequência de eventos destaca o papel dos espaços públicos não apenas como locais de passagem ou encontro, mas como cenários de diálogo histórico e cultural, em que a história compartilhada da cidade é constantemente recontada. Ao ecoar com as tradições de protestos e comemorações vistas na Revolução Republicana de 1910, os jovens de 1974 reivindicaram esses espaços para expressões atuais e reforçaram a conexão profunda entre

o passado e o presente, demonstrando como as gerações atuais se inserem na sequência histórica de Lisboa. A reivindicação simbólica desses espaços públicos nessas ocasiões enfatiza uma interação dinâmica entre o ambiente, a memória e a identidade coletiva, transformando as estruturas físicas da cidade em palcos para a manifestação de aspirações, resistências e transformações sociopolíticas da comunidade.

A escolha recorrente desse espaço para protestos destaca a sua importância como local de encontro e reivindicação, onde a visibilidade e a acessibilidade amplificam vozes e ideais que Michel Foucault (2009) categoriza como uma heterotopia, dada a sua capacidade de englobar e inverter diversas realidades sociais, culturais e políticas simultaneamente. Foucault (1999), ao introduzir o conceito de heterotopias, descreve esses espaços como reais e efetivos, que funcionam dentro da sociedade de maneira a contestar, refletir e até inverter outros espaços. A Avenida da Liberdade exemplifica esse conceito ao abrigar a coexistência de extremos: o luxo das suas lojas e a acessibilidade do seu espaço público, salientando a tensão entre o elitismo e a democratização do espaço urbano.

Esse espaço, marcado pelas práticas quotidianas que ao longo do tempo contribuíram para redefinir os seus usos e significados, evidencia a complexidade das dinâmicas urbanas desde a sua conceção, no século XIX, como via pública associada ao prestígio, até à sua atual função como eixo central de comércio e lazer. Esse percurso permite compreender a coexistência de processos de permanência e de transformação no espaço urbano. A avenida, ao longo da sua história, tem sido um *locus* para manifestações políticas e expressões de descontentamento social, destacando o seu papel como uma heterotopia de desvio (Foucault, 2009), em que grupos marginalizados podem, temporariamente, ocupar e se expressar. A Avenida da Liberdade, com o seu complexo conjunto de histórias e funções, transcende sua mera existência física para se afirmar como um espaço de significado e contestação, uma heterotopia no centro de Lisboa.

Seguindo as reflexões de Foucault (2009), pode-se argumentar que essa avenida é um lugar onde diferentes temporalidades e realidades coexistem, um arquivo vivo da urbanidade de Lisboa. A análise desse espaço oferece uma profunda compreensão das complexidades da vida urbana, demonstrando como a Avenida da Liberdade é um reflexo da interação entre o global e o local, o histórico e o contemporâneo e a tensão entre o espaço elitista e o democrático.

Estrategicamente posicionada na malha urbana, estendendo-se da Praça dos Restauradores até a rotunda do Marquês de Pombal, a Avenida da Liberdade desempenha um papel crucial na conectividade da cidade. Essa localização facilita a circulação contínua de pessoas e veículos e simboliza a ligação entre o passado histórico e o dinamismo contemporâneo de Lisboa, servindo como um eixo que une diferentes zonas e vivências da cidade. Assim, a Avenida da Liberdade

representa a articulação entre o passado e o presente de Lisboa, refletindo a evolução contínua da cidade nos planos arquitetónico, social e político. A sua história, arquitetura, localização estratégica, os diferentes usos do espaço e o seu significado simbólico contribuem para que a Avenida da Liberdade funcione como uma representação concentrada da vida urbana, evidenciando o papel dos espaços públicos como cenários de interação social, cultural e política.

A Praça do Rossio, oficialmente denominada Praça de D. Pedro IV, constitui-se como um dos espaços urbanos mais representativos e dinâmicos de Lisboa. A sua evolução, relacionada com a história da cidade, revela as diferentes transformações sociais, políticas e estéticas vividas por Lisboa ao longo dos séculos. Esse espaço, central na geografia de Lisboa, se caracteriza como um referencial de vitalidade cultural e política, onde a memória e a identidade coletiva da cidade são constantemente repensadas e contestadas.

O Rossio, desde a Idade Média caracterizado como um espaço aberto, desenvolveu-se como um dos espaços públicos mais relevantes de Lisboa, tendo sido palco de acontecimentos históricos importantes, que vão de revoltas populares a celebrações nacionais. Pela sua localização central, funcionou como espaço de comércio e de encontro, onde a população se reunia para socializar, trocar informações e participar de eventos públicos. Essa dinâmica favoreceu a interação entre diferentes grupos sociais, contribuindo para a convivência comunitária e para a construção de uma identidade coletiva. Além disso, o espaço público foi utilizado para procissões e celebrações religiosas, bem como para a manifestação visível da autoridade do Estado e da Igreja, por meio de julgamentos, punições e execuções.

A praça passou a refletir diferentes aspetos da sociedade portuguesa, incluindo tanto momentos de afirmação quanto de conflito. O terremoto de 1755, seguido pelo projeto de reconstrução liderado pelo Marquês de Pombal, trouxe uma mudança significante na história da praça, redefinindo sua arquitetura, ordenação espacial e simbolismo espacial. Nessa época, a reconstrução do Rossio teve origem de um planejamento ordenado pelas autoridades, caracterizado pela racionalização e pela modernização da estrutura urbana de Lisboa. Esse processo de reorganização espacial, liderado pelo Marquês de Pombal, enfatizou a ordem, a simetria e a uniformidade, incorporando ideais iluministas que buscavam refletir o poder e a autoridade do Estado a partir da forma urbana.

Paralelamente, a vivência quotidiana e as práticas culturais dos cidadãos lisboetas foram redefinindo o uso e o significado do Rossio, demonstrando uma dinâmica de apropriação do espaço que emerge de forma orgânica e participativa. Essa forma de

interação com o espaço, orientada por necessidades, práticas e tradições locais, contrasta com o planeamento centralizado e aponta para uma abordagem mais participativa na construção do tecido urbano. Essa interação entre o planejamento dirigido pelas autoridades e a apropriação participativa relata as complexas camadas de significado e uso que caracterizam o Rossio. Por um lado, a praça como produto do planejamento centralizado revela a intenção de impor uma nova ordem urbana, simbolizando o progresso e a modernidade. Por outro lado, a redefinição contínua do espaço pelos cidadãos ressalta a capacidade de resistência e reivindicação, injetando na praça uma vitalidade que transcende os objetivos originais do planejamento.

A reconfiguração da Praça do Rossio, nomeadamente após a Revolução Liberal de 1820, foi um episódio que englobou a evolução física e estética da praça e a rearticulação do seu significado no tecido social e cultural da cidade. Essa transformação, marcada pela introdução de elementos arquitetónicos e estéticos simbólicos, mostra uma representação das amplas mudanças políticas, culturais e ideológicas durante esse período. A instalação da estátua de D. Pedro IV no centro da praça é um marco dessa transição, agindo como uma referência dos valores liberais em formação.

Esse monumento se estabelece como um símbolo da aspiração à liberdade, à justiça e à participação popular no processo político da época. Nesse contexto, o Teatro Nacional D. Maria II e a calçada portuguesa instalada no local constituem exemplos da renovação urbana, ao combinar elementos formais, funcionalidade e referências simbólicas associadas à história portuguesa. Assim, a reformulação do Rossio reflete uma abordagem integrada ao planeamento do espaço público, na qual a estética, a história e a funcionalidade se articulam para criar um ambiente que responde às necessidades físicas dos cidadãos e se relaciona com as suas expectativas e as suas memórias coletivas. Com a sua nova configuração, o Rossio afirma-se como um espaço associado à modernidade liberal, assumindo um papel relevante na vida pública e funcionando como um lugar de continuidade entre o passado e o presente de Lisboa.

O simbolismo da Praça do Rossio transcende a sua importância arquitetónica, tornando-se um local de expressão da vontade popular e palco de momentos decisivos na história política de Portugal. Desde as manifestações que antecederam a implementação da República, à ocupação das tropas monárquicas durante a Revolução republicana, às celebrações da Revolução dos Cravos até aos protestos da Geração à Rasca, o Rossio tem sido um espaço onde os direitos à liberdade e à expressão são vivamente exercidos. A escolha da Praça do Rossio como cenário de protestos e manifestações, mesmo na ausência de edifícios institucionais de poder, demarca seu papel insubstituível no imaginário e na prática cívica lisboeta.

Manuel Castells (2013), em sua obra sobre a sociedade em rede e a dinâmica do espaço urbano na era da informação, fornece uma estrutura teórica que permite uma profunda análise dos protestos mais recentes ocorridos na Praça do Rossio e seu significado em um contexto global e local simultaneamente. Nesse sentido, os eventos descritos podem ser entendidos como exemplos da transformação do espaço público em um ponto central das práticas de resistência e de expressão cívica, permitindo observar tanto as dinâmicas locais quanto as suas articulações com manifestações de protesto em escala mais ampla.

No caso do protesto como "*Yes, we camp*" foi observado uma busca por horizontalidade e fluidez programática, características que são marcantes da era da informação e que expõem uma tentativa de reinventar as práticas democráticas por meio da organização em espaços virtuais e físicos. Esses jovens, ao assumirem o protagonismo, desafiam as estruturas institucionais tradicionais e redefinem os modos de engajamento político, promovendo as capacidades das redes sociais para organizar, mobilizar e disseminar suas mensagens. A ocupação da Praça do Rossio, inspirada pelos Indignados de Madrid, pode ser interpretada como a materialização de uma rede de solidariedade e resistência que ultrapassa as fronteiras nacionais, comprovando como os espaços públicos físicos continuam essenciais na era digital.

No pensamento de Castells (2013), esses espaços servem como locais de visibilidade para as manifestações de protesto, permitindo que mensagens circulem além dos participantes imediatos, alcançando audiência global nos medias digitais, como também a expressão de uma nova forma de cidadania que utiliza tanto o espaço físico quanto o virtual para contestar o *status quo*, reivindicando o direito à cidade e à participação democrática. Esse momento significa uma reconfiguração do espaço público, onde o edificado e os espaços vazios se tornam palcos de identidade e reconhecimento, desafiando as conceções tradicionais de representação e função do espaço urbano.

Assim, o Rossio se firma como um lugar de memória histórica e cultural e também como um espaço ativo de lutas contemporâneas, demonstrando a capacidade dos espaços públicos de servir como palcos para a experimentação democrática e a reivindicação de direitos. Essa dualidade entre a tradição e a inovação, o passado e o presente refletem a contínua evolução dos espaços urbanos, em resposta às dinâmicas sociais e tecnológicas, destacando o papel crucial do espaço público na articulação da vida social e política nas cidades modernas.

O estudo mostra que o eixo que se estende da Praça Marquês de Pombal até à Praça do Rossio, percorrendo a extensão da Avenida da Liberdade, constitui mais do que uma

passagem física no tecido urbano de Lisboa. Ele engloba um fluxo contínuo de dinâmicas sociais, culturais e políticas, atuando como um eixo estruturante entre o centro histórico e as áreas mais recentes da cidade. Esse trajeto, além de um espaço de deslocamento, é uma narrativa viva da cidade, um local de encontro dinâmico, onde o passado ressoa com o presente e as aspirações futuras são visualizadas e contestadas.

A singularidade desse eixo reside na sua capacidade de sintetizar a história de Lisboa, agindo simultaneamente como palco e participante ativo na construção da identidade lisboeta. A Praça Marquês de Pombal, a Avenida da Liberdade e a Praça do Rossio são locais onde a memória coletiva e a expressão cívica se manifestam, ilustrando a complexidade das dinâmicas urbanas que moldam a vida na capital.

Esse corredor é um testemunho da transformação de Lisboa, refletindo as mudanças político-sociais, os movimentos de protesto e as celebrações que constituem o tecido da cidade. Recorrendo às reflexões de Bachelard (1994) sobre a relação entre o espaço e a imaginação, o nosso estudo defende que os espaços públicos de Lisboa não são apenas cenários físicos, mas campos férteis para a imaginação coletiva, onde se relacionam sonhos, memórias e esperanças compartilhadas. Portanto, eles são, textos urbanos vivos, sobreposições que registam as narrativas de uma cidade em constante transformação.

A incorporação dos símbolos da Revolução dos Cravos em manifestações contemporâneas põe em evidencia uma profunda interação entre a estética do espaço público e a memória coletiva, confirmando a relevância da estética na moldagem da participação cívica e da expressão pública. Nesse sentido, a ocupação e a representação do espaço público tornam-se além de atos de protesto, veículos de reinterpretação e reivindicação do passado, enfatizando a importância do espaço como um meio de comunicação e expressão cultural.

Esta investigação revela como a estética, enraizada nas experiências coletivas pós-25 de Abril, construída a partir da representação da ocupação do espaço público e dos registos dos meios de comunicação social esteticamente uniformizada, atua como um catalisador para a reavaliação e redefinição da relação entre os cidadãos e os espaços públicos. A presença visual e simbólica dos cravos nas manifestações invoca apenas a memória histórica e serve como um ponto de conexão entre diferentes gerações, demonstrando a continuidade e a evolução da luta pela democracia e pela liberdade em Portugal, onde a contextualização dos espaços públicos pelos olhares dos participantes destaca a capacidade dos indivíduos de atribuir novos significados e valores a esses locais, transformando-os em símbolos vivos de resistência e mudança. Essas reocupações do espaço público, influenciadas pela estética e pela memória,

demonstram uma dinâmica interação entre lugar, identidade e memória coletiva, em que o espaço se torna um arquivo vivo das lutas sociais e políticas.

Nessa perspetiva, compreende-se que a estética da ocupação do espaço público transcende a sua função visual, tornando-se um meio essencial para a expressão da memória histórica e a articulação das aspirações coletivas. Essa abordagem aponta a multiplicidade de camadas que compõem o espaço público, onde cada elemento estético, seja ele uma flor, um cartaz ou uma música, carrega consigo profundas implicações sociopolíticas e culturais.

Em suma, a análise da condição estética das manifestações urbanas pós-25 de Abril distingue o papel crucial do espaço público como um local para a negociação da memória, da identidade e da resistência. Ao examinar como os símbolos da Revolução dos Cravos são reinscritos em protestos contemporâneos, visualiza-se a importância de considerar a estética e a memória como componentes fundamentais na construção e reivindicação dos espaços públicos. Esse pensamento oferece perceções significativas sobre as complexas relações entre o espaço, a sociedade e a política, destacando a necessidade de abordagens multidisciplinares para compreender a dinâmica dos espaços públicos nas cidades modernas.

A análise realizada nesse estudo mostra a importância de abordagens multidisciplinares para a compreensão dos espaços urbanos, sugerindo a necessidade de uma contínua reflexão sobre o papel dos espaços públicos na moldagem e expressão da vida social, cultural e política das cidades.

No segmento das análises da Sintaxe Espacial da cidade, aborda-se de forma experimental a interação entre a configuração espacial da cidade de Lisboa e a ocorrência de manifestações de protesto, com foco particular nos espaços da Praça Marquês de Pombal, da Avenida da Liberdade e da Praça do Rossio. Embora a análise configuracional, baseada na metodologia da Sintaxe Espacial, funcione como um complemento à investigação principal e não como o seu foco central, os resultados obtidos contribuem para a compreensão das dinâmicas dos protestos urbanos. Importante registar que, embora essa análise configuracional forneça perceções importantes sobre a relação entre o espaço urbano e os protestos, ela representa apenas uma das várias dimensões que podem contribuir para a complexidade dos fenómenos de protestos urbanos. A natureza experimental dessa parte da pesquisa reflete a abertura para explorar novas metodologias e abordagens no estudo das dinâmicas urbanas, reconhecendo que a compreensão plena das

ocupações urbanas requer uma análise diversificada que integre tanto os aspetos configuracionais quanto os sociais, os políticos e os simbólicos.

Os resultados desta investigação experimental indicam que as propriedades de integração e conectividade, associadas à configuração espacial desses espaços urbanos, apresentam correlação com a frequência e a natureza das manifestações.

A análise detalhada dos mapas axiais de Lisboa com base nas cartografias históricas de 1911 e 1970, além da mais recente de 2005, oferece uma visão profunda sobre como a Avenida da Liberdade e o seu entorno evoluíram para se tornarem núcleos integradores da cidade. A partir da abertura da Avenida da Liberdade, uma reconfiguração significativa da malha urbana de Lisboa foi manifestada, onde novas vias criadas não apenas se integraram ao tecido existente, mas também começaram a influenciar as dinâmicas socioespaciais e os fluxos dentro da cidade.

O mapa de 1911 apresenta a Avenida da Liberdade, juntamente com a Avenida Fontes Pereira de Melo e a Avenida da República, como elementos centrais na estrutura integradora de Lisboa. Essa representação evidencia o resultado da expansão urbana a norte, que criou novos eixos com elevados níveis de integração e estabeleceu relações entre as áreas mais recentes e o tecido urbano histórico. Nesse contexto, a Baixa Pombalina manteve um elevado índice de integração, reforçando o papel do eixo, em particular da Praça Marquês de Pombal e da Avenida da Liberdade, como ligação entre diferentes partes da cidade.

Avançando para 1970, o mapa axial reflete uma expansão urbana contínua, com o surgimento de novas centralidades. Esse período reporta uma descentralização na qual a Avenida da Liberdade e as avenidas adjacentes mantêm a sua importância como eixos integradores, indicando uma evolução na estrutura urbana que facilita a movimentação e a interação dentro da cidade. A introdução das Avenidas Novas, como a avenida Engenheiro Duarte Pacheco, sugere a adaptação da cidade a novas necessidades e dinâmicas, mantendo a Avenida da Liberdade como uma artéria importante.

O mapa de 2005 confirma a persistência da Avenida da Liberdade como um componente crítico na configuração urbana de Lisboa. A análise indica não apenas a continuidade da sua função integradora, mas também o papel das Avenidas Novas como o centro funcional moderno da cidade.

A análise da Avenida Almirante Reis e da Alameda Dom Afonso Henriques, nesse contexto, ofereceu uma importante visão sobre o papel desses espaços na malha urbana e na vida cívica da cidade, especialmente quando se consideram as mudanças ocorridas após a Revolução dos Cravos, em 1974. A Sintaxe Espacial apurou a importância estrutural da Avenida Almirante Reis como um eixo de alta conectividade na cidade, um papel que se

mantém consistente nas análises de diferentes períodos históricos. Isso reafirma a sua função como via principal no sistema de circulação de Lisboa, conectando diversas partes da cidade e facilitando o fluxo urbano. Contudo, apesar dessa relevância estrutural, a análise do Eixo Praça Martim Moniz, Avenida Almirante Reis e Alameda Dom Afonso Henriques acusa uma dinâmica de uso e significado que transcende a mera conectividade física.

A alameda, concebida durante as primeiras décadas da ditadura de Salazar, reflete os ideais do regime, visando representar a autoridade, a ordem e os valores nacionais. Como tal, ela foi projetada como um espaço de representação, incorporando a visão cultural e política do Estado Novo. Com o advento da democracia pós-1974, porém, a alameda se transformou em um espaço de expressão cidadã e contestação política, particularmente evidenciada nas manifestações do 1º de Maio. Esse fenómeno indicou uma reinterpretação do espaço, que passou a simbolizar os valores da liberdade e da resistência, contrastando com a sua função original de exaltar os valores autoritários do regime anterior.

Embora a Avenida Almirante Reis mantenha importância estratégica na malha urbana, atestada pela Sintaxe Espacial, a segmentação simbólica da Alameda Dom Afonso Henriques com o passar do tempo e a sua reinterpretação destacam a complexidade das relações entre o espaço urbano e a memória coletiva. Ao longo do tempo, houve um declínio na efervescência coletiva que antes impulsionava a ocupação dos espaços públicos de Lisboa. Em épocas anteriores, esses locais serviam como palco para a formação de novas comunidades, refletindo um período de nascente estatuto social em que os indivíduos se uniam em prol de causas comuns. Entretanto, a celebração da revolução, atualmente institucionalizada, viu sua adesão reduzir-se significativamente. Atualmente, a Alameda Dom Afonso Henriques ainda é um espaço emblemático para protestos políticos, com destaque para as celebrações do Dia do Trabalhador. Os espaços são ocupados, principalmente, por membros de sindicatos e partidos políticos de esquerda.

A partir da análise, nomeadamente dos pontos de chegada das manifestações, destaca-se uma tendência significativa: tais locais são escolhidos por sua intensa carga simbólica e histórica, independentemente de serem instituições governamentais como o Parlamento ou espaços de profundo significado cultural e social, como o Rossio. Essa escolha não é aleatória, e sim intencional, refletindo as camadas históricas e a importância simbólica que esses espaços ocupam na memória coletiva da cidade e dos seus habitantes. A ocupação da Alameda Dom Afonso Henriques, em sua maioria por grupos políticos de esquerda, não

apenas reforça a relevância desse espaço como cenário de mobilização e protesto, como também contribui para uma segmentação da simbologia espacial ligada a manifestações.

Faz-se importante citar que a menção ao trajeto ascendente, ainda que leve, da Praça Martim Moniz até a Alameda, adiciona um elemento factual à análise do percurso das marchas em Lisboa, destacando a interação entre a malha urbana e a topografia. Essa característica, apesar de sutil, é relevante para compreensão mais detalhada do espaço urbano. A ausência de consideração da topografia nas análises da Sintaxe Espacial lembra a importância de incorporar as características físicas do terreno nas avaliações da configuração urbana, para uma apreciação mais completa das dinâmicas de circulação e de uso dos espaços públicos.

Esse fenómeno indica que, além da importância física e estratégica desses espaços na malha urbana, existe uma dimensão simbólica e política intrínseca que guia a escolha dos locais para atos públicos de reivindicação e protesto.

Na continuação da análise da Sintaxe Espacial foi mostrado que a Avenida da República como um eixo de alta conectividade integra-se profundamente à malha urbana de Lisboa e facilita a circulação e acesso. A despeito de a região dessa avenida e do seu redor ser predominantemente plana, podendo facilitar a mobilização e agregação de manifestantes, ela raramente é escolhida para protestos, a não ser que o objetivo seja se posicionar nas imediações de locais de poder explícito, como o Ministério da Educação. Esse padrão indica que a escolha dos locais para atos públicos transcende as considerações de acessibilidade física e conectividade, reforçadas pelas análises de Sintaxe Espacial, adentrando em uma esfera simbólica e política. Apesar dessa relevância estrutural, a avenida não se firmou como um local com camadas simbólicas expressivas no que concerne à simbologia espacial associada aos protestos.

A ocupação de espaços públicos em Lisboa para manifestações de protesto, analisada a partir da correlação entre os mapas de densidade de protestos de 1974 a 2014 e a Sintaxe Espacial, define uma interação complexa entre a configuração urbana, a ação coletiva e a memória histórica. O uso dos mapas axiais de 2005 para sobrepor os dados das manifestações justifica-se pela estabilidade dos valores topológicos das vias ao longo do tempo, realçando a continuidade estrutural no tecido urbano de Lisboa.

A aplicação da Sintaxe Espacial à análise dos pontos de partida, de passagem e de chegada dos protestos evidenciou que a escolha desses locais não é aleatória, mas revela uma relação direta com a configuração urbana e com o simbolismo associado aos espaços. Os principais pontos de partida das manifestações identificados por altos índices de integração global localizam-se em áreas como as Praças Marquês de Pombal, Rossio e Martim Moniz, que além

de serem altamente acessíveis carregam significados políticos e sociais profundos, potencializando a mobilização e a visibilidade das ações coletivas. A medida de Integração R3 (local) reforça essa observação, mostrando uma coincidência entre as centralidades locais e os pontos de partida das manifestações. Isso indica que as praças e as avenidas utilizadas como palcos de início para os protestos são escolhidas não apenas pela sua funcionalidade na rede urbana, mas também pelo seu papel como núcleos de vida pública e expressão social. Além disso, a medida de escolha volta-se para rotas preferenciais que ligam esses pontos de partida a locais de importância política ou simbólica, como a conexão entre a Praça Marquês de Pombal e a Praça do Rossio através da Avenida da Liberdade. Essa escolha de trajeto sugere a intenção de passar por ou chegar a espaços associados ao poder institucional, enfatizando a intenção política das manifestações.

Apesar de a Avenida Almirante Reis e a Avenida da República serem estruturais para a circulação na cidade, como já citado, a definição dos pontos finais das manifestações ultrapassa a lógica da conectividade, privilegiando espaços de grande carga simbólica e política, como o Rossio e o São Bento.

Assim, a análise integrada dos dados de protesto e da Sintaxe Espacial de Lisboa aponta como o tecido urbano facilita a mobilidade e o encontro e serve como cenário para a articulação de identidades coletivas, resistência e demandas por mudanças sociais e políticas. A estrutura da cidade, relacionada com a memória e o simbolismo dos seus espaços, molda e é moldada pelas práticas cívicas, demonstrando a natureza dinâmica e diversificada da ocupação dos espaços públicos em contextos de manifestação.

Portanto, essa análise não apenas acusa a importância da configuração urbana na condução da vida cívica em Lisboa, mas os dados também sugerem que a seleção de locais para manifestações e protestos em Lisboa vai além das análises de acessibilidade e conectividade fornecidas pela Sintaxe Espacial. Ademais, abrange uma importante camada de significados que envolvem simbologia espacial, memória coletiva e construção de representações espaciais, mostrando que, mesmo em áreas de grande integração e conectividade, a escolha por determinados espaços para atos de reivindicação não se baseia apenas em critérios físicos ou estruturais. Apoia-se também na carga simbólica e histórica que esses locais carregam, refletindo a complexa relação entre a estrutura urbana e as dinâmicas sociais e políticas da cidade.

Os dados obtidos reforçam a importância de se considerar a configuração espacial como um elemento influente na dinâmica dos protestos urbanos, ao mesmo tempo em que destacam a necessidade de abordagens de pesquisa que integrem diversas perspetivas para

capturar a complexidade desses fenómenos sociais. Contudo, a aplicação da Sintaxe Espacial nesse âmbito revela limitações significativas, particularmente no que se refere à consideração da topografia. A metodologia padrão da Sintaxe Espacial não inclui análises topográficas, o que pode resultar em uma leitura incompleta da movimentação real das pessoas pelo território. Essa lacuna metodológica é especialmente crítica em Lisboa, uma cidade marcada por sua topografia variada, que exerce influência decisiva nos fluxos urbanos e nas escolhas de trajeto dos indivíduos. Esse complemento metodológico provoca uma compreensão mais abrangente dos fenómenos urbanos, reconhecendo a complexidade espacial das cidades em sua totalidade.

Esta pesquisa contribui significativamente para o campo académico ao desenvolver e disponibilizar mapas axiais históricos de 1911 e 1970, preenchendo uma lacuna na literatura existente. Esses mapas representam um avanço crucial na compreensão do desenvolvimento urbano de Lisboa, fornecendo ferramentas fundamentais para futuras investigações que adotem a Sintaxe Espacial como método de análise. A inclusão desses dados históricos enriquece o entendimento das dinâmicas e transformações urbanas ao longo do tempo, abrindo novas possibilidades de pesquisa. Tal contribuição é entendida como importante para a análise mais profunda do desenvolvimento territorial e é esperado que facilite estudos futuros na área de análise urbana.

A compreensão do espaço público como uma prática envolve a consideração das múltiplas dimensões que o compõem, incluindo a sensorial, a social, a política, a simbólica e a configuracional. Também envolve a consideração das formas como as pessoas se relacionam com o espaço, como o ocupam e como constroem significado nele. Cada lugar reage de forma única às condições preexistentes. É importante levar em conta as características locais e globais de um lugar para entender como as políticas e as intervenções podem afetá-lo. O lugar é um reflexo da compressão espaço-tempo, e a forma como as redes de fluxo afetam o espaço e o tempo deve ser considerada. Cada lugar tem as suas próprias características e histórias únicas que influenciam como ele reage e se desenvolve. Os lugares na cidade podem ser analisados desde o ponto de vista material, tendo em vista que a utilização dos espaços é importante para a compreensão das atitudes e apropriação das gerações, e que esses espaços surgem como condição necessária para a cidadania. Além disso, os lugares também possuem significado simbólico e cultural que os envolve e que representa a situação existencial geral.

É importante notar que a produção e a utilização do espaço público são influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo a cultura, a economia, as políticas públicas, a tecnologia e as tendências globais. O espaço público é um campo de tensão entre os interesses de diferentes

grupos e atores e pode ser um espaço onde se negociam e se constroem soluções para as complexas problemáticas da sociedade contemporânea.

Hannah Arendt (1958) argumenta que o espaço público é o espaço da sociedade, onde as pessoas se reúnem para discutir, deliberar e tomar decisões coletivas. E acrescenta que o espaço público é simbólico, pois é composto de discursos, opiniões e interesses dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais que compõem uma sociedade. Ele requer tempo para se desenvolver, vocabulário e valores comuns e o reconhecimento mútuo das legitimidades. A existência do espaço público não é algo que possa ser decretado, pois é algo que é constatado e simboliza a realidade de uma democracia em ação.

O entendimento da cidade, frequentemente dominado por uma visão utilitária e materialista, ignora a essência multifacetada que a constitui, relegando a história urbana a um plano secundário em face das demandas contemporâneas de eficiência e funcionalidade. Esta pesquisa argumenta que a cidade transcende a sua materialidade, impondo-se sobre as circunstâncias temporais e configuracionais, moldando-se e sendo moldada por um complexo de relações simbólicas e culturais que definem a sua identidade. A transformação das cidades é entendida neste estudo como processos interligados que refletem uma dinâmica de mudança contínua, tanto na essência quanto na forma das estruturas urbanas. Inspirados por modelos urbanísticos que enfatizam a atratividade e a vivência das cidades, juntamente com o avanço do conhecimento técnico e cultural, pondera-se que as cidades são entidades em constante evolução, cujos significados e valores são construídos e reconstruídos a partir de suas gramáticas simbólicas.

Assim, este trabalho propõe que a consciência da própria essência é o que permite às cidades dominarem seus espaços, transformando a compreensão materialista dos lugares em uma leitura rica em simbolismo, significado e memória. O processo de mudança nos padrões de pensamento e na cultura comunitária, mediado pela estrutura espacial da cidade, põe em destaque a importância dos símbolos e memórias como construções de valores coletivos. Quando esses valores são ignorados ou alterados, quer consciente ou inconscientemente, a cidade corre o risco de se tornar um cenário sem alma, um mero espaço de transações e negócios.

Este estudo regista a importância de se preservar a identidade única de uma cidade, resistindo à tendência de homogeneização característica das metrópoles globais. Ao focar na singularidade e espontaneidade urbanas, fundamentadas em um conhecimento aprofundado da cultura e da história locais, defende-se uma abordagem de planejamento

que valorize essas características. A narrativa da cidade, moldada tanto por governantes quanto por meios de comunicação, desempenha um papel crucial nesse processo, reforçando a necessidade de esforços conscientes para manter e promover a identidade urbana ao longo do tempo.

Contrapondo-se ao planejamento urbano genérico e despersonalizado, esta pesquisa propõe um caminho que celebra a diversidade e a riqueza cultural como elementos centrais na definição do espaço urbano. E propõe que a busca pela "cidade inteligente" vai além da simples aplicação de tecnologias avançadas, abrangendo uma compreensão sofisticada e multidimensional do espaço urbano. "Inteligência" implica a capacidade de selecionar as melhores alternativas dentro de uma miríade de possibilidades, baseada em um conhecimento profundo da própria identidade da cidade e uma vontade coletiva de orientar-se para o futuro, respeitando as raízes históricas.

O conhecimento da própria história gera uma cidade inteligente, *intellege*r e do latim *intus* (entre) e *legere*, que significa escolher ou ler ou escolher entre. Isso quer dizer que a escolha deve ser feita dentro dos padrões impostos, saber escolher a melhor alternativa entre várias, mas também saber ler “dentro das coisas”, sendo esse um ato de vontade de uma comunidade, assim se protegendo de uma possível transmutação sem enraizamento, por conceitos impostos e vazios dentro daquela realidade.

Assim, esta tese evoca a importância de se repensar as cidades como entidades complexas e vivas, cuja verdadeira transformação reside na capacidade de redefinir a sua essência. Com essa prática, reafirma-se a necessidade de uma abordagem mais integrada ao desenvolvimento urbano, considerando tanto a herança histórica quanto as possibilidades trazidas pela era digital, visando a criação de cidades verdadeiramente inteligentes, considerando não apenas a inovação tecnológica, mas também os seus efeitos sobre a construção da memória urbana, da participação cidadã e da produção de significado no espaço público.

Referências Bibliográficas

Abreu, M. (2011). *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP.

Abreu, M. A. (2013). Sobre a memória das cidades. In A. F. A. Carlos, M. L. de Souza & M. E. B. Sposito (Orgs.), *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios* 13–28). São Paulo: Contexto.

Accornero, G. (2013). A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. *Análise Social, 208*(3), ISSN online 2182-2999 edição e propriedade Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Accornero, G., & Pinto, P. R. (2015). "Brandos costumes?" Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013. *Estudos Ibero-Americanos*, 41(2), 393–421. Porto Alegre: PUCRS.

Aguirre, P. A. G. U. (2015). Ciudadanía ante el espacio público. La difícil y necesaria relación para fortalecer a las instituciones. *Confines*, 11(21), 87–106.

Akrich, M. (2014). Como descrever os objetos técnicos? *Boletim Campineiro de Geografia, 4*(1). AGB, Campinas.

Alberoni, F. (2015). *La passione che ci fa vivere*. Itália: Piemme S.p.A. ISBN 978-88-566-4456-2.2

Amaral, F. K. (1973). *Lisboa: uma cidade em transformação*. Revista Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Ano XXXV (138/139).

Amorim, P. S. C. (2015). *Cidades criativas espontâneas*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Estudos da Cultura, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Amorim, P., & André, P. (2018). Espaço de representação: o 1º de Maio de 1974 e a ressignificação da Alameda. In P. André, P. S. Rodrigues, M. B. Alves & M. R. Costa (Orgs.), *Imaginários urbanos: arquitetura, cidade e espaço público*. Lisboa: ISCTE-IUL. ISBN: 978-989-78103-3-6. 6–23.

Amorim, P. (2023). *A construção simbólica da Avenida da Liberdade enquanto território de manifestações urbanas a partir de 1910*. In P. T. Pinto; T. Molarinho; Y. Brassi; N. Magalhães; A. C. Graça; S. Samina; M. Marino; S. M. Godinho (Coords.), *A Avenida da Liberdade: Entre o desenho positivista e as representações contemporâneas*. Lisboa: DINÂMINA'CET

Anon ,(abr. 1974). Manifestação na Avenida. *Expresso Jornal*, Microfilme - Biblioteca Nacional de Portugal.

Anon,(out. 1911). O anniversario da República. *Jornal A Vanguarda Lisboa*, a.21(7611). Lisboa: Ellydio Analide da Costa, 1811-1911.

Arendt, H. (2007). *A condição humana*. (10. ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Arendt, H. (1958). *The human condition*. University of Chicago Press.

Arendt, H. (2018). *O que é política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Ascher, F. (1995). *Metápolis: ou o futuro das cidades*. São Paulo: Studio Nobel.

Ascher, F. (2010). *Os novos princípios do urbanismo: o urbanismo na sociedade de hipercomplexidade*. São Paulo: Gustavo Gili.

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação – APDSI. (2009). *Cidadania em rede: o papel da sociedade da informação na superação da crise*. Lisboa: APDSI.

Bachelard, G. (1994). *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes.

Baklanoff, E. N. (1996). Portugal's political economy: a historical perspective. In: *Luso-Brazilian Review*, 33(2)

Baumgarten, B. (2013). Geração à Rasca and beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *CurrentSociology, 61*(4), 457-473.

Benjamin, W. (1968). *Illuminations*. Schocken Books.

Bettanini, T. (1982). *Espaço e Ciências Humanas*. trad. L. Laganá Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Borja, J. (2000). Ciudad y ciudadanía. Working Paper (n.º 177) - Institut de Ciències Polítiques i Socials, Barcelona.

Borja, J., & Muxí, Z. (2003). *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa.

Bourdieu, P. (1989). Social space and symbolic power. *Sociological Theory, 7*(1), 14-25.

Brito, L. R. (2017). A rua e a praça: protestos em Portugal entre 2010 e 2015. In: R. Marchi & C. Matos (Orgs.), *Protestos e políticas em tempos de crise: entre a rua e as instituições* Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. 73–94.

Brito, N. M. C. (set. 2016). *O movimento do protesto: discurso digital e manifestações de reivindicação de direitos sociais no espaço público - os casos de "Rios ao Carmo" e "Dentro de Ti Ó Cidade" durante as celebrações do 40º aniversário do 25 de Abril*. Tese (Doutorado em Arquitetura) - ISCTE-IUL.

Caldeirão, T. (2013). *Arquitectura como Propaganda do Estado Novo.* Dissertação (Mestrado em Arquitectura) - Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Callahan, M., & Ikeda, C. (2004). *Jane Jacobs: urban wisdom and the rise of community-based planning*. New York: Preservation Press.

Campos, R., Pereira, I., & Simões, J. A. (2016). Ativismo digital em Portugal: um estudo exploratório. SSP 82 (p. 27-47). *Artigo OpenEdition Journals, Sociologia Problemas e Práticas*. Reciperado de: https://journals.openedition.org/spp/2460.

Canclini, N. G. (1997). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.* São Paulo: EDUSP.

Cardoso, G. (2007). *Os Media na Sociedade em Rede*. (1. ed.). São Paulo, FGV.

Cardoso, I. J. P. F. (2013). *Lisboa, a cidade e as muralhas: limites e articulações* (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura). Universidade Lusíada de Lisboa.

Castanheira, J. P. (2013). *A quarta página: o Expresso e a censura*. Lisboa: Tinta-da-China.
Castells, M. (1974). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, (v. 1, 6. ed.).

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Catarino, R. S. (2017). *Espaço público: a praça na configuração da Baixa de Lisboa*. Dissertação (Mestrado em Arquitectura) - ULL-FAA Dissertações, Lisboa.

Cavaco, S. (dez. 2015). Jornalismo no fim do Estado Novo: o caso "Expresso". *Revistas Estudos de Jornalismo*.

Cerezales, D. P. (2003). *O poder caiu na rua: crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa, 1974-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Cerezales, D. P. (2011). *Portugal à coronhada: protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China.

Cerqueira, H. (2011). *Portugal: a democracia inacabada – do 25 de Abril à troika*. Lisboa: Âncora Editora.

Certeau, M. (1984). *The practice of everyday life*. Berkeley: University of California Press.

CGTP-IN. (2011). Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Naconal. *40 anos de luta com os trabalhadores: 1970-2010*. Lisboa: CGTP-IN

Chaves, J. J. (ed. lit.) (nov. 1911). A Parada Militar. *Revista Illustração Portugueza, 2*(295). Lisboa: Empreza do Jornal O Século, 1903-1993.

Choay, F. (1992). *O urbanismo: utopias e realidades*. São Paulo: Perspectiva.

Chueca Goitia, F. (2010). *Breve história do urbanismo* (18. ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Claval, P. (2001). *Espaço e poder*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Coelho, C. (2007) *A praça em Portugal: inventário de espaço público - continente***.** Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Arquitectura, Portugal: Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (v. 3).

Coelho, S. (2015). *Habitação para as elites lisboetas do Estado Novo: biografia de um "português suave" no Bairro do Areeir*o. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Instituto Técnico de Lisboa.

Cullen, G. (1971). *The concise townscape*. Oxford: Architectural Press.

Dias Coelho, C., & Barreiros Proença, S. (2014). *O tempo e a forma – a resistência da forma urbada: a persistência dos traços na forma da cidade*. Lisboa: Argumentum

Dias Coelho, C., & Silva, J. M. (2015). *O tempo e a forma – a preaça: a reinterpretação do espaço público na valorização dos conjuntos patrimoniais do século XX*. Argumentum, Lisboa: ISBN: 978-972-8479-78-7.

Dias Coelho, C., & Costa, S. P. (2014). *O tempo e a forma – a monumentalização do tecido: tempos e perspectivas de um processo dinâmico. O caso de Belém*. Argumentum, Lisboa: ISBN: 978-972-8479-79-4.

Earl, J. (2004). The cultural consequences of social movements. In: D. A. Snow, S. A. Soule & H. Kriesi (Orgs.), *The Blackwell companion to social movements*. Malden: Blackwell Publishing. 508–530

Espinosa, B. (1983). *Pensamentos metafísicos: tratado da correção do intelecto, ética, tratado político*. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural (3. ed.).

Estanque, E., Costa, H. A., & Soeiro, J. (2013). *The new global cycle of protest and the Portuguese case*. *Journal of Social Science Education*, 12(1), 31–40. Alemanha: Beltz Juventa.

Faria, M. (1997). *Lisboa iluminista e seu tempo*. Lisboa, UAL.

Faria, M. (1997). O modelo praça/monumento central na evolução urbanística da cidade de Lisboa. *In:* M. Faria. *Lisboa iluminista e o seu tempo*. UAL, Lisboa.

Feixa, C., Pereira, I, & Juris, J. (2009). Global citizen ship and the "new, new" social movements: Iberian Connections, Young. *Nordic Journal of Youth Research, 17*(4), 421-442.

Fernandes, J. M., & Pereira, T. (1987)**.** A arquitetura do Estado Novo de 1926 a 1959, em O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959), Actas do Colóquio, Lisboa: *Editorial Fragmentos, 2*, 323-357.

Fernandes, T., Araújo, C., Santos, I. G., & Romanos, E. (2021). *Ciclos de protesto e democracia: uma comparação entre Portugal e Espanha, 2000-2019*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (97), 9–33. Lisboa: OpenEdition Journals / CIES-Iscte.

Ferreira, P. R. (2009). *Culturas de protesto em Portugal na imprensa periódica (1968-1970).* Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

Ferrão, J. (2004). Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento: Portugal 1991–2001. *Revista de Estudos Demográficos*, (34), 17-25.

Ferrão, J. (2011)**.** *O ordenamento do território como política pública***.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ferrão, J., Rodrigues, D., & Vala, F. (2002). *As regiões metropolitanas portuguesas no contexto ibérico.* Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente/DGOTDU.

Figueira, J. (2010). *A EXPO 98 de Lisboa: projeto e legado*. EXPO 98, Lisbon: Project And Legacy Trad. português-inglês: Rafael Saldanha Duarte 2010. *Arqtexto* (16). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Figueiredo, A., & Fidélis, T. (2003). Os movimentos sociais e a política ambiental em Portugal: uma análise crítica. *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 13, 217–247.

Fillieule, O. (1997). *Stratégies de la rue: les manifestations en France*. Paris: Presses de Sciences Po.

Fonseca, M. J. (2016). *City squares as spaces for political discourse: reflections on Puerta del Sol and Taksim Square* (Tese de doutoramento). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

Fortuna, C. (2002). Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais, 63*, p.123-148.

Fortuna, C., Ferreira, C., & Abreu, P. (1999). Espaço público urbano e cultura em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 85–117.

Fortuna, C., & Leite, R. P. (2013). *Diálogos urbanos: territórios, culturas, patrimónios*. Coimbra: CES/Almedina.

Fortuna C., & Silva, A. (2001). As cidades do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural. *In*: B. S. Santos. (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento (p. 407-459).

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1982). The subject and power. *In:* H. L. Dreyfus, & P. Rabinow (eds.). *Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics*. The University of Chicago Press.

Foucault, M. (2009). Outros espaços. In: *Ditos e escritos III: estética – literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

França, J. A. (1977). A *reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. Ministério da Educação, Biblioteca Breve (v. 12).

França, J. A. (1980). *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. (1. ed.). Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa.

Gehl, J. (2010). *Cities for people*. Washington, DC: Island Press.

Gil Filho, S. (2003). Espaço de representação: uma categoria chave para a análise cultural em geografia. *Anais do 5º Encontro Nacional da ANPEGE*.

González Ulloa Aguirre, P. A. (2015). Ciudadanía ante el espacio público. La difícil y necesaria relación para fortalecer a las instituciones. *Confines*, 11(21), 87-106.

Guedes, P. (2004). *Jornadas A Baixa Pombalina e sua importância para o patrimônio mundial.* Coord. J. M. Mateus. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro do Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana.

Guimarães, P. E. (2017). Anarquismo, violência e protesto popular durante a Primeira República em Portugal. In: Pereira, P. T., & Guimarães, P. E. (Orgs.), *Movimentos sociais e contestação política na História Contemporânea*. Lisboa: Edições Colibri. 113–138

Gonçalves, M. A. (2016). *O Expresso e o jornalismo político no pós-25 de Abril: entre o poder e o contrapoder (1973–1986)*. Lisboa: Edições Colibri.

Graça, J. (2020). *Lisboa oitocentista: arquitetura e urbanismo no século XIX*. Lisboa: Caleidoscópio.

Guarda, A. C. (2016). *Sintaxe do espaço e comportamento espacial: investigação das relações espaciais visuais em edifícios escolares*. Tese de Doutoramento em Arquitetura, Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura.

Guimarães, P. E. (2017). Protestos populares na Primeira República Portuguesa. In: P. T. Pereira & P. E. Guimarães (Orgs.), *Movimentos sociais e contestação política na História Contemporânea*. Lisboa: Edições Colibri. 113–138

Habermas, J. (1978). *L'Espace public archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la Societé Bourgeoise*. Paris: Payot.

Habermas, J. (1989). *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society*. MIT Press.

Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Halbwachs, M. (1990). A memória coletiva. (Original publicado em 1950). São Paulo: Vertice.

Hall, P. M. (1975). *A symbolic interacionist analysis of politics: perspectives on political sociology*. Washington: Columbia UniversityPress.

Harouel, J.-L. (2004). *História do urbanismo: da Antiguidade ao século XIX*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

Harvey, D. (1989). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

Harvey, D. (2008). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes.

Hillier, B. (2007). Space is the machine: a configurational theory of architecture. London: Space Syntax Laboratory.

Hillier, B., & Hanson, J. (2005). *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hutter, S. (2014). Protest event analysis and its offspring. *In D. della Porta (Ed.), Methodological Practices in Social Movement Research Methodological practices in social movement research*. Oxford University Press. 335-367.

Inneratity, D. (2006). *O novo espaço público*. Lisboa: Teorema.

Jacobs, J. (2011). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Jeudy, H.-P. (2005). *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra;

Joseba, F., Sevilla, C., & Urbán, M. (2012). *¡Ocupemos el mundo!* Barcelona: Icaria.

Joseph, I. (1999). *Paisagens urbanas, coisas públicas*. Salvador, Caderno CRH (30-31).

Koopmans, R., & Rucht, D. (2002). Protest event analysis. In: B. Klandermans & S. Staggenborg (Orgs.), *Methods of social movement research*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 231–259

Lamas, J. M. (2004). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

Lefebvre, H. (2012). *O direito à cidade.* Lisboa: MGL.

Lefebvre, H. (1991). *The production of space*. Blackwell.

Ledrut, R. (1980). *Sociologie de la ville*. Paris: Presses Universitaires de France.

Lima, M. P., & Artiles, A. (2011). Crisis and trade union challenges in Portugal and Spain: Between general strikes and social pacts. *Transfer, 17*(3), 387-402.

Lima, M. P., & Artiles, A. (2014). Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: da ação coletiva à participação individual no protesto social. *Revista Crítica de Ciências Sociais, 103*, 137-172.

Lobo, C. (2013). *Imagem e resistência: fotografia e ativismo na Primavera Árabe*. In: M. R. Martins & R. L. Costa (Orgs.), *Narrativas visuais: fotografia, cinema e mídia* (pg. 89–108). São Paulo: Estação das Letras e Cores.

Lourenço, T. (2019). Entre o desterro e arroios: o desenvolvimento urbanístico dos bairros do primeiro troço da Avenida Almirante Reis (Avenida dos Anjos). *Cadernos do Arquivo Municipal* (série nº 12).

Lynch, K. (1960). *The image of the city*. Cambridge, MA: MIT Press.

Macedo, L. F. T. (2020). *A atividade policial nas manifestações políticas: o que dizem as televisões*. Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Policiais) - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança.

Mangorrinha, J. (2010). Da Baixa de Lisboa ao aeroporto: subsídios para um discurso histórico-iconográfico. *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa, 10,* 155-179.

Maricato, E. (2007). *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil*. In: C. Vainer (Org.), *Os urbanistas: intelectuais à deriva*. Rio de Janeiro: Editora Revan. 121–192

Marino, M. (2021). A avenida da liberdade: plano morfológico e Cérceas de Pedro Vieira de Almeida (1970-1974). *In*: P. T. Pinto. (coord.). *A Avenida da Liberdade: entre o desejo positivista e as representações contemporâneas*. Lisboa: Repositório ISCTE-IUL.

Martinez, X. L., Fernandes, A., Vieira, A., & Gorghi, F. (2015). *Morfo Tipologias Urbanas: manual de aplicação do método historicista*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Martins, L. (2023). *Muralha fernandina: Um património com 650 anos.* Arquivo Municipal de Lisboa - Geral e Histórico.

Massey, D. (2008). *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Masseran, C. B. (jan-jun. 2019) Promenades: o Passeio Público e o Jardim S. Pedro de Alcântara em dois romances queirozianos. RCL. Rio de Janeiro, *Convergência Lusíada,* (41), 6-22.

Mateus, A. (2008). *Administração Pública e Tecnologias de Informação e Comunicação: um desafio para a mudança organizacional e para a criação de valor público*. Lisboa: INA – Instituto Nacional de Administração.

Mateus, J., Varela, R., & Gaudêncio, S. (2017). *25 de Abril: roteiro da revolução*. Lisboa: Tinta-da-China

Matos, J. L. (1999). *Lisboa Islâmica*. Instituto Camões Coleção Lazúli. ISBN: 972-566-204-0.

Medeiros, V. (2006). *Urbis Brasiliae ou sobre Cidades do Brasil…* Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Brasília, PPG, FAU, UnB.

Medeiros, V., Barros, A. P., & Oliveira, F. L. (2011). Representações lineares na análise espacial urbana: notas sobre a construção e o uso de mapas axiais. *Cadernos Metrópole*, 13(26), 377–395. São Paulo: PUC-SP.

Mendes, J. M. O., & Seixas, A. M. (2005). *Acção colectiva e protesto em Portugal: os movimentos sociais ao espelho dos media*. Revista Crítica de Ciências Sociais. 72, 99-127.

Mendes, J. M. O. (out. 2005). Só é vencido quem deixa de lutar: protesto e Estado democrático em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais, 72*, 161-185.

Merleau-Ponty, M. (1962). *Phenomenology of Perception*. Routledge & Kegan Paul.

Morais, L. F. (2015). *Revitalização da baixa pombalina: proposta de humanização*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Lisboa, ITL

Moscovici, S. (2003). *A representação social da psicanálise*. Petrópolis, Vozes. Rio de Janeiro: Zahar.

Mumford, L. (2004). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes.

Oliveira, A. D. (2018). *Condomínios horizontais fechados em Viçosa, Minas Gerais: aproximações a partir da sintaxe espacial*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais Brasil.

Oliveira, V. (2015). *Urban morphology: an introduction to the study of the physical form of cities*. Cham: Springer.

Oliveira, V. (2018). *An urban morphology reader*. Cham: Springer.

Pais, J. M. (2014). De uma geração rasca a uma geração a rasca: jovens em contexto de crise - p 71 -95. *In.* P. Carrano, & O. Fávero. *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói, UFF.

Pais, L. G., Felgueiras, S., Rodrigues, A., Santos, J, & Varela, T. (2015). Protesto político e atividade policial: a perceção dos media. *Análise Social, 216*, l (3.º). ISSN online 2182-2999 edição e propriedade Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Park, R. E. (1990). A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: H. H. Hughes (Org.), *Escola de Chicago: o homem e a cidade*. São Paulo: Nacional. 17–35

Ponge, J. (2009). *Maio de 1968: a irrupção*. São Paulo: Expressão Popular.

Portugal. (1974). Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto. *Diário do Governo*, I Série, n.º 202.

Queironga, C. (2012). *A rua e a rede: espaço público e mobilizações na era da informação*. Lisboa: Celta Editora.

Ramalho, D. F. Q. (2015). *Comemorações do 25 de abril: política e memória (1975-1986)*. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea) - Universidade de Lisboa Faculdade de Letras, Departamento DE História.

Ramos Pinto, P. (2015). A austeridade e o protesto em Portugal: entre o passado e o presente. In: N. Rosas & R. A. R. Oliveira (Orgs.), *História do tempo presente: conceitos e problemas* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 219–240.

Rijo, D. M. (2016). Palácio do Estaus de hospedaria real a palácio da inquisição e tribunal do santo ofício. *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, 2ª. série (5). ISSN: 2183-3176.

Robalo, A. (2018). *O direito de reunião e de manifestação: enquadramento jurídico e análise jurisprudencial*. Lisboa: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa / Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra.

Rodrigues, A. D. (1997). *Estratégias de comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Presença.

Rodrigues, M. M. A. C. (2016). *1987- A expressão do tempo na Avenida da Liberdade*. Universidade Lusíadas.

Rossi, A. (2001). *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Perspectiva.

Samara, M. A. (2010). *As repúblicas da República: história, cultura política e republicanismo*. Tese (Doutorado em História Contemporânea Institucional e Política de Portugal) - Lisboa: FCSH - Universidade Nova de Lisboa.

Santiago, C. F. L. (2013). *Do monumento à arte pública em Portugal no século XX*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Arte e do Património, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

Santos, Boaventura, (1991). *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, M. (2003). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

Santos, M. (2004). *Por uma nova geografia*. Coleção Milton Santos (6. ed.). São Paulo: Universidade de São Paulo.

Santos, M. (2004). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: EDUSP.

Sassen, S. (1998). *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel;

Sassen, S. (2005). *Sociologia das globalizações*. Porto: Edições Afrontamento.

Seixas, J. (2013). *A cidade na encruzilhada: repensar a cidade e a sua política.* Porto: Edições Afrontamento.

Sennett, R. (1988). *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras.

Serdoura, F. M. (2008). *A emergência de novas centralidades: o caso de Lisboa*: Minerva, Revista de Estudos Urbanos, 5(2), 187–196.

Severiano Teixeira, N. (2015). *Heróis do mar: história dos símbolos nacionais*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Silva, A. V. (1950). *Lisboa de Lés-a-Lés: estudo de toponímia e história urbana*. Lisboa: Livraria Portugal.

Silva, A. V. (1950). *A Cerca Moura de Lisboa: estudo histórico descritivo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, C. T. (2018). Manifestações públicas e cidadania: os protestos portugueses da última década. In *The Overarching Issues of the European Space: Preparing the New Decade for Key Socio-Economic and Environmental Challenges*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 25–37

Silva, D. S. A. (2019). *Espaço público contemporâneo: práticas sociais e a reinvenção do comum*. São Paulo: Annablume.

Silva Pinto, F. C. (1911). *Planta topográfica da cidade de Lisboa: levantamento feito entre 1904 e 1911*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Arquivo Municipal de Lisboa.

Sitte, C. (1992). *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática.

Soeiro, J. (2014). Da geração à rasca ao que se lixe a troika: Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Sociologia*, *XXVIII*, 55-79, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Soja, E. W. (1993). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço no pensamento crítico contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Sousa, J. C., & Morais, R. (2021). A mobilização cívica e política na era das redes sociais: uma análise da ação de movimentos sociais no Facebook. Opinião Pública, 27(1), 51-89.

Souza Lôbo, M. (1995). *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco***.** FAUP. Porto, ISBN: 972-948-14-0.

Tartakowsky, D., & Fillieule, O. (2013). *La manifestation*. Paris: Presses de Sciences Po.

Tejerina, B. (2005). Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopía. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 67-97.

Tojal, A. A. (2007). Ensaio da política renovadora na Lisboa Romântica. *Arte Teoria*, Lisboa, (10), 105-114.

Varela, R., & della Santa, M. (2018). A revolta estudantil de 1969 em Portugal. *Tempo e Argumento*, 10(24), 965–990.

Vieira, A., Gorghi, F., Fernandes, A., & Martinez, X. L. (2015). *Morfo Tipologias Urbanas: Manual de aplicação do método historicista*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Anexos

Anexo A – Tabela; Base de dados efetuada por meio do jornal Expresso entre 1974 e 2014

A tabela reúne registos codificados a partir de 484 reportagens do semanário *Expresso* (1974–2014), incidindo sobre manifestações coletivas em espaço público na cidade de Lisboa. Cada registo corresponde a um evento identificado na cobertura jornalística e foi preenchido por leitura integral da peça.

Critérios de inclusão. (i) eventos ocorridos no município de Lisboa; (ii) protestos urbanos (ações coletivas com finalidade reivindicativa/contestatária em espaço público); (iii) período 1974–2014; (iv) presença no *Expresso*. Unidade de registo: Evento de protesto identificado na imprensa

Variáveis:

- Tipo de Ponto: classificação operacional

  Partida (pontos de partida): Local onde a marcha se inicia.

  Passagem (pontos de passagem): Locais intermédios por onde a marcha efetivamente passou entre a Partida e a Chegada.

  Chegada (pontos de chegada): Local onde a marcha termina.

  Fixo (pontos fixos, sem marcha): Local ocupado em ações sem deslocação.
- Ano; ano de ocorrência do evento.
- Espaços públicos: nomes oficiais (normalizados) dos lugares envolvidos.
- Título da notícia: transcrição do título tal como publicado.
- Data da manifestação: data precisa (DD/MM/AAAA).
- Arquivo: identificação do repositório/coleção consultada e referência/cota.
- Data de publicação: data (DD/MM/AAAA) e página da peça no *Expresso*.
- Fotografia: Imagem publicada na peça. As peças com ausência de fotos foram especificadas como “Sem imagem”.

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
chegada	1974	Praça do Rossio	Manifestação na Avenida	1º-04-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 4-A BNP	27-04-1974 p. 14	
chegada	1974	Praça do Comércio	A cor do 1 de maio	1º-05-1974	Revista Expresso - Microfilme bobine 4-A BNP	04-05-1974 p. 20	
chegada	1974	ME Av. 5 de Outubro	Estudantes liceais dizem não aos exames	24-05-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	25-05-1974 p. 2	Sem imagem
chegada	1974	Largo da Misericór-dia	Comício de jornalistas: defesa de posições de vanguarda	23-05-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	25-05-1974 p. 3	Sem imagem
chegada	1974	Praça do Comércio	Primeira manifestação "quase proibida" pelas novas autoridades	08-07-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5 BNP	13-07-1974 p. 2	Sem imagem
chegada	1974	Rua Marquês de Fronteira. Penitenciá-ria,	O adiamento face invisível de uma semana política	17-08-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5 BNP	17-08-1974 p. 2	
chegada	1974	Rua Marquês de Fronteira. Penitenciá-ria	Manifestação da Extrema-esquerda	24-08-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	24-08-1974 p. 2	Sem imagem
chegada	1974	Praça do Rossio	Manifestação de Apoio aos Movimentos de Libertação	14-09-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	14-09-1974 p. 2	Sem imagem
partida	1974	Avenida da Liberdade	Manifestação na Avenida	26-04-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 4-A BNP	27-04-1974 p. 14	Sem imagem
partida	1974	Praça dos Restaurado res	A cor do 1 de maio	1º-05-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 4-A BNP	04-05-1974 p. 20	
partida	1974	Tv. Convento de Jesus: Liceu Passos Manuel	Estudantes liceais dizem não aos exames	24-05-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	25-05-1974 p. 2	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
partida	1974	Praça dos Restaura-dores	Comício de jornalistas: defesa de posições de vanguarda	23-05-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 4-A BNP	25-05-1974 p. 3	Sem imagem
partida	1974	Rotunda de Cabo Ruivo	A Esquerda Socialista fez a primeira aparição na mesa	06-06-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5 BNP	08-06-1974 p. 4	Sem imagem
partida	1974	Marquês de Pombal	Primeira manifestação "quase proibida" pelas novas autoridades	09-07-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5 BNP	13-07-1974 p. 2	Sem imagem
partida	1974	Praça do Rossio	O adiamento face invisível de uma semana política	17-08-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5 BNP	17-08-1974 p. 2	
partida	1974	Praça do Rossio	Manifestação de Apoio aos Movimentos de Libertação	14-07-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	14-09-1974 p. 2	Sem imagem
partida	1974	Cais do Sodré	Lisnave: o sonho acabou	12-09-1974	Jornal Expresso - Microfilme BNP	21-04-1984	Sem imagem
passagem	1974	Largo do Rato	Estudantes liceais dizem não aos exames	24-05-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	25-05-1974 p. 2	Sem imagem Sem imagem
passagem	1974	Marquês de Pombal	Estudantes liceais dizem não aos exames	24-05-1974	Jornal Expresso. Microfilme bobine 5-A BNP	25-05-1974 p. 2	Sem imagem
passagem	1974	Avenida Fontes Pereira de Melo	Estudantes liceais dizem não aos exames	24-05-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	25-05-1974 p. 2	Sem imagem
passagem	1974	Avenida António Augusto Aguiar	Estudantes liceais dizem não aos exames	24-05-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	25-05-1974 p. 2	Sem imagem
passagem	1974	Praça do Rossio	Comício de jornalistas: defesa de posições de vanguarda	23-05-1972	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	25-05-1974 p. 3	Sem imagem
passagem	1974	Rua do Carmo	Comício de jornalistas: defesa de posições de vanguarda	23-05-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	25-05-1974 p. 3	Sem imagem
passagem	1974	Largo de Camões	Comício de jornalistas: defesa de posições de vanguarda	23-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	25-05-1974 p. 3	Sem imagem
passagem	1974	Largo Calhariz	Comício de jornalistas: defesa de posições de vanguarda	23-05-1974	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-05-1974 p. 3	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publicação	Fotografia
passagem	1974	Rua Luz Soriano	Comício de jornalistas: defesa de posições de vanguarda	23-05-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	25-05-1974 p. 3	Sem imagem
passagem	1974	Avenida da Liberdade	Primeira manifestação "quase proibida" pelas novas autoridades	09-07-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5 BNP	13-07-1974 p. 2	Sem imagem
passagem	1974	Largo do Rato	O adiamento face invisível de uma semana política	24-08-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	24-08-1974 p. 2	Sem imagem
passagem	1974	Rua Castilho	Manifestação da Extrema-esquerda	24-08-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	24-08-1974 p. 2	Sem imagem
passagem	1974	São Bento	Manifestação de Apoio aos Movimentos de Libertação	14-07-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5-A BNP	14-09-1974 p. 2	Sem imagem
passagem	1974	Rua da Prata	Lisnave: o sonho acabou	12-09-1974	Jornal Expresso - Microfilme BNP	21-04-1984	Sem imagem
fixo	1974	Rua da Misericór-dia 95	O Jornal Época assaltado por Manifestantes	26-04-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 4-A BNP	27-04-1974 p.14	
fixo	1974	Praça do Rossio	A cor do 1 de maio	1º-05-1974	Revista Expresso - Microfilme bobine 4-A BNP	04-05-1974 p. 2	
fixo	1974	Rua do Ouro	A cor do 1 de maio	1º-05-1974	Revista Expresso - Microfilme bobine 4-A BNP	04-05-1974 p. 2	
fixo	1974	Largo de Santos	A cor do 1 de maio	1º-05-1974	Revista Expresso - Microfilme bobine 4-A BNP	04-05-1974 p. 2	
fixo	1974	Alameda Dom Afonso Henriques	Lisboa - quarta-feira-ano I	1º-05-1974	Revista Expresso - Microfilme bobine 4-A BNP	04-05-1974 p. 2	

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publicação	Fotografia
fixo	1974	Avenida da República	o civismo traz-se de pequeno	1º-05-1974	Revista Expresso - Microfilme bobine 4-A BNP	04-05-1974 p. 2	
fixo	1974	Avenida da República Embaixada Do Chile	Extrema Esquerda	08-06-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 5 BNP	08-06-1974 p. 4	Sem imagem
fixo	1974	Campo Pequeno	Os antecedentes imediatos da manifestação da "maioria silenciosa"		Jornal Expresso - Microfilme bobine 6 BNP	28-09-1974 p. 18	Sem imagem
fixo	1974	Palácio de Belém	Nos bastidores da história	28-09-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 6 BNP	05-10-1974 p. 18	
fixo	1974	R.António Maria Cardoso Teatro Municipal	Rescaldo da manifestação contra comício CDS	04-11-1974	Jornal Expresso - Microfilme bobine 6 BNP	09-11-1974 p. 2	Sem imagem
chegada	1975	Praça do Comércio	Comemorações Hoje	08-03-1975	Jornal Expresso - Microfilme BN	08-03-1975 p. 11	
chegada	1975	Largo do Carmo	O 11 de Março passo a passo	11-03-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7 BNP	15-03-1975 p. 15	
chegada	1975	São Bento	Manifestação do MRPP contra suspensão	19-03-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7 BNP	22-03-1975 p. 1	Sem imagem
chegada	1975	São Bento	Manifestação contra detenção de anti-fascistas	1º-10-2018	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BN	25-04-1975 p. 2	Sem imagem
chegada	1975	São Bento	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	02-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	Sem imagem
chegada	1975	Praça José Fontana	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	Sem imagem
chegada	1975	Alameda Dom Afonso Henriques	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	Sem imagem
chegada	1975	Praça do Rossio	PS e PPD denunciam Intersindical e PC que retribuem acusações de divisionismo	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 16	Sem imagem

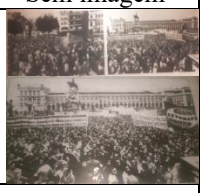
Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publicação	Fotografia
chegada	1975	São Bento	Conselhos Revolucionários Apoiados	17-06-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	21-06-1975 p. 2	Sem imagem
chegada	1975	São Bento	6 dias de crise política - A longa história da saída do PPD	16-07-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	19-07-1975 p. 4	
chegada	1975	Parque Eduardo VII	Comício do MRPP e Manifestação Unitária	20-09-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	20-09-1975 p. 2	Sem imagem
chegada	1975	Parque Eduardo VII	A criação do Agrupamento Militar de Intervenção AMI e a manifestação dos SUV	25-09-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	27-09-1975 p. 4	Sem imagem
chegada	1975	Praça do Comércio	Manifestação revela bloco em crise	23-10-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 9 BNP	25-10-1975 p. 3	Sem imagem
partida	1975	Praça do Comércio	Comemorações Hoje	08-03-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7 BN	08-03-1975 p. 11	Sem imagem
partida	1975	Largo do Carmo	O 11 de Março passo a passo	11-03-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7 BNP	15-03-1975 p. 15	Sem imagem
partida	1975	São Bento	Manifestação do MRPP contra suspensão	19-03-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7 BNP	22-03-1975 p. 1	Sem imagem
partida	1975	São Bento	Manifestação contra detenção de anti-fascistas	1º-10-2018	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	25-04-1975 p. 2	Sem imagem
partida	1975	São Bento	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	02-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	Sem imagem
partida	1975	Praça José Fontana	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	Sem imagem
partida	1975	Alameda Dom Afonso Henriques	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	Sem imagem
partida	1975	Praça do Rossio	PS e PPD denunciam Intersindical e PC que retribuem acusações de divisionismo	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 2 e 16	
partida	1975	São Bento	Conselhos Revolucionários Apoiados	17-06-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	21-06-1975 p. 2	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publicação	Fotografia
partida	1975	São Bento	6 dias de crise política - A longa história da saída do PPD	16-07-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	19-07-1975 p. 4	
partida	1975	Parque Eduardo VII	Comício do MRPP e Manifestação Unitária	20-09-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	20-09-1975 p. 2	Sem imagem
partida	1975	Parque Eduardo VII	A criação do Agrupamento Militar de Intervenção AMI e a manifestação dos SUV	25-09-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	27-09-1975 p. 2	Sem imagem
partida	1975	Praça do Comércio	Manifestação revela bloco em crise	23-10-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 9 BNP	25-10-1975 p. 3	Sem imagem
passagem	1975	Praça dos Restaura-dores	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	02-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	
passagem	1975	Avenida da Liberdade	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	02-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	
passagem	1975	Largo do Rato	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	02-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	
passagem	1975	Rua de São Bento	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	02-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	
passagem	1975	Alameda Dom Afonso Henriques	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto/... PS e PPD (...)	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1 e p. 16	
passagem	1975	Areeiro	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	
passagem	1975	Avenida Estados Unidos/Aven ida do Aeroporto	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto/	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	
passagem	1975	Estádio 1º de Maio	Manifestação (proibida) do PS enche ruas de Lisboa e Porto/	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publicação	Fotografia
passagem	1975	Avenida de Roma	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	
passagem	1975	Avenida João XXI	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	
passagem	1975	Campo Pequeno	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	
passagem	1975	Avenida Defensores de Chaves	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	
passagem	1975	Largo da Estefânia	Manifestação (proibida) do PS enche as ruas de Lisboa e Porto	1º-05-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7-A BNP	03-05-1975 p. 1	
passagem	1975	Marquês de Pombal	A criação do Agrupamento Militar de Intervenção AMI e a manifestação dos SUV	25-09-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	27-09-1975 p. 4	
passagem	1975	Rua do Ouro	Manifestação revela bloco em crise	23-10-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	25-10-1975 p. 3	Sem imagem
fixo	1975	Parque Eduardo VII	*Strip-tease* de contestação organizado pelo MLM	13-01-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7 BNP	11-01-1975 p. 16	Sem imagem
fixo	1975	Praça de Londres	Comício do Partido Socialista: uma viragem política	14-01-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7 BNP	18-01-1975 p. 3	Sem imagem
fixo	1975	Avenida Almirante Reis	Comício do Partido Socialista: uma viragem política	14-01-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7 BNP	18-01-1975 p. 3	Sem imagem
fixo	1975	Praça de Londres	Unicidade Sindical:fatos e posições		Jornal Expresso - Microfilme bobine 7 BNP	18-01-1975 p. 3	Sem imagem
fixo	1975	Palácio de Belém	sem título - pág.1		Jornal Expresso - Microfilme bobine 7 BNP	15-03-1975 p. 1	
fixo	1975	Campo Pequeno	O 11 de Março passo a passo	11-03-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7 BNP	15-03-1975 p. 15	Sem imagem
fixo	1975	Praça do Rossio	O 11 de Março passo a passo	11-03-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 7 BNP	15-03-1975 p. 15	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifestação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	1975	Marquês de Pombal	Manifestação nas ruas no 1°aniversário da Revolução	25-04-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 9 BNP	25-04-1975 p. 3	Sem imagem
fixo	1975	Avenida da Liberdade	Dia Mundial do Meio Ambiente: apenas algumas horas	05-06-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	07-06-1975 p. 1	Sem imagem
fixo	1975	Praça do Rossio	P.S. convoca manifestação e reforça laços com socialistas	23-06-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	21-06-1975 p. 2	Sem imagem Sem imagem
fixo	1975	Praça do Comércio	sem título-pág.1	1º-10-2019	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	05-07-1975 p. 1	
fixo	1975	Miradouro São Pedro de Alcântara	6 dias de crise política - O PS manifesta-se na oposição	15-07-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	19-07-1975 p. 3	
fixo	1975	traseiras do DN	Manifestação dos "24 do DN" abre nova fase do protesto	04-09-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	06-09-1975 p. 5	Sem imagem
fixo	1975	Praça do Rossio	Incidentes no Rossio	24-09-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 8 BNP	27-09-1975 p. 2	Sem imagem
fixo	1975	São Bento	A manifestação da construção civil não favoreceu a esquerda	12-11-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 9 BNP	15-11-1975 p. 1	
fixo	1975	Palácio de Belém	Depois do anúncio da "greve" do Governo o interior da manifestação em Belém	20-11-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 9 BNP	22-11-1975 p. 3	Sem imagem
fixo	1975	ME Av. 5 de Outubro	Estudantes de medicina contestam proposta do MEIC	19-12-1975	Jornal Expresso - Microfilme bobine 9 BNP	22-12-1975 p. 9	Sem imagem
chegada	1976	Marquês de Pombal	Protestos contra privilégios dos retornados	26-03-1976	Jornal Expresso. Microfilme bobine 10 BNP	27-03-1976 p. 4	
partida	1976	Praça do Comércio	Mobilização de fim de semana contra alta do custo de vida	16-01-1976	Jornal Expresso. Microfilme bobine 10 BNP	17-01-1976 p. 3	Sem imagem
partida	1976	Avenida da República	Protestos contra privilégios dos retornados	26-03-1976	Jornal Expresso. Microfilme bobine 10 BNP	27-03-1976 p. 4	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifestação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	1976	Alameda Afonso Henriques	sem título-pag5	25-11-1975	Jornal Expresso - Microfilme BNP	03-01-1976 p. 5	Sem imagem
fixo	1976	Ministério da Educação, Av. 5 de Outubro	"Cortes"orçamen-tais provocam protestos	14-01-1976	Jornal Expresso. Microfilme BNP	14-01-1976	
fixo	1976	Praça do Rossio	sem título - pag1	19-03-1976	Jornal Expresso. Microfilme bobine 10 BNP	20-03-1976 p. 1	
fixo	1976	Praça do Comércio	sem título - pag1	19-03-1976	Jornal Expresso. Microfilme bobine 10 BNP	20-03-1976 p. 1	
fixo	1976	São Bento	Táxis retornados pedem trabalho a S. Bento	20-03-1976	Jornal Expresso. Microfilme bobine 10 BNP	20-03-1976 p. 4	
fixo	1976	Praça do Comércio	Comemorações do 1° de Maio	1º-05-1976	Jornal Expresso. Microfilme bobine 10-A BNP	08-05-1976 p. 1	Sem imagem
fixo	1976	Praça da Figueira	Comemorações do 1° de Maio	1º-05-1976	Jornal Expresso. Microfilme bobine 10-A BNP	08-05-1976 p. 1	
fixo	1976	ME Av. 5 de Outubro	Professores Concentram-se para pressionar o MEIC	22-06-1976	Jornal Expresso. Microfilme bobine 10 BNP	19-06-1976 p. 3	Sem imagem
fixo	1976	Praça do Comércio	Manifestação em Lisboa por causa de Fausto Cruz	08-07-1976	Jornal Expresso. Microfilme bobine 11 BNP	09-07-1976 p. 1	
fixo	1976	São Bento	Universitários pressionam Assembléia contra decreto de gestão	03-12-1976	Jornal Expresso. Microfilme bobine 11-A BNP	03-12-1976 p. 3	Sem imagem
chegada	1977	Praça do Rossio	Encontro de sindicalistas do PS concentra atenções políticas no fim-de-semana	1º-05-1977	Jornal Expresso - Microfilme bobine 12-A BNP	29-04-1977 p. 2	Sem imagem
chegada	1977	Praça da Figueira	Encontro de sindicalistas do PS concentra atenções políticas no fim-de-semana	1º-05-1977	Jornal Expresso - Microfilme bobine 12-A BNP	29-04-1977 p. 2	Sem imagem
chegada	1977	São Bento	Metalúrgicos contra "separatismo" e "recuperação capitalista"	21-05-1977	Jornal Expresso - Microfilme bobine 12-A BNP	21-05-1977 p. 12	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
chegada	1977	São Bento	Professores na rua contra política do MEIC	04-11-1977	Jornal Expresso - Microfilme bobine 14 BNP	05-11-1977 p. 4	Sem imagem
partida	1977	Marquês de Pombal	…"Brigada NATO" desfilará…/ Comemorações do 25 de Abril	25-05-1977	Jornal Expresso. Microfilme 12-A BNP	29-04-1977 p. 2e3	Sem imagem
partida	1977	Alameda Dom Afonso Henriques	Encontro de sindicalistas do PS concentra atenções políticas no fim-de-semana	1º-05-1977	Jornal Expresso - Microfilme bobine 12-A BNP	29-04-1977 p. 3	Sem imagem
partida	1977	Marquês de Pombal	Encontro de sindicalistas do PS concentra atenções políticas no fim-de-semana	1º-05-1977	Jornal Expresso - Microfilme bobine 12-A BNP	29-04-1977 p. 3	Sem imagem
partida	1977	Praça do Comércio	Metalúrgicos contra "separatismo" e "recuperação capitalista"	21-05-1977	Jornal Expresso - Microfilme bobine 12-A BNP	21-05-1977 p. 12	Sem imagem
partida	1977	Marquês de Pombal	Professores na rua contra política do MEIC	04-11-1977	Jornal Expresso - Microfilme bobine 14 BNP	05-11-1977 p. 4	Sem imagem
chegada	1977	Avenida da Liberdade	…"Brigada NATO" desfilará…	25-05-1977	Jornal Expresso. Microfilme bobine 12-A BNP	29-04-1977 p. 2e3	Sem imagem
fixo	1977	São Bento	Mantendo esquema salarial Governo enfrenta desafio do funcionário público	14-01-1977	Jornal Expresso. Microfilme bobine 12 BNP	14-01-1977 p. 4	
fixo	1977	São Bento	Comemorações do 25 de Abril	25-04-1977	Jornal Expresso. Microfilme bobine 12-A BNP	29-04-1977 p. 2	Sem imagem
fixo	1977	Praça do Comércio	Depois do 22 de Junho um novo cenário político-sindical	22-06-1977	Jornal Expresso - Microfilme bobine 12-A BNP	25-06-1977p. 3-R	
fixo	1977	ME Av. 5 de Outubro	Estudantes convocam jornada de luta contra MEIC	25-10-1977	Jornal Expresso - Microfilme bobine 12-A BNP	22-10-1977 p. 16	Sem imagem
chegada	1978	Alameda Dom Afonso Henriques	Comemorações 25 de abril	25-04-1978	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-05-1978 p. 2	Sem imagem
partida	1978	Marquês de Pombal	Impasse (prolongado) em negociações provoca paralisação dos professores	10-03-1978	Jornal Expresso - Microfilme BNP	11-03-1978 p. 4	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
partida	1978	Praça da Figueira	Comemorações 25 de abril	25-04-1978	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-05-1978 p. 2	Sem imagem
partida	1978	Alameda Dom Afonso Henriques	1° de Maio: CGTP/IN e PS promovem	1º-05-1978	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-05-1978 p. 4	Sem imagem
partida	1978	Marquês de Pombal	Inter: moderação caracteriza movimentações	11-11-1978	Jornal Expresso - Microfilme BNP	11-11-1978 p. 4	Sem imagem
fixo	1978	Praça do Comércio	sem título-pag1	14-04-1978	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-05-1978 p. 1	
fixo	1978	Praça do Império	Comemorações 25 de abril	25-04-1978	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-05-1978 p. 2	
fixo	1978	Praça do Comércio	Comemorações 25 de abril	25-04-1978	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-05-1978 p. 2	Sem imagem
fixo	1978	Largo do Rato	Reunião da FAUL do PS origina concentração	28-07-1978	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-07-1978 p. 1	Sem imagem
chegada	1979	Praça do Comércio	Comemorações 25 de abril	25-04-1979	Jornal Expresso. Microfilme BNP	12-04-1979 p. 2	Sem imagem
partida	1979	Praça do Império	Comemorações 25 de Abril	25-04-1979	Jornal Expresso. Microfilme BNP	12-04-1979 p. 2	Sem imagem
partida	1979	Praça Martim Moniz	CGTP e UGT declaram guerra ao Governo/Mais luta do que festa	1º-05-1979	Jornal Expresso. Microfilme BN/ Diário de Lisboa online	05-05-1979 p. 2	Sem imagem
fixo	1980	São Bento	manifestação pró-governo dia 12 em Lisboa	12-03-1980	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-03-1980 p. 1	Sem imagem
fixo	1980	São Bento	Manifestação da CGTP dia 9 será balão de ensaio para o 1° de Maio	09-04-1980	Jornal Expresso - Microfilme BNP	04-04-1980 p. 4	Sem imagem
fixo	1980	São Bento	manifestação pró-governo dia 12 em Lisboa	12-04-1980	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-03-1980 p. 1	
fixo	1980	Campo Pequeno	manifestação pró-governo dia 12 em Lisboa	12-04-1980	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-03-1980 p. 1	
fixo	1980	Praça dos Restauradores	CGTP: Manifestações contra o Governo	21-06-1980	Jornal Expresso - Microfilme BNP	21-06-1980 P. 1	Sem imagem
fixo	1980	Praça Dom Luís I	CGTP: Manifestações contra o Governo	21-06-1980	Jornal Expresso - Microfilme BNP	21-06-1980 P. 1	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	1980	Avenida da Liberdade	Manifestações em Lisboa assinalou o 1° de Dezembro	1º-12-1980	Jornal Expresso - Microfilme BNP	05-12-1980 p. 2	Sem imagem
chegada	1981	Praça do Rossio	Comício no Rossio no dia 25	25-04-1981	Jornal Expresso - Microfilme BNP	17-04-1981 p. 1	Sem imagem
chegada	1981	Alameda Dom Afonso Henriques	CGTP desce à Alameda e UGT reabre diálogo com o Governo	1º-05-1981	Jornal Expresso - Microfilme BNP	1º-05-1981 p. 1	
chegada	1981	Praça do Rossio	PCP e CGTP exigem em Lisboa a demissão do Governo	27-06-1981	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-06-1981 p. 24	Sem imagem
chegada	1981	Praça do Comércio	Marcha da juventude em Lisboa contra o armamento e o nuclear	28-11-1981	Jornal Expresso - Microfilme BNP	14-11-1981 p. 3	Sem imagem
partida	1981	Praça do Comércio	Comício no Rossio no dia 25	06-04-1981	Jornal Expresso - Microfilme BNP	17-04-1981 p. 1	Sem imagem
partida	1981	Praça Martim Moniz	CGTP desce à Alameda e UGT reabre diálogo com o Governo	1º-05-1981	Jornal Expresso - Microfilme BNP	1º-05-1981 p. 3	
partida	1981	Marquês de Pombal	PCP e CGTP exigem em Lisboa a demissão do Governo	27-06-1981	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-06-1981 p. 24	Sem imagem
partida	1981	Marquês de Pombal	Marcha da juventude em Lisboa contra o armamento e o nuclear	28-11-1981	Jornal Expresso - Microfilme BNP	14-11-1981 p. 3	Sem imagem
fixo	1981	Avenida 5 de outubro: ME	Professores marcam concentração para receber os ordenados a tempo e horas	26-02-1981	Jornal Expresso - Microfilme BNP	14-02-1981 p. 2	Sem imagem
fixo	1981	Avenida da Liberdade	o PCP, o 25 de Abril e o frentismo à custa do Partido Socialista	25-04-1981	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-04-1981 p. 2	Sem imagem
chegada	1982	Praça do Rossio	Comício 25 de Abril apoiado pelo PS e PCP	25-04-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	17-04-1982 p. 1	
chegada	1982	Praça do Rossio	Marcha contra desemprego começa amanhã no Porto	03-03-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-03-1982 p. 24	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
chegada	1982	Alameda Dom Afonso Henriques	1° de Maio: mais folclore este ano	25-04-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	17-04-1982 p. 1	Sem imagem
chegada	1982	São Bento	Trabalhadores marcham até S. Bento	10-12-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	10-12-1982	Sem imagem
partida	1982	Marquês de Pombal	Marcha contra desemprego começa amanhã no Porto	03-03-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-03-1982 p. 24	Sem imagem
partida	1982	Marquês de Pombal	Comício 25 de Abril apoiado pelo PS e PCP	25-04-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	17-04-1982 p. 1	
partida	1982	Praça Martim Moniz	1° de Maio: mais folclore este ano	25-04-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	17-04-1982 og.1	Sem imagem
fixo	1982	Praça do Rossio	Adesão irregular à greve da Intersindical/INTER-UGT: a "aliança" impossível?	12-02-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-02-1982 p. 1	
fixo	1982	Avenida 5 de Outubro	Inter Promove concentração à RTP	12-03-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	06-03-1982 p. 1	Sem imagem
fixo	1982	Parque Eduardo VII	1° de Maio: mais folclore este ano	25-04-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	17-04-1982 p. 1	
fixo	1982	Praça do Rossio	Trabalhadores concentram-se no Rossio…	10-11-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-11-1982 p. 3	
fixo	1982	Praça do Comércio	... e no Terreiro do Paço Também	10-11-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-11-1982 p. 3	
fixo	1982	São Bento	Eleitoralismo condicionou PSD	11-11-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-11-1982 p. 3	
fixo	1982	Praça dos Restaura-dores	1° de dezembro assinalado na capital	1º-12-1982	Jornal Expresso - Microfilme BNP	04-12-1982 p. 3	Sem imagem
chegada	1983	Praça do Comércio	Bancários concentram-se e desfilam em Lisboa	22-09-1983	Jornal Expresso - Microfilme BNP	24-09-1983 p. 2	Sem imagem
chegada	1983	Praça do Comércio	CGTP na rua: novidades só terça-feira	15-10-1983	Jornal Expresso - Microfilme BNP	15-10-1983 p. 3	Sem imagem
partida	1983	Praça do Rossio	Bancários concentram-se e desfilam em Lisboa	22-09-1983	Jornal Expresso - Microfilme BNP	24-09-1983 p. 2	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
partida	1983	Marquês de Pombal	CGTP na rua: novidades só terça-feira	15-10-1983	Jornal Expresso - Microfilme BNP	15-10-1983 p. 3	Sem imagem
fixo	1983	Alameda Dom Afonso Henriques	1° de Maio: trabalhadores de novo divididos	1º-05-1983	Jornal Expresso - Microfilme BNP	07-05-1983 p. 2	Sem imagem
fixo	1983	Parque Eduardo VII	1° de Maio: trabalhadores de novo divididos	1º-05-1983	Jornal Expresso - Microfilme BNP	07-05-1983 p. 2	Sem imagem
fixo	1983	São Bento	À espera de Outubro	23-06-1983	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-06-1983 p. 2	
fixo	1983	São Bento	Transportes: greve em Lisboa e no Porto	30-06-1983	Jornal Expresso - Microfilme BNP	02-07-1983 p. 2	Sem imagem
fixo	1983	São Bento	Vidreiros em Marcha de protesto até Lisbo	13-10-1983	Jornal Expresso - Microfilme BNP	15-10-1983 p. 3	Sem imagem
fixo	1983	Frente à Embaixada dos EUA	Concentração em Lisboa contra invasão de Granada	31-10-1983	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-10-1983 p. 24	Sem imagem
fixo	1983	São Bento	Função Pública em Tribunal: réus aguardam sentença…	24-11-1983	Jornal Expresso - Microfilme BNP	26-11-1983 p. 2	Sem imagem
fixo	1983	Praça do Comércio	Carris: conflito em fase de agravamento	28-12-1983	Jornal Expresso - Microfilme BNP	31-12-1983 p. 2	Sem imagem
chegada	1984	São Bento	Soares, 274 - CGPT, 0	26-03-1984	Jornal Expresso - Microfilme BNP	31-03-1984 p. 4	Sem imagem
partida	1984	Praça de Espanha	Soares, 274 - CGPT, 0	26-03-1984	Jornal Expresso - Microfilme BNP	31-03-1984 p. 4	Sem imagem
fixo	1984	Av. João XXI Presidência do Conselho de Ministros	Função Pública tem novo estatuto e greve em perspectiva	19-01-1984	Jornal Expresso - Microfilme BNP	21-01-1984 p. 2	Sem imagem
fixo	1984	Ponte 25 de Abril	GNR faz trinta feridos entre manifestantes dos estaleiros	11-01-1984	Jornal Expresso - Microfilme BNP	14-01-1984 p. 2	Sem imagem
fixo	1984	São Bento	Soares, 274 - CGPT, 0	26-03-1984	Jornal Expresso - Microfilme BNP	31-03-1984 p. 4	Sem imagem
fixo	1984	São Bento	Trabalhadores das autarquias manifestaram-se na rua	02-04-1984	Jornal Expresso - Microfilme BNP	07-04-1984 p. 2	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	1984	São Bento	Leis do trabalho: os novos dados de uma velha polémica	28-04-1984	Jornal Expresso - Microfilme BNP	28-04-1984 14-R	
fixo	1984	Praça do Comércio	CGTP "plataforma política" Intersindical convoca manifestação	02-06-1984	Jornal Expresso - Microfilme BNP	02-06-1984 p. 1	Sem imagem
fixo	1984	Praça do Comércio	trabalhadores Lisnave: salários em atraso	29-05-1984	Jornal Expresso - Microfilme BNP	10-11-1984 p. 22R	
fixo	1984	Praça do Rossio	Policiais e manifestantes feridos em confronto	25-10-1984	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-10-1984 p. 2	Sem imagem
fixo	1984	ME Av. 5 de Outubro	Estudantes preparam manifestações em série	24-11-1984	Jornal Expresso - Microfilme BNP	24-11-1984 p. 6	
fixo	1984	Praça do Rossio	Abecassis proíbe manifestações no Rossio e Restauradores	20-12-1984	Jornal Expresso - Microfilme BNP	22-12-1984 p. 2	
chegada	1985	São Bento	Messa: 30 km de protesto	15-01-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	12-01-1985 p. 2	Sem imagem
chegada	1985	Alameda Dom Afonso Henriques	CGTP adia hipótese de greve	16-03-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	09-03-1985 p. 3	Sem imagem
chegada	1985	Alameda Dom Afonso Henriques	1° de Maio sob o signo da bipolarização	1º-05-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-04-1985 p. 24	Sem imagem
chegada	1985	Praça do Rossio	CGTP vai promover onda de greves e agitação	25-05-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-05-1985 p. 7	Sem imagem
chegada	1985	São Bento	CGTP adopta "fila humana" por falta de gente	25-05-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-05-1985 p. 4	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
partida	1985	Praça Martim Moniz	CGTP adia hipótese de greve	16-03-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	09-03-1985 p. 3	Sem imagem
partida	1985	Praça Martim Moniz	1° de Maio sob o signo da bipolarização	1º-05-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-04-1985 p. 24	Sem imagem
partida	1985	Picoas	CGTP vai promover onda de greves e agitação	25-05-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-05-1985 p. 7	Sem imagem
passagem	1985	Praça do Comércio	CGTP adopta "fila humana" por falta de gente	25-05-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-05-1985 p. 4	Sem imagem
fixo	1985	São Bento	Metalúrgicos concentram-se em S. Bento	17-01-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	12-01-1985 p. 24	Sem imagem
fixo	1985	Av. 5 de Outubro	CGTP manifesta-se frente à RTP	24-01-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	19-01-1985 p. 2	Sem imagem
fixo	1985	São Bento	CTM e CNN: concentração em S. Bento	26-03-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	30-03-1985 p. 2	
fixo	1985	Praça do Rossio	Comunistas violam acordo sobre discursos no Rossio	25-04-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-04-1985 p. 5	
fixo	1985	Parque Eduardo VII	1° de Maio sob o signo da bipolarização	1º-05-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-04-1985 p. 5	Sem imagem
fixo	1985	Praça do Rossio	Manifestantes anti americanos: pouco mas criativos	09-05-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	11-05-1985 p. 7	
fixo	1985	R. Marquês de Fronteira: Penitenciária de Lisboa	Quem é quem no processo das FP-25	20-07-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	20-07-1985 p. 20	
fixo	1985	Junto ao Ministério da Saúde	… e falta de concurso provoca manifestações em Lisboa	23-07-1985	Jornal Expresso - Microfilme BNP	20-07-1985 p. 2	Sem imagem
chegada	1986	Alameda Dom Afonso Henriques	Menos gente no 1° de Maio	1º-05-1986	Jornal Expresso - Microfilme BNP	03-05-1986 p. 6	Sem imagem
partida	1986	São Bento	Ordem dos Médicos acusada de fazer "jogo duplo"	28-01-1986	Jornal Expresso - Microfilme BNP	1º-02-1986 p. 8	

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
partida	1986	Praça Martim Moniz	Menos gente no 1° de Maio	1º-05-1986	Jornal Expresso - Microfilme BNP	03-05-1986 p. 6	
fixo	1986	São Bento	Funcionários públicos vão queixar-se a OIT	05-02-1986	Jornal Expresso - Microfilme BNP	08-02-1986 p. 6	
fixo	1986	Parque Eduardo VII	Menos gente no 1° de Maio	1º-05-1986	Jornal Expresso - Microfilme BNP	03-05-1986 p. 6	
fixo	1986	São Bento	Rendas de casa: média "salta" para o dobro já em Julho	24-05-1986	Jornal Expresso - Microfilme BNP	24-05-1986 p. 5	
fixo	1986	ME Av. 5 de Outubro	Professores na Europa manifestam-se	1º-09-1986	Jornal Expresso - Microfilme BNP	11-10-1986 p. 2	
fixo	1986	Praça do Comércio	Greves: "Natal Quente"	11-10-1986	Jornal Expresso - Microfilme BNP	11-10-1986p. 6	
fixo	1986	ME Av. 5 de Outubro	Piolhos, pulgas e água fria convulsionam Escola de Dança	20-12-1986	Jornal Expresso - Microfilme BNP	20-12-1986 p. 5	
chegada	1987	Praça do Rossio	GENTE - Cavaco entra pela esquerda	25-04-1987	Jornal Expresso - Microfilme BNP	1º-05-1987 p. 11	Sem imagem
chegada	1987	Praça do Comércio	Sem acordo na Função Pública não haverá "tecto salarial	11-12-1987	Jornal Expresso - Microfilme BNP	05-12-1987 p. 10	Sem imagem
partida	1987	Avenida da Liberdade	GENTE - Cavaco entra pela esquerda	25-04-1987	Jornal Expresso - Microfilme BNP	1º-05-1987 p. 11	
partida	1987	São Bento	Sem acordo na Função Pública não haverá "tecto salarial"	11-12-1987	Jornal Expresso - Microfilme BNP	05-12-1987 p. 10	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	1987	ME Av. 5 de Outubro	Professores cercam o MEC	12-03-1987	Jornal Expresso - Microfilme BNP	14-03-1987 p. 2	Sem imagem
fixo	1987	Praça do Rossio	Greve em Ciências e pausa em Letras	31-03-1987	Jornal Expresso - Microfilme BNP	28-03-1987 p. 7	Sem imagem
fixo	1987	Estação Ferroviária Braço de Prata	Protesto bloqueou 22 comboios	09-12-1987	Jornal Expresso - Microfilme BNP	12-12-1987 p. 10	
fixo	1987	São Bento	"Manifest" em S. Bento reclama pagamento do subsídio de Natal	22-12-1987	Jornal Expresso - Microfilme BNP	24-12-1987 p. 5	
chegada	1988	São Bento	UGT aprova greve geral para 28 de Março/Greve geral:o dia seguinte	28-03-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-03-1988 p. 1	Sem imagem
chegada	1988	São Bento	Professores manifestam-se	18-11-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	19-11-1988 p. 1	Sem imagem
partida	1988	Avenida da Liberdade	UGT aprova greve geral para 28 de Março/Greve geral:o dia seguinte	28-03-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-03-1988 p. 1	Sem imagem
partida	1988	Largo do Rato	Professores manifestam-se	18-11-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	19-11-1988 p. 1	
partida	1988	Praça do Município	Semana em Revista	30-11-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	03-12-1988 p. 4	
partida	1988	São Bento	Semana em Revista	30-11-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	03-12-1988 p. 4	
passagem	1988	Praça do Rossio	UGT aprova greve geral para 28 de Março/Greve geral:o dia seguinte	28-03-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-03-1988 p. 1	
fixo	1988	São Bento	INDEP: sem armas contra o Governo	13-01-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	16-01-1988 p. 2	

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	1988	ME Av 5 de Outubro	Protesto Satisfeito	04-02-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	06-02-1988 p. 6	
fixo	1988	São Bento	INDEP: "Manifest" em S. Bento	04-02-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	06-02-1988 p. 4	
fixo	1988	São Bento	Autarquias estão contra pacote laboral	19-04-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	1º-04-1988 p. 5	
fixo	1988	ME Av. 5 de Outubro	Bailarinos dançam na rua contra Roberto Carneiro	10-10-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	08-10-1988 p. 11	
fixo	1988	São Bento	A revolta dos caçadores	15-10-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	22-10-1988p. 27R e 28R	
fixo	1988	ME Av. 5 de Outubro	ISSL: alunos protestam	13-12-1988	Jornal Expresso - Microfilme BNP	17-12-1988 p. 5	Sem imagem
chegada	1989	Praça do Rossio	Soares e Otelo dominaram aniversário do 25 de Abril	25-04-1989	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-04-1989 p. 4	Sem imagem
chegada	1989	São Bento	UGT e Inter estreiam manifestação conjunta	14-11-1989	Jornal Expresso - Microfilme BNP	14-11-1989 p. A5	Sem imagem
partida	1989	Avenida da Liberdade	Descontentamento geral	03-02-1989	Jornal Expresso - Microfilme BNP	04-02-1989 p. 12R	
partida	1989	ME Av. 5 de Outubro	Acesso à Universidade: ministro só alterou as datas	20-02-1989	Jornal Expresso - Microfilme BNP	11-03-1989 p. 8	
partida	1989	Praça do Comércio	UGT e Inter estreiam manifestação conjunta	24-11-1989	Jornal Expresso - Microfilme BNP	14-10-1989 p. A5	

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	1989	São Bento	Músicos da RDP deram concerto de protesto	18-02-1989	Jornal Expresso - Microfilme BNP	18-02-1989 p. 4	
fixo	1989	ME Av. 5 de Outubro	Secundário prepara Março 'quente'	20-02-1989	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-02-1989 p. 10	
fixo	1989	Praça do Comércio	Polícia carrega sobre polícias	22-04-1989	Jornal Expresso - Microfilme BNP	22-04-1989 p. 1	
fixo	1989	Na Embaixada da China	China: os protestos de Lisboa	07-06-1989	Jornal Expresso - Microfilme BNP	10-06-1989 p. 8	Sem imagem
fixo	1989	Embaixada da China	Vital e Natália manifestam-se contra China	27-06-1989	Jornal Expresso - Microfilme BNP	24-06-1989 p. 1	Sem imagem
chegada	1990	Praça do Rossio	PR convence militares a desfilar no 25 de Abril/CML volta a comemorar 25 de Abril	25-04-1990	Jornal Expresso - Microfilme BNP	21-04-1990 p. 1	Sem imagem
partida	1990	Praça do Império	PR convence militares a desfilar no 25 de Abril/CML volta a comemorar 25 de Abril	25-04-1990	Jornal Expresso - Microfilme BNP	21-04-1990 p. 1	Sem imagem
fixo	1990	Praça do Comércio	Guarda Florestal: da manifestação à greve em Março	17-02-1990	Jornal Expresso - Microfilme BNP	17-02-1990 p. A8	
fixo	1990	Restauradores	Nacional SEMANA em revista	09-06-1990	Jornal Expresso - Microfilme BNP	09-06-1990 p. A10	
fixo	1990	São Bento	Pessoal civil recorre ao Parlamento	03-11-1990	Jornal Expresso - Microfilme BNP	03-11-1990 p. A12	
chegada	1991	Praça do Rossio	Polícias manifestam-se	22-03-1991	Jornal Expresso - Microfilme BNP	23-03-1991 p. 1	
chegada	1991	Praça do Comércio	Manifestação de Polícias tem apoio dos oficiais/ Polícias 'usam' mundial'	25-06-1991	Jornal Expresso - Microfilme BNP	15-06-1991 p. A18	

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
chegada	1991	São Bento	Manifestação contra RTP. João de Melo diz que não foi promotor	20-06-1991	Jornal Expresso - Microfilme BNP	22-06-1991 p. A12	
partida	1991	Parque Eduardo VII	Manifestação de Polícias tem apoio dos oficiais/ Polícias 'usam' mundial'	25-06-1991	Jornal Expresso - Microfilme BNP	15-06-1991 p. A18	
passagem	1991	Praça dos Restauradores	Manifestação de Polícias tem apoio dos oficiais/ Polícias 'usam' mundial'	25-06-1991	Jornal Expresso - Microfilme BNP	15-06-1991 p. A24	
fixo	1991	Avenida da Liberdade	25 de Abril queixa-se da RTP	25-04-1991	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-04-1991 p. 1	Sem imagem
fixo	1991	Palácio de Belém	Bailarinos querem "desgaste rápido'	29-06-1991	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-06-1991 A10	
fixo	1991	ME Av. 5 de Outubro	Professores fazem greve de fome	23-12-1991	Jornal Expresso - Microfilme BNP	21-12-1991 p. A24	
partida	1992	Praça dos Restauradores	Luta de polícias está para durar	04-06-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	06-06-1992 p. A19	
partida	1992	Ministério da Saúde	Jovens médicos protestam	13-06-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-06-1992 p. A10	Sem imagem
fixo	1992	ME Av. 5 de Outubro	PGA levanta onda de protestos e ministro reconhece 'defeitos	14-02-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	15-02-1992 p. A13	Sem imagem
fixo	1992	ME Av. 5 de Outubro	Júri da PGA ao EXPRESSO " Errar é humano"	20-01-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	22-01-1992 p. A12	
fixo	1992	Praça do Império	Inspecção Económica manifesta-se em Belém	06-03-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-02-1992 p. 1	
fixo	1992	ME Av. 5 de Outubro	Estudantes provocam recuo atrás de recuo	29-02-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-02-1992 p. A12	
fixo	1992	Marquês de Pombal	Greves voltam ao Metro	11-04-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	11-04-1992 p. A4	

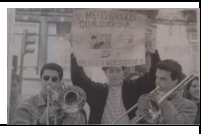
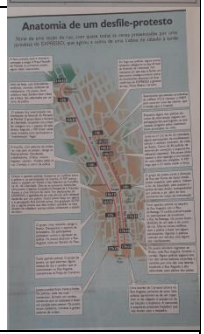
Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-çã	Fotografia
fixo	1992	Alameda Dom Afonso Henriques	Inter e UGT condenam pensões ex-presos	1º-05-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	02-05-1992 p. 1	Sem imagem
fixo	1992	Praça do Império	Inter e UGT condenam pensões ex-preso	1º-05-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	02-05-1992 p. 1	Sem imagem
fixo	1992	ME Av. 5 de Outubro	Tudo na mesma nas PROPINAS	02-05-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	02-05-1992 p. A19	Sem imagem
fixo	1992	Praça do Comércio	Polícias radicalizam 'formas de luta'	04-04-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	09-05-1992 p. A12	
fixo	1992	Praça do Império	A vida DEFICIENTE de Gabriela	05-05-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	09-05-1992 p. A14	
fixo	1992	ME Av. 5 de outubro	Estudantes contra propinas…	15-05-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	16-05-1992 p. A12	
fixo	1992	Praça do Comércio	Uma semana de fronteiras fechadas	20-06-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	20-06-1992 p. A12	
fixo	1992	Praça do Império	SINDICATOS A unidade falhada	26-06-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-06-1992 p. A17	
fixo	1992	São Bento	Estudantes preparam manifestação	18-11-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	14-11-1992 p. A12	Sem imagem
fixo	1992	São Bento	Câmaras PSD furam greve autárquica	11-12-1992	Jornal Expresso - Microfilme BNP	12-12-1992 p. A8	
chegada	1993	ME Av. 5 de Outubro	Foto capa*	26-03-1993	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-03-1993 p. 1	Sem imagem
chegada	1993	São Bento	Polícia expulsa dois agentes por mês	20-05-1993	Jornal Expresso - Microfilme BNP	22-05-1993 p. A16	
partida	1993	Alameda Cidade Universitá-ria	Foto capa*	26-03-1993	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-03-1993 p. 1	
partida	1993	Praça do Rossio	Polícia expulsa dois agentes por mês	20-05-1993	Jornal Expresso - Microfilme BNP	22-05-1993 p. A16	
fixo	1993	Praça do Comércio	Caça à lei	13-03-1993	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-03-1993 p. A16	

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	1993	Alameda Dom Afonso Henriques	1° Maio: todos contra Cavaco	1º-05-1993	Jornal Expresso - Microfilme BNP	08-05-1993 p. A10	
fixo	1993	Jardim Torre de Belém	1° Maio: todos contra Cavaco	1º-05-1993	Jornal Expresso - Microfilme BNP	08-05-1993 p. A10	
fixo	1993	Praça do Comércio	A guerra das tabuletas	09-10-1993	Jornal Expresso - Microfilme BNP	09-10-1993 p. A16	
fixo	1993	São Bento	Estudantes sem controlo	27-11-1993	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-11-1993 p. A15	
fixo	1993	Praça do Comércio	Comoções	24-12-1993	Jornal Expresso - Microfilme BNP	24-12-1993 p. 48R	
chegada	1994	Alameda Dom Afonso Henriques	Greve Geral adiada *sine die*	1º-05-1994	Jornal Expresso - Microfilme BNP	07-05-1994 p. 1	Sem imagem
chegada	1994	São Bento	Ministra pede a Cavaco para a polícia não bater nos estudantes	05-05-1994	Jornal Expresso - Microfilme BNP	07-05-1994 p. 1	Sem imagem
partida	1994	Praça de Londres	UGT concretiza manifestação proibida	21-01-1994	Jornal Expresso - Microfilme BNP	22-01-1994 p. 1	
partida	1994	Praça de Londres	Função Pública planeia cortar entradas de Lisboa	28-01-1994	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-01-1994 p. 1	
partida	1994	Praça Martim Moniz	Greve Geral adiada 'sine die'	1º-05-1994	Jornal Expresso - Microfilme BNP	07-05-1994 p. 1	
fixo	1994	Praça do Comércio	Programa das Festas	25-04-1994	Jornal Expresso - Microfilme BNP	23-04-1994 p. 7Viva	Sem imagem
fixo	1994	Largo do Carmo	Programa das Festas	25-04-1994	Jornal Expresso - Microfilme BNP	23-04-1994 p. 7Viva	Sem imagem
chegada	1995	Alameda Dom Afonso Henriques	Nogueira e Monteiro aderem ao 1° Maio	1º-05-1995	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-05-1995 p. 1	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
partida	1995	Praça Martim Moniz	Nogueira e Monteiro aderem ao 1° Maio	1º-05-1995	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-05-1995 p. 1	Sem imagem
fixo	1995	junto à Embaixada de Angola	Estudantes angolanos fazem manifestação em Lisboa	06-02-1995	Jornal Expresso - Microfilme BNP	04-02-1995 p. 9	
fixo	1995	ME Av. 5 de Outubro	As greves dos doutores	20-03-1995	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-03-1995 p. 10	
fixo	1995	Jardim Torre de Belém	Nogueira e Monteiro aderem ao 1° Maio	29-05-1995	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-05-1995 p. 1	Sem imagem
fixo	1995	Mosteiro dos Jerónimos	Estudantes protestam contra boda real	13-05-1995	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-05-1995 p. 2	
fixo	1995	Praça do Comércio	" O Nelson é um jovem impulsivo"	24-06-1995	Jornal Expresso - Microfilme BNP	24-06-1995 p. 15	
fixo	1995	Praça do Comércio	Semana em Revista	23-11-1995	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-11-1995 p. 22	Sem imagem
fixo	1995	Praça do Império	Concertação em risco	1-12-1995	Jornal Expresso - Microfilme BNP	1º-12-1995 p. 11	
chegada	1996	Praça do Rossio	25 de Abril	25-04-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-04-1996	Sem imagem
chegada	1996	São Bento	Sindicatos voltam à luta	30-10-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	12-10-1996	Sem imagem
chegada	1996	São Bento	Função Pública abre caminho à contestação	14-12-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	14-12-1996 p. 16	
chegada	1996	São Bento	Semana em Revista	07-12-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	07-12-1996 p. 17	Sem imagem
partida	1996	Marquês de Pombal	Economia de Mal a pior	12-01-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	12-01-1996 p. A3	Sem imagem
partida	1996	Marquês de Pombal	25 de Abril	25-04-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-04-1996	Sem imagem
partida	1996	Miradouro São Pedro de Alcântara	Sindicatos voltam à luta	30-10-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	12-10-1996	Sem imagem
partida	1996	São Bento	Lei de Base desperta paixões	30-11-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	30-11-1996 p. 15	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
partida	1996	Marquês de Pombal	Semana em Revista	05-12-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	07-12-1996 p. 17	
partida	1996	São Bento	Função Pública abre caminho à contestação	14-12-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	14-12-1996 p. 16	Sem imagem
passagem	1996	Avenida da Liberdade	Economia de Mal a pior	12-01-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	12-01-1996 p. 3	Sem imagem
fixo	1996	Rua Augusta	25 de Abril	25-04-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-04-1996	Sem imagem
fixo	1996	Praça do Comércio	25 de Abril	25-04-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-04-1996	Sem imagem
fixo	1996	Largo de Camões	25 de Abril	25-04-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-04-1996	Sem imagem
fixo	1996	São Bento	Guterres enfrenta o primeiro protesto sindical	20-04-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	20-04-1996 p. 1	Sem imagem
fixo	1996	Alameda Cidade Universitária	Na festa do inimigo	1º-05-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	04-05-1996 p. 10	
fixo	1996	Jardim Torre de Belém	Na festa do inimigo	1º-05-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	04-05-1996 p. 10	
fixo	1996	São Bento	Polivalentes até nos protestos	18-05-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	18-05-1996 p. 8	Sem imagem
fixo	1996	Praça do Comércio	Semana em Revista	17-07-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	20-07-1996 p. 19	
fixo	1996	Praça da Comércio	Semana em Revista	04-10-1996	Jornal Expresso - Microfilme BNP	05-10-1996 p. 21	
chegada	1997	Alameda Cidade Universitária	Desemprego 'junta' centrais	1º-05-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	03-05-1997 p. 12	Sem imagem
chegada	1997	Jardim das Francesinhas/Jardim Lisboa Antiga	Funerais, carreira e privatização	06-06-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	07-06-1997 p. 21	

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
partida	1997	Campo Pequeno	Desemprego 'junta' centrais	1º-05-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	03-05-1997 p. 12	
partida	1997	Jardim Torre de Belém	Funerais, carreira e privatização	06-06-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	07-06-1997 p. 21	Sem imagem
partida	1997	Alameda Cidade Universitária	Uma reportagem incendiária	05-07-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	05-07-1997 p. 18	Sem imagem
partida	1997	ME Av. 5 de Outubro	Coimbr	22-11-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	22-11-1997 p. 10	
passagem	1997	RTP Av. 5 de Outubro	Uma reportagem incendiária	05-07-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	05-07-1997 p. 18	Sem imagem
fixo	1997	Praça do Comércio	Lei laboral gera polémica	25-01-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-01-1997 p. 14	
fixo	1997	Praça do Comércio	Carreiras dividem oficiais da PSP	25-04-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-04-1997 p. 10	
fixo	1997	ME Av. 5 de Outubro	Professores mal recenseados	25-05-1995	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-05-1995	Sem imagem
fixo	1997	Jardim Torre de Belém	Desemprego 'junta' centrais	1º-05-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	03-05-1997 p. 12	Sem imagem
fixo	1997	ME Av. 5 de Outubro	Estudantes cansados das propinas	17-05-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	17-05-1997 p. 12	
fixo	1997	São Bento	Propinas passam primeiro exame	24-05-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	24-05-1997 p. 14	
fixo	1997	São Bento	semana em revista	20-06-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	21-06-1997 p. 21	
fixo	1997	Praça do Comércio	… e técnicos protestam	27-06-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	28-06-1997 p. 21	
fixo	997	São Bento	Anarquistas incendeiam luta contra propinas	10-12-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	12-12-1997 p. 17	
fixo	1997	Marquês de Pombal	Uma reportagem incendiária	05-07-1997	Jornal Expresso - Microfilme BNP	05-07-1997 p. 18	Sem imagem
chegada	1998	Praça do Rossio	Chaimite no Martim Moniz	25-04-1998	Jornal Expresso - Microfilme BNP	10-04-1998 p. 7	Sem imagem
partida	1998	Alameda Cidade Universitária	Semana em revista	25-03-1998	Jornal Expresso - Microfilme BNP	28-03-1998 p. 20	
partida	1998	Marquês de Pombal	Chaimite no Martim Moniz	25-04-1998	Jornal Expresso - Microfilme BNP	10-04-1998 p. 7	Sem imagem

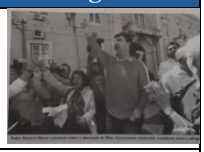
Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	1998	R. Nova Trindade Teatro Trindade	Semana em revista	19-01-1998	Jornal Expresso - Microfilme BNP	24-01-1998 p. 17	
fixo	1998	São Bento	Estudantes marcam manif	25-03-1998	Jornal Expresso - Microfilme BNP	14-03-1998 p. 21	Sem imagem
fixo	1998	Praça Martim Moniz	Chaimite no Martim Moniz	25-04-1998	Jornal Expresso - Microfilme BNP	10-04-1998 p. 7	Sem imagem
fixo	1998	São Bento	Revolução na PSP	10-04-1998	Jornal Expresso - Microfilme BNP	10-04-1998 p. 7	Sem imagem
fixo	1998	Igreja de São Nicolau	Direita lucra com missas por Salazar	1º-05-1998	Jornal Expresso - Microfilme BNP	1º-05-1998 p. 18	
chegada	1999	Castelo de São Jorge	Artistas na rua	1-03-1999	Jornal Expresso - Microfilme BNP	06-03-1999 p. 1	Sem imagem
chegada	1999	ME Av. 5 de Outubro	semana em revista	23-03-1999	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-03-1999 p. 23	
partida	1999	Marquês de Pombal	Gente alegre e boa onda	23-01-1999	Jornal Expresso - Microfilme BNP	30-01-1999 p. 10 e 11	
partida	1999	Castelo de São Jorge	Artistas na Rua	1º-03-1999	Jornal Expresso - Microfilme BNP	06-03-1999 p. 1	Sem imagem
partida	1999	São Bento	semana em revista	23-03-1999	Jornal Expresso - Microfilme BNP	27-03-1999 p. 23	
passagem	1999	Rua do Ouro	Gente alegre e boa onda	23-01-1999	Jornal Expresso - Microfilme BNP	30-01-1999 p. 10 e 11	
passagem	1999	Rua Augusta	Gente alegre e boa onda	26-01-1999	Jornal Expresso - Microfilme BNP	30-01-1999 p. 10 e 11	
passagem	1999	Rua Portas de Santo Antão	Gente alegre e boa onda	23-01-1999	Jornal Expresso - Microfilme BNP	30-01-1999 p. 18	
fixo	1999	Praça do Comércio	semana em revista	28-01-1999	Jornal Expresso - Microfilme BNP	30-01-1999 p. 1	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	1999	Parque das Nações	25 de Abril de luxo	25-03-1999	Jornal Expresso - Microfilme BNP	06-03-1999 p. 1	Sem imagem
fixo	1999	São Bento	Homossexuais excluídos	06-03-1999	Jornal Expresso - Microfilme BNP	06-03-1999 p. 8	
fixo	1999	São Bento	Semana em revista	17-03-1999	Jornal Expresso - Microfilme BNP	20-03-1999 p. 23	Sem imagem
chegada	2000	Praça do Comércio	semana em revista	25-07-2000	Jornal Expresso - Microfilme BNP	1º-07-2000 p. 30	Sem imagem
partida	2000	Marquês de Pombal	semana em revista	25-04-2000	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-04-2000 p. 23	
partida	2000	São Bento	Semana em revista	13-05-2000	Jornal Expresso - Microfilme BNP	13-05-2000 p. 23	
partida	2000	Praça Martim Moniz	semana em revista	25-07-2000	Jornal Expresso - Microfilme BNP	1º-07-2000 p. 22	Sem imagem
partida	2000	Praça do Município	CGTP desfila por salários	23-11-2000	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-11-2000 p. 30	Sem imagem
fixo	2000	ME Av. 5 de Outubro	Professores manifestam-se	29-03-2000	Jornal Expresso - Microfilme BNP	04-03-2000 p. 22	
fixo	2000	Na Quinta do Narigão	Feira Popular geral protestos	22-07-2000	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-07-2000 p. 30	Sem imagem
fixo	2000	MEC Av. 5 de Outubro	Professores em 'manif'	24-07-2000	Jornal Expresso - Microfilme BNP	29-07-2000 p. 30	Sem imagem
fixo	2000	Campo Pequeno	Campo Pequeno provoca 'manif'	28-11-2000	Jornal Expresso - Microfilme BNP	25-11-2000 p. 30	Sem imagem
fixo	2000	ME Av. 5 de Outubro	Estudantes contra ensino	08-12-2000	Jornal Expresso - Microfilme BNP	08-12-2000 p. 30	
chegada	2001	São Bento	'Semana em revista	1º-07-2001	Jornal Expresso - Microfilme BNP	07-07-2001 p. 30	Sem imagem
chegada	2001	São Bento	semana em revista	06-11-2001	Jornal Expresso - Microfilme BNP	10-11-2001 p. 30	Sem imagem
partida	2001	Parque das Nações	Semana em revista	31-05-2001	Jornal Expresso - Microfilme BNP	07-07-2001 p. 30	Sem imagem
partida	2001	Praça do Rossio	CGTP salários	06-11-2001	Jornal Expresso - Microfilme BNP	10-11-2001 p. 30	
fixo	2001	São Bento	Alunos marcam nova 'manif'	23-02-2001	Jornal Expresso - Microfilme BNP	17-02-2001 p. 30	Sem imagem
fixo	2001	São Bento	Guardas agendam greve	02-03-2001	Jornal Expresso - Microfilme BNP	24-02-2001 p. 30	Sem imagem
fixo	2001	São Bento	semana em revista	17-03-2001	Jornal Expresso - Microfilme BNP	17-03-2001 p. 30	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	2001	São Bento	Docentes e alunos em protesto	02-05-2001	Jornal Expresso - Microfilme BNP	05-05-2001 p. 30	Sem imagem
fixo	2001	São Bento	Semana em revista	30-06-2001	Jornal Expresso - Microfilme BNP	30-06-2001 p. 30	
fixo	2001	Palácio de Belém	semana em revista	29-10-2001	Jornal Expresso - Microfilme BNP	03-11-2001 p. 30	
fixo	2001	Praça do Comércio	'semana em revista	26-11-2001	Jornal Expresso - Microfilme BNP	1º-12-2001 p. 30	
fixo	2001	São Bento	Trabalhadores da Molin protestam	13-12-2001	Jornal Expresso - Microfilme BNP	14-12-2001 p. 30	Sem imagem
fixo	2001	Praça do Comércio	'Reformados protestam	30-06-2001	Jornal Expresso - Microfilme BNP	07-07-2001 p. 30	Sem imagem
chegada	2002	Praça do Comércio	Advogados desfilam na Baixa	21-01-2002	Jornal Expresso - BNP	19-01-2002 p. 19	Sem imagem
chegada	2002	Praça do Comércio	Sindicatos unidos em jornada de luta	07-06-2002	Jornal Expresso - BNP	18-05-2002 p. 14	Sem imagem
chegada	2002	São Bento	SEMANA	13-11-2002	Jornal Expresso - BNP	16-11-2002 p. 2	
chegada	2002	São Bento	SEMANA	12-12-2002	Jornal Expresso - BNP	14-12-2002 p. 2	Sem imagem
partida	2002	Praça Martim Moniz	SEMANA	20-03-2002	Jornal Expresso - BNP	15-03-2002 p. 2	Sem imagem
partida	2002	Praça Martim Moniz	Sindicatos unidos em jornada de luta	07-06-2002	Jornal Expresso - BNP	18-05-2002 p. 14	
partida	2002	Avenida da Liberdade	CGTP e UGT unidas	20-10-2002	Jornal Expresso - BNP	1º-11-2002 p. 16	Sem imagem
partida	2002	Marquês de Pombal	SEMANA	12-12-2002		14-12-2002 p. 2	
fixo	2002	São Bento	SEMANA	11-01-2002	Jornal Expresso - BNP	12-01-2002 p. 2	
fixo	2002	Praça do Comércio	Prisão de jovem gera protestos	1º-02-2002	Jornal Expresso - BNP	02-02-2002 p. 2	Sem imagem
fixo	2002	Embaixada de Israel	Protesto contra Israel marcado para Lisboa	03-04-2002	Jornal Expresso - BNP	06-04-2002 p. 2	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	2002	Jardim Torre de Belém	Arraial *gay* muda para Belém	29-06-2002	Jornal Expresso - BNP	15-06-2002 p. 2	Sem imagem
fixo	2002	São Bento	Barrancos, entre outras	11-07-2002	Jornal Expresso - BNP	13-07-2002 p. 10	
fixo	2002	São Bento	Uma guerra à vista	1º-11-2002	Jornal Expresso - BNP	1º-11-2002 p. 3	
fixo	2002	Marquês de Pombal	Psiquiatras Portugueses querem castração química	07-12-2002	Jornal Expresso - BNP	07-12-2002 p. 7	
chegada	2003	Praça do Comércio	SEMANA	12-02-2003	Jornal Expresso - BNP	15-02-2003 p. 2	
chegada	2003	Praça do Rossio	Manifestação embaraçosa	15-02-2003	Jornal Expresso - BNP	15-02-2003 p. 2	Sem imagem
chegada	2003	Praça do Rossio	Ferro na 'manif'	22-03-2003	Jornal Expresso - BNP	22-03-2003 p. 32	Sem imagem
chegada	2003	Alameda Dom Afonso Henriques	Dividir para reinar	1º-05-2003	Jornal Expresso - BNP	03-05-2003 p. 3	
chegada	2003	Palácio de Belém	Estudantes em cortejo de achotes	20-04-2003	Jornal Expresso - BNP	03-05-2003 p. 2	Sem imagem
chegada	2003	Ministério da Saúde	Taxistas marcham em Lisboa	26-05-2003	Jornal Expresso - BNP	23-05-2003	Sem imagem
chegada	2003	Praça dos Restaurado-res	Fórum Social partidarizado	10-06-2003	Jornal Expresso - BNP	14-06-2003 p. 14	
chegada	2003	Praça Martim Moniz	Fórum Social partidarizado	10-06-2003	Jornal Expresso - BNP	14-06-2003 p. 14	
chegada	2003	Parque do Calhau	Parada *gay* de Telavive a Lisboa	28-06-2003	Jornal Expresso - BNP	28-06-2003 p. 32	

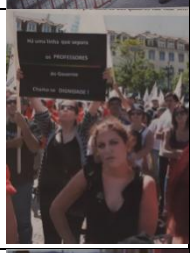
Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
chegada	2003	São Bento	SEMANA agricultores	20-11-2003	Jornal Expresso - BNP	22-11-2003 p. 2	
partida	2003	Avenida da Liberdade	SEMANA	12-02-2003	Jornal Expresso - BNP	15-02-2003 p. 2	Sem imagem
partida	2003	Largo do Chiado	Manifestação embaraçosa	15-02-2003	Jornal Expresso - BNP	15-02-2003 p. 2	Sem imagem
partida	2003	Marquês de Pombal	Ferro na manif.	22-03-2003	Jornal Expresso - BNP	22-03-2003 p. 32	Sem imagem
partida	2003	Praça Martim Moniz	Dividir para reinar	1º-05-2003	Jornal Expresso - BNP	03-05-2003 p. 3	Sem imagem
partida	2003	Marquês de Pombal	Fórum Social partidarizado	10-06-2003	Jornal Expresso - BNP	14-06-2003 p. 14	Sem imagem
partida	2003	Avenida da Liberdade	Parada *gay* de Telavive a Lisboa	28-06-2003	Jornal Expresso - BNP	28-06-2003 p. 32	Sem imagem
partida	2003	Marquês de Pombal	SEMANA	22-11-2003	Jornal Expresso - BNP	22-11-2003	Sem imagem
passagem	2003	Cais do Sodré	Manifestação embaraçosa	15-02-2003	Jornal Expresso - BNP	15-02-2003 p. 2	Sem imagem
passagem	2003	Praça do Comércio	Manifestação embaraçosa	15-02-2003	Jornal Expresso - BNP	15-02-2003 p. 2	Sem imagem
fixo	2003	São Bento	Funeral em S. Bento	15-03-2003	Jornal Expresso - BNP	15-03-2003 p. 24	
fixo	2003	Jardim Torre de Belém	Dividir para reinar	1º-05-2003	Jornal Expresso - BNP	03-05-2003 p. 3	
fixo	2003	Praça do Rossio	Manif. por melhores serviços públicos	10-09-2003	Jornal Expresso - BNP	06-09-2003 p. 2	Sem imagem
chegada	2004	Praça do Município	Manifestações por telemóvel	20-03-2004	Jornal Expresso - BNP	20-03-2004 p. 10	
partida	2004	Largo de Camões	Manifestações por telemóvel	20-03-2004	Jornal Expresso - BNP	20-03-2004 p. 10	
partida	2004	Estádio 1° de Maio	1 de maio no estádio	1º-05-2004	Jornal Expresso - BNP	1º-05-2004 p. 32	Sem imagem
fixo	2004	Largo de Camões	Imigrantes manifestam-se	31-01-2004	Jornal Expresso - BNP	31-01-2004 p. 32	Sem imagem
fixo	2004	São Bento	Prelúdio da despenalização	06-03-2004	Jornal Expresso - BNP	06-03-2004 p. 6 e 7	

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	2004	Praça do Município	Relação reduz crimes da Casa Pia	06-04-2004	Jornal Expresso - BNP	09-04-2004 p. 21	
fixo	2004	Jardim Torre de Belém	1 de maio no estádio	1º-05-2004	Jornal Expresso - BNP	1º-05-2004 p. 7 e 32	Sem imagem
fixo	2004	Palácio de Belém	Políticos na sombra	28-06-2004	Jornal Expresso - BNP	03-07-2004 p. 7	
fixo	2004	Praça do Rossio	Políticos na sombra	06-07-2004	Jornal Expresso - BNP	03-07-2004 p. 7	Sem imagem
fixo	2004	São Bento	SEMANA	27-08-2004	Jornal Expresso - BNP	28-08-2004 p. 8	
fixo	2004	Ministério da Defesa	SEMANA	27-10-2004	Jornal Expresso - BNP	23-10-2004 p. 8	
chegada	2005	São Bento	'Sindicatos na rua	20-09-2005	Jornal Expresso - BNP	17-09-2005 p. 3	Sem imagem
chegada	2005	Praça de Londres	Os dois lados da greve	14-11-2005	Jornal Expresso - BNP	19-11-2005 p. 16	
fixo	2005	Praça do Comércio	Pais furiosos com a greve	23-06-2005	Jornal Expresso - BNP	10-06-2005 p. 19	Sem imagem
fixo	2005	Praça Martim Moniz	Manif. aprovada	18-06-2005	Jornal Expresso - BNP	18-06-2005 p. 18	Sem imagem
fixo	2005	Largo de Camões	Militares nas mãos das mulheres	20-09-2005	Jornal Expresso - BNP	17-09-2005 p. 3	Sem imagem
chegada	2006	Praça do Rossio	Sócrates, escuta, vem aí mais luta	05-10-2006	Jornal Expresso - BNP	07-10-2006 p. 4	
chegada	2006	São Bento	A maior manifestação de sempre	12-10-2006	Jornal Expresso - BNP	14-10-2006 p. 4	Sem imagem
partida	2006	Marquês de Pombal	Sócrates, escuta, vem aí mais luta	05-10-2006	Jornal Expresso - BNP	07-10-2006 p. 6	
partida	2006	Praça de Saldanha	A maior manifestação de sempre	12-10-2006	Jornal Expresso - BNP	14-10-2006 p. 4	
partida	2006	Praça dos Restaurado-res	A maior manifestação de sempre	12-10-2006	Jornal Expresso - BNP	14-10-2006 p. 4	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
fixo	2006	Avenida da Liberdade	Futuros incertos/ Função pública suporta sindicatos	06-07-2006	Jornal Expresso - BNP	1º-07-2006 p. 18	
fixo	2006	Praça do Rossio	Militares descontentes voltam à rua	13-11-2006	Jornal Expresso - BNP	18-11-2006 p. 10	
fixo	2006	ME Av. 5 de Outubro	Manifestação "ala minuta" traz estudantes à rua	25-11-2006	Jornal Expresso - BNP	25-11-2006 p. 16	
chegada	2007	Praça do Comércio	Marchas do orgulho *gay* voltam à rua	23-06-2007	Jornal Expresso - BNP	23-06-2007 p. 27	Sem imagem
partida	2007	Marquês de Pombal	Dez minutos de fama com Abril	25-04-2007	Jornal Expresso - BNP	28-04-2007 p. 22 e 23	
passagem	2007	Avenida da Liberdade	Dez minutos de fama com Abril	25-04-2007	Jornal Expresso - BNP	28-04-2007p. 22 e 23	
passagem	2007	Príncipe Real	Marchas do orgulho *gay* voltam à rua	23-06-2007	Jornal Expresso - BNP	23-06-2007 p. 27	Sem imagem
fixo	2007	Praça do Rossio	Protesto militar com poucos aderentes	22-11-2007	Jornal Expresso - BNP	24-11-2007 p. 6	Sem imagem
chegada	2008	Praça do Comércio	A semana que passa	08-03-2008	Jornal Expresso - BNP	08-03-2008 p. 6	
chegada	2008	Praça do Rossio	Um 1° de Maio para encher a Alameda e o Rossio	1º-05-2008	Jornal Expresso - BNP	12-04-2008 p. 8	Sem imagem
chegada	2008	Alameda Dom Afonso Henriques	Um 1° de Maio para encher a Alameda e o Rossio	1º-05-2008	Jornal Expresso - BNP	12-04-2008 p. 8	Sem imagem
chegada	2008	São Bento	Tropa de novo na rua em protesto contra o Governo	14-05-2008	Jornal Expresso - BNP	10-05-2008 p. 8	Sem imagem
chegada	2008	Praça dos Restauradores	CGTP promete verão quente	05-06-2008	Jornal Expresso - BN	07-06-2008 p. 4	
chegada	2008	ME Av. 5 de Outubro	Boicotes e guerra às avaliações	08-11-2008	Jornal Expresso - BNP	25-10-2008 p. 24	

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publica-ção	Fotografia
partida	2008	Marquês de Pombal	A semana que passa/ crime e protesto	08-03-2008	Jornal Expresso - BNP	08-03-2008 p. 6	Sem imagem
partida	2008	Marquês de Pombal	Um 1° de Maio para encher a Alameda e o Rossio	1º-05-2008	Jornal Expresso - BNP	12-04-2008 p. 8	Sem imagem
partida	2008	Praça Martim Moniz	Um 1° de Maio para encher a Alameda e o Rossio	1º-05-2008	Jornal Expresso - BNP	12-04-2008 p. 8	Sem imagem
partida	2008	Jardim da Estrela	Tropa de novo na rua em protesto contra o Governo	14-05-2008	Jornal Expresso - BNP	10-05-2008 p. 8	Sem imagem
partida	2008	Marquês de Pombal	CGTP promete verão quente	05-06-2008	Jornal Expresso - BNP	07-06-2008 p. 4	
partida	2008	Parque Eduardo VII	Boicotes e guerra às avaliações	08-11-2008	Jornal Expresso - BNP	25-10-2008 p. 24	Sem imagem
chegada	2009	Praça dos Restauradores	Carvalho da Silva fala em "corrupção e Don Corleones em Portugal"	13-03-2009	Jornal Expresso - BNP	14-03-2009 p. 2	 
chegada	2009	Marquês de Pombal	Líder da CGTP não foi à manifestação	23-05-2009	Jornal Expresso - BNP	30-05-2009 p. 9	Sem imagem
partida	2009	Marquês de Pombal	Carvalho da Silva fala em "corrupção e Don Corleones em Portugal"	13-03-2009	Jornal Expresso - BNP	14-03-2009 p. 2	 
partida	2009	Praça de Saldanha	Líder da CGTP não foi à manifestação	23-05-2009	Jornal Expresso - BNP	30-05-2009 p. 9	Sem imagem
partida	2010	São Bento	Mais de um terço dos socialistas queriam a adopção	09-01-2010	Jornal Expresso - BNP	09-01-2010 p. 10	
fixo	2010	Praça do Comércio	A semana	25-09-2010	Jornal Expresso - BNP	25-09-2010 p. 8	
fixo	2010	junto à Reitoria da Universidade Nova de Lisboa	Clientes BPP manifestam-se	02-02-2010	Jornal Expresso - BNP	30-01-2010 p. 48	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publicação	Fotografia
chegada	2011	Praça do Comércio	Ninguém sabe o que vai ser deles	12-02-2011	Jornal Expresso - BNP	19-03-2011 p. 18	
chegada	2011	São Bento	Sindicatos: agora é mesmo guerra	26-11-2011	Jornal Expresso - BNP	26-11-2011 p. 12 e 13	
partida	2011	Marquês de Pombal	Ninguém sabe o que vai ser deles	12-02-2011	Jornal Expresso - BNP	19-03-2011 p. 18	Sem imagem
partida	2011	Avenida da Liberdade	Avenida da Liberdade deve voltar hoje a encher	19-03-2011	Jornal Expresso - BNP	19-03-2011 p. 19	Sem imagem
partida	2011	Praça do Rossio	Sindicatos: agora é mesmo guerra	26-11-2011	Jornal Expresso - BNP	26-11-2011 p. 12	Sem imagem
passagem	2011	Avenida da Liberdade	Ninguém sabe o que vai ser deles	12-02-2011	Jornal Expresso - BNP	19-03-2011 p. 18	Sem imagem
passagem	2011	Praça dos Restauradores	Ninguém sabe o que vai ser deles	12-02-2011	Jornal Expresso - BNP	19-03-2011 p. 18	Sem imagem
passagem	2011	Praça do Rossio	Ninguém sabe o que vai ser deles	12-02-2011	Jornal Expresso - BNP	19-03-2011 p. 18	Sem imagem
fixo	2011	Praça do Rossio	Nasceu um parlamento no Rossi	26-05-2011	Jornal Expresso - BNP	28-05-2011 p. 22	
fixo	2011	Praça dos Restauradores	Os 15 portugueses a quem Breivik duas horas antes dos atentados	30-07-2011	Jornal Expresso - BNP	30-07-2011 p. 28	
chegada	2012	São Bento	CGTP coordena protestos de rua com os indignados	31-10-2012	Jornal Expresso - BNP	20-10-2012 p. 9	Sem imagem
chegada	2012	São Bento	Manifs. de alto risco	14-11-2012	Jornal Expresso - BNP	24-11-2012 p. 16	
chegada	2012	São Bento	Docentes efetivos sem lugar garantido	12-07-2012	Jornal Expresso - BNP	14-07-2012 p. 23	Sem imagem
chegada	2012	Praça de Espanha	Manif. mais vigiada que a do 12 de março	15-09-2012	Jornal Expresso - BNP	15-09-2012 p. 14	
partida	2012	Parque Eduardo VII	Docentes efetivos sem lugar garantido	12-07-2012	Jornal Expresso - BNP	14-07-2012 p. 23	Sem imagem
partida	2012	Praça José Fontana	Manif. mais vigiada que a do 12 de março	15-09-2012	Jornal Expresso - BNP	15-09-2012 p. 14	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publicação	Fotografia
partida	2012	Marquês de Pombal	CGTP coordena protestos de rua com os indignados	31-10-2012	Jornal Expresso - BNP	20-10-2012 p. 9	Sem imagem
partida	2012	Praça do Rossio	Manifs. de alto risco	14-11-2012	Jornal Expresso - BNP	24-11-2012 p. 16	
passagem	2012	Praça do Rossio	Docentes efetivos sem lugar garantido	12-07-2012	Jornal Expresso - BNP	14-07-2012 p. 23	
fixo	2012	Praça do Comércio	CGTP quer encher terreiro do povo	11-02-2012	Jornal Expresso - BNP	11-02-2012 p. 10	
fixo	2012	Palácio de Belém	Manifestação junta milhares em Belém	22-09-2012	Jornal Expresso - BNP	22-09-2012 p. 40	
fixo	2012	São Bento	Deputados baixam expectativas sobre recuos no OE	15-10-2012	Jornal Expresso - BNP	20-10-2012 p. 6	
fixo	2012	São Bento	Redução de funcionários é prioridade	03-11-2012	Jornal Expresso - BNP	03-11-2012 p. 4 e 5	
chegada	2013	Praça do Rossio	Professores manifestam-se hoje	26-01-2013	Jornal Expresso - BNP	26-01-2013 p. 1	Sem imagem
chegada	2013	Praça do Comércio	O passo seguinte: o próprio 25 de abril	02-03-2013	Jornal Expresso - BNP/	09-03-2013 p. 10	Sem imagem
chegada	2013	Praça do Rossio	Cabe tudo na avenida. Gente, protestos e uma música chamada Grândola	25-04-2013	Jornal Expresso - BNP	27-04-2013 p. 13	Sem imagem
chegada	2013	Praça dos Restauradores	Sindicatos admitem mais uma semana de greve	15-06-2013	Jornal Expresso - BNP	08-06-2013 p. 22	Sem imagem
chegada	2013	São Bento	Verão quente nas ruas	27-06-2013	Jornal Expresso - BNP	09-10-2019 p. 12	Sem imagem
chegada	2013	Jardim de Santos	milhares de pessoas marcharam contra a *troika*	26-10-2013	Jornal Expresso - BNP	26-10-2013	Sem imagem
chegada	2013	São Bento	A polícia estava mal. E agora não está melhor	21-11-2013	Jornal Expresso - BNP	30-11-2013 p. 16	Sem imagem
partida	2013	Marquês de Pombal	Professores manifestam-se hoje	26-01-2013	Jornal Expresso - BNP	26-01-2013 p. 1	Sem imagem
partida	2013	Marquês de Pombal	O passo seguinte: o próprio 25 de abril	02-03-2013	Jornal Expresso - BNP	09-03-2013 p. 10	Sem imagem

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publicação	Fotografia
partida	2013	Marquês de Pombal	Cabe tudo na avenida. Gente, protestos e uma música chamada Grândola	25-04-2013	Jornal Expresso - BNP	27-04-2013 p. 13	
partida	2013	Marquês de Pombal	Sindicatos admitem mais uma semana de greve	15-06-2013	Jornal Expresso - BNP	08-06-2013 p. 22	Sem imagem
partida	2013	Praça do Rossio	Verão quente nas ruas	27-06-2013	Jornal Expresso - BNP	29-06-2013 p. 12	
partida	2013	Praça dos Restaurado-res	Viva a *troika*!	21-10-2013	Jornal Expresso - BNP	26-10-2013 p. 15	Sem imagem
partida	2013	Praça do Rossio	milhares de pessoas marcharam contra a *troika*	26-10-2013	Jornal Expresso - BNP	26-10-2013	Sem imagem
partida	2013	Largo Camões	A polícia estava mal. E agora não está melhor.	21-11-2013	Jornal Expresso - BNP	30-11-2013 p. 16	
passagem	2013	Avenida da Liberdade	Cabe tudo na avenida. Gente, protestos e uma música chamada Grândola	25-04-2013	Jornal Expresso - BNP	27-04-2013 p. 13	Sem imagem
passagem	2013	Praça dos Restaurado-res	Cabe tudo na avenida. Gente, protestos e uma música chamada Grândola	25-04-2013	Jornal Expresso - BNP	27-04-2013 p. 13	Sem imagem
passagem	2013	Avenida da Liberdade	Viva a *troika*!	21-10-2013	Jornal Expresso - BNP	26-10-2013 p. 15	
passagem	2013	Praça do Comércio	milhares de pessoas marcharam contra a *troika*	26-10-2013	Jornal Expresso - BNP	26-10-2013	Sem imagem
passagem	2013	Praça do Município	milhares de pessoas marcharam contra a *troika*	26-10-2013	Jornal Expresso - BNP	26-10-2013	Sem imagem
passagem	2013	Cais do Sodré	Milhares de pessoas marcharam contra a *troika*	26-10-2013	Jornal Expresso - BNP	26-10-2013	Sem imagem
fixo	2013	Praça do Comércio	Por que é que Gaspar nunca acerta nas previsões?	15-03-2013	Jornal Expresso - BNP	16-03-2013 p. 6	

Tipo de ponto	Ano	Espaço Público	Título reportagem	Data Manifes-tação	Arquivo	Data Publicação	Fotografia
fixo	2013	Palácio de Belém	Manifestação em Belém	06-07-2013	Jornal Expresso - BNP	06-07-2013 p. 1	Sem imagem
chegada	2014	São Bento	Ministro deu luz verde a processos contra polícias	06-03-2014	Jornal Expresso - BNP	01-03-2014 p. 20	
partida	2014	Marquês de Pombal	Ministro deu luz verde a processos contra polícias	06-03-2014	Jornal Expresso - BNP	1º-03-2014 p. 20	
fixo	2014	Junto à FCT	Guerra aberta entre dois modelos para a ciência	05-02-2014	Jornal Expresso - BNP	25-01-2014 p. 21	

Anexo B – Mapeamento Qgis

Este Anexo apresenta o conjunto de mapas produzidos especificamente para esta tese, incluindo os mapas elaborados em QGIS com os pontos georreferenciados que serviram de base à construção das cartografias de densidade (Kernel). Cada ponto georreferenciado corresponde a um protesto mapeado e, no software, foi associado a um conjunto de informações relativas a cada manifestação (data, localização, tipologia, entre outras), permitindo visualizar, em termos espaciais, a distribuição e a concentração dos eventos no eixo Praça Marquês de Pombal – Avenida da Liberdade – Praça do Rossio.

1. Mapas Qgis

1.1 Todos os Pontos (1974 - 2014)

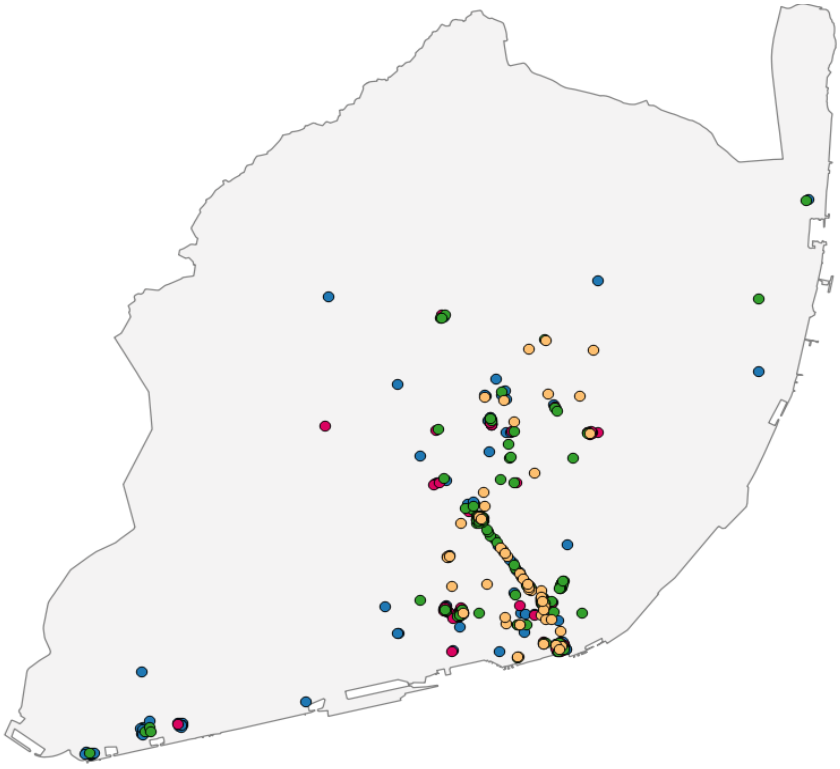


Figura B.1 - Mapa georreferenciado Todos os Pontos (1974 - 2014)
Fonte: elaborado pela autora

1.2 Pontos de Partida (1974 - 2014)

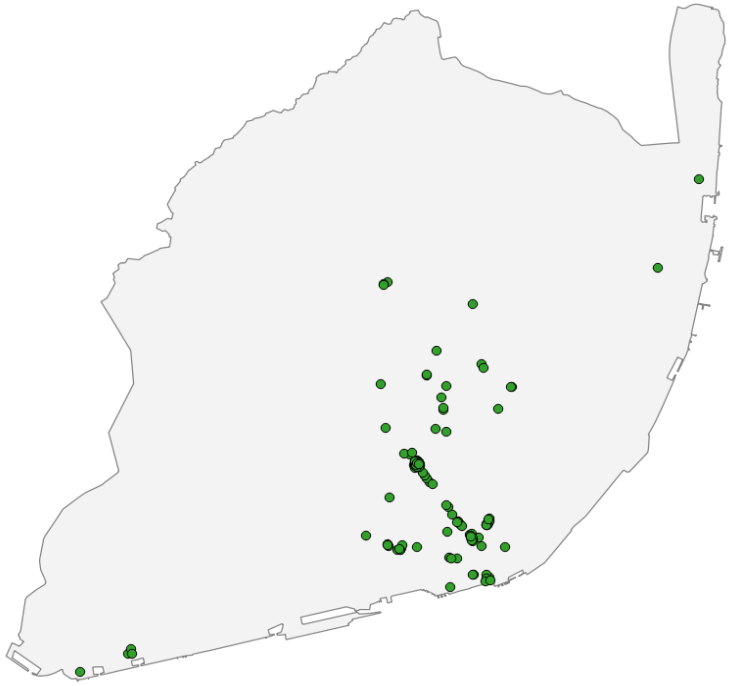


Figura B.2 - Mapa georreferenciado Pontos de Partida (1974 - 2014)
Fonte: elaborado pela autora

1.3. Pontos de passagem (1974 - 2014)

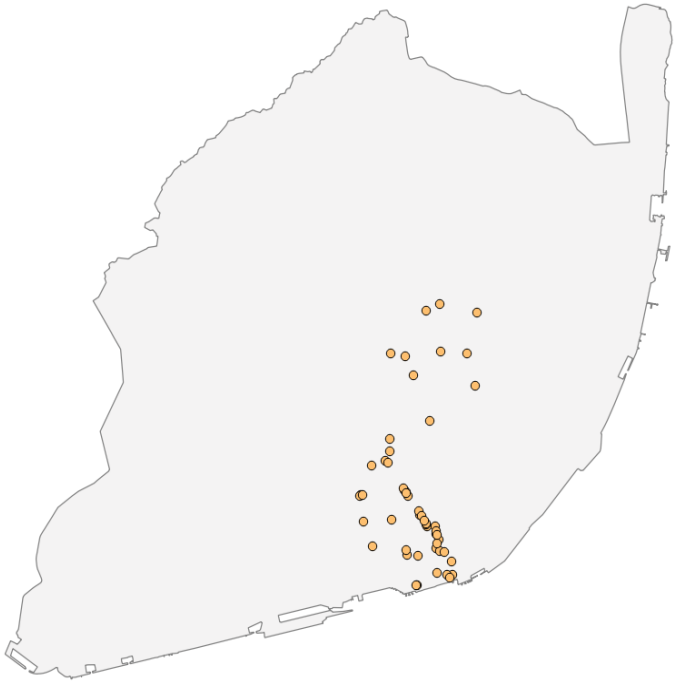


Figura B.3 - Mapa georreferenciado Pontos de passagem (1974 - 2014)
Fonte: elaborado pela autora

1.4. Pontos de chegada (1974 - 2014)

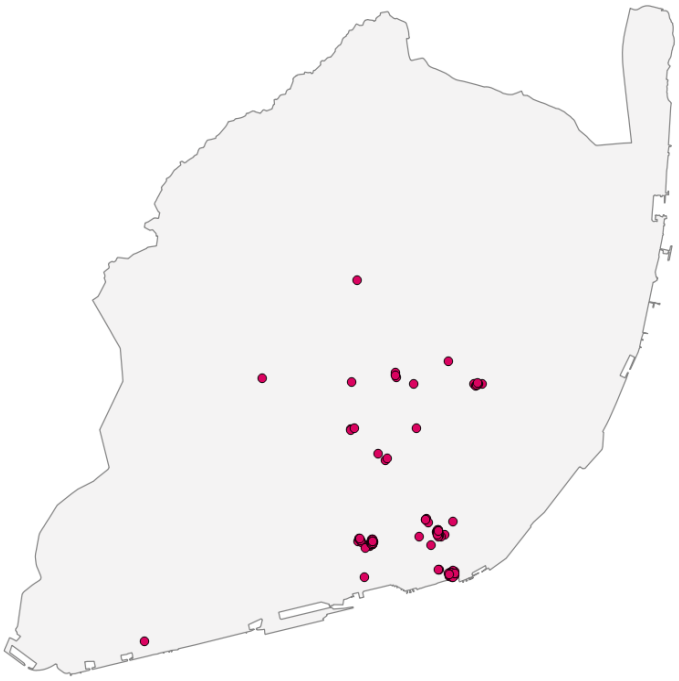


Figura B.4 - Mapa georreferenciado Pontos de chegada (1974 - 2014)
Fonte: elaborado pela autora

1.5. Protestos Fixos (1974 - 2014)

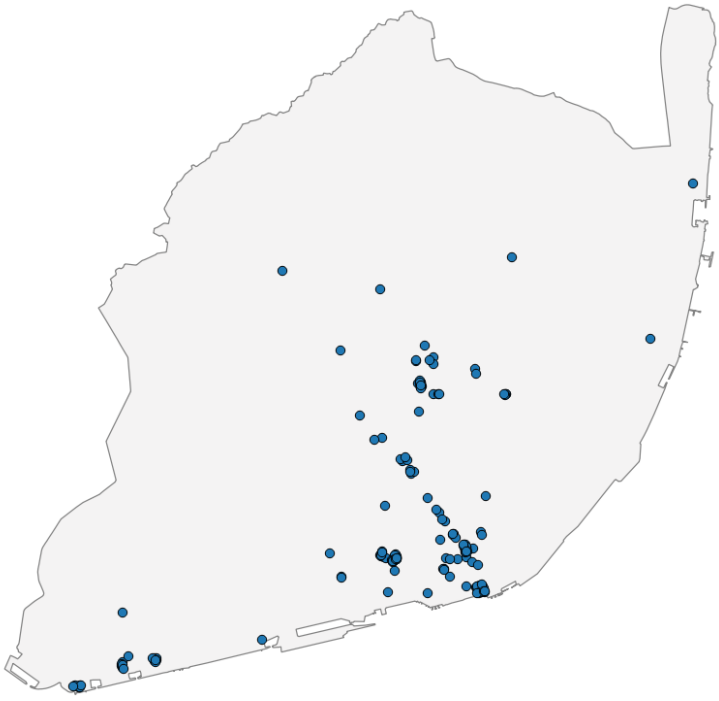


Figura B.5 - Mapa georreferenciado Pontos Fixos (1974 - 2014)
Fonte: elaborado pela autora

1. 6. Apropriações globais no ciclo da espontaneidade

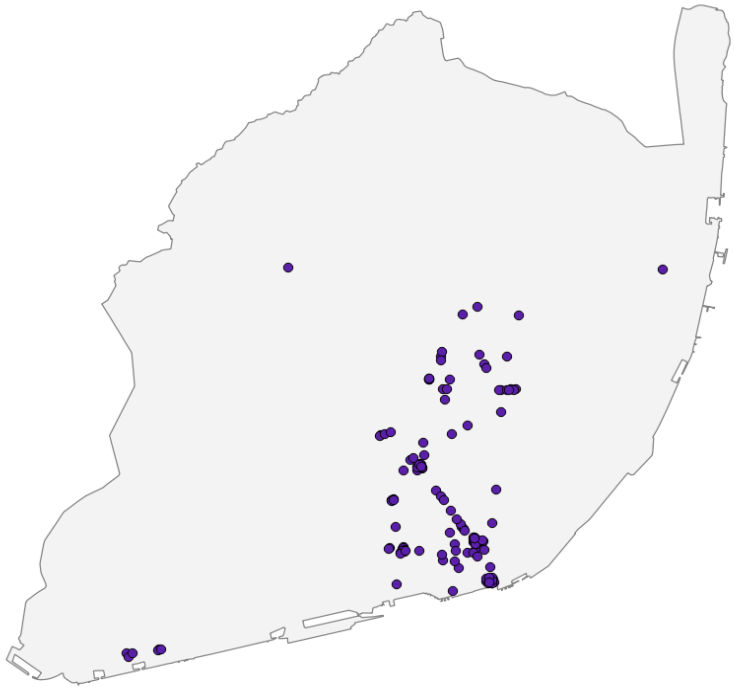


Figura B.6 - Mapa georreferenciado de apropriações no ciclo da espontaneidade
Fonte: elaborado pela autora

1.7. Apropriações globais no ciclo da institucionalização da vida pública

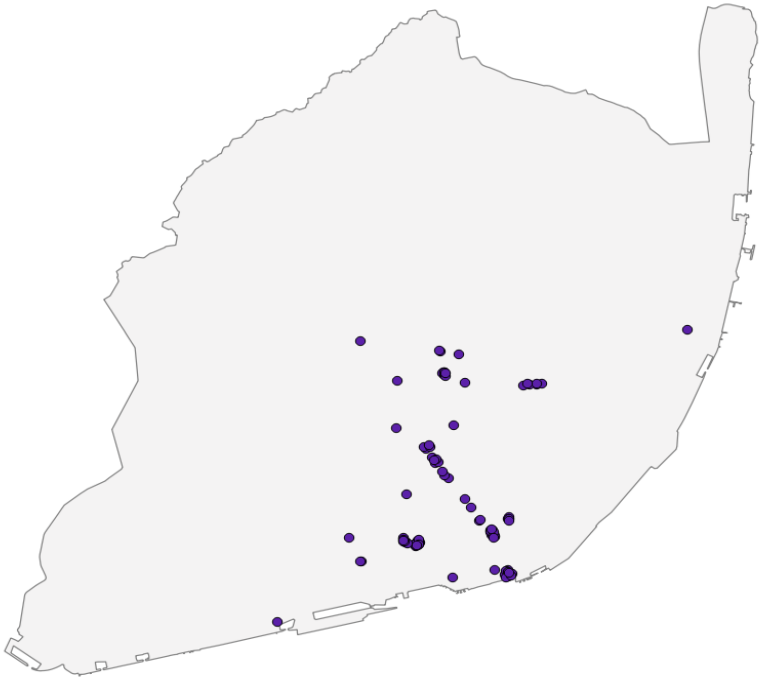


Figura B.7 - Mapa georreferenciado de apropriações no ciclo da institucionalização da vida pública
Fonte: elaborado pela autora

1.8. Apropriações globais no ciclo da europeização

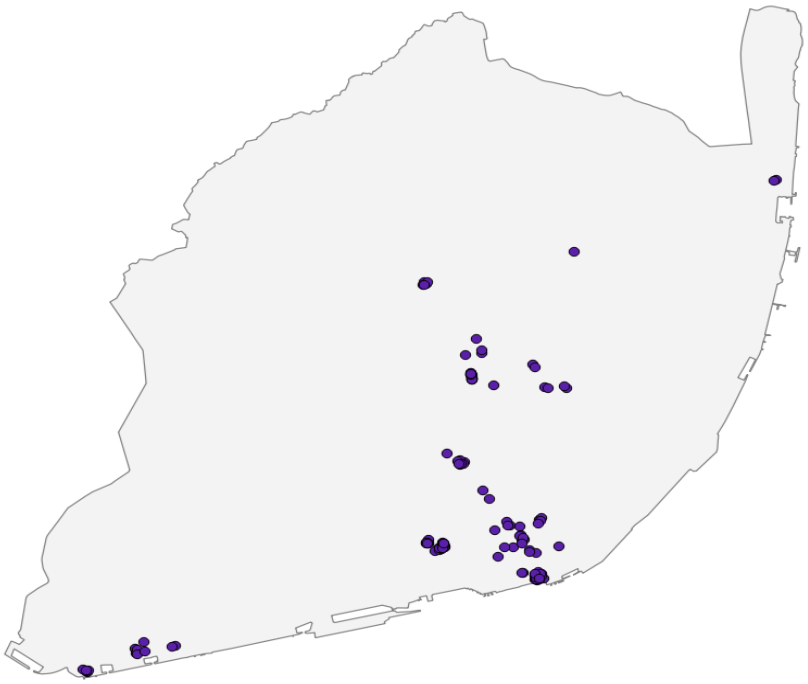


Figura B.8 - Mapa georreferenciado de apropriações no ciclo da europeização
Fonte: elaborado pela autora

1.9. Apropriações globais no ciclo da tecnologia da informação e comunicação

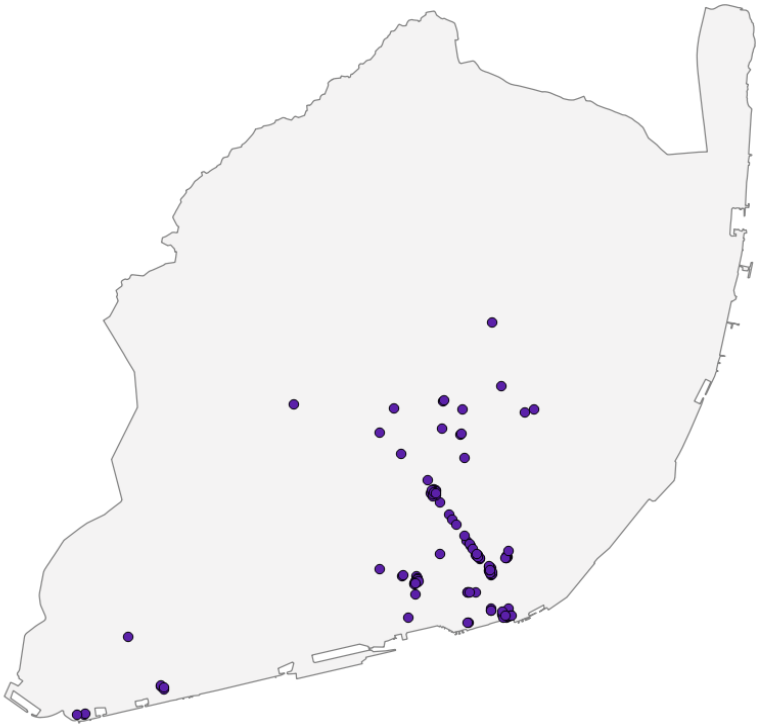


Figura B.9 - Mapa georreferenciado de apropriações no ciclo da tecnologia da informação e comunicação
Fonte: elaborado pela autora